

REVISTA

*Cadernos de África
Contemporânea*

VOL.1 Nº 2

-2018-



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Editorial

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Editorial

Ainda vivendo em tempos obscuros, sob influência de teorias conspiratórias e devaneios delirantes, as pesquisas continuam e com elas as tentativas de trazer os homens e mulheres para o plano da racionalidade. Sim, a vida é feita de processos, e estes são eivados por partes, etapas, aspectos dos quais a tradução de fenômenos e eventos é o que cabe aos que enveredam pelas searas das pesquisas. E nos dias atuais a dificuldade para o ofício da pesquisa é o lugar em que esta se insere. Os ataques surgem aos montes e de todos os lados. Caso o pesquisador reivindique a boa e velha tentativa do estabelecimento da distância, sofrerá ataques virulentos e acusações de que tenta ser um isento de mentira; e se ele assumir suas preferências correrá o risco de ser acusado como alguém que já dispõe das respostas prontas para uma pesquisa que sequer foi feita. Diferenças de métodos, escolhas de paradigmas.... Tempos difíceis!

Cortes de verbas para a educação... Pesquisas consideradas inúteis, ressentimentos e delírios rondando um país que até recentemente estava a todo vapor na produção de um contexto melhor. Ministros de um certo governo que mentem, declarando títulos de mestrado e doutorado que não possuem, e descobertas até recentemente aceitas como consensuais sendo postas em dúvida, a exemplo da natureza do formato da terra.... Os indicadores sociais, aliados aos econômicos, em tempos outros, eram mais do que satisfatórios. Mas hoje, infelizmente, as incertezas em torno do funcionamento das universidades constituem uma certeza não muito agradável. Assim é o cenário em que vivem os pesquisadores brasileiros. O que aconteceu para que em tão pouco tempo tudo viesse abaixo? O mesmo pode se dizer em relação aos objetos de pesquisa. Como explicar os questionamentos em torno da validade dos cursos das áreas de Humanas? E nesta esteira, como justificar a História da África e os Estudos Africanos, sem correr riscos de ser acusado por algo inimaginável e eivado de delírios diversos? Eis a questão!

E neste meio se inserem os que se arvoram em estudar temas ligados ao continente africano ou suas representações em outros espaços. Ao que parece, a vitalidade dos estudos sobre o continente africano indica que será difícil retroceder nesta área, a despeito do obscurantismo e dos obscurantistas. Este número de *Cadernos de África Contemporânea* é um exemplo disto: nós existimos!

Há, no Brasil, quem reivindique liames com o que talvez não seja reconhecido pelos “ditos” africanos e, certamente, estes possuem outras formas de se auto reconhecerem, deixando claro que as identidades não devem ser entendidas por conceitos que não levem em conta as diversidades e multiplicidades de sentidos. Se no Brasil prevalecem, grosso modo, conceitos que to-

mem homens e mulheres imersos em complexos sistemas culturais como dotados de essências, as pluralidades existentes do outro lado do Atlântico teimam em escapar das camisas de força da homogeneidade.

Há como definir os povos do continente africano por conceitos e categorias homogeneizantes? Ou, poderiam estes nos indicar outros caminhos para nós os conhecermos? Eis a importância dos Estudos Africanos e da História da África! O conhecimento da espécie humana, das suas práticas, hábitos, costumes e culturas exige das ciências repertórios conceituais amplos, que tragam consigo aportes teórico-metodológicos que deem conta de eventos e naturezas complexas. Sem o conhecimento, corre-se o risco de acreditar que a África é uma e/ou destituída de valores civilizacionais, como nos fizeram pensar determinados discursos durante muito tempo.

Este número de *Cadernos de África Contemporânea* traz consigo as marcas da insistência em continuar pensando, e assim, confirmar a máxima da (r) existência. Manter um periódico com olhar para o tempo contemporâneo do continente africano, sob uma perspectiva ousada de um grupo de docentes distribuídos em duas universidades públicas (UNILAB e UNEB) é, talvez, algo por demais alvissareiro, no caso, uma esperança de que haverá o fim da tempestade. Será?

Neste número procuramos mostrar temas polêmicos e diversos de um continente ainda pouco conhecido pelos brasileiros, sejam estes da(s) academia(s) ou da sociedade em que estas se inserem. Mostrar as dinâmicas de uma África viva, pujante e, ao mesmo tempo, múltipla, é parte significativa dos nossos desejos e anseios. Se o leitor, ao final da leitura dos artigos deste número de *Cadernos de África Contemporânea*, ficar convencido de que precisa ler mais sobre o continente africano, os autores dos artigos aqui dispostos terão cumprido parte significativa de sua missão.

E ela teve início com as interrogações sobre Ruanda: o que terá acontecido neste país, para que tantas vidas fossem ceifadas em tão pouco tempo? Danilo Ferreira, com seu artigo intitulado “**Publicando o Ódio: a Revista Kangura e a Guerra Civil Ruandesa**”, procura mostrar como uma revista, aliada a outros veículos de mídia, possui o poder de disseminar inverdades, distorcer fatos e construir o ódio. Editoriais, matérias, reportagens que levavam aos leitores as “verdades” da violência contra aqueles que deveriam ser mortos. Em brilhante análise dos números da Revista Kangura, apoiado em refinada bibliografia, Danilo nos mostra partes de um quebra-cabeças do ódio que culminou com o assassinato de quase um milhão de pessoas em menos de cem dias.

Seguindo a trilha para desvendar mistérios, Detoubab Ndiaye, em seu artigo “**A Sociedade Civil nas Transições Democráticas e sua Emergência na África Ocidental: o Exemplo do Senegal**” indica algumas luzes sobre o processo de constituição dos estados nacionais contempo-

râneos, e de como estes trazem consigo problemas perpassados pelos limites da democracia, e de uma sociedade civil cercada por problemas às vezes intransponíveis. A partir do Senegal, o autor nos mostra os limites dos regimes políticos existentes na África ocidental, e de como estas transições em muitos momentos não se completam da forma satisfatória e devida. Disputas entre grupos, convulsões sociais, má governança e sistemas políticos frágeis.... Seria a África inviável e avessa à democracia? Nosso autor nos faz ver muito mais do que simples respostas, apesar de que estas ainda não satisfazem as muitas perguntas, algo comum para os Estudos Africanos em geral.

Ainda em meio à polêmica, e disposto a problematizar questões complexas para os intelectuais do continente africano, Ercílio Langa nos brinda com seu excelente e instigante artigo **A Homossexualidade no Continente Africano: História, Colonização e debates contemporâneos**. O autor, com base em profícua análise sobre razoável bibliografia, mostra as discrepâncias entre os discursos advindos das colonizações islâmicas e judaico-cristã, que negam o amor e o prazer entre pessoas do mesmo sexo, com inúmeros fatos ocorridos no passado recente do continente africano. O autor faz refinada análise de discursos dos atores e atrizes envolvidas neste cenário, e mostra o “estado da arte” das discussões sobre o tema. A questão central, de como se encontra a situação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTI’s) nas sociedades africanas é respondida em meio a análise documental e extensa bibliografia.

A história segue, tal qual a caminhada dos peregrinos que teimam em apreciar a viagem em detrimento do destino, e com ela Gabriela Costa nos faz ver, a partir da análise das identidades dos personagens do festejado livro *Terra Sonâmbula*, fragmentos das possibilidades de como os indivíduos podem se construir enquanto pessoas, em meio à guerra e o constante fazer e refazer de práticas. O artigo “**História, Identidade e Diáspora em Terra Sonâmbula**” tem o mérito de mostrar os diálogos da Literatura com os Estudos Africanos, e destes com a História e as Ciências Sociais. Questões como “identidade”, “pertencimento” e “cultura” surgem a cada instante para mostrar ao leitor algumas das possibilidades de se entender os indivíduos de uma sociedade perpassada pela guerra e crise. Eis uma genial maneira de se entabular questões sobre as escolhas e performances de indivíduos vivendo numa complexa sociedade.

Tirando os pés do continente, mas sem sair da África, o leitor é premiado com uma breve, mas não menos refinada, análise sobre questões da história do Cabo Verde, país insular e de colonização portuguesa, repleto de semelhanças (e também diferenças) com o Brasil que nos abriga. Rutte Andrade, a partir da análise de autores diversos, entabula algumas possibilidades de entendimento de Cabo Verde, privilegiando a história como forma de explicar a contemporanei-

dade deste belo país de muitas ilhas. Em seu artigo, intitulado **“Cabo Verde e Sua Agenda Epistemológica na Encruzilhada da África Contemporânea: Uma Reanálise Histórica do Processo de Resistência”**, esta autora se utiliza de análise historiográfica para mostrar as não tão sutis relações existentes entre meio físico, culturas, colonização e contemporaneidade.

Os períodos de seca e de fome, ao contrário do que nos sugerem aqueles que optam pela natureza como recurso de explicação, podem ser entendidos sob a luz da História, sobretudo se esta trazer outros lugares e formas de entendimento dos eventos. A autora se insurge contra as pretensas formas universais (leia-se ocidentais!) de entendimento dos fenômenos, e aponta outras maneiras de análise, lúdicas e ao mesmo tempo profícuas. A autora nos aduz ao entendimento das minúcias caboverdianas, sob o rigor da análise de alguém dotada do conhecimento de causa.

Ainda com os pés na costa atlântica, mas já fazendo a travessia, Paulo Gomes Vaz e Maria Gabriela Hita nos jogam dentro das malas com o intuito de nos transformar em sujeitos copartícipes das viagens empreendidas por mulheres “sacoleiras” angolanas e guineenses, que saem dos seus recônditos para iràs compras de roupas e artigos diversos com o objetivo de revendê-los em seus países. E neste artigo, intitulado **“Circuito de Mercadorias e Identidades Africanas em Movimento: Reprodução Social das Mulheres Angolanas e Guineenses no Comércio Retalhista África-Brasil-China e Sudeste Asiático”** os autores nos fornecem subsídios para entender que o lugar de ‘vítima’ ou de uma passividade latente não se sustenta para mulheres que empreendem viagens a lugares os mais diversos possíveis, com o intuito de adquirir mercadorias para serem revendidas.

Os autores, em meio a sofisticada metodologia de pesquisa, nos levam ao entendimento de como estas sacoleiras conseguem se inserir em pequenos circuitos econômicos, nos quais ocupam lugares dinâmicos e ao mesmo tempo dotados de protagonismos. A partir de entrevistas, estruturadas em questionários construídos ao longo da pesquisa, os autores mostram interessantes questões em torno das experiências de vida, cruzadas pelo trabalho formal e informal. E mais uma vez se desfazem as representações grotescas que transformam homens e mulheres do continente africano em sujeitos destituídos de protagonismo de sua história. O leitor desavisado, que puser os olhos neste artigo, irá se assustar com as dinâmicas histórias de mulheres que não se contentam com o lugar da passividade e sujeição.

Já fora do continente africano, navegando nas relações internacionais no contexto “Sul-Sul”, o leitor e a leitora são levados para o entendimento de uma intrincada reflexão sobre as possibilidades existentes no cenário em que países deste hemisfério priorizavam relações com seus vizinhos. O autor, Deolindo Nunes Barros, faz uso de sofisticada análise bibliográfica para compreender as tessituras destas relações entre Estados independentes, e de como estas podem

propiciar êxitos e fracassos para as economias de países pouco privilegiados no cenário das relações internacionais como um todo. O artigo **“Um Histórico das Relações Sul-Sul no Contexto das Relações Globais”** possui o mérito de mostrar os países emergentes e pobres em busca de lugar ao sol no complexo jogo de forças das potências e superpotências. Com recorte temporal situado entre os fins dos anos 1940 até os dez primeiros anos do século XXI, o autor nos mostra os ganhos e as possibilidades destes países localizados no hemisfério sul, sob o escopo de significativa bibliografia e documentação pertinente ao objeto. O leitor poderá tirar conclusões “nada favoráveis” ao atual mandatário político do país, se observar o lugar ocupado pelo Brasil no cenário das relações internacionais da contemporaneidade. O contraste nos papéis é evidenciado em texto agradável de se ler, daqueles que só se deixa de lado depois que finda o texto.

Imediatamente saímos do continente africano, e com a rapidez de avião a jato, atravessamos o Atlântico, com destino ao Brasil. Com o intuito de entender as formas como José Honório Rodrigues percebia a política externa independente (PEI), Paulo Alves Júnior, com seu artigo intitulado **“Brasil e África: Outros Horizontes – A Política Externa Independente, o Caso de Angola”**, nos brinda com leitura de rara leveza sobre como este genial historiador percebia os modos como a chancelaria brasileira deveria proceder. Ele, José Honório Rodrigues, pensava a política externa como parte das ações de um estado independente, sendo contrário ao alinhamento automático aos interesses norte-americanos. Correndo riscos de sentir saudades de Celso Amorim, e de lamentar imensamente as semelhanças com o tempo presente, o leitor é levado ao percurso de como o Brasil teceu suas relações externas antes e depois do fatídico ano de 1964, momento em que ocorre um evento de triste lembrança e memória. Paulo Alves Junior nos traz o caso particular de Angola como forma de mostrar as intrincadas cenas de um Brasil que vira e mexe, volta no tempo que nunca deveria ter acontecido.

Logo a seguir, ainda com os pés neste lado do Atlântico, e parecendo ser um caso combinado de temas correlatos, o leitor poderá percorrer as linhas que perpassam o artigo de José Francisco dos Santos, intitulado **“Mama África”? Ligações Brasil e Angola”**. Neste, o autor mostrará dispor de genial análise de um historiador que faz uso de documentos produzidos pelos militantes dos movimentos sociais negros brasileiros, sob os auspícios de uma bibliografia suficiente para propiciar reflexões em torno de discursos que balizaram a construção de um “africano” ancestral do negro, e que justificaram práticas e pontos de vista de homens e mulheres que se empenharam na luta contra complexos jogos em que cor de pele e tipos físicos constituem a tônica.

José Francisco nos mostra como os militantes de movimentos negros, sob influências do marxismo, constroem suas organizações e performances, baseadas na ideia de uma África mãe, ponto primordial de origem de tudo o que diz respeito aos negros e negras do Brasil. Se, por um

lado, houve quem estabelecesse o estranhamento de tal performance, e que não compreendesse como poderia ser visto como “irmão”, por outro, houve quem percebesse que esta representação de África idílica não era assim tão efetiva/verdadeira. Estas linhas podem nos mostrar as pistas de como representações de África foram construídas em nosso país, lançando luzes para a compreensão do fenômeno na contemporaneidade. Sem querer ser generoso, mas este artigo, literalmente falando, fecha com chave de ouro mais este volume de *Cadernos de África Contemporânea*.

E com ele o recado de que não vamos abrir mão de nossas universidades, “talkey”? E que se o obscurantismo persistir em seu delírio perverso, terá em nós, pesquisadores, intelectuais e estudiosos, sob os poderes do professor, a barreira de proteção daquilo que é, sem dúvida, de fundamental importância para um país: as universidades e o ensino superior! Esta revista, assim como as ações deste grupo de pesquisa, soma esforços na luta para preservar direitos e conquistas de homens e mulheres que no passado percorreram caminhos semelhantes aos nossos, para que universidades e cursos de graduação e pós-graduação existissem. A caminhada continua e, com ela, a defesa intransigente da História da África e dos Estudos Africanos. Nossa única certeza é a de que continuaremos nas trincheiras da vida, *mesmo que o pão seja caro e a liberdade pequena*.

Ao leitor e à leitora, os nossos votos de uma excelente leitura!

Ivaldo Marciano de França Lima.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Danilo Ferreira da Fonseca
UNICENTRO

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

PUBLICANDO O ÓDIO: A REVISTA KANGURA E A GUERRA CIVIL RUANDESA

Publishing the hate: the Kangura Magazine and the Rwanda Civil War

Resumo: O presente artigo visa analisar o modo que a Revista Kangura do editor Hassan Ngeze colaborou com a construção de um ódio frente aos tutsis. Esse ódio foi elaborado a partir de um discurso com um amplo caráter extremista e de exaltação nacional frente à identidade do hutu, como este sendo o verdadeiro ruandês. Procuramos assim refletir como essa visão esteve inserida dentro de um contexto da Guerra Civil ruandesa na década de 1990 e até como pode ter corroborado com o genocídio de 1994. Para atingir tais fins, analisamos editoriais, matérias e reflexões que foram publicados pela própria Revista Kangura no início da década de 1990 enquanto ocorreram as suas publicações. Tais materiais foram recuperados a partir do documento “*Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*”, apresentado pelo Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR, da sigla em inglês) no ano de 2003, disponibilizado on-line pelo ICTR.

Palavras-chave: Ruanda; Revista Kangura; ódio; Hassan Ngeze.

Abstract: This article aims at analyzing the way in which the Kangura Review of the editor Hassan Ngeze collaborated in the construction of a hatred against the Tutsis. This hatred was drawn from a discourse with a broad extremist character and national exaltation over the identity of the Hutu, as this being the true Rwandan. We sought to reflect how this view was embedded within a context of the Rwandan Civil War in the 1990s and even how it may have been corroborated by the 1994 genocide. In order to achieve such ends, we have analyzed editorials, articles and reflections that were published by Kangura Magazine itself in the early 1990s while its publications occurred. Such materials were recovered from the document "Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T / Judgment and Settlement, filed by the International Criminal Tribunal for Rwanda (ICTR) in 2003, line by ICTR

Key-words: Rwanda; Kangura Magazine; Hate; Hassan Ngeze.

PUBLICANDO O ÓDIO: A REVISTA KANGURA E A GUERRA CIVIL RUANDESA

Danilo Ferreira da Fonseca¹

Em 1994, Ruanda passou por um dos mais sangrentos genocídios da história contemporânea. Em pouco mais de cem dias, entre os meses de abril e junho de 1994, algo em torno de 800 mil e um milhão de ruandeses foram mortos por seus compatriotas. Após a queda do avião presidencial do General Juvenal Habyarimana, ruandeses extremistas que se reconheciam e eram reconhecidos como hutus pegaram em armas (na sua grande maioria em facções) para assassinar ruandeses entendidos como tutsis e também ruandeses vistos como hutus moderados.

A velocidade e a eficiência dos perpetradores² do genocídio chega a ser algo espantoso, e só foi possível dado um elevado nível de organização e propaganda voltada para o extermínio de um suposto inimigo comum: o tutsis. Por mais que a indústria cultural e o senso comum retratem o genocídio ruandês como a mais pura expressão da barbárie e da desordem, não podemos deixar de apontar que o processo do genocídio possuiu toda uma racionalidade e operação que flerta em muito com processos genocidas do decorrer do século XX, e que a visão da plena desordem acerca de Ruanda tem estreitas ligações com uma concepção etnocêntrica e até preconceituosa acerca do continente africano, em que os conflitos locais são vistos e representados como um pleno contraste negativo da sociedade ocidental.

No presente artigo propomos realizar uma análise crítica no que diz respeito as relações construídas entre a imprensa ruandesa e a execução do genocídio no ano de 1994, focando-se principalmente no modo que a os meios de comunicação auxiliaram na propaganda ideológica e na organização do genocídio no início da década de 1990. A centralidade da análise recairá na imprensa escrita, mais especificamente na Revista Kangura do editor Hassan Ngeze.

As fontes históricas que colaboraram com a construção argumentativa e com a análise aqui desenvolvidas foram encontradas no documento “*Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and setence*” de dezembro de 2003, produzido pelo Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR da sigla em inglês) e disponibilizado pelas Nações Unidas. É a partir de tal processo que conseguimos encon-

¹ Professor Adjunto do Departamento de História do campus de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO). Doutorado em História Social pela PUC-SP, com a tese “Etnicidade e luta de classes na África Contemporânea: Ruanda (1959 – 1994) e África do Sul (1948 – 1994). Contato: daniloffonseca@gmail.com

trar editoriais e matérias produzidas pela Revista Kangura, como é o caso do emblemático “10 mandamentos Hutus” publicado na edição número 11 de março de 1991.

A Revista Kangura foi fundada em 1990 pelo editor Hassan Ngeze, que foi também o editor da revista em todas as suas publicações que perduraram até o genocídio de 1994. A Kangura tem sua primeira edição logo após a invasão da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), em 1990, e se apresenta como uma resposta a revista Kanguka, a qual era a principal publicação da oposição armada. O próprio título da Revista Kangura (“Acorde os outros” em Kinyarwanda), é uma resposta à Kanguka (“Acorde” em Kinyarwanda), e se torna o principal meio de divulgação e organização dos setores mais radicais do MRND, como é o caso do Poder Hutu. No entanto com as negociações do MRND com a FPR, assim como a abertura política do país com o fim do unipartidarismo, a Kangura iniciou críticas à Juvenal Habyarimana, e junto da ala mais radical de seu partido colaborou com a criação do CDR³ em 1993.

A publicação da revista Kangura foi realizada com periodicidade mensal entre 1990 e abril de 1994, possuindo duas versões publicadas em línguas diferentes e algo que variava entre 1500 e 3000 cópias por mês. O financiamento se dava por colaboradores ligados ao MRND e ao CDR, e chegou a ser impressa em equipamentos do próprio governo. A Revista Kangura teve um grande impacto político no início da década de 1990, que, apesar de a grande maioria da população ruandesa ser composta por analfabetos, a publicação era constantemente lida em público, principalmente durante encontros de milícias paramilitares, como é o caso da Interahamwe.⁴ A centralidade da revista Kangura enquanto uma elaboração teórica radical do MRND e uma difusão de tais concepções só perde espaço com o desenvolvimento da *Radio Télévision Libre des Mille Collines* (RTL), que, ao ser inaugurada no ano de 1993, possui um imenso impacto no cotidiano da população ruandesa, atingindo mais regiões e ajudando, inclusive, a coordenar e organizar as ações no decorrer do genocídio em 1994.

De um modo geral, o conteúdo disseminado pela Revista Kangura estava atrelado às visões racistas acerca da população Tutsi e também com uma grande criminalização da organização oposicionista Frente Patriótica Ruandesa, o que estava ligado à exaltação do hutu enquanto o verdadeiro ruandês, em um discurso com forte caráter nacionalista, conforme veremos mais adiante ao adentrarmos de modo mais detalhado nas evidências das fontes históricas selecionadas.

No entanto, para entendermos melhor a Revista Kangura, precisamos antes compreender o contexto histórico e a conjuntura política e econômica em que a revista foi publicada, princi-

² Termo utilizado por Scott Straus na obra “*Order of genocide: race, power and war in Rwanda*” (2008) para designar a parcela da população ruandesa que colaborou mais diretamente com a execução do genocídio em 1994.

³ O CDR, sigla para Coalisão para a Defesa da República, foi um partido político de extrema-direita do Hutu Power ruandês.

⁴ Do kinyarwanda: “aqueles que trabalham juntos” ou “aqueles que atacam juntos”. A Interahamwe foi um grupo paramilitar da MRND, do início da década de 1990, que corroborou com o governo de Habyarimana e com o genocídio.

palmente no que tange a decadência e decaída da Segunda República Ruandesa do presidente General Juvenal Habyarimana no decorrer da década de 1980, período em que crises econômicas, sociais e políticas desembocaram na Guerra Civil ruandesa da década 1990 e, subsequentemente, no genocídio de 1994. Nos anos 1980, o projeto político do MRND figurado no Presidente General Juvenal Habyarimana começa a entrar em colapso. Desde 1973, com o golpe de estado efetuado pelo então General Juvenal Habyarimana, Ruanda passou por anos de um processo contínuo de crescimento econômico e de ganhos sociais, dentro de uma proposta desenvolvimentista que foi comum à alguns países africanos após os processos de independência da década de 1960, conforme nos aponta Beluce Bellucci (2010).

Tal processo desenvolvimentista, no caso de Ruanda, foi baseado na intensificação da produção do principal produto de exportação do país (o café), e de um monopólio estatal na comercialização e de parte da cadeia produtiva de tal mercadoria (TAKEUSHI; MARARA, 2009). O Estado ruandês assumiu um papel para otimizar a produção cafeeira ruandesa, de modo que ficou a seu cargo distribuir sementes, pesticidas e fertilizantes, ficando também responsável pela comercialização do produto. A partir de tal posição, o governo de Habyarimana conseguia a verba necessária para um amplo investimento público em rodovias e outras infraestruturas.

Nessa cadeia produtiva, o café era produzido em milhares de pequenas propriedades, já que o latifúndio não era presente em Ruanda desde a grande reforma agrária realizada nos anos subsequentes à Revolução Hutu de 1959 e a Independência em 1962.⁵ Desta forma, caberia ao camponês de Ruanda produzir o café e entregá-lo à empresa estatal para a comercialização. No entanto, esta produção se dava de maneira forçada, em que os ruandeses eram obrigados a plantar árvores de café e poderiam sofrer sanções previstas em lei caso não cumprissem cotas de produção ou negligenciassem suas mudas de café. A importância da produção cafeeira é dimensionada ao pensarmos que tal produto correspondia a mais de 80% do produto interno bruto do país, o que era ainda mais incentivado pelo governo (VERWIMP, 1998).

O projeto desenvolvimentista de Ruanda começa a entrar em colapso já em meados da década de 1980, ainda mais com as crises internacionais e a queda brusca do preço do café no mercado internacional, o que elevou significativamente os gastos do governo com o subsídio na produção (TAKEUSHI; MARARA, 2009). A crise em Ruanda não é um fato isolado dentro do contexto africano, tendo em vista que boa parte dos países africanos entram em colapso nas décadas de 1980 e 1990, levando a crises econômicas, políticas, sociais e até humanitárias, com dezenas de episódios de guerras civis, fome generalizada e processos epidêmicos, e o caso da

⁵ Após o processo de Independência, os grandes lotes de terra que eram de exclusividade da aristocracia ruandesa foram divididos para o restante da população, acabando com a relação tradicional de acesso à terra baseada entre Igikingis e Ubukondes.

guerra Civil Ruandesa e o subsequente genocídio não estão isolados desse contexto africano mais amplo (BADI, 2008). De um modo geral, conforme destaca Beluce Bellucci, tais crises estão diretamente ligadas às decadências dos modelos desenvolvimentistas e a inserção do neoliberalismo no continente africano, que elevou rapidamente a dívida externa dos países africanos resultando em uma explosão da miséria e de conflitos em diferentes países. (BELLUCCI, 2010).

No caso ruandês, a fragilidade do governo faz com que grupos opositores ganhem força, dentre tais grupos destaca-se a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) que foi formada principalmente por opositores ruandeses exilados em Uganda. A forma encontrada pela FPR de entrar de um modo mais direto na política ruandesa foi a partir da luta armada, ainda mais com o apoio logístico e de treinamento militar por parte de ugandeses do Exército de Resistência Nacional (ERN)⁶. Assim, a partir do início da década de 1990, a FPR realizou uma série de operações armadas no território ruandês a partir do norte do país, o que levou o país à uma guerra civil entre os opositores armados e o exército oficial do Estado Ruandês. Com o início da guerra civil a Revista Kangura começa a ser publicada com regularidade, conforme vimos anteriormente, com um forte caráter de propaganda e um fomentador de um orgulho de uma identidade nacional hutu e também um ódio frente a população tutsi.

Cultivando o ódio: propagando um país dividido

Em uma de suas primeiras edições de novembro de 1990, a Revista Kangura trouxe em seu editorial escrito por Hassan Ngeze uma reflexão que envolvia a construção das relações entre os tutsis e os hutus em Ruanda, conforme podemos observar no trecho citado abaixo:

Pessoas deste grupo étnico, que vieram para Ruanda no passado, falam sobre o grupo étnico dos tutsis: os tutsis vivem como gatos. Quando você tem leite, eles vêm até você. A única coisa que os faz melhores que os gatos, ou melhor, a diferença deles com os gatos é que, uma vez que o leite já foi bebido, eles tentarão encontrar formas e meios de tirar o leite de você ou, até mesmo, tentar prejudicá-lo de alguma forma ou tentarão, também, manipular você. Desta forma, os hutus ficaram próximos do tutsi, e foram acolhidos como visitantes, mas ao invés de dormirem como os visitantes fazem, o mal – o mal deles – ou os maus hábitos, levaram a melhor sobre eles. Assim, os tutsis acabaram por tomar o poder e os hutus foram feitos de subservientes e usados como servos, e os hutus foram feitos de subservientes pelas pessoas.⁷ [tradução própria].⁸

⁶ O Exército de Resistência Nacional se configurou como uma organização política e militar de oposição ao segundo governo de Milton Obote (1980-85) em Uganda, corroborando diretamente para a queda de Obote e o fim de seu regime.

⁷ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 4, novembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/ Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 58.

⁸ People in this ethnic group, which came to Rwanda last, say that the tutsi ethnic group - the tutsis live like cats. When you have milk, they will come to you. The only thing that makes them better than cats - or, rather, their difference with cats is that once they've already drunk the milk, they'll try to find ways and means of taking the milk away from you or even to harm you or they will also try to rule you. So hutus got close to

No fragmento acima o editor da revista realiza uma comparação da relação entre tutsis e hutus com a relação construída entre pessoas e gatos. De acordo com o texto, nesta relação os tutsis seriam sujeitos aproveitadores e interesseiros na medida que gatos também seriam vistos dessa maneira, pois só se aproximariam de pessoas (ou os tutsis dos hutus) na medida que este possui algo para ser oferecido em troca, no caso do gato, segundo o texto, o leite. Por outro lado, segundo Ngeze, os tutsis seriam ainda “piores” do que os gatos, dado que enquanto os gatos vão supostamente embora quando não possuem nada mais para lhes ser oferecido, os tutsis ao invés de irem embora, tentariam desapropriar aquilo que é do hutu, roubando-lhe as suas posses.

É interessante notar que o tutsi, no fragmento supracitado, é colocado como um mero visitante de Ruanda, que foi bem recebido pelos hutus, ou seja, o que está sendo sugerido neste trecho é que os tutsis seriam estrangeiros em seu próprio país, e que estariam apenas de modo momentâneo no país. Essa postura de limitar a nacionalidade ruandesa, deixando de fora os tutsis (já que seriam “visitantes” ou estrangeiros), corrobora com o desenvolvimento de uma identidade nacionalista baseada no hutu e em total oposição ao tutsi. Porém, mais do que estrangeiros (ou visitantes), segundo o documento os tutsis seriam indivíduos que subtraíram o poder em Ruanda e que teria transformado a população hutu do país como algo que lhe fosse “subserviente”, como um “servo”, dada a suposta ambição por parte da população tutsi.

De acordo com outro fragmento retirado da Revista *Kangura*, de sua edição número 40 publicada em fevereiro de 1993, e também escrito pelo editor Hassan Ngeze, esse domínio dos tutsis diante dos hutus só teria sido efetivamente revertido com a chamada Revolução Hutu de 1959, mas que esta suposta “emancipação” estaria sendo posta em cheque no decorrer da Guerra Civil do início da década de 1990, conforme é possível observar no seguinte fragmento:

Quando os tutsis foram depostos por uma revolução popular em 1959, eles nunca mais dormiram em seus louros. Eles têm feito muitos esforços para restaurar a monarquia usando suas mulheres *Bizungerezi* e dinheiro que parecem ter substituídos as vacas. No passado, a vaca era símbolo de riqueza.

Quem pode estabelecer a diferença dos *Inyenzi* que atacaram em outubro de 1990 e daqueles que atacaram na década de 1960? Eles são os mesmos. Os primeiros são descendentes destes últimos. A maldade é a mesma. Todos esses ataques procuram restaurar a monarquia e o feudalismo [*Ubuhake*]. Os crimes abomináveis cometidos pelos atuais *Inyenzi* contra os cidadãos são lembretes daqueles crimes cometidos por seus pares: matando, pilhando, estuprando meninas e mulheres...⁹ [tradução própria]¹⁰

the tutsis, welcomed them as visitors, but instead of sleeping like visitors would do, the bad - his bad - or their bad habits got the better of them. So the tutsis ended up by taking over power, and the hutus were made subservient and were used as servants.

⁹ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 40, fevereiro de 1993, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case nº. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 59.

Podemos observar no trecho supracitado que a revista faz uma sugestão inicial de que os tutsis se esforçam para retomar o poder perdido com a Revolução de 1959, e que utilizaria de dois mecanismos para isso: as mulheres e o dinheiro. Dentro dessa concepção apresentada pela revista temos um destaque significativo para as mulheres tutsis enquanto pessoas que estariam colaborando secretamente com um grande complô étnico a favor dos tutsis. Veremos mais sobre isso mais adiante quando tratarmos mais diretamente os “10 mandamentos hutus”, mas por hora é importante destacar que nesse argumento está embutido também uma concepção de pureza étnica e contra uma suposta miscigenação entre tutsis e hutus. No caso do dinheiro, foi recorrente no decorrer das décadas de 1980 e início de 1990 as insinuações de que os tutsis possuíam mais negócios e dinheiro frente aos hutus, o que resultava em teorias conspiratórias, em que os responsáveis pela crise em Ruanda seriam os tutsis, em uma linha argumentativa próxima que judeus chegaram a sofrer frente ao nazismo no decorrer da década de 1930 na Alemanha.

O ponto central da argumentação de Hassan Ngeze no trecho parece ser a intenção de aproximar a oposição armada da FPR, chamada no documento de “*Inyenzi* que atacaram em outubro”, com os antigos monarquistas do período colonial. Essa aproximação apareceria como uma grande ameaça para Ruanda, com a possibilidade de o país retroceder em diversos pontos. Segundo o editor da Revista Kangura, elementos de violência física e exploração do trabalho que os hutus supostamente sofriam no decorrer do período colonial poderiam retornar em caso de vitória da Frente Patriótica Ruandesa na Guerra Civil, já que, supostamente, os tutsis que participavam da FPR seriam os mesmos – ou ainda os seus descendentes diretos – que resistiram em nome da monarquia tutsi no decorrer da década de 1960.

Outro ponto importante de destacar no documento é a utilização do termo *Inyenzi* para designar os tutsis, já que o termo *Inyenzi* em Kinyarwanda significa “barata”, o que acabou sendo um termo recorrente no decorrer da década de 1990, em que era utilizado para desqualificar e menosprezar a população tutsi ao compará-la com algum animal, assim como foi feito na citação em que os tutsis foram comparados com gatos. A animalização de seres humanos em processos de extermínio é algo recorrente na história contemporânea, principalmente na aproximação de animais que envolvam infecções, contaminações, ou o subsolo.

¹⁰ When the tutsis were overthrown by the people's revolution in 1959, they have never slept again on their laurels. They have been doing their utmost to restore the monarchy by using their women *Bizungerezi* and money which seems to have replaced cows. In the past, cows were symbols of richness.

Who can establish the difference between the *Inyenzi* who attacked in October 1990 and those of the 1960s? They are all the same. The former are the offspring of the latter. Their wickedness is the same. All these attacks sought to restore the monarchy and the feudality [*Ubugake*]. The abominable crimes committed by the present *Inyenzi* against the citizens are a reminder of those committed by their peers: killing, looting, raping young girls and women....

A aproximação de tutsis com antigos monarquistas também aparece em outras edições da Revista *Kangura*, como é o caso do trecho baixo retirado da edição 19, lançada em julho de 1991:

Todos nós sabemos que, com a exceção de alguns hutus como o Kanyarengwe e Bizimungu, os refugiados que se tornaram *Inyenzi-Inkotanyi*¹¹ são todos descendentes dos tutsis. (...) Os hutus devem entender que não são todos que estão travando uma guerra com os tutsis, porque os tutsis querem recuperar o poder que foi tirado deles pelos hutus, todo mundo pode ver isso. Se você olhar bem, você verá que 85% dos tutsis que vivem no país estão de alguma forma, relacionados com os refugiados *Inyenzi-Inkotanyi* que vieram nos atacar...¹² [tradução própria]¹³

No trecho destacado do documento podemos reparar que a associação entre tutsis e a oposição armada é construída novamente, em que os membros da Frente Patriótica Ruandesa são postos quase que exclusivamente de origem tutsis, o que, segundo Ngeze existiriam poucas exceções de hutus membros. É importante destacar que em nenhum momento a FPR chegou a se definir como uma instituição exclusivamente tutsi, ou ainda organização que tivesse em sua agenda uma valorização do tutsi, já que seu foco estava em opositores políticos refugiados ou exilados de Ruanda, que possuíam sim em sua maioria uma composição de tutsis, mas que também era composta por hutus, possuindo membros hutus em seu alto escalão.

Um elemento novo posto no fragmento destacado é o termo *Inyenzi-Inkotanyi* para designar os tutsis da FPR, em que além de conter o já citado termo “Barata” (*Inyenzi*), também encontramos *Inkotanyi* (Intocável em Kinyarwanda), que seria uma referência a aristocracia tutsis de períodos pré-coloniais e coloniais, em que os membros do alto escalão da monarquia recebiam o nome de Intocáveis (MAMDANI, 2002). Ao associar os termos baratas e intocáveis, o documento indica, além de uma animalização dos tutsis, também uma condição de serem quase que naturalmente monarquistas, acusação a qual não fazia parte da agenda da FPR, apesar de existirem movimentos por parte da família real ruandesa de restaurar a monarquia, tais movimentos não encontram reverberação entre setores da população ruandesa.

Além da busca de caracterizar os membros da Frente Patriótica Ruandesa como sendo uma organização constituída por refugiados tutsis, o trecho destacado também indica uma suspeição de que praticamente todo e qualquer tutsis poderia ser um membro da organização oposi-

¹¹ *Inyenzi-Inkotanyi* pode ser traduzido a partir do Kinyaruanda como Baratas-intocáveis.

¹² **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 19, julho de 1991, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 59.

¹³ ...We all know that with the exception of a few hutus such as Kanyarengwe and Bizimungu, the refugees who have become *Inyenzi-Inkotanyi* are all descendants of the tutsis. (...) The hutus must understand that they are not all waging the war as the tutsis, because everyone can see that, the tutsis want to regain the power that was taken from them by the hutus. If you look closely, you will see that 85% of the tutsis who live in the country are somehow linked with the refugees from which come the *Inyenzi-Inkotanyi* who attack us...

cionista (“85%”, para ser mais preciso, como aponta o próprio documento), o que faz com que qualquer tutsi possa se tornar um suspeito e ou um inimigo em potencial, alimentando um ódio coletivo dos hutus diante dos tutsis. O alimento e a propagação para o ódio frente aos ruandeses tutsis ficam ainda mais evidentes no artigo chamado “10 mandamentos hutus”, publicado na edição 6 de dezembro de 1990, conforme podemos observar abaixo:

1. Todo homem hutu deve saber que a mulher tutsi, de qualquer jeito que ela for, estão trabalhando em prol de seu grupo étnico tutsi. Consequentemente, deve ser considerado traidor:

- Qualquer homem hutu que casar com uma mulher tutsi;
- Qualquer homem hutu que mantenha uma mulher tutsi com concubina;
- Qualquer homem hutu que faça uma mulher tutsi sua secretária [doméstica] ou protegêe.

2. Todo homem hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais dignas e conscientes no seu papel de mulher, esposa e mãe. Elas são bonitas, boas secretárias [doméstica] e mais honestas!

3. Mulheres hutus, sejam vigilantes e tragam seus maridos, irmãos e filhos de volta a sua consciência [hutu].

4. Todo homem hutu deve saber que os tutsis são desonestos em seus negócios. Eles só estão procurando a supremacia étnica.

“RIZABARA UWARIRAYE”¹⁴

Deve ser considerado um traidor, qualquer homem hutu:

1- Que faça sociedade nos negócios com tutsis;

2- Que invista dinheiro ou dinheiro do estado em uma empresa tutsi;

3- Que disponibiliza, ou empresta, para um tutsi

4- Que forneça favores nos negócios para tutsis (fornecer importantes licenças, empréstimos bancários, terrenos para construção, concursos públicos...)

5. Posições estratégicas na política, administração, economia, militar e segurança do território devem ser em larga extensão confiada aos hutus.

6. No setor educacional, (pupilos, estudantes, professores) deve ser da maioria hutu.

7. As Forças Armadas de Ruanda devem ser exclusivamente hutus. Esta é a lição que aprendemos da guerra de outubro de 1990. Nenhum soldado deve casar com uma mulher tutsi.¹⁵ [tradução própria]¹⁶

8. hutus devem parar de sentir pena dos tutsi.

9. O homem hutu, onde ele possa estar, deve estar unido, em solidariedade e estar preocupado com seus irmãos hutu.

- Os hutus em casa e nas redondezas devem constantemente procurar amigos e aliados para causa hutu, começando com seus irmãos Bantu.

- Eles precisam constantemente contrariar a propaganda tutsi.

¹⁴ Ditado popular ruandês em kinyaruanda traduzido como: “Apenas aquele que passou uma noite de insônia pode falar da noite”.

¹⁵ **Doc.** Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p 45.

¹⁶ No original: 4. Every hutu male must know that all tutsis are dishonest in their business dealings. They are only seeking ethnic supremacy./“RIZABARA UWARIRAYE”/Shall be consequently considered a traitor, any hutu male:- who enters into a business partnership with tutsis;- who invests his money or State money in a tutsi company;- who lends to, or borrows from, a tutsi;- who grants business favours to tutsis [granting of import licenses, bank loans, building plots, public tenders...]/5. Strategic positions in the political, administrative, economic, military and security domain should, to a large extent, be entrusted to hutus./6. In the Education sector, (pupils, students, teachers) must be in the majority hutu./7. The Rwandan Armed Forces should be exclusively hutu. That is the lesson we learned from the October 1990 war. No soldier must marry a tutsi woman

- O hutu tem que estar atento e vigilante quanto ao inimigo comum tutsi.¹⁷ [tradução própria]¹⁸

10. A revolução social de 1959, o referendo de 1961 e a ideologia hutu devem ser ensinados aos hutus em todos os níveis. Todo hutu deve propagar a presente ideologia largamente. Todo hutu que persegue seus irmãos por ter lido, disseminado e ensinado essa ideologia, deve ser considerado traidor.¹⁹ [tradução própria]²⁰

No documento “10 mandamentos hutus” podemos observar o cultivo do ódio em diferentes frentes da sociedade. Se nos debruçarmos diante dos mandamentos 1, 2 e 3, encontramos um forte ataque às mulheres tutsis e uma valorização das mulheres hutus. A principal preocupação seria de impedir relacionamentos entre homens hutus e mulheres tutsis, já que, supostamente, as mulheres classificadas como tutsis estariam sempre trabalhando para o seu próprio grupo étnico, em uma grande organização e conspiração tutsi. Para coibir a interação étnica em relacionamentos, os mandamentos também apontam para uma suposta “melhor qualidade” física e moral por parte das mulheres classificadas como hutus, e que os homens hutus deveriam se relacionar exclusivamente com mulheres hutus, sendo considerados traidores em caso de relacionamentos com mulheres tutsis e caberia às mulheres hutus estarem atentas para impedir que os homens hutus construíssem algum tipo de relacionamento que não estivesse diretamente alinhado com os supostos ideais nacionalistas baseado apenas nos hutus.

Quando o assunto dos mandamentos se torna mais focado para questões que envolvam o mundo da economia, podemos observar, principalmente no mandamento 4, que existe uma acusação de que os relacionamentos financeiros construídos por tutsis sempre possuiriam como um pano de fundo a busca pela supremacia étnica, sendo que os negócios financeiros construídos pelos tutsis deveriam ter a sua idoneidade suspeita. Desta forma, segundo Ngeze, os hutus que estabelecessem qualquer forma de trocas financeiras (empréstimos, investimentos, sociedade, entre outras) com um tutsi, esse hutu deveria ser posto como um traidor.

Já nos mandamentos 5, 6 e 7, podemos observar que existia toda uma preocupação com os setores públicos da sociedade ruandesa, em que esferas do Estado deveriam ser monopoliza-

¹⁷ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 45.

¹⁸ No original: 1. Every hutu male should know that tutsi women, wherever they may be, are working in the pay of their tutsi ethnic group. Consequently, shall be deemed a traitor:/- Any hutu male who marries a tutsi woman/- Any hutu male who keeps a tutsi concubine:/- Any hutu male who makes a tutsi woman his secretary or protégée./2. Every hutu male must know that our hutu daughters are more dignified and conscientious in their role of woman, wife and mother. Are they not pretty, good secretaries and more honest!/3. hutu woman, be vigilant and bring your husbands, brothers and sons back to their senses./ 8. hutus must cease having any pity for the tutsi./9. – The hutu male, wherever he may be, should be united, in solidarity and be concerned about the fate of their hutu brothers./- The hutus at home and abroad must constantly seek friends and allies for the hutu Cause, beginning with their Bantu brothers./- They must constantly counteract tutsi propaganda./- The hutu must be firm and vigilant towards their common tutsi enemy.

¹⁹ Doc. Revista *Kangura*, nº 06, dezembro de 1990, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 45.

²⁰No original: 10. The 1959 social revolution, the 1961 referendum and the hutu ideology must be taught to hutus at all levels. Every hutu must propagate the present ideology widely. Any hutu who persecutes his brother for having read, disseminated and taught this ideology shall be deemed a traitor.

das e estabelecidas exclusivamente por hutus, como seria o caso das Forças Armadas, da segurança e administração pública, e o setor educacional. Essa exclusividade do setor público apenas aos hutus, ficando vedada a participação de tutsis, está vinculada tanto com a concepção de que os tutsis poderiam tomar o poder destas instituições, assim como com a visão de que os tutsis não teriam a legitimidade de ocupar tais posições por não serem ruandeses legítimos, como se fossem estrangeiros, ou ainda “visitantes”, conforme foi apontado por outro fragmento do Revista Kangura.

Os mandamentos 8 e 9 apresentados na fonte, demonstram de uma maneira mais direta a proposta de uma unidade ideológica e coesa entre hutus contra a população tutsis, em que este é apresentado como um “inimigo comum”, que precisa ter a divulgação de sua “propaganda” contrariada e combatida pelos hutus, em um processo em que os hutus deveriam “parar de sentir pena dos tutsis”. Esse combate poderia ser feito a partir de uma difusão de ideias de supremacia hutu entre os próprios hutus, em uma espécie de solidariedade étnica.

O documento é finalizado com o mandamento 10, no qual fica mais evidente a propaganda de uma difusão ideológica realizada pela Revista Kangura e também o suposto suporte histórico de tal argumentação, em que novamente o processo da Revolução Hutu de 1959 é apontada como um marco fundamental de conquistas por parte da população hutu de Ruanda e que estaria sob ameaça diante do desenvolvimento da guerra civil ruandesa, conforme também foi possível observar em outros trechos destacados no decorrer do presente artigo.

É interessante notar também que boa parte do documento, além de destratar diretamente a figura dos tutsis, também realiza uma ofensiva diante de hutus que não concordariam com tais posicionamentos, classificando-os como traidores dos ideais da unidade hutu. Tal ataque está diretamente alinhado com ações ocorridas no decorrer do próprio genocídio de 1994, em que milhares de hutus moderados foram perseguidos e assassinados por auxiliar tutsis, terem relacionamentos ou até mesmo por se recusarem a participar do massacre.

Tais visões extremistas difundidas pela Revista Kangura não podem ser entendidas como uma visão hegemônica dentro da sociedade ruandesa, ou como um elemento central dentro do genocídio, já que em alguns momentos Hassan Ngeze era criticado por tais posições o que fazia com que em alguns editoriais a Kangura tivesse que se retratar frente a tais posições e recuar em sua radicalidade, conforme podemos ver no seguinte trecho da edição 11 de março de 1991:

A Kangura não escondeu seu desejo de ver o nascimento de um novo movimento democrático, com apoio maciço dos Bahutu de Ruanda sem, no entanto, excluir os membros de outros grupos étnicos. Essa força pode constituir uma esmagadora maioria, que, com toda a sua boa vontade e intenções nebulosas, pode transformar Ruanda em um país democrático, orgulhoso de seu presente e

com a certeza do seu futuro. *Kangura* não está negando os tutsis e os Twas o direito de formar seus partidos políticos democráticos ou associações... *Kangura* não quer ouvir aqueles que estão dizendo que quando você se referir a alguém como um hutu, ou tutsi, ou um Twa, você está semeando a discórdia no país. Com o nosso movimento democrático hutu que queremos configurar, esperamos ouvir um novo slogan: Viva a diversidade!!!²¹ [tradução própria]²²

O impacto da revista *Kangura* não pode ser de modo algum hiper dimensionado, já que a sua capacidade de inserção em uma sociedade analfabeta acaba muitas vezes encontrado uma forte limitação. Em uma importante pesquisa Scott Straus (2006) fez um levantamento acerca do conhecimento que os indivíduos que participaram do genocídio possuíam acerca do “10 mandamentos hutus”, chegando a conclusão de que apenas uma porcentagem de 2,8% daqueles que participaram do genocídio já tinham ouvido falar sobre essa publicação da Revista *Kangura* (STRAUS, 2006, p.130).

O maior impacto quanto às ideias propostas pela *Kangura* fica mais evidente com a abertura da RTLM, que a partir do rádio conseguia um impacto muito mais amplificado. A *Kangura* também atinge uma propagação de suas ideias a partir de sua operacionalização partidária com o CDR, o qual tinha o manifesto muito próximo daquilo que era proposto por Hassan Ngeze.

Considerações finais:

Conforme pudemos ver no decorrer do presente artigo, a Revista *Kangura* apresentou uma forma de campanha de ódio contra a população tutsi de Ruanda e uma valorização da população hutu ruandesa. Identificamos diferentes ferramentas argumentativas que nos trazem tais indícios, e entre as que nos chamaram mais a atenção, é o processo de animalização dos tutsis. No decorrer da argumentação da Revista *Kangura*, os tutsis eram postos como interesseiros como gatos, ou ainda são postos como baratas (*Inyenzis*), de modo a abstrair a humanidade de parcela da população, tornando o assassinato e o genocídio mais próximos de serem executados.

Outra forma de fomentar o ódio frente aos tutsis que também foi possível identificar nos fragmentos foi o tratamento dado aos tutsis como se estes fossem estrangeiros em Ruanda, sem direitos de participação em setores públicos do país. Sendo os tutsis estrangeiros (ou visitantes em Ruanda), suas ações eram postas como ameaçadoras de tomar aquilo que seria dos hutus.

²¹ **Doc.:** Revista *Kangura*, nº 11, março de 1991, in: *Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence*, dezembro de 2003, p. 62.

²² *Kangura* did not conceal its desire to see the birth of a new democratic movement, massively supported by the Bahutu of Rwanda without, however, excluding members of the other ethnic groups. This great force can constitute an overwhelming majority which, with all its goodwill and nebulous intentions, can transform Rwanda into a democratic country, proud of its present and sure of its future. *Kangura* is not denying the tutsis or the Twa the right to form their own democratic political parties or associations... *Kangura* does not want to listen to those who are saying that when you refer to someone as a hutu, or a tutsi, or a Twa, you are sowing seeds of discord in the country. With our democratic hutu movement which we wish to be born, we hope to hear a new slogan: Long live Diversity!!!

Essa visão do tutsi enquanto um estrangeiro, que não seria um verdadeiro ruandês como o hutu, também está atrelada à uma concepção particular do processo histórico de Ruanda, em que esta foi utilizada pela Revista Kangura como uma forma de justificar uma organização e mobilização de hutus contra tutsis, principalmente no que tange o processo histórico atrelado à Revolução Hutu de 1959 e a independência em 1962. Além disso, as ações da população tutsis (em quase sua totalidade) seriam sempre uma ação voltada com intenções étnicas para tentar reverter tais conquistas hutus, de modo a restaurar a Monarquia em Ruanda e subjugar o hutu às condições sociais e econômicas anteriores ao processo revolucionário de 1959.

Apesar de não podermos apontar a Revista de Hassan Ngeze como uma propaganda que influenciou diretamente a ação do genocídio (como foi o caso da RTLM), a Kangura possibilitou uma organização ideológica de grupos extremistas atrelados à CDR e ao Poder Hutu, dando materialidade para os seus ideais e coesão à um discurso odioso que cultivou o ódio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BADI, M. Kabunda. África em La globalización neoliberal: *las alternativas africanas*. Buenos Aires, **Revista Theomai**, v. 1, n 17, 2008, p. 77-87.

BELLUCI, Beluce. O Estado na África. **Revista tempo do mundo**, v. 1, n 1 (dez.2010), Brasília: IPEA, 2010, p. 9-43.

NEWBURY, Catharine. **Ethnicity and the politics of history in Rwanda**. África Today, n 44, v. 2, 1997, p. 211-222.

STRAUS, Scott. **The order of the genocide: race, power, and war in Rwanda**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

TARDIF-DOUGLIN, David; NGIRUMWAMI, Jean-Léonard; SHAFFER, Jim; MUREKEZI, Anastase; KAMPAYANA, Théobald. **Finding the balance between agricultural and trade policy: Rwanda coffee policy in flux**. Michigan, MSU International development, Working Paper No. 59, 1996.

TAKEUSHI, S; MARARA, J. **Conflict and Land tenure in Rwanda**. Tokya: Jica Research, 2009.

VERWIMP, Philip. **Development Ideology, the Peasantry and genocide: Rwanda represented in Habyarimana's speeches**. Yale, GSP Working Paper No. 13, 1998.

Fontes:

Prosecutor v. Ferdinand Nahimana, Jean-Bosco Barayagwiza and Hassan Ngeze: Case No. ICTR-99-52-T/Judgement and sentence, dezembro de 2003.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Detoubab Ndiaye
UNEB

A SOCIEDADE CIVIL NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS E SUA EMERGÊNCIA NA ÁFRICA OCIDENTAL: O EXEMPLO DO SENEGAL

**La société civile dans les transitions démocratiques et son émergence en
Afrique Occidentale: le cas du Sénégal**

Resumo: O início dos anos sessenta viu a maioria dos estados africanos aceder a soberania internacional. Esta autonomia é fortemente marcada por convulsões sócio-políticas, nomeadamente o advento do modelo de estado na gestão das sociedades africanas. Este modelo é um produto importado de sociedades industriais e uma fonte de muita violência na África. Com base nessa constatação, diversas concepções do Estado se encontram cada vez mais institucionalizadas, e o vocabulário estadual ocupa a esfera social. O conceito de democracia é o mais frequente no discurso dos novos líderes dos jovens Estados. O conceito da sociedade civil, que acompanha as transições democráticas, também ocupa um lugar significativo nesse novo vocabulário político, ao lado de outros, como a boa governança e o desenvolvimento econômico e social. A concepção da sociedade civil ainda gera uma controvérsia acalorada sobre sua posição no campo político. Está marcada por um problema de concepção e percepção entre os diferentes atores do jogo político. Nesta dificuldade de apreender o conceito de sociedade civil no continente, três grandes questões desafiam o pesquisador na definição dessa noção, que está em voga nas democracias avançadas, mas que tem um problema real de implantação em Estados africanos com fracas experiências democráticas. É sobre sua definição, sua realidade e sua transposição para o sul que sua definição é problemática, porque especialistas e pesquisadores ainda não concordam com uma única definição do conceito. As diferentes abordagens referem-se as considerações particulares de acordo com os especialistas e suas experiências nas áreas geográficas e realidades políticas. A dificuldade de sua realidade e sua transposição está ligada ao seu status como um conceito importado, mas também um símbolo de uma democracia profunda, o que nem sempre é o caso no contexto africano.

Palavras chaves: Sociedade Civil; Democracia; Transição; África.

Résumé: Le début des années soixante voyait la plupart des Etats africains accéder à la souveraineté internationale. Cette autonomie est fortement marquée par des bouleversements socio-politiques notamment l'avènement du modèle étatique dans la gestion des sociétés africaines. Ce modèle est un produit importé des sociétés industrielles et une source de violences en Afrique. Fort de ce constat plusieurs conceptions de l'Etat se retrouvent de plus en plus institutionnalisées, et le vocabulaire étatique occupe la sphère sociale. Le concept de démocratie en constitue le plus fréquent dans le discours des nouveaux dirigeants des jeunes Etats. Celui de société civile qui accompagne les transitions démocratiques, occupe aussi une place non négligeable dans ce nouveau vocabulaire politique, à coté d'autre comme la bonne gouvernance ou encore le développement économique et social. En Afrique, la conception de la société civile suscite encore de vives polémiques quant à sa position sur le champ politique. Elle est marquée par un problème de conception et de perception parmi les différents acteurs du jeu politique. A cette difficulté de saisir le concept de société civile en Afrique trois grandes questions interpellent le chercheur sur définition de cette notion qui est en vogue dans les démocraties avancées, mais qui connaît un réel problème d'implantation dans les Etats africains aux expériences démocratiques encore faibles. Il s'agit de sa définition, sa réalité et de sa transposition au sud. Sa définition connaît un problème parce que les spécialistes et les chercheurs ne sont toujours pas d'accord sur une définition unique du concept. Les différentes approches renvoient à des considérations particulières selon les spécialistes et leurs expériences, les aires géographiques et réalités politiques. La difficulté de sa réalité et sa transposition est liée à son statut de notion importée, mais aussi symbole d'une démocratie poussée ce qui n'est pas toujours le cas dans le contexte africain.

Mots Clés: Société Civile; Démocratie; Transition; Afrique

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

A SOCIEDADE CIVIL NAS TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS E SUA EMERGÊNCIA NA ÁFRICA OCIDENTAL: O EXEMPLO DO SENEGAL

Detoubab Ndiaye¹

Várias razões explicam a emergência em muitos países africanos das organizações da sociedade civil. Na maior parte desses países da África subsaariana, os atores da sociedade civil apareceram para responder às incoerências dos aparelhos estatais no plano nacional e para remediar às políticas econômicas internacionais que têm impactos negativos nas camadas minoritárias. Ao número destes impactos, podemos citar entre outras coisas uma má governança e uma classe política em defasagem com as aspirações sociais.

No início dos anos 60 quando a maior parte dos Estados africanos acedeu à soberania internacional, a sociedade civil não existia. Esta autonomia de hoje é marcada fortemente por perturbações sócio-políticas notadamente o advento do modelo estatal na gestão das sociedades africanas. Este modelo é um produto importado das sociedades industriais e uma fonte que originou as violências pelo poder na África. O ponto forte desta constatação, da existência de várias concepções do Estado, reencontra-se cada vez mais institucionalizada, e o vocabulário estatal ocupa a esfera social. O conceito de “democracia” constitui o mais frequente no discurso dos novos líderes dos jovens Estados. O de “sociedade civil”, que acompanha as transições democráticas, ocupa também um lugar não negligenciável neste novo vocabulário político, ao lado de outro como a “boa governança” ou ainda o “desenvolvimento econômico e social”. Em vários países africanos houve um forte crescimento da organização da sociedade civil nos últimos anos, e esta ocupa um lugar cada vez mais importante no espaço público.

A sua existência é anterior às formas democráticas modernas. Já Hegel a definia como o terreno de encontro dos interesses contraditórios e do mercado, ou seja, o espaço empresarial, com suas ambições, oposto ao Estado, que em princípio deveria se pautar na defesa da coletividade. A concepção hegeliana reencontra a de Karl Marx, de acordo com quem a sociedade civil seria um conjunto de relações intercaladas no mercado. O desenvolvimento das concepções de sociedade civil está ligado à tentativa de produzir uma doutrina de autogestão na França. A fórmula torna-se um emblema para a esquerda não comunista que se distingue pela sua recusa de atribuir um papel essencial à nacionalização das empresas e por atenção que ela leva aos movi-

mentos sociais. Esta concepção econômica subtrai-se aos outros domínios de intervenção da sociedade civil. O seu campo de ação toca o espaço público e a cultura política.

Os atores que dão corpo à sociedade civil encontram-se fora da política, e são compostos por intelectuais que figuram em um bom lugar na construção da sua hegemonia. Também é composta “de personalidades ou organizações não políticas ou sindicais agindo num objetivo não lucrativo em matéria humanitária, de direito humano de democracia e de desenvolvimento econômico, cultural e social” (SECK, 2005, p. 198). As organizações humanitárias como a Cruz Vermelha (CR) Caritas, Amnesty International, RADDHO (Encontro Africano de Defesa dos Direitos Humanos), ONDH (membro da Federação Internacional das Ligas de Direitos Humanos), e as ONG’s em geral. Acrescente-se a este cenário a imprensa, que conta cada vez mais em termos de participação no plano nacional e internacional. A sociedade civil é caracterizada para a associação voluntária, a base de uma vida autônoma ao plano organizacional e expressivo. Ao mesmo tempo dependente e independente do Estado, a sociedade civil às vezes se torna parceira do poder político, e às vezes a fonte de contra poder em matéria de democracia. No caso do Senegal, podemos dizer que a sociedade inspirou a maioria dos vizinhos da região como a Costa do Marfim, Guiné-Conakri, Mali, Guiné-Bissau, Benim e Cabo Verde.

Na África, a concepção da sociedade civil suscita ainda vivas controvérsias quanto à sua posição imediatamente política. É marcada por um problema de concepção e de percepção entre os diferentes atores do jogo político. A esta dificuldade para apreender o conceito de sociedade civil na África três grandes questões interpelam o pesquisador sobre a definição desta noção que está em voga nas democracias avançadas, mas que conhece um real problema da implantação nos Estados africanos com às experiências democráticas ainda fracas. Trata-se da sua definição, realidade e transposição aos países do hemisfério Sul. A sua definição conhece um problema porque os especialistas e pesquisadores não são sempre de acordo sobre uma definição única do conceito. As diferentes abordagens levam às considerações específicas de acordo com os especialistas e as suas experiências, as áreas geográficas e realidades políticas em que estão situados. A dificuldade da sua realidade e a sua transposição é ligada ao seu estatuto de noção conceitual importada, mas também símbolo de uma democracia acentuada, o que não é sempre no caso no contexto africano a exemplo do Senegal.

Embora a sua definição pareça problemática, existe certa fortuna crítica em matéria de reflexão sobre a sociedade civil, acervos que se mostram úteis no estudo das transições democráticas e a sua consolidação nos Estados do terceiro mundo. No Senegal a liberalização da vida política, iniciada nos anos 70, após a instauração do multipartidarismo integral sob o regime de Ab-

¹ Professor DEDC II/UNEB, membro permanente do PPGEAFIN UNEB e do PPGEAF UNEB DEDC II.

dou Diouf durante os anos 1980, trouxe mudanças radicais na vida política senegalesa. Estas mudanças, da mesma maneira que o desenvolvimento de uma imprensa crítica e de associações de defesa dos direitos humanos, a emergência de sindicatos e da institucionalização de eleições concorrenciais, irá traçar o caminho autêntico a uma sociedade civil. Ela tem por função:

De participar plenamente na promoção de uma cidadania ativa, exigente e receptiva às exigências da modernidade política e aberta às condições da sua adoção pelas sociedades que aspiram a aceder. Deve para esse efeito, empreender ações resolvidas de sensibilização e de educação cívica favorecendo uma melhor gestão do projeto democrático ainda cativo boudim dos políticos (COULIBALY, 2006, p. 102).

Por esta função, ela guia as populações a se apropriar dos mecanismos da democracia participativa. Neste domínio preciso o compromisso da sociedade civil e o seu dinamismo são necessários. Ela impulsiona as reformas necessárias e desenvolve a avaliação indispensável na concepção dos procedimentos e a condução das diligências que efetuam à uma nova cidadania. Este ponto de vista normativo da concepção de uma sociedade civil autêntica e ideal não se traduz sempre nos países em vias de desenvolvimento, onde as organizações da sociedade civil são confrontadas com problemas de financiamento. Não dispo de sempre os meios da sua política, a sociedade civil oeste-africana permanece tributária da cooperação internacional e as condições postas pelas organizações parceiras e o Estado. Aqui se entende frequentemente por sociedade civil, as ONGS e outros movimentos sociais que lhes são quase conexos, e são para a maior parte dos organismos externos ao poder político. Estas estruturas são implicadas bem frequentemente na luta para a promoção dos direitos humanos, dos direitos diversos e específicos e da formação à cultura democrática.

Este não é suficiente para concluir a existência a uma sociedade civil no sentido clássico do termo. Estes movimentos estão frequentemente longe de produzir uma real influência nas esferas da política e desenvolver impactos evidentes na condução do projeto democrático nacional. A realidade é que a sociedade civil reside ainda ao estado embrionário. Articular a problemática da sociedade civil e democracia no Senegal, por exemplo, retorna a se interrogar se a existência de uma sociedade civil dinâmica é garantia de uma democracia sã? Existe democracia verdadeira sem sociedade civil dinâmica e engajada? Estudar a sociedade civil consistiria em opor esta às políticas, ao Estado e as suas instituições? Frequentemente colocada em dúvida no continente africano, seria desejável pintar o ideal de uma sociedade civil para os povos africanos, e para o Senegal, que tem empreendido por muito tempo a experiência da democracia. O Encontro Africano de Defesa dos Direitos Humanos e o Fórum Civil serão sem dúvida as organizações sobre as quais se apoiará a presente análise.

A articulação sociedade civil e democracia encontra a sua importância no fato da democracia é o regime para o qual tendem a maior parte dos povos. Permite uma melhor participação das populações na gestão dos negócios da cidade. Realizada por teóricos do contrato social que são Rousseau, Hobbes e Locke, a democracia se consolidará no meio do século VIII após a Revolução francesa e inglesa. É fundada sobre a liberdade individual e a igualdade jurídica, implica o sufrágio universal, o pluralismo e o relativismo político. De acordo com Jean Leca é “*característica das sociedades que admitem o livre jogo das idéias políticas, econômicas e religiosas*” (LECA, 1996, p. 118). Ela existe, por conseguinte quando se cria um espaço político que protege os direitos dos cidadãos de qualquer potência do Estado. O advento da sociedade civil consagra então o fim do monopólio dos partidos político sobre a vida pública, o fim da dialética poder-oposição e o advento de uma força social viva. Esta força portadora das preocupações dos cidadãos se erija como uma opinião pública madura na frente do poder existente.

Neste trabalho, se trata de identificar o papel desta sociedade no processo democrático, mas também qual medida constitui um contra poder e melhor um freio às derivações institucionais. Permitindo a implicação dos cidadãos, a gestão da coisa pública reencontra-se no centro de um novo impulso em prol da democratização das tomadas de decisão. Após um regresso sobre a gênese deste movimento da sociedade civil, analisaremos a sua transposição ao contexto africano e as suas diferentes componentes pondo o acento sobre o seu estado embrionário. Centraremos a nossa reflexão sobre o papel desta sociedade no processo democrático atual, a sua contribuição em atenção das consciências cidadãs e de sua participação no processo eleitoral e as transições democráticas como no Senegal.

I. A sociedade civil: um acervo democrático

a) A sociedade civil: uma noção transposta

Modernidade política na África é marcada entre outras coisas pela transposição do modelo ocidental de modo de governo e gestão do Estado. Assim, à aurora das transições democráticas se vê aparecer na África organizações fortemente inspiradas da sociedade civil do modelo ocidental. A sociedade civil na África é marcada fortemente pelo seu estado embrionário que faz dela uma especificidade em relação às outras democracias.

- Do estado embrionário da sociedade civil

A sociedade civil nos é apresentada como feita de homens e de mulheres, de todas as condições organizadas ou não que, livremente ou sob a forma de públicos variados, se engajaram em qualquer responsabilidade, face ao Estado ou a qualquer outra autoridade reconhecida, a tomar em carga a procura de soluções de que aos seus olhares e na cidade constituem urgências não ou insuficientemente tidas em conta. É evidente que a sociedade civil poderia desabrochar apenas num sistema democrático onde os cidadãos exprimem livremente o seu ponto de vista perante a gestão do poder. Este tipo de governo novo na África, a sociedade civil que acompanha estas é ainda jovem.

Ela aparece então como um processo geral da apropriação, pelos povos e cidadãos de um país, organizados fora do Estado e outros quadros políticos tradicionais da política, quer dizer o direito à participação da atividade pública para a definição e a determinação da sua condição geral de existência. A forte taxa de analfabetismo na África constitui um freio à emergência de uma sociedade civil dinâmica, onde frequentemente é confundida à sociedade política, e ao Estado. A democracia que é uma noção transposta nos nossos sistemas políticos após as independências é a condição primeira da emergência das organizações da sociedade civil. Esta última sendo nova e pouca conhecida não está terminando de se estruturar na África em todos os contornos. É porque a sociedade encontra uma dificuldade de emergência. Muitos países africanos naufragaram após os anos 60 em regimes ditatoriais devido a ausência de organizações da sociedade civil, e dos partidos da oposição.

Concebido nos países de tradição democráticas sólidas, o movimento e a ideologia que estrutura a sociedade são desconhecidas das populações, contrariamente aos países africanos cujas experiências democráticas são ainda fracas. Estas populações são supostas ser as vanguardas e a componente da sociedade civil. Os membros das organizações da sociedade civil encontram esta dificuldade de e aceitam como defensores dos interesses dos cidadãos perante a qualquer potência do Estado. Então as organizações da sociedade civil encontram uma crise de legitimidade na esfera pública. Ponto de partida da participação dos cidadãos na vida política, o movimento da sociedade civil constitui o fundamento da democracia, enquanto na África e o Senegal em particular, a gestão do poder político permanece unicamente à apreciação das políticas. As populações da base são quanto a elas, são reduzidas a de simples observadores da atividade política ao limite. Nestes países onde a sociedade civil é ainda embrionária, a presença dos cidadãos no campo político não é notável durante os períodos eleitorais.

Após uma quarentena de anos da existência da hegemonia da democracia cristã, os homens políticos italianos dos partidos, tendo uma credibilidade na opinião pública, compreendiam que o pessoal dirigente do Estado tinha necessidade de um sangue novo, de onde a chamada à

sociedade civil, homens e mulheres que não eram profissionais da política e tinham a reputação de serem cidadãos e cidadãs iluminados e justos. É nesta ordem de idéias que emerge a sociedade civil na África no início dos anos 90 com a redemocratização na famosa conferência de La Baule na França.

É o jogo da democracia combinado com o da negociação que, único, permite ao mesmo tempo a expressão plural da sociedade civil e o ajustamento recíproco das pretensões contraditórias dos diferentes atores comprometidos cada um numa dinâmica de defesa destes direitos, seus interesses, os seus ideais morais. Nos países onde a expressão democrática é ainda fraca, os governantes são geralmente hostis às negociações, ao diálogo entre os atores. No caso do Senegal, a sua cultura política é uma mistura de valores e de crenças, compensada por uma propensão no debate, o jogo político e por uma concepção do poder que depende mais sobre a interdependência dos atores (ainda que estas relações sejam notadamente desiguais devido à falta de maturidade das organizações das sociedades civis).

A emergência da sociedade civil também é travada pelo fato dos cidadãos encontram-se separados da esfera política. Existe um desvio enorme entre as organizações burocráticas do Estado e a sociedade civil. Na África e o Senegal, a classe social não apreende sempre o seu papel na gestão do Estado. Embora a democracia representativa exija que o povo delegar os seus poderes aos seus representantes, supostos defender os seus interesses, as organizações da sociedade civil participam a emergência de uma gestão participativa dos negócios públicos.

- O papel dos intelectuais na emergência da sociedade civil

A noção de sociedade civil conhece freqüentemente erros de qualificação. A maior parte dos casos são assuntos isolados ou apressadamente organizados que, espontaneamente, se auto-proclamam “sociedade civil”. Às vezes também é certa imprensa que, deliberadamente, batiza um grupo ou uma comunidade sob a mesma denominação. A designação se aplica a um objeto leve, uma entidade coletiva à configuração vaga, em função das circunstâncias de aliança, da oposição ou da distanciação em relação ao jogo político. Gramsci é interessado rigorosamente ao papel dos intelectuais na sociedade, dizia-se notadamente que todos os homens são intelectuais, mas que todos não têm a função social de intelectual. A marca primeira do intelectual é um fato do seu compromisso. Os intelectuais não devem limitar-se à produção de discursos como isso é ainda muito freqüente na África, mas devem se implicar na organização de práticas sociais e políticas. Estes intelectuais orgânicos não descrevem simplesmente em função de regras científicas, mas exprimem antes as experiências e os sentimentos que as massas não poderiam exprimir por

elas mesmas. A necessidade de criar uma cultura limpa aos trabalhadores deve pôr-se em relação com a chamada de Gramsci para um tipo de educação que permita a emergência de intelectuais que compartilham as paixões das massas e formando assim a base verdadeira de uma sociedade civil.

A teoria da hegemonia de Gramsci é inseparável da sua concepção do Estado capitalista, do qual ele diz que ele dirige pela força e o consentimento. O Estado não deve ser compreendido como o único governo, Gramsci distingue duas grandes partes: “a sociedade política”, lugar das instituições políticas e o controlo constitucional legal (a polícia, as forças armadas, o sistema legal); “a sociedade civil”, que podemos designar-se como a esfera privada ou não estatal, e que inclui a economia. A primeira é governada pela força, o segundo pelo consentimento. Gramsci precisa, contudo que esta distinção é, sobretudo, conceptual e que as duas esferas se recortam frequentemente.

Os intelectuais concebidos como a franja iluminada da sociedade, constituem o pedestal da sua existência e a sua vitalidade. *“Em se inscrevendo numa ótica positiva da inserção e de ação social sob a proteção dos direitos humanos da pessoa, de Estado de Direito, da democracia em geral, o intelectual africano se compromete também à assegurar certa representatividade a fim de melhor gerir a sua condição e finalizar a sua ação”* (DIAGNE, 2000, p. 21).

O intelectual senegalês e africano deverá contar com simbolismo místico político do poder e ao mesmo tempo um largo representatividade - exceto os partidos políticos - as associações, clubes, círculo de reflexão ou corrente de pensamento. O debate intelectual, a reflexão deverá ser ao centro das organizações da sociedade civil. É a soma destas reflexões e destes debates que tenderão a remar contra a maré, no caso de ser necessário, do Estado enquanto instância de decisão. Os intelectuais entram então em convergência com outros pólos de influências sociais afirmados nos seus princípios apolíticos e desempenhando um papel determinante no equilíbrio dos jogos e desafios públicos. É assim como os comerciantes, artistas e todas as outras componentes da sociedade civil clássicas podem ver-se aderir aos intelectuais, para fins de uma aposta em comum do seu poder de influência e da sua capacidade de ação.

Além disso, não é imaginável reduzir a sociedade civil ao microcosmo dos grupos ou individualidades instruídas, influentes sob algum relatório ou vivendo um meio urbano, com a constância de não ser implicados no jogo político, como aquilo pode ser o caso para os sindicatos. A intelligentsia senegalesa, chamada desde os inícios da colonização agrupa “evoluídos ou intelectuais” contribuiu para dar forma à sociedade civil, portadora das queixas das populações. Ela foi à origem de toda uma corrente de ideias que, para ser instaladas na contradição e o conflito, tornaram-se uma dimensão importante da sociedade e a cultura senegalesa. A escola de-

sempenhou também um papel importante na formação do intelectual. A perenidade da sociedade civil deve passar por uma escolarização à escola dos futuros herdeiros. Os intelectuais não saberiam estar na margem da composição dos atores da sociedade civil. Em outro lugar, é nos países desenvolvidos onde a educação dos cidadãos adquiriu certo desempenho que as organizações da sociedade civil conhecem um prestígio verdadeiro. Distinguem-se, portanto pela sua implicação no tecido social.

b) Complementaridade entre a sociedade civil e o Estado

A sociedade civil não saberia ser oposta de maneira constante ao Estado enquanto em uma encarnação do poder político. Ela não é composta unicamente de organizações agindo num sentido oposto ao Estado. Estabelecer uma barreira entre sociedade civil e Estado não participa de fazer surgir a mais perfeita noção de sociedade civil. Assim aparece de uma parte parceira do Estado e de outra a relação entre administração central e local e os cidadãos.

- A sociedade civil, uma parceira do Estado

O conceito de sociedade civil pode cobrir um caráter político na medida em que de uma maneira ou outra, ela foi referida ao poder político e ao Estado, de uma maneira geral à esfera política. Esta conotação política permaneceu-lhe ainda hoje tanto no nível do sentido comum quanto aos novos teóricos, a dimensão oposição sendo privilegiada na maioria dos casos. Na linguagem corrente e popular a expressão sociedade civil é utilizada em oposição às políticas da qual se considera geralmente que fizeram falência. Empregada neste sentido tem um caráter informal e global.

De uma maneira geral, tanto ao plano popular quanto ao plano conceptual e teórico. Designa associações, ou grupos organizados. Estes podem ser de várias espécies e ter objetivos específicos, contudo têm conjuntamente situar-se de uma maneira ou de outra em relação ao Estado e de uma maneira geral à política. Estas organizações não são para tanto opostas ao Estado. A colaboração, o diálogo e a comunicação entre representantes legítimos do poder e as instâncias da sociedade civil são institucionalizadas e representadas nas modalidades práticas e usuais de regulamento de conflito entre os grupos de interesse. O Estado, enquanto uma institucionalização do poder controla as relações entre as diferentes organizações e as relações entre ele mesmo e estas organizações. O fato de considerar a sociedade civil como oposta ao Estado corre o risco de desnaturá-la. Assim, o Estado por sua vez, para sentar uma legitimidade e aliviar o espaço social,

solicita a sociedade civil mais próxima dos cidadãos que este último, percebido desde um centro mais ou menos afastado das realidades das populações, sobretudo nas zonas rurais. Nesta parceria, o Estado deixa vastos domínios da vida das pessoas, de modo que estes possam manifestar, ou seja contra as instituições, a fim de promover juntos ao favor de l' economia de mercado das possibilidades de chances igual da vida.

Assim Gheorghe FULGA precisa que “*a colaboração entre o Estado e as organizações não governamentais torna-se assim um princípio das sociedades democráticas atuais, uma garantia que o poder toma em consideração aos interesses dos cidadãos e de agenda real da sociedade*” (FULGA, 2005, p. 215). Os regimes totalitários (onde a dominação sobre o conjunto dos domínios da vida social e sobre a vida dos indivíduos) são definidos também pelo fato que eles bloqueiam ou destroem as formas de manifestação da sociedade civil. Em contrapartida num regime democrático as relações entre as duas esferas tomam outras formas. As instituições do Estado e as componentes da sociedade civil colaboram e se interpenetram freqüentemente. Esta interpenetração favorece a aposta sobre a colocação das instituições de diálogo social. Os recursos da vida associativa ativa no meio da civilização moderna, industrial, diversificam o potencial participativo dos indivíduos num espaço de complementaridade em relação ao Estado.

A sociedade civil introduz uma normatividade alternativa que amplifica as fontes de coesão social e aumenta o registro das escolhas individuais, no que diz respeito aos modelos do comportamento cívico e comunitário. A sociedade civil não pode ser nem o resultado de uma sindicalização dos segmentos sociais, nem uma generalização do espírito sindicalista contrariamente a certa percepção global que tende à opor sistematicamente ao Estado. Enquanto esforço organizacional interno e construção do meio cívico e comunitário, a sociedade civil é o segmento mais ativo e mais responsável do tecido social que se afirma por uma presença reflexiva e uma implicação conseqüente na inovação estrutural e organizacional da sociedade humana.

Esta aproximação entre o Estado e a sociedade civil a diferencia dos partidos da oposição mais propensos a se opor categoricamente aos dirigentes ao poder. A sociedade civil aparece como estrutura mais flexível que os partidos políticos ou os sindicatos. Notem a este nível que o Estado pode passar pela sociedade civil para convidar os partidos que lhe são opostos a debates de caráter nacional.² A sociedade civil pode ser colaboradora do Estado no âmbito da descentralização, que chama à uma gestão participativa das populações de base. O seu papel aqui pode ser percebido em campanhas de sensibilização em relação à mudança institucional. Em modo de

² É o caso do Senegal em 2007 depois do boicote das eleições legislativas pela oposição, protestando da maneira cujo governo e seu partido no poder – o PDS confeccionou as listas dos eleitores, nada confiável segundo a oposição. Após momento de crise e de falta de diálogo, a sociedade civil tentou ser o intermediário entre o governo e a oposição.

exemplo a sociedade civil senegalesa sensibilizou muito os cidadãos no âmbito da política de descentralização.

Esta aproximação se manifesta, além disso, também por uma relação entre o Estado e a sociedade civil. Esta relação fez o objeto de debates intensos à época, sobretudo pelas orientações liberais que sempre alegaram a distinção entre os domínios públicos e privados. Nos países africanos e notadamente no Senegal esta aproximação não é sempre nítida pelo fato que as múltiplas percepções atribuem um estatuto totalmente contestaria à sociedade civil. É uma espécie de negação da política e os seus atores. É freqüente ver uma pessoa reclamar-se da sociedade civil sob o único argumento que não compartilha as visões do poder político. A sociedade civil deve ajudar o Estado em ser um motor de desenvolvimento, mas também constituir uma relação entre o Estado e os cidadãos.

- A sociedade civil como revezamento entre o Estado e os cidadãos

Entre os cidadãos e o poder central, existe muito uma grande distância. Desta distância, a sociedade civil, se coloca como uma relação natural. Os cidadãos fazem aceder às suas reivindicações via as organizações da sociedade civil. Num contexto marcado pela fraqueza dos partidos da oposição, este papel de retransmissões continua a ser reforçado. Os cidadãos que se desviam cada vez mais dos partidos políticos manifestam a vontade de transferir a consideração dos seus problemas às organizações que se dirigem fora dos quadros dos partidos políticos. É o papel que desempenham hoje as numerosas Ong's, das organizações de defesa dos direitos humanos.

O Estado, em contrapartida, é obrigado de passar por esta mesma sociedade civil para uma aplicação eficaz das suas políticas públicas. Quando a lei, instrumento legítimo e meio de ação do poder se revela insuficiente o Estado recorre à sociedade civil como socorros devido à sua capacidade de sensibilização. Por exemplo, no Senegal com o voto da lei sobre a excisão, as organizações da sociedade civil desempenharam um papel importante na campanha de sensibilização para parar com este fenômeno. Embora a lei que proíbe esta prática seja votada na assembleia nacional e promulgada, a prática permanecia sempre nas regiões mais afastadas. Estas populações encontraram com as organizações da sociedade civil retransmissões que puderam sensibilizar sobre o alcance da lei e os perigos da prática. Duas lógicas marcaram o campo social com esta lei. De um lado, as medidas vinculativas da lei, e de outra, a potência persuasiva da sociedade civil.

A sociedade civil desempenha um duplo papel de regulação do Estado e da sociedade, os atores e os quadros organizacionais que são os motores desta dinâmica que podem ser muito va-

riados, mas também alterar de um período a outro. Numa sociedade em movimento onde o processo de construção da nova cidadania acaba de começar, a sociedade civil deve se exprimir constantemente, investir todos os domínios, religá-los à atividade e à vida do Estado, e alegar assim a sensibilidade dos cidadãos na definição das leis e regras. Analisando o conceito, o advogado senegalês Ousmane Seye precisa que:

A sociedade civil deve ter uma definição positiva, ou seja, ativa; deve poder ser a retransmissão desta sociedade que pretende representar junto aos poderes públicos a fim de satisfazer as suas exigências, deve tomar posições as exigências da cidadania da democracia, e porque não do desenvolvimento social, cultural e econômico (SEYE, 1997, p. 12).

Neste papel de retransmissões a sociedade civil deve melhor ser estruturada. A especificidade das sociedades civis africanas é a multiplicidade dos seus órgãos. Os poderes encontram dificilmente o interlocutor devendo servir de retransmissões junto dos cidadãos. Este estado de fato participa a enfraquecer as organizações da sociedade civil que faltam às vezes de sinergia nas suas diligências e os seus combates. Ambas as partes encontram a sua conta nesta parceria. De uma parte o Estado solicitando o apoio das organizações da sociedade civil, mas prova de eficácia na sua política, e tem mais credibilidade no entender da comunidade internacional. De outra parte, a sociedade civil reforça a sua presença sobre o terreno político, o que participa consolidar a sua credibilidade a nível nacional.

II. AS AMBIGUIDADES DO POSICIONAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL EM RELAÇÃO À POLÍTICA

1. Os domínios de intervenção da sociedade civil

A onda de democratização das sociedades africanas, o triunfo incessantemente do liberalismo, permitiu às organizações da sociedade civil de agir sobre vários setores da vida pública. Numa democracia liberal, caracterizada por uma economia de mercado, o desenvolvimento da iniciativa privada é incentivado fortemente pelas políticas. É neste contexto que a sociedade civil encontra o seu lugar no espaço econômico, mas também no espaço político levando assim os governantes a ter em conta os seus pontos de visto na elaboração das políticas públicas de alterar sobre certas políticas públicas.

a) O espaço socioeconômico

A intervenção da sociedade civil no espaço econômico é uma das características das sociedades à democracia liberal. O Estado deixa uma parte importante do seu campo da ação para incentivar os cidadãos a participar na construção do país. A dimensão econômica das organizações da sociedade civil é marcada no Senegal pela presença de associações de mulheres, de GIE (Grupo ou associação de interesse econômico) de associações de produtores, de empresários florestais etc. Estas diferentes franjas da sociedade constituem pesos econômicos que o Estado é obrigado a tomar em consideração nas suas políticas sociais e econômicas. Estas forças sociais se substituem de uma parte ao Estado e constitui uma ponta da saúde econômica do país em certa medida constitui uma estabilidade sócio-política.

Desde o início dos anos 90, assiste-se no Senegal à emergência de condições favoráveis à intervenção da sociedade civil no espaço econômico nacional. Com efeito, ao favor do desengajamento do Estado, do crescimento da pobreza que é a resultante de má governança e das políticas de ajustamentos estruturais das instituições de Bretton Wood (FMI e Banco Mundial), e que favorece iniciativas individuais ou coletivas, individualidades das associações das Ong's de diversas naturezas se multiplicaram na paisagem nacional para responder às necessidades específicas que não são tidas ou mal em conta pelas estruturas estatais. Assim, o liberalismo político de um lado, e o liberalismo econômico do outro, aos quais vieram acrescentar-se a descentralização da administração local, favoreceram uma forte expansão de iniciativas vindas de atores privados.

Com o slogan “Menos Estado, Melhor Estado” (Moins d’Etat, mieux d’Etat) aparecido com as políticas de ajustamentos estruturais (políticas neoliberais), assistiu-se o aparecimento e à consolidação de organizações locais de desenvolvimento. Alguns nasceram se dotando do estatuto de grupo ou associação de interesse econômico (GIE), de organização não governamental (Ong), etc. Outros de tipo informal e tradicional evoluíram de formas legais e mais estruturadas. É o caso das organizações camponesas e as cooperativas das aldeias que evoluem no mundo rural. Tudo isso traduz a necessidade das populações de dotar-se de quadros associativos mais adequados de acordo com o contexto sócio-político do momento a fim participar melhor na mudança social e de ocupar novos espaços de expressão.

No contexto senegalês caracterizado pela massificação da pobreza, do analfabetismo, as divisões étnicas, as discriminações ligadas ao sexo etc., a sociedade civil fez um combate global de reativação da economia. Os grupos de interesse econômico (GIE) compostos geralmente de associação de mulheres ocupam um lugar importante na consideração da dimensão desse tipo. Estas organizações agem numa perspectiva de defesa dos interesses da mulher frequentemente relegada ao segundo plano na luta contra a pobreza. A situação da mulher no Senegal é pouco

invejável. É desfavorecida largamente pelo sistema sócio-cultural, econômico e político enquanto ela deve ser um ator econômico e um agente incontornável do desenvolvimento. Esta tomada de consciência das mulheres que constituem uma franja importante da sociedade civil é honrosa em relação à sua intervenção nas PME (pequenas e médias empresas).

Neste caso o combate das mulheres intelectuais que se movimentam na sociedade civil é salutar e vai ao encontro da ideologia dominante nas sociedades patriarcais trazidas por Christine Zoé Nare:

De acordo com a ideologia própria às sociedades patriarcais, a subordinação da mulher ao homem não devia ser econômico, devia ser jurídica, social e psicológica porque a imagem da mulher não é valorizada que nas suas funções de mãe e da esposa. Não deve ser empurrada ao sucesso nos domínios que é a caça guardada dos homens como o domínio econômico, público, as esferas do poder qualquer coisa que o sucesso no sistema educativo contribuiria para tornar possível (NARE, 1997, p. 66).

É participando ativamente na mudança das suas condições da existência material que a mulher altera o sentido do olhar que a sociedade tem sobre ela. A esse respeito, Karl Marx recorda que:

Os relatórios jurídicos bem como as formas do Estado não podem eles mesmos, nem pela suposta evolução do espírito humano, mas que eles tomam pelo contrário as suas raízes nas condições de existência material cujo Hegel ao exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII compreende sob o nome da sociedade civil e que a anatomia da sociedade civil deve ser procurada por sua vez na economia política (MARX, 1957, p. 04).

O peso econômico da sociedade civil favorece a sua credibilidade em frente à sociedade política e reforça a sua capacidade de ação junto das políticas de onde o lugar preponderante das mulheres e dos jovens na sociedade civil senegalesa constituindo a maioria social. A economia informal não é somente uma reação às insuficiências da economia oficial no interior de um país qualquer. Ela tem se tornado um processo numa reação do que se chama hoje a globalização que é um processo da unificação dos mercados. A esse respeito à economia informal na qual se dirige a sociedade civil do país participa parcialmente na defesa dos interesses nacionais batidos em brecha pela mundialização.

Na linguagem política atual a sociedade civil ideal se quer um conjunto harmonioso de cidadãos conscientes e ativos. Esta consciência política e atividade cívica se opõem ao condicionamento que provem inevitavelmente das instituições e do Estado em especial. A questão da economia informal e a da sociedade civil são comparáveis porque as duas expressões retornam à práticas de substituição. Com efeito, o fracasso da economia oficial traduz-se no desemprego maciço e um número crescente de excluídos cujos inventivos procuram uma solução de substituição que é também uma solução de sobrevivência na economia informal.

Além disso, após os fracassos da construção do socialismo e da colocação do comunismo, ocasionados pela potente subida do liberalismo, o recurso à sociedade civil como uma solução de substituição é sugerido pelo curso da história. Para esse efeito, o discurso do presidente François Mitterrand tido na conferência de La Baule em 1990 na França, exortava os Estados africanos a ter em conta todas as componentes da sociedade na luta para o desenvolvimento. Nas pesquisas sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (1776), Adam Smith expõe a sua teoria de uma distinção fundamental entre o político e o econômico, em outros termos o Estado e a sociedade civil que é o campo de relatórios fundamentais gerados entre os indivíduos pelas atividades do comércio e da indústria.

De acordo com Marx e Engels, a sociedade civil toma o conjunto dos relatórios materiais dos indivíduos no interior de uma fase de desenvolvimento determinada das forças produtivas. Ela abraça o conjunto da vida comercial e industrial de uma etapa e ultrapassa por lá mesmo o Estado e a nação ou sociedade moderna, bem que deve, além disso, se afirmar ao exterior como nacionalidade e ao interior como Estado. A presença da sociedade civil no terreno econômico retorna à concepção hegeliana, teorizada por Dominique Colas, de batalha do interesse privado individual de todos contra todos, assim como o conflito deste interesse com os interesses específicos e as disposições do Estado. A sociedade civil seria neste caso um campo de batalha das classes sociais e dos diversos grupos sociais para o controle do poder que pode conferir o lucro, e o controle dos diversos recursos que o geram. Finalmente, apesar das numerosas tomadas de decisões relativas à promoção econômica das organizações da sociedade civil, falta muito porque a sua aplicação não está sempre efetiva no domínio político para a promoção democrática e econômica.

b) O espaço político

A sociedade civil como diretriz das consciências cidadãs investe, ao lado do espaço econômico, o espaço político. Marcado por uma superioridade do Estado e dos atores do jogo político notadamente os partidos políticos e os grupos de pressões, o espaço político dá à sociedade civil o seu campo de ação. Assim se explica a associação estreita entre democracia e liberdade de expressão garantida pela presença de uma sociedade civil dinâmica. Nos países subdesenvolvidos, como o Senegal, por exemplo, marcados por experiências democráticas ainda fracas, tentou-se conceber a sociedade fora da esfera política para guardar a qualquer potência do Estado. Os primeiros líderes procuraram a consolidar o Estado-Nação em detrimento da abertura democrática.

A sociedade civil leva os pedidos e as reivindicações dos cidadãos e interpela as instâncias de decisão públicas. Esta ausência de fronteira entre a sociedade civil e a sociedade política, faz que esta possa aparecer também como um lugar não somente de refúgio de personalidades desiludidas da classe política, mas também uma estratégia de redefinição das estratégias de reapropriação por esta ao campo social para reforço do seu poder de negociação em frente aos outros atores da classe política. Conseqüentemente a sociedade civil corre o risco de ser o refúgio de homens políticos que fracassaram na competição, ora este estado não é o objetivo da sociedade civil. Investindo o espaço político, ela procura ser mais influente junto aos poderes políticos evitando ao mesmo tempo de ser instrumentalizada pelos partidos da oposição. Tentando ser conquistada pela classe política que procura à instrumentalizá-la devido à força social potencial que ela pode representar, a sociedade civil por uma tomada de consciência daquilo e do fato que ela é fonte real de produção de uma opinião pública que pode ser forte sobre problemas e situações que cobrem um interesse para o cidadão, para a nação, para o Estado, vai procurar reapropriar (própria) esta força politicamente.

A intervenção da sociedade no espaço político mede-se nas suas tomadas de posição sobre os problemas sociais ou de interesse nacional cobrindo um caráter político certo, o que vai contribuir para fundar como um pólo no entender da sociedade política. O campo social, com o advento de uma sociedade civil forte e que afirma politicamente, torna-se o ponto de vista do interesse que ela representa na emergência das mentalidades, o equivalente do campo político considerado até lá como o único pólo de proposta e de luta para tal perspectiva. Esta aproximação entre a sociedade civil e a sociedade política do ponto de vista da sua função de canalização e representação das aspirações das populações às mudanças, se' explicam pela grande semelhança entre os itinerários políticos e sociais dos líderes da sociedade civil e dos líderes políticos. Estes líderes em geral participaram no passado às mesmas lutas sociais, aspirados aos mesmos ideais para uma sociedade mais justa, sofrido as mesmas repressões, todas as coisas que podem contribuir para forjar neles o mesmo tipo de sensibilidade.

A sociedade civil estende-se então plenamente no espaço político pela natureza política das suas intervenções. Chega, contudo que esta aproximação entre as duas realidades constitui um perigo quando facilita alianças entre partidos políticos e organização da sociedade civil. Mais a sociedade civil manifesta aparências que a aproximam com a sociedade política, mais a sua neutralidade fica duvidosa. Com o advento da descentralização a presença da sociedade civil no espaço continua a ser primordial. A descentralização que um processo pelo qual o Estado central transfere às coletividades locais às competências que lhe eram antigamente atribuídas e cuja finalidade é permitir uma gestão eficiente dos recursos locais, constitui um terreno favorável ao de-

envolvimento da sociedade civil. A sociedade civil e os cidadãos têm maior visibilidade dos centros de decisão no contexto da descentralização, porque estes são mais próximos, mas tão mais numerosos e mais diversificados.

Assim, com a descentralização, a sociedade civil, devido à forte pressão que ela constitui, encontra mais de possibilidade de ser considerada seriamente pelas instituições do Estado, das coletividades locais. Estes últimos serão colocados na frente da dupla necessidade, para governar, de ter em conta as iniciativas à base e servir-se da sociedade civil como retransmissão política ou aliada das populações locais. A presença no espaço político da sociedade civil no contexto de descentralização permite à este último de conduzir mais facilmente as autoridades a responder às esperas das populações por uma consideração das suas queixas e a sua tradução em condições operacionais. A este nível, a sociedade civil dota-se de um quadro estratégico de troca e de concertação à escala local. Deste ponto de vista, a descentralização favorecendo uma consideração mais rápida dos problemas dos grupos sociais para o Estado e os seus desmembramentos, participa na emergência das condições de uma boa governança que constitui uma das prioridades da organização da sociedade civil e da sua presença no espaço político.

Para tanto que ela integra o espaço político, a sociedade civil não deve em caso algum derreter-se em cálculos políticos para efetuar as suas atividades. A credibilidade da sociedade civil deve residir de sua forma de ser apolítica e a sua autonomia de gestão. A confusão entre sociedade política e sociedade civil lança as referências de um totalitarismo na medida em que, nestes países os partidos da oposição são reduzidos ao silêncio devido à repressão que eles sofrem por parte da potência estatal. Num regime onde as organizações da sociedade civil não guardam o seu lado apolítico face ao poder, o campo de ação dos dirigentes no poder se aumenta e emerge com eles todas as premissas de toda potência estatal. A sociedade civil deixa de ser neste caso um contra poder. Num contexto de diminuição em causa da sociedade política tendo em conta todos os fracassos que este último conheceu nos países do Sul na tomada das demandas sociais. A sociedade civil apolítica guarda uma imagem que valoriza. A democracia deve ser representativa, as forças políticas, os partidos em especial devem ser ao serviço de interesses sociais e não se servir deles mesmos. A realidade é outra nos países africanos. Nestes países, a sociedade civil, devido à fraqueza dos seus meios, frequentemente é sempre pintada de pertença política. E não é raro para esse efeito ver atores de a sociedade civil integrar a formação governamental no Senegal. Portanto, devido às numerosas vantagens que há, os atores tendem a esbater a sua luta para a salvaguarda da democracia.

A esta constatação, a sociedade política absorve pouco a pouco a sociedade civil portadora das aspirações das populações. Assim, se o poder político não encontra fronteira, dilata-se e

enfraquece todas as forças que a sociedade detinha para limitar o seu poder. Quando a sociedade civil se politiza, as reivindicações e as contestações das populações continuam a ser relegadas ao segundo plano por um Estado que a passividade dos cidadãos conforta nas suas posições. Nesta mesma ordem de ideias, Alain Touraine precisa que:

O problema mais urgente é de dirigir para o sistema político as reivindicações e as contestações e utopias que tornariam a nossa sociedade mais consciente ao mesmo tempo das suas orientações e os seus conflitos. Sofremos quase por toda a parte de uma falta de conflito, o que cria uma cintura de violência ao redor de um sistema político que se crê pacificar porque ela transformou estas reivindicações internas em ameaças externas e porque ela é mais preocupada para a segurança que a justiça e de adaptação que a igualdade (TOURAINÉ, 1994, p. 91).

Perdendo a sua dimensão apolítica, a sociedade civil se fragiliza e fragiliza a democracia quando as suas observações deixam de ser ligadas ao interesse geral dos cidadãos, mas antes a uma coloração política. *“É necessário interrogar-se em termo mais diretamente político se as ideias e as forças políticas que chamam ao povo são sempre democráticas (...) é em nome da esquerda, do povo, da classe operária, e da democracia própria que a democracia foi destruída”* (TOURAINÉ, 1994, p. 91). A politização e a instrumentalização freqüente na África acabaram de lançar as balizas do poder absoluto dos Estados. Assim o poder absoluto utiliza os indivíduos e as comunidades como recursos e instrumentos e não como conjuntos que possuem autonomia de gestão e personalidade coletiva. A pertença comunitária é a face defensiva de uma consciência democrática que contribui para libertar o indivíduo de uma dominação social e política. Poderia se discorrer sobre a dominação política quando o Estado absolutista não encontra forças opostas que poderiam parar. Alguns chamam “democrática”, a prioridade dada às realidades sociais sobre as realidades políticas; outro, pelo contrário, afirmam que é na ação política que se constituem democraticamente a relação social e, por conseguinte a identidade coletiva.

Com efeito, a democracia seria a complementaridade destas duas afirmações; de onde a importância das organizações da sociedade civil a apreenderem-se das realidades sociais e levá-los aos centros das decisões; e isto não é possível que com uma sociedade civil apolítica e dinâmica. Nenhum princípio tem importância mais central na ideia democrática que a limitação do Estado, que deve respeitar os direitos humanos fundamentais. Além disso, como esquecer que o adversário principal da democracia nos países africanos não é nem a monarquia ou a dominação de uma oligarquia de proprietário fundiário e feudal, mas o totalitarismo presente na ausência de uma sociedade civil dinâmica ou em presença de uma sociedade civil politizada. A limitação do poder político nasceu da aliança de direito natural e a da sociedade civil, concebida ao início como a sociedade econômica cujos atores afirmam a liberdade de empreender, de trocar e de exprimir as suas idéias. Sem esta liberdade, a idéia dos direitos fundamentais teria continuado a ser meramente crítica.

Conseqüentemente, o combate da sociedade civil para a promoção da democracia é incompatível com a identificação da sociedade civil a um partido político ou uma aliança forte com o Estado. Se confundirmos a sociedade política com a sociedade civil, não se vê mais como pode ser criada uma ordem política que não seja a simples reprodução dos interesses da classe dominante: a classe política. Esta confusão pode conduzir o Estado a deter só a responsabilidade de assegurar a unidade de gestão da sociedade. E neste caso permanece pouco lugar à democracia. A essa situação pode ser aplicada o pensamento do italiano Antonio Gramsci, em sua distinção básica entre sociedade civil e sociedade política. O que em Marx recebe o nome de superestrutura, ou seja, o conjunto cultural-ideológico, Gramsci reconhece como constituído por duas instâncias:

(...) o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isso é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (...) (GRAMSCI, 1991, p. 10-11).

Se em Marx o determinante é o conjunto de relações econômicas, Gramsci crê na autonomia da sociedade civil, esse espaço de ação de sujeitos privados, cuja principal característica são as idéias que produzem e a cultura a que pertencem. Como afirma Jorge Correa Sutil, no atual contexto, os processos de decisão passaram para os mercados, em prejuízo dos pobres (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000, p.295). A revitalização da sociedade civil e de valores livres de interesses econômicos pode significar uma reversão desse processo. Para Gramsci,

o momento ético-político, enquanto momento da liberdade entendida como consciência da necessidade (isto é, das condições materiais), domina o momento econômico, através do reconhecimento que permite transformar as condições materiais em instrumento de ação e, portanto, alcançar o objetivo desejado. (BOBBIO, 1982, p. 39).

Diante da atual crise social, o objetivo desejado de que fala Gramsci deve ser a promoção de justiça, paz e cidadania. É o que tem feito organizações da sociedade civil, em associações como as ONGs, seja pressionando o poder público ou tomando iniciativas próprias. De acordo com essa concepção, valores como liberdade, igualdade e justiça valem mais que os interesses individuais de lucro. Cabe-nos pensar os instrumentos que passam ou podem passar a ser utilizados nessa luta. A separação entre o Estado, o sistema político e a sociedade civil obrigam a definir a ordem política como uma mediação entre o Estado e a sociedade civil. O ideal apolítico da sociedade civil largamente contestada no Senegal deve permanecer a pedra angular sobre a qual deve se articular a sociedade civil. Além de apolítica, a sociedade civil deve ser marcada fortemente pela sua autonomia de gestão.

2. O papel da sociedade civil no processo eleitoral

a) **A luta para a transparência**

Numa democracia a eleição dos representantes do povo constitui um momento essencial na vida da nação e as suas instituições. Ela (a eleição) chama uma escolha dos representantes do povo nas instâncias de decisão e a veste de legitimidade para ser os portadores de vozes e os defensores dos interesses das populações. A eleição segue um processo freqüentemente longo que deve favorecer a sua transparência. Os agentes do Estado não devem mais ser os únicos a assegurar a preparação da eleição. A sociedade civil deve ser chamada cada vez mais para tomar parte ao processo eleitoral. A sua presença sobre o terreno justifica-se das preocupações de transparências das operações, mas também por uma vontade de formar e de enquadrar as populações sobre os desafios das eleições. A eleição em certos países da África é freqüentemente um momento de confrontações entre facções que acabam de mergulhar o país no abismo. Da inscrição nas listas eleitorais á proclamação dos resultados, passando pelo dia do voto, das contestações e das reivindicações de oponentes vencidos, minam sensivelmente o espaço social.

- A transparência: fator de estabilidade sócio-política

A eleição constitui um modo de designação pelos cidadãos dos seus representantes ou dos seus delegados, ou seja, a escalão local, nacional, ou seja, no âmbito profissional. Ela constitui um modo de participação do cidadão na vida política do seu país. A transparência no processo eleitoral e a organização do voto conferem uma legitimidade aos responsáveis eleitos. A importância dos mecanismos de acesso às posições de poder político mede-se aos conflitos que marcam regularmente as eleições nos países africanos desde o início dos anos 90. A reiteração do princípio eletivo em vários países consagra o reconhecimento da eleição como único médio legítimo de acessão ao poder. A sobrevivência do princípio eletivo indica que os atores políticos sobre o continente, por convicção, necessidade ou conveniência, parecem aceitar de entrar, mesmo recuam, na era democrática. Organizando eleições pluralistas, à periodicidade fixa e datas certas, aceitam, com efeito, de confrontar as suas diferenças, de acordo com uma norma comum, o método democrático.

No Senegal como o resto dos países africanos, as eleições deixam de ser o que “Max Weber chamava das possibilidades de potências” (OLIVIER, 2000, p.23), mas a ocasião de conflitos internos que rasgam a unidade nacional grande ao detrimento das populações. Estes últimos são vítimas do afastamento do desenrolar do processo eleitoral, mas paga as consequências desastrosas das confrontações das quais não são à origem. O início dos anos 1990 vê emergirem nos paí-

ses africanos, organizações se implicando cada vez mais na organização e no comportamento de eleições livres e transparentes. A ação das organizações da sociedade civil foi marcada “*por uma intensificação das lutas e uma contestação cada vez mais violenta dos sistemas autoritários (...) estes movimentos puseram na rua das capitais e principais cidades africanas de novos procedimentos de mobilizações e uma nova temática ideológica*” (DIOUF, 1998, p. 32). A maior parte dos regimes africanos conhece uma crise de legitimidade devido às irregularidades que feriram as eleições de certos chefes do Estado. Com o advento do multipartidarismo nos anos 80 no Senegal, a experiência de eleições pluralistas freqüentemente foi acompanhada de violências pós-eleitorais notadamente as de 1988 e 1993. As eleições de 1993 verão o assassinato de Me Babacar Seye, vice-presidente do conselho constitucional da época. Estas violências freqüentemente são atribuídas aos partidos de oposições cujo mais representativo é o PDS criado em 1976 por Me Abdoulaye Wade. Este partido é apoiado por movimentos procedentes da sociedade. Geralmente os seus apoios são desesperados procedentes de meios desfavorecidos e prontos a enfrentar o regime no poder. Estes movimentos são essencialmente movimentos urbanos animados por jovens desempregados, professores, alunos, estudantes, jornalistas, etc...

Assim, às sequências das eleições de 28 de Fevereiro de 1988, motins estouraram; o que levará um golpe duro à democracia como indica Alioune Badara DIOP “a vitrina democrática senegalesa foi quebrada de maneira recorrente, sob os golpes da raiva, da frustração do desespero e sem dúvida a impotência sociológica dos adversários de Abdou DIOUF a fazer balançar a maioria dos eleitores ao seu proveito: a alternância” (DIOP, 2001). A imagem democrática do Senegal, modelo para A África esteve ferida por estes acontecimentos. A oposição que denunciava a fraude intensificou a sua campanha para uma reforma do código eleitoral. Assiste-se em 1991 à restauração do posto de Primeiro-Ministro que o presidente tivesse suprimido após as eleições de 1983 para reforçar o seu controle direto sobre o governo. Com as ações conjugadas da sociedade civil e l' oposição a reforma do código eleitoral foi efetiva. Esta reforma levou os seus frutos com as eleições de 1993 dado que o PS obterá 58,4% dos votos, o resultado mais fraco registrado pelo partido desde a independência. Apesar destas modificações, o espaço político senegalês não se tornou para tanto estável.

A desculpa absolutória da oposição senegalesa que regularmente enfrentou a repressão policial e os tribunais, com os episódios trágicos dos motins pós-eleitorais de 1988 e 1993, é invariável: os resultados oficiais não refletem a realidade dos relatórios de força reais que lhe seria favorável. A violência eleitoral é uma forma de violência política suscitada pela conquista do poder. O Estado é ao mesmo tempo ambição e orienta (DIOP, 2001, p. 130).

O papel da sociedade civil não deve consistir a aderir-se por trás de um oponente para combater um regime. Deve ser implicada do processo eleitoral incentivando as populações a se inscrever nas listas eleitorais, esclarecer os cidadãos sobre os projetos dos diferentes candidatos para favorecer as escolhas racionais. A criação do observatório nacional das eleições (Onel) em 1998 do qual os membros são procedentes da sociedade civil permitiu eleições transparentes e aliviadas em 1998 e 2000. O onel foi imparcial, mesmo que a oposição se mostrava céptica e pensava a uma utilização deste último pelo partido socialista (PS) para falsificar as eleições de 2000.

A sociedade civil investiu, além disso, o domínio mediático. Em 1994, uma etapa importante foi cruzada em matéria de democracia e de um largo pluralismo institucional com a criação das emissoras de rádios privadas. Estas rádios como Sud FM e Walfadjri FM, produziram um grande número de programas em línguas locais. Estes programas permitiram à população analfabeta de ter acesso à informação e participar no debate político. Estes debates, organizados por muito tempo em língua francesa, na emissora estatal e oficial, a radiodifusão e televisão do Senegal (RTS), deixam a maioria da população numa falta de informações. O diálogo político permanente entre os atores do jogo político e as organizações da sociedade civil, participa da transparência das eleições e, além disso, a estabilidade do campo social. Esta mediação permitiu uma gestão concertada do Estado notadamente na elaboração e a aplicação das políticas públicas. A missão da sociedade civil é, sobretudo a investigação da estabilidade política e a coesão nacional de uma democracia. O processo eleitoral, as organizações da sociedade civil, por conta da transparência, dos princípios de regularidade das listas eleitorais, das regras de convocação do corpo eleitoral, as formalidades dos votos. A democracia eleitoral é enquadrada por todo um arsenal de disposições jurídicas, de onde uma espinhosa questão: a dos relatórios, no meio da concorrência eleitoral, entre direito e prática, norma e desvio, lealdade e interesse. A estabilidade política permanece largamente tributária do diálogo nacional, a imagem da experiência das conferências nacionais que consagraram a democracia beninesa. A sociedade civil deve ser no meio deste diálogo entre as diferentes componentes da nação.

- A manutenção do diálogo político

O espaço sócio-político senegalês é marcado por uma heterogeneidade dos atores: os dirigentes no poder, os partidos da oposição e os movimentos da sociedade civil. Este último constitui a pedra angular do diálogo político entre os atores. O diálogo político deve se impor como instrumento privilegiado para resolver os problemas sociais e sentar uma democracia e um espa-

ço político aliviado. Deve ser permanente durante todo o processo eleitoral. Permite de evitar as crises inúteis pela busca do consenso e de evitar os desacordos. No Senegal, o RADDHO desempenhou um papel essencial que vai ao sentido da manutenção do diálogo político. Serviu de mediador durante o conflito que opôs o Presidente da República e o Presidente da Assembleia Nacional no seguimento da convocação das autoridades da ANOCI pela comissão das finanças da segunda instituição do país. A manutenção de relações consensuais entre estas duas instituições da República, é que mais benéfica para o bom funcionamento da democracia e o respeito do princípio da separação dos poderes, consagrada na constituição senegalesa de 2001.

O Raddho erigido em corrimão contra quaisquer eventuais irregularidades para as eleições locais que deviam ser organizadas no mês de maio de 2008. Perante o adiamento das eleições locais, decretado de maneira unilateral, o diálogo político no Senegal é revelado inexistente. A este adiamento das eleições pelo poder, acrescenta-se a dissolução de certas coletividades locais dirigidas por prefeitos dos partidos da oposição. Esta dissolução teve consequências ao plano social por manifestações dos militantes descontentes da decisão que não parece ter válida justificação. A democracia participativa sofreu as repercussões. O Encontro de Defesa dos direitos humanos se congratulou do comportamento do diálogo político entre o poder e a oposição, por ter trabalhado durante quase um ano, com outros parceiros no âmbito do Pacto republicano. O diálogo político cobre muito os aspectos positivos. Contribui para aliviar o clima político. Na África a maior parte do tempo a eleição deixa lugar um clima político tenso, com uma ausência total do mínimo diálogo entre atores. Este clima é pouco propício ao comportamento de eleições calmas, transparentes, livres e democráticas. Favorece violências pós-eleitorais que terminaram de minar a quase totalidade dos países africanos, sobretudo na África Ocidental.

A falta de diálogo entre os diferentes atores do jogo político, deixa prever eleições falsificadas antes do pleito. A consequência que decorre é as violências notadas após os votos, que se termina por importantes perdas em vidas humanas, estragos materiais incalculáveis, violências que põem a economia do país e as suas instituições ao caos. A relação da sociedade civil é mais que necessário para acalmar o conflito pré-eleitoral. As últimas eleições presidenciais organizadas no Quênia em 2008 são uma perfeita ilustração. O diálogo participa da restauração da confiança dos atores políticos em relação ao processo eleitoral. Os partidos da oposição continuam com suspeito, sobretudo quando falta o debate e contraditório no espaço político. No Senegal entre 1998 e 2000, os debates políticos conheceram uma potência subida com a supervisão do HCA (Alto comissariado de audiovisual). É o resultado destes diálogos que foram notadamente à origem da criação de Onel. Esta estrutura tinha por missão de supervisionar o processo eleitoral em todas as fases e de supervisionar que se desenrola em conformidade com a lei, de maneira a ga-

rantir aos eleitores e os candidatos em presença o livre exercício dos seus direitos. É assim que em caso de não respeito dos dispositivos legislativos e regulamentares relativos a uma autoridade administrativa, ela convidará esta a tomar as medidas corretivas necessárias e proporá se for o caso as sanções contra o funcionário ou o agente do Estado responsável. Ela podia se necessária, apreender os órgãos jurisdicionais competentes de tal incumprimento e que são cometidos pelos partidos políticos, os candidatos ou eleitores. Os membros da instituição, que são nove, foram escolhidos no consenso entre os senegaleses conhecidos para a sua independência, a sua integridade moral, sua honestidade intelectual, a sua neutralidade e a sua objetividade. A sociedade civil foi solicitada para preencher esta função altamente republicana. O advento de tal estrutura do diálogo permanente entre sociedade civil, poder e oposição conduziu o Senegal sobre um caminho certo que efetua à uma alternância aliviada e o triunfo da democracia.

Após o ano 2000, nota uma regressão do debate e diálogo político no Senegal. Esta falta de diálogo sobrecarregou fortemente o clima político destes últimos anos. Portanto uma gestão unilateral dos aparelhos ideológicos do Estado pelos únicos dirigentes do poder exacerba as críticas das oposições e honestos cidadãos muito ligados a democracia. Nota-se também as tomadas de decisões unilaterais sobre questões sensíveis que vão no sentido da vida política da nação: juntamente e separação das eleições, adoção do quarto que bloqueio, prolongação do mandato dos deputados, adiamento das eleições locais de maio de 2008 a março 2009, dissolução de certas coletividades locais substituídas por delegações especiais. Portanto o Senegal dá a impressão, após alguns anos gloriosos em matéria de democracia, de um Estado que funciona muito mais ao arbitrário, tendo recorrido mais pela força que de direito, devido à reação da justiça caracterizada pela irresponsabilidade. Raramente terá se visto em tantas decisões da justiça, sobre perguntas estratégicas e fundamentais, marcadas pela incompetência dos tribunais (prolongação do mandato dos deputados, processo do ex-presidente do Chade, exilado no Senegal, Hussein Habré, recursos da oposição relativa aos membros da CENA, violências feitas sobre líderes políticos; como o caso de Talla Sylla, por exemplo...).

A esse respeito urge de restaurar a dignidade, a independência e a imparcialidade da justiça, única garantia da existência de um Estado de direito. O diálogo político visa promover as boas decisões que permitem jogar limpo e acalmar os pontos de contenciosos e consolidar a confiança dos atores. Além disso, o diálogo favorece as condições de uma competição às armas iguais todos os domínios, mas também igual acesso dos partidos políticos (poder e oposição) aos meios de comunicação social públicos e privados, notadamente a televisão e o financiamento dos partidos representados na Assembléia nacional. Outras vantagens são também de encarar que vão ao sentido de dar crédito e despolitizar as instituições judiciais; supervisionando escrupulosamente

pelo respeito da separação dos poderes. Em fim é necessário reter que o diálogo permite suscitar o debate de idéias sobre os programas, as visões do mundo e as aspirações dos senegaleses em matéria de democracia. É a única maneira de evitar que a fraude tome conta o passo sobre a transparência e que a problemática do processo não oculta outras questões essenciais, entre as quais a refundação do Estado e suas instituições, de maneira a evitar as derivações sobre as quais a sociedade civil parece impotente e sobre as quais os cidadãos dissertam sem fim. O diálogo permanece o instrumento social de participação das populações no processo eleitoral e transversalmente a alavanca da emergência de uma consciência cidadã, fundamento de uma democracia participativa.

3. A sociedade civil perante aos desafios democráticos

Uma reflexão sobre as transições democráticas necessita antes de tudo, um mínimo de esclarecimento conceptual. Hoje em dia, a palavra “democratização” tornou-se um rótulo quase banal que damos a qualquer o que é bom e desejável para o público. Que entrada das faculdades esteja agora aberta à todos e concluimos por exemplo que os estudos universitários “democratizam-se”. É, no entanto, difícil de exprimir diferentemente quando se trata de considerar a passagem de uma forma de governo não democrático à uma outra, desta vez democrática no dado país. Neste caso preciso, o termo de democratização compreende-se por exceção no seu significado exato que é política. Refere-se ao processo do estabelecimento de um regime pluralista assim que seu resultado apreciado tanto a nível seu enraizamento duradouro que da sua autenticidade em matéria de respeito da vontade popular e os direitos humanos. Esta passagem para a democracia, é percebida sob o vocábulo de transição democrática, efetuou na maior parte dos Estados africanos em redor do ano de 1990 num contexto marcado pelo fim da bipolarização do mundo e, sobretudo o triunfo da democracia liberal.

- A sociedade civil como contra poder

Desde o início dos anos 90, na África Negra de língua francesa, a vida política assim entendida, cobre de uma parte os traços familiares porque próprios aos sistemas políticos democráticos e pluralistas como, por exemplo, o reconhecimento da competição eleitoral como modo de regulação do jogo político. De outra parte, ela apresenta elementos que participam dos processos de invenções democráticas próprias às sociedades africanas, traduzindo ao mesmo tempo a sua natureza de democracias emergentes e os momentos específicos de passagem de autoritarismo à

democracia, como, por exemplo, o fenômeno das conferências nacionais. Esta vida política é caracterizada assim por metamorfoses ou mutações surpreendentes, por exemplo, a irrupção de novos atores, como os meios de comunicação social privados, mas também como a contínua presença dos militares.

Como a democracia, a transição democrática é mesmo o tipo de conceito cujo percurso teórico reside ainda ambíguo e contraditório. Com efeito, este o que se qualifica sob o vocábulo de transição democrático fez-se o objeto dos vários estudos teóricos e suscitado esperanças há quase trinta anos com a queda da ditadura franquista na Espanha, o desaparecimento dos regimes militares na América Latina e, sobretudo, com o desmoronamento do bloco comunista e as ondas de abertura democrática na África nos anos 1990. Concebido no início para dar conta de uma maneira teórica da passagem para a democracia de um número crescente de países do Sul e do Leste durante os anos 1980 e isto, no meio das democratizações ibéricas, o conceito apresentava-se então, como contingente com limites espaço-temporais. Mas, com as ondas de democratização dos anos 1990 cuja maior parte rapidamente tem-se sufocado ou sofreu uma regressão, os “transitólogos” gradualmente têm estofado o conceito integrando uma dimensão temporal na análise do processo. A doutrina atual da transição democrática é orientada para a análise das suas consolidações com um acento específico posto sobre os fatores sociais internos e externos susceptíveis de influenciar o processo. A transição democrática se analisa, por conseguinte numa extensão progressiva do princípio de cidadania a um número mais vasto de participantes e/ou um campo político mais vasto na perspectiva de uma tomada de decisão coletiva ou por o intermediário dos representantes eleitos. Esta passagem se efetua em diferentes fases: eleições, consolidação e institucionalização.

A eleição presidencial de fevereiro - março de 2000 que terminou com a vitória do candidato Abdoulaye Wade no segundo turno constitui um caso completamente excepcional. Sob a vigilância do Observatório Nacional das Eleições (Onel), o órgão de regulação dos meios de comunicação social, e os observadores internacionais, como a francofônia, dos meios de comunicação sociais privados e públicos nacionais e estrangeiros. Esta eleição se desenrolou na concertação entre todos os atores do processo eleitoral, a calma e a democracia. Isto não significa que as melhorias não são trazidas à transição democrática. A esse respeito, as organizações da sociedade civil devem supervisionar o exercício do poder constituindo-se contra poder assim de evitar a gestão solitária do poder e de assegurar plenamente a participação total das populações. De acordo com o Professor Assane SECK, a sociedade civil permitiu a abertura democrática integral no Senegal e na África Ocidental. Ele nota que:

Toda agitação que se tomava assim violentamente aos barões não era que a expressão de abertura democrática que conhece o Senegal. Perante este acervo capital, deve-se reconhecer que se o partido único dá aos governantes uma perigosa ilusão da calma como a de caldeira ativa fechada (...), a democracia, fornece aos todos os meios de uma contestação salutar (SECK, 2005, p. 188).

Além disso, Alain Touraine retoma, em *Qu' est ce que la démocratie*, Ostrogorski precisando notadamente “*a função das políticas de massas numa democracia não é de governar, ela nem será provavelmente capaz... é sempre uma pequena minoria que governará, em democracia igualmente em autocrática. A propriedade natural de todo poder é de concentrar-se, é como a lei de gravitação da ordem social. Mas é necessário que a minoria dirigente seja tida em fracasso. A função das massas em democracia não é governar mas de intimidar os governantes*” (TOURAINÉ, 1994, p. 138). As elites, tomando as armas do colonizador, também tinham herdado ou reproduzido o modelo constitucional da metrópole colonial, mas privado do seu espírito e o seu contexto. Esta apropriação desajeitada favoreceu a entrada da África no autoritarismo sob as suas diferentes formas: (monopartidarismo, golpes do Estado militar, patrimonialismo, presidência à vida, etc.). Este autoritarismo encontrava a sua justificação na vontade dos primeiros líderes a construir o Estado-Nação e do projeto desenvolvimentista que sacrifica a verdadeira democracia, que é o poder do povo, sobre a mesa dos tiranos e dos ditadores liberais, socialistas e marxistas da pós-colônia.

É neste rodeio deste fracasso pós-colonial que os movimentos realmente democráticos e populares se revoltaram na maior parte dos países africanos a criarem os movimentos sociais procedentes da sociedade civil, das reivindicações. Estes movimentos são de verdadeiras forças sociais que servem contra poder. Estas contestações, na formulação política exigiram uma economia nacional sã e adaptada aos sistemas mundiais existente, uma boa governança, de novas instituições e a escolha livre dos seus representantes. Reclamam, por conseguinte a participação de todas as forças da nação na coisa pública. As organizações da sociedade civil erigiram-se contra poder entregando em questão os regimes ao seu lugar. Estes movimentos, rejeitando o constitucionalismo “dos pais da nação”, reclamam um Estado de direito e a democracia desde o dia seguinte das independências. A vida associativa contribui mais para fazer recuar o autoritário, a arbitrariedade e traduz-se em pressões eficazes em prol da democracia e a boa governança. Neste contexto político senegalês marcado por uma promoção da democracia e a boa governança, que se tornaram não somente condicionalidades das instituições financeiras internacionais, mas uma exigência social, a sociedade civil deve se erigir em quarto poder de modo que se realize este ideal de gestão democrático, e poder lutar contra as derivações institucionais que emanam que têm do poder.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A corrupção política que afeta fortemente a democracia geralmente vem de dentro dos partidos políticos. Diante da atual conjunção social no Senegal, caracterizada por um aumento acentuado da pobreza, expectativas de direitos humanos e má governança, os líderes políticos já não inspiram mais confiança nas massas populares. A longevidade dos líderes políticos (média de idade entre 70 e 85 anos) na frente dos seus partidos eventualmente minou as bases democráticas que devem governar o funcionamento destes últimos. Vem depois as brigas e crises de dentro que acabaram por relegar as preocupações das pessoas no segundo plano. Neste contexto de agitação interna, as organizações da sociedade civil devem desempenhar um papel salvador na proteção da democracia e no atendimento às demandas sociais. No Senegal, os partidos de oposição debilitados por essas crises não conseguiram construir um bloco confiável capaz de enfrentar o poder para garantir a democracia. Além disso, a falta de organização, as discussões internas de posicionamento que caracterizam os partidos da oposição senegalesa, levaram o chefe de Estado a qualificá-los, muitas vezes em seus discursos, "oposição de poltronas". Esta fórmula reflete o leve peso que estes representam para ele. Além disso, esta fórmula prova que o partido no poder liderado pelo chefe de Estado não está preocupado com a oposição. Isso provavelmente explica o neo-patrimonialismo encontrado na gestão do estado senegalês após a primeira alternância no poder em 2000 quando a oposição derrubou o partido que governou o país desde a independência.

O espaço político no Senegal sugere, por um lado, uma insatisfação das demandas sociais, mas também um retorno do neo-patrimonialismo, por outro lado, devido à fraqueza dos partidos de oposição. A corrupção que atingiu seu apogeu na seqüência da alternância em relação à transumância (mudanças de partidos frequentes) como observou a sociedade civil, enfraquece a democracia. A corrupção promove a satisfação do interesse próprio em detrimento do interesse coletivo. Além disso, o fórum civil, que é membro da Transparência internacional, é ilustrado na sua luta contra a corrupção. Ele conduz investigações e publica relatórios sobre o estado da corrupção no Senegal. Os estudos realizados pelo fórum civil são limitados à administração pública. Mas outras formas de corrupção existem em outros níveis da sociedade. É impossível falar de democracia sem oposição credível e republicana. Essa oposição deve ser um quadro permanente para a observação e avaliação das ações dos governantes. Também não há democracia sem o pleno envolvimento de todos os componentes da nação na gestão dos assuntos públicos. O gerenciamento participativo também é essencial no campo da democracia. Também é impossível imagi-

nar a democracia sem uma sociedade civil dinâmica, como Tocqueville afirma com tanta eloquência de que “não há democracia sem uma sociedade civil vibrante. Mas não existe uma sociedade civil dinâmica sem o compromisso pessoal dos cidadãos livres e responsáveis”.

Neste contexto político marcado pelo pluralismo e o fracasso dos partidos políticos em lidar com as preocupações dos cidadãos, não há dúvida de que o dinamismo da sociedade civil no Senegal se tornou um fator com o qual, qualquer estratégia de consolidação da democracia deve ser contada. Chegou o momento da reinvenção de uma sociedade civil capaz de constituir uma verdadeira contra-potência, um vetor de consciência. A sociedade civil no Senegal, independentemente dos partidos políticos, estabelece marcos permanentes de diálogo para estabelecer uma verdadeira democracia. A luta pelo fortalecimento e permanência da liberdade de expressão é um dado da luta pela democracia e pelos direitos humanos. Neste nível, o advento da imprensa privada do Senegal marcado e reconhecido na África e no mundo, é benéfico. A alternância é uma "experiência crucial" na política senegalesa, onde atinge a justiça democrática. Somente isso vai pôr fim à atual transição no resto da África, e isto é, indicará claramente que, finalmente, decidiu realmente tomar seu lugar no caminho da democracia, observado desde o início dos anos 90. É então, o grande desafio político a ser enfrentado em longo prazo contra os conservadores de todos os tipos, que em sua maioria têm seu centro no coração do poderoso, mecanismo do capitalismo monopolista internacional, onde inspiram, estruturam e participam de várias maneiras, e até mesmo o armação de certos golpes do Estado em alguns países da região oeste sem personalidade soberana e enfraquecidos pela má governança que chamou políticas de ajuste estrutural (políticas neoliberais) por causa da globalização positiva que, ao contrário, pressiona as ditaduras a deixarem, em particular pela condicionalidade da ajuda ao desenvolvimento – da democracia, entendida num sentido global que inclui todos os aspectos sob os quais os membros de uma sociedade estão chamados a prosperar ou todos os direitos a que aspiram. Sem a vocação de conquistar o poder, a sociedade civil senegalesa deve intensificar a sua sensibilização para estabelecer o culto e a cultura democrática nesse país, muitas vezes tomado como exemplo na África e no mundo.

REFERÊNCIAS:

AGUESSY, Dominique. **Pouvoirs et Démocratie à l'épreuve du syndicalisme**. Dakar: Publié par le Bureau Régional de l'UNESCO à DAKAR, 1994.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARON, Raymond. **Démocratie et totalitarisme**. Paris: Gallimard, 1965.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BURDEAU, George. **La démocratie**. Paris : Seuil, 1956.

COPANS, Jean. **La longue marche de la modernité africaine. Savoirs, intellectuels, démocratie**. Paris: Kartala, 1990.

COULIBALY, A. L. **Une démocratie prise en otage par ses élites. Essai politique sur la pratique de la démocratie au Sénégal**. Dakar: Sentinelles, 2006.

COUTINHO, C. Gramsci e a sociedade civil. Sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em: <www.artnet.com.br/gramsci>. Acesso em: 10/08/2017.

COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, C. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DAHL, Robert. **De la démocratie**. Paris: Nouveaux Horizons, 1998.

DALLARI, D. **O futuro do Estado**. São Paulo: Moderna, 1980.

DALOZ, Jean Pascal; QUANTIN, Patrick. **Transitions démocratiques africaines**. Paris: Kartala 1997.

DIA, Mamadou. **Echec de l'alternance au Sénégal et crise du monde libéral**. Paris: L'Harmattan, 2005.

DIAGNE, O. L'intellectuel et la société civile. **Revue Sénégalaise de Sociologie**, Université Gaston Berger, Saint-Louis, p. 20-25, 2000.

DIOP, Alioune Badara. Espace électoral et violence au Sénégal. **Africa développement Codesria**, vol 26, n° 1-2, p. 145-193, 2001.

DIOP, Momar Coumba. **Le Sénégal contemporain**. Paris : Kartala, 2002.

DIOUF, Mamadou. Libérations politiques ou transitions démocratiques: perspectives africaines. In: **Nouvelles Pistes, Codesria**, Dakar, 1998.

EBOUSSI-BOULAGA, Fabien. **Les conférences nationales en Afrique noire, une affaire à suivre**. Paris: Kartala, 1993.

FULGA, Gheorghe. **Connaissance sociale et pouvoir politique**. Paris: l'Harmattan, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

-
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- LAFARGUE, Jérôme. **Contestation démocratiques en Afrique**. Paris: Kartala, 1996.
- LECA, Jean. La démocratie à l'épreuve des pluralismes. **Revue Française de Science Politique**, 1996, Volume 46, Numéro 2.
- MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Editions sociales, 1957.
- MEDARD, Jean François. (études réunies par). **Etats d'Afrique noire. Formation, mécanismes et crise**. Paris: Kartala, 2000.
- MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, Violência e Injustiça: O Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- NARE, Christine Zoé. Être femme intellectuelle en Afrique: de la persistance culturelle. **Afrique et développement**, vol. 22, No. 1, Le genre revisité, p. 65-78, 1997.
- NGAKOUTOU, Thimotée. **Femmes africaines et démocratie**. Dakar: UNESCO, Bureau régional de Dakar, 1995.
- OLIVIER, I. **Le vote**. Paris: Montchrestien, 2000.
- SECK, Assane. **Sénégal, émergence d'une démocratie moderne 1945-2005, un itinéraire politique**. Paris: Kartala, 2005.
- SEYE, Ousmane. **Pour une définition de la société civile**. Sud W.E. n° 1164, du 22/02/1997.
- TOURAINÉ, Alain. **Lexique de politique**. Paris: Dalloz, 2001, 7^e édition.
- TOURAINÉ, Alain. **Qu'est ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Ercílio Neves Brandão Langa

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Homosexuality in the African continent: history, colonization and contemporary discussions

Resumo: Este artigo aborda a homossexualidade no continente africano a partir das perspectivas das colonizações islâmica e judaico-cristã europeia. Apresenta o “estado da arte” das discussões contemporâneas, analisando os discursos existentes de pesquisadores, figuras públicas, religiosos, autoridades e governantes. Por último, verifica a situação dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intergêneros (LGBTI’s) nas sociedades africanas. Utilizo como métodos a revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre o assunto. Discutir acerca da homossexualidade em África não apresenta tarefa fácil, além de ser assunto tabu, há dificuldades em obter dados sobre o assunto, pouco documentado no continente. Desde o início do século XXI que se verificam discursos acirrados, atuações de governos, estadistas e religiosos africanos contra a homossexualidade. Nesse contexto, o debate sobre os direitos de LGBTI’s em África mostra-se urgente.

Palavras-chave: Homossexualidade; Continente Africano; Colonização; Debates; África contemporânea.

Abstract: This article addresses homosexuality on the African continent from the perspectives of Islamic and Judeo-Christian European colonization. It presents the "state of the art" of contemporary discussions, analyzing the existing discourses of researchers, public figures, religious, authorities and rulers. Finally, it examines the situation of lesbian, gay, bisexual, transgender and intergender (LGBTI) rights in African societies. I use methods such as bibliographic review and documentary research on the subject. Discussing homosexuality in Africa does not present an easy task, besides being a taboo subject, there are difficulties in obtaining data on the subject, which is not well documented in the continent. Since the beginning of the 21st century, there have been fierce speeches, acts of African governments, statesmen and religious against homosexuality. In this context, the debate on LGBTI rights in Africa is urgently needed.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Keywords: Homosexuality; African continent; Colonization; Debates; Contemporary Africa.

A HOMOSSEXUALIDADE NO CONTINENTE AFRICANO: HISTÓRIA, COLONIZAÇÃO E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

Ercílio Neves Brandão Langa¹

Introdução

Por que os Estados africanos proibiriam e criminalizariam uma prática que é afirmada como não existente no continente? Por que analisar a homossexualidade em África com “lentes” ocidentais? Como conciliar direitos individuais e coletivos em sociedades consideradas “comunitárias”? Como indivíduos de diferentes nações, culturas e religiões africanas lidam com a questão da homossexualidade? São estas algumas das questões a interpelar uma discussão sobre a homossexualidade no continente africano. Relativamente à estrutura do artigo, primeiro analiso o “estado da arte” das discussões acadêmicas, particularmente, o embate entre pesquisadores africanos e ocidentais. No segundo tópico, resgato a história da homossexualidade em África, demonstrando como os processos coloniais criminalizaram e penalizaram a prática e após as independências, os governos africanos aproveitaram o aparato de leis coloniais para endurecer as penas. No terceiro e último segmento, abordo os direitos sexuais nas sociedades africanas.

Homossexualidade em África: o estado da arte das discussões

No debate acadêmico sobre a homossexualidade, destaco o texto fundante de Evans-Pritchard (2012) acerca da “inversão sexual” entre os Azande, um povo nilótico, localizado no atual Sudão do Sul. Neste estudo, realizado entre as décadas de 1920 e 1930, o antropólogo britânico mostra a existência de relações homoafetivas entre guerreiros casados e rapazes solteiros com e sem penetração sexual, nas quais, os últimos viviam, temporariamente, nas cabanas dos primeiros, tornando-se “rapazes-esposas” (PRITCHARD, 2012). De acordo com o autor, tal prática acontecia devido à escassez de mulheres disponíveis para casamento, num contexto em que os homens ricos tinham verdadeiros haréns de mulheres, causando desequilíbrio nupcial na sociedade Azande. Entretanto, logo que conseguiam dinheiro e gado para se casarem, esses jovens uniam-se com mulheres, vivendo uma relação heterossexual. Na mesma sociedade, eram comuns

¹ Ercílio Neves Brandão Langa. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutor em Sociologia pela UFC. E-mail: ercilio.langa@gmail.com.

relações afetivas entre mulheres por conta da poligamia em larga escala, desde que tivessem a permissão de seus esposos. Tais relações entre pessoas do mesmo sexo eram comuns, principalmente entre os ricos e particularmente dentro da realeza (*Idem*, 2012).

Ademais, diversos estudos contemporâneos realizados em África demonstram a existência de envolvimento afetivossexual entre pessoas do mesmo sexo, em distintos contextos. Na atualidade, diversas pesquisas realizadas em África – dentre as quais se destacam os estudos de Stephen Murray e Will Roscoe (1998), Charles Gueboguo (2006) e Neville Hoad (2007), bem como os relatórios da Associação Lambda (2010, 2013) e os ensaios de Thabo Msibi (2014) e Achille Mbembe (2014) – demonstram a existência de interações homoafetivas em distintos contextos africanos, quais sejam: sociedades urbanas; entre as classes mais escolarizadas e oligarquias; trabalhadores em trânsito, caminhoneiros de longos percursos; trabalhadores em situação de confinamento ou, morando distantes de suas terras de origem, a exemplo de mineiros, presidiários, militares, guerrilheiros, madeireiros, dentre outros.

Muitas vezes, tais interações homossexuais não colocam em causa a masculinidade ou a orientação sexual dos sujeitos, que não se identificam como homossexuais ou gays, mas somente homens que fazem sexo com homens (HSH), mantendo ao longo da vida, uniões afetivas “estáveis” com pessoas do sexo oposto. No cenário africano, alguns agentes – minorias sexuais organizadas em associações, comunidades, clubes, bares e cidadãos, individualmente – têm assumido publicamente a homossexualidade. Via de regra, tais atores estão estabelecidos em regiões urbanas e pertencem às classes médias e altas africanas, “saindo do armário” conforme a posição, o *status* e o contexto social vivenciado no país, cidade ou região.

Nessas discussões, pesquisadores africanos, entre os quais Msibi (2014) acusam os teóricos ocidentais de partirem de seus “lugares de fala”, tomando a homossexualidade como um dado adquirido e de não levarem em consideração as realidades históricas e os contextos africanos, exportando suas visões sobre sexualidade e gênero para sociedades não-ocidentais. De acordo com o autor, nas suas análises os teóricos ocidentais não tomam em conta as realidades contextuais e históricas do continente, assim como, as experiências e condições vivenciadas pelos povos africanos. Nessa perspectiva, este ensaísta sulafricano esforça-se para demonstrar a natureza ocidental e totalizante das teorias sobre a sexualidade e o desejo entre pessoas do mesmo sexo, cuja produção ocorre sem a participação de intelectuais do “Sul”. Na sua ótica, as práticas e políticas homossexuais em África não podem ser assumidas como sendo semelhantes às do mundo Ocidental, porque o continente africano vive assombrado pelo colonialismo e imperialismo, que tendem a “apagar” a perspectiva nativa africana acerca da homossexualidade, substituída, em grande parte, pelas concepções cristãs e/ou ocidentais (MSIBI, 2014).

Em outra perspectiva, Luiz Mott (2005) faz uma “arqueologia” dos casos de sodomia nas colônias portuguesas a partir de arquivos da Inquisição existentes na Torre do Tombo, em Portugal. Utilizando-se, muitas vezes, da própria terminologia colonial e de uma linguagem romântica, este pesquisador parece partilhar dessa visão ocidental sobre as sociedades africanas. Seu texto apresenta casos de relações homoafetivas entre cidadãos portugueses e escravos africanos, entre cabos militares e afrodescendentes acontecidas nas colônias portuguesas em África (MOTT, 2005).

Tais cidadãos europeus a serviço da coroa portuguesa – governadores, padres, autoridades, comerciantes ricos e militares – ocupavam diversos cargos de poder e prestígio. Dessa forma, o autor brasileiro ignora as relações de poder e de dominação existentes entre europeus e africanos no contexto da colonização, visto que, muitas vezes europeus usavam da força nessas relações, bem como não menciona o fato de que muitos africanos e afrodescendentes “sodomizados” faziam-no em troca de dinheiro, comida, bens e objetos de trabalho (*Idem*, 2005).

Já Murray e Roscoe (1998) defendem que a homossexualidade existe em África há milênios, sendo uma prática pré-existente à colonização europeia, ganhando nomes e formas específicas conforme a região e contexto histórico. Por exemplo, nas culturas *swahilis* da África Oriental, a prática é conhecida como *mashoga*, *mabasha e magai*, entre homens e, *wasagaji*, *mkesimume*, entre mulheres (*Idem*, 1998). Ainda nesta perspectiva “africana”, num estudo de caso pioneiro realizado no Camarões, Gueboguo (2006) aponta a existência histórica de relações homossexuais, contudo, ressalta que ao longo do tempo o objetivo primário da sexualidade em África tem sido a reprodução para a perpetuação dos grupos sociais. Ainda assim, a homossexualidade se encontra cada vez mais visível no cotidiano e não apenas nos processos simbólicos e rituais, como era descrita (*Ibidem*, 2006).

Por conseguinte, em uma análise contemporânea, Msibi (2014) argumenta que em muitos contextos africanos, a existência de homossexuais – e de outras categorias de indivíduos que se envolvem em relações afetivas com pessoas do mesmo sexo – tem sido marcada pela negação brutal e pelo silêncio. As práticas homossexuais vêm sendo apresentada como “estrangeira” e “contra Deus” (*Idem*, 2014).

Os pesquisadores africanos aqui citados são unânimes em afirmar que o discurso sobre a homossexualidade em África foi imposto pelo mundo ocidental, visto que as primeiras leis contra a sodomia foram promulgadas pela colonização europeia nos territórios africanos, assim como o ideal de família patriarcal e heterossexual, instituída pelo cristianismo e reforçada mais tarde, com o advento do marxismo, movimentos estes que retrata(va)m de forma negativa a homossexualidade.

A revolução sexual silenciosa

Neste esforço de circunscrição do “estado da arte” dos debates acerca da homossexualidade no continente africano, cabe destacar a importante contribuição de Mbembe (2014), ao delinear um interessante cenário das transformações na vida íntima e na sexualidade ocorridas no último quartel do século XX em África, por ele designado de “revolução sexual silenciosa” (*Idem*, 2014). Assim, este autor descreve um panorama africano nos últimos vinte e cinco anos do século XX caracterizado pelo desemprego e pela fragmentação social que afetou as estruturas familiares que teve as seguintes consequências: transformações nos lugares das mulheres nas atividades econômicas e nas formas de união conjugal; enfraquecimento do *status* dos homens mais jovens por conta do desemprego; as mudanças na idade do primeiro casamento; redefinições nas relações entre homens e mulheres nas funções parentais; bem como com a emergência de casais sem filhos, famílias poligâmicas sem parentes colaterais, famílias monoparentais e divórcios, situações estas que fazem emergir diversas formas de famílias, grande parte das quais, chefiadas por mulheres (MBEMBE, 2014).

Este filósofo camaronês chama atenção para o aparecimento em África – ainda que lentamente – de uma esfera privada cujos símbolos são retirados da cultura global, por meio do vestuário, música, desporto, moda e dos cuidados do corpo em geral. Nesse contexto, distingue três pressupostos fundamentais na base dessas representações africanas sobre a homossexualidade, grande parte influenciadas por ideais religiosos e biológicos. Tal é perceptível pela linguagem biologizada – a partir de palavras como apoplexia, vulva, sémen, genital, extravaginal – bem como pela utilização de expressões religiosas – onanismo, viril, natural, anciãos, coito, mácula, impureza, sexualidade legítima, feitiçaria, abominável, profanação da carne – desses raciocínios (*Idem*, 2014).

Na base dessas três afirmações encontram-se três pressupostos fundamentais. E, primeiramente, a ideia muito falocrática – mas partilhadas tanto por homens quanto por mulheres – segundo a qual, mesmo em estado de apoplexia, o membro viril seria o símbolo natural da gênese de vida e de qualquer poder. Assim sendo, não haveria sexualidade legítima, além daquela que faz sempre bom uso do capital seminal. Se tudo é organizado em função das tarefas reprodutivas, o último delapidar-se-ia nos prazeres desperdiçados. De seguida, existe a crença largamente disseminada segundo a qual o coito lícito só se concretizaria *no* órgão feminino, sendo que a ejaculação extravaginal (onanismo) seria a marca da própria mácula e impureza, mesmo da feitiçaria. A função principal da vulva consistiria em libertar o falo do seu sêmen e conservá-lo preciosa-

mente. Por fim, predomina a impressão segundo a qual, qualquer prática coital – nomeadamente aquela que, em vez de por imediatamente os atos genitais, os associaria antes aos orifícios e vias de excreção, deglutição e sucção – seria uma profanação da carne e um abuso abominável (*Op Cit.*, p. 174).

Nessa perspectiva, nas sociedades africanas, os argumentos anti-homossexualidade “conferem uma função crucial ao pênis nos procedimentos de simbolização da vida, do poder e do prazer” (*Ibidem*, 2014, p. 175), constituindo a regra. Desta forma, por conferirem elevada preponderância ao falo, tais pontos de vistas negligenciam as práticas homossexuais femininas, que se encontram cada vez mais disseminadas nas sociedades africanas, bem como assentam em uma leitura muito contestada da história da sexualidade em África e dos seus significados políticos.

Durante e após a colonização europeia, o poder em África procurou sempre uma imagem de virilidade, na qual a comunidade política africana pretendeu sempre ser uma sociedade dos homens e dos anciãos. Daí o costume dos monarcas, elites, guerreiros, soldados e dos homens poderosos de “deflorar” as mulheres virgens. Na sua ótica, até pouco tempo em África, a homossexualidade sempre fora um privilégio dos poderosos, praticada em rituais de subordinação ao monarca e em momentos especiais, rituais sagrados, cerimônias de entronização, etc. Contudo, atualmente, ela não é mais vista como prática ritual especial de submissão ao outro, mas fruto do desejo masculino e feminino de homens e mulheres comuns, ainda que seja utilizada como prática política de subjugação dos adversários nas guerras (MBEMBE, 2014). Senão, vejamos:

A homossexualidade era apanágio dos poderosos. Podia funcionar como um ritual de subordinação em relação ao mais forte de si e também estava presente em determinados rituais sagrados. Atualmente, a recusa proclamada da submissão homossexual a outro homem não significa falta de vontade, por parte dos homens e mulheres, de adquirir e apropriar-se do pênis ideal e idealizado. Factualmente, o aviltamento e a depreciação de que a anidade é objeto no discurso público acompanham o seu aparecimento recorrente no plano do sintoma, sob a forma de fantasias diversas. Nesse plano, basta analisar as funções que desempenha nas quimeras de permutação de funções masculinas e femininas, ou ainda a vontade –sentida pela maioria dos homens e corrente nas técnicas políticas de subjugação – de servir-se dos outros homens, tal como de muitas mulheres que se submetem à copulação e vivem a sua dominação através da consumação do coito. Acresce-se ainda a existência, nos contos e mitos, de criaturas hermafroditas; ou ainda, nas lutas sociais e políticas, a prática que consiste em despojar o inimigo de tudo aquilo que constituem os emblemas da virilidade e em consumá-los; ou ainda, a obsessão de regeneração de uma virilidade declinante através de decocções e da utilização de todos os tipos de cascas. Por conseguinte, a homossexualidade insere-se na estratificação muito profunda do inconsciente sexual das sociedades africanas (*Idem*, p. 176-177).

Para o autor, a homossexualidade está no inconsciente sexual das sociedades africanas, mesmo que questões à sexualidade ainda não se encontram claras, devido ao fato deste continente ter passado por uma “revolução sexual silenciosa” e também porque foi mal documentada. Ainda que tal Revolução só seja perceptível agora, ela transformou a forma como muitos africanos imaginam sua relação com o desejo, o corpo e o prazer.

A revolução sexual silenciosa africana foi caracterizada por uma abertura inigualável das sociedades africanas para o mundo. Exemplos disso são a circulação de filmes pornográficos em sociedades africanas, o questionamento da centralidade do órgão sexual e reprodutor masculino que, em algumas sociedades têm ocasionado instabilidade marital e circulação das mulheres. Também se verifica o agravamento de conflitos entre homens e mulheres em distintos contextos, onde os homens mais pobres passam a sentir-se desmasculinizados, bem como o status de “chefe de família” do homem tem sido desclassificado nas classes populares nos casos em que a sua capacidade de provedor da família não se realiza com êxito (*Ibidem*, 2014).

Em determinados casos, as crises econômicas e sociais contribuíram para o aumento das desigualdades entre os sexos, enquanto que noutros casos, houve uma mobilidade ascendente tanto de homens como de mulheres, resultando num agravamento dos conflitos entre os sexos e da brutalidade das relações de gênero entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as formas de sexualidade anteriormente reprimidas foram emergindo gradualmente no espaço público, e os desejos sexuais foram-se alargando. Eis “revolução sexual silenciosa” ocorrida em África, circunscrita por este filósofo:

Paralelamente, as formas de sexualidade anteriormente reprimidas emergem gradualmente no domínio público, o repertório das fruições sexuais alargou-se consideravelmente e as práticas de feação proliferam, enriquecendo largamente a linguagem da sexualidade. Entre os jovens novas e infinitas expressões, gradualmente mais prosaicas. Grande parte do discurso social incide na temática da força fálica declinante. Os mais velhos recorrem cada vez mais a plantas e raízes cujas propriedades revigoram, alegadamente, a virilidade masculina e permitem a multiplicação e exaltação do coito. [...]. Se em certos países, os regimes no poder travam uma guerra contra os homossexuais e os consideram refugos e resíduos humanos, na África do Sul, a constituição garante-lhes todos os direitos, incluindo o casamento. A homofobia contemporânea também é utilizada pelos «pequenos» como um meio de desqualificação das classes dirigentes. Essas transformações ocorrem num momento em que a epidemia da Sida atinge proporções cada vez mais elevadas da população. O sexo e a morte convergem através da Sida. Num continente devastado pela guerra, assistiu-se à multiplicação das práticas de manducação. São as criança-soldado que, depois de tirar a vida a um inimigo, o emasculam retirando-lhe o pênis e consumindo-o para fazer aperceber-se, mesmo na sua morte, da sua impotência (MBEMBE, *Op cit*, p. 178).

Portanto, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que experiências sexuais e novas formas de prazer antes reprimidas vão emergindo, as guerras – constitucionais, estatais e religiosas, por meio de leis e discursos – contra as “novas” formas de sexualidade, particularmente contra a homossexualidade, constituem parte integrante desta revolução, com acusações, preconceito e discriminação em relação aqueles que apresentam orientação de gênero e sexualidade distintas da maioria. Em quase todas as sociedades africanas pessoas famosas, políticos, dirigentes, artistas e desportistas são acusados de serem homossexuais.

Em África, somente a África do Sul – a nação arco-íris – é pioneira no reconhecimento dos direitos dos homossexuais, e deixa isso claro na sua constituição pós-*apartheid*, enquanto que a maioria dos países africanos se encontra na “zona cinzenta”, caracterizada por poucos avan-

ços ou mesmo retrocessos nos direitos sexuais, reprodutivos, criminalização, ausência de reconhecimento e proteção das minorias, como são o caso dos homossexuais.

A colonização e a penalização das relações homossexuais

É fato histórico que as primeiras leis proibindo e penalizando relações homoafetivas nas sociedades africanas foram impostas pelas colonizações islâmica, europeia e suas respectivas religiões. Via de regra, muitas constituições, leis, códigos civis e penais vigentes nos países africanos, constituem heranças dos governos coloniais europeus ou foram copiados dos modelos de estados-nação europeus e norte-americanos, ou ainda inspirados no marxismo-leninismo do leste europeu e asiático. Estes regulamentos têm em comum, o fato de terem sua base no modelo de família patriarcal.

Ao longo da história, missionários, aventureiros e viajantes europeus apresentaram relatos de homossexualidade, incesto e outras práticas sexuais em distintos reinos e impérios africanos, particularmente, nas realezas e na classe dos sacerdotes – xamãs, adivinhos, curandeiros e feiticeiros – que aconteciam durante rituais, cerimônias de entronização, dentre outras.

Um dos episódios históricos mais interessantes acerca da homossexualidade em África, contudo, pouco documentado e abordado, foi o drama vivido pelos “mártires de Uganda” nas mãos do rei Mwanga, entre os finais do século XIX e início do século XX, quando jovens africanos católicos foram torturados, queimados vivos e mortos por se recusarem a manter relações homossexuais com o monarca e por rejeitarem renunciar sua fé, num episódio que passo a relatar.

De acordo com Lídia Gallesio e Domenico Bosa (1986), no contexto da expansão do catolicismo no interior do continente africano, em fevereiro de 1878, a Santa Sé confiou à Sociedade dos Missionários de África a tarefa de cristianizar os africanos, abrindo dois centros missionários na região dos Grandes Lagos, em um episódio que passo a contar nas linhas seguintes. Não obstante as diferenças de mentalidade e de resistência, em um ambiente plural caracterizado por manifestações religiosas nativas africanas, pela presença do *Islam* e por momentos de competição e tensão com a comunidade protestante europeia, os missionários católicos conseguiram ganhar confiança do rei ugandês Mutesa I, que impunha restrições ao deslocamento livre pelo reino ou à permanência fixa dos missionários longe da residência real.

Entretanto, tais missões começaram a surtir resultados pouco tempo depois, em 1880, quando, finalmente, os missionários católicos tiveram permissão para estabelecer-se em Bugan-

da,² conseguindo formar grupos consistentes de cerca de duzentos e cinquenta catecúmenos e realizar os primeiros vinte batizados (GALLESIO; BOSA, 1986).

Mesmo assim, as relações entre a realeza africana e os missionários católicos eram inconstantes, fazendo os últimos temerem por suas vidas, muitas vezes, obrigando-os a abandonar o reino. No reino do Buganda o tráfico de escravos, os cultos tradicionais aos espíritos dos mortos, particularmente aos antepassados da família, espíritos das grandes forças, fenômenos naturais, bem como os sacrifícios humanos, a poligamia e as relações homossexuais constituíam práticas comuns e aceitas desde os tempos remotos, inclusive pela família real. Assim, intermediários especiais, adivinhos, feiticeiros e curandeiros eram interpelados para consultar as vontades dos espíritos e de outros seres superiores (*Idem*, 1986).

Com a morte de Mutesa I, subiu ao trono o jovem rei Mwanga que, para além das leis, tradições e costumes africanos, conhecia sumariamente as doutrinas islâmica, protestante e católica. Nesse contexto, em 1885, o novo monarca pediu a volta dos missionários ao reino e pouco tempo depois, o número de cristãos na corte real ultrapassava os cento e cinquenta, entre batizados e catequizados. Com o crescimento do catolicismo no reino, os “grandes” – realeza, nobreza, chefes militares e religiosos – temiam ver seus poderes diminuídos ou perder seus privilégios com uma possível conversão do monarca, visto que a adesão a esta religião implicava a renúncia das tradições, práticas e a consequente adoção de um novo estilo de vida “cristão” (*Ibidem*, 1986).

Assim, os membros da realeza incitavam o rei contra os representantes do catolicismo no reino. Vários jovens catolizados resistiam às seduções e propostas sexuais do rei, bem como mantiveram-se firmes na fé, recusando-se a renunciar sua religião. Aos poucos, o rei Mwanga foi convencido de que a presença dos católicos era a razão de todos os males no reino, iniciando uma perseguição feroz que terminou com a morte de, pelo menos, vinte e dois jovens católicos africanos entre 1885 e 1887. Estes foram torturados, decapitados, queimados vivos e esquartejados, num episódio da história das igrejas católica e cristã africanas que ficou conhecido como os “mártires de Uganda” (GALLESIO; BOSA, 1986).

Com a emergência do Cristianismo como religião predominante nos territórios ocupados pelas potências europeias em África, particularmente na região Subsaariana, diversas leis, religiões, tradições e costumes, dentre elas as relações homossexuais, foram proibidas, tornando-se assunto tabu, sendo substituídos pelos códigos civis e penais coloniais europeus, bem como pela moral judaico-cristã presente na Bíblia. De acordo com William Cole (1967), tais ensinamentos

² Atualmente, parte do Uganda, país localizado na região África Oriental e Subsaariana do continente africano.

judaico-cristãos dispostos no Velho e Novo Testamentos bíblicos, influenciaram a moral, os costumes e a vida cotidiana no continente africanos, até aos dias de hoje (COLE, 1967).

No tocante ao *Islam*, conforme os historiadores Mohammed EL FASI e Ivan HRBEK (2010), essa religião influenciou uma vasta região do continente, primeiro a partir do Egito e do Norte de África, entre o século VII e XI, sem que estes territórios tenham sido politicamente anexados a nenhum dos grandes estados islâmicos da época. Após os muçulmanos converterem os berberes, estes últimos introduziram a religião islâmica a Sul do Sahara, a partir das caravanas que atravessavam o grande deserto em direção às terras mais férteis do Sahel e do Sudão (EL FASI; HRBEK, 2010).

Na ótica destes dois autores, a África negra servia, essencialmente, como reservatório de escravos para o mundo muçulmano. A expansão muçulmana pelo continente africano não foi somente religiosa, mas também de âmbito político, cultural e econômico, na qual, os árabes exerceram influência na região norte do continente, no Mar Mediterrâneo e nas costas do Oceano Índico (*Idem*, 2010).

As leis aplicadas pelas sociedades islâmicas podem ser entendidas como tendo sido derivadas do Alcorão, livro sagrado e principal fonte do Islam, e da *Sunnah*, segunda fonte que narra a vida do profeta, não sendo possível praticar esta religião sem consultar ambos os textos. Já a *shariah*, um sistema detalhado de leis religiosas, equivale ao direito, procura descrever todos os atos humanos, distinguindo-os entre os permitidos “*halal*” e proibidos “*haram*”. Quando interpretada de forma literal, a *shariah* pode-se revelar um sistema de leis bastante repressivo, cuja pena para as relações homossexuais é a lapidação e morte.

De fato, além de ser um sistema religioso, o Islam é também um sistema governamental e legislativo, daí que em muitas sociedades islâmicas, o Estado e a religião se confundem. Nesse cenário, em muitos países cristãos e islâmicos, o clero religioso e políticos se utilizam da religião para controlar a vida dos indivíduos, particularmente, das mulheres e dos LGBTI’s. Hoje, segunda década do século XXI, no Norte de África, a chamada *Primavera Árabe*, iniciada em 2011, cujas revoluções foram essencialmente políticas, não trouxeram mudanças significativas nos valores ou direitos humanos. Na realidade, mudaram os dirigentes e governantes, mas a cultura desses países não mudou, assim como a vida dos indivíduos, particularmente, as mulheres e LGBTI’s. O peso da religião e da cultura sobre os indivíduos não diminuiu.

As independências africanas e o endurecimento das penas

Após as independências em África, acontecidas a partir de 1960, a maioria dos governos africanos aproveitou o aparato de leis coloniais europeias e em alguns casos, tornou-as mais rígidas. Tais leis coloniais sobre a homossexualidade foram legitimadas pelos europeus: missionários, autoridades militares e antropólogos influenciados pelo funcionalismo-estrutural, que em seus escritos, viam no homem africano qualidades como “bom selvagem”, “primitivo”, “tradicional”, entre outras. À rigor, quando relatada por atores europeus, as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo ocorridas nas colônias africanas, eram retratadas em linguagem moralista e médicopsiquiatra: “perversão”, “inversão sexual”, “erotismo mórbido”, “pederastia”, “práticas contra natura”, “ocorrência de sexo contrário” (MURRAY; ROSCOE, 1998).

Tais concepções foram reforçadas após as independências dos países africanos na segunda metade do século XX e com o advento do Socialismo e do Capitalismo, que retrata(va)m a homossexualidade de forma negativa. Assim, grande parte dos governos africanos aproveitou ou copiou o aparato de leis coloniais europeias, em alguns casos, reformulou-as, tornando-as mais rígidas. Desse modo, após as independências, grande parte dos governos africanos mostrou-se relutante em discutir acerca da homossexualidade, permanecendo dentro dos padrões europeus de moralidade.

Atualmente, os governos africanos mostram-se relutantes em discutir sobre a homossexualidade, cujas leis se mantêm estáticas, permanecendo dentro dos padrões vitorianos de moralidade, adotando o modelo biomédico capitalista-ocidental, seguido por quase todas as sociedades. Já, especialistas africanos argumentam que para se compreender as relações homossexuais em África, é necessário abandonar as teorias ocidentais acerca do sexo, gênero, sexualidade e afetividade, porque tais teorizações têm se mostrado inadequadas na compreensão dos distintos contextos africanos.

Em finais do ano 2013, um estudo *survey* publicado pelo *Pew Research Center* – intitulado *A Divisão Global sobre a Homossexualidade* – fora realizado em maio do mesmo ano, em trinta e nove países dos cinco continentes, com 37.653 indivíduos de ambos os sexos entrevistados e abrangeu seis regiões geográficas: América do Norte, Europa, Médio Oriente, Ásia e Pacífico, América Latina e África. Tal pesquisa mostrava uma enorme variação de opiniões, conforme a região, na questão – “a homossexualidade deveria ser aceita ou rejeitada pela sociedade?” – revelando a existência de maior aceitação de homossexuais em países seculares e ao mesmo tempo, uma forte correlação entre religiosidade e opiniões em relação à homossexualidade; desta forma, a homossexualidade seria menos aceita em países onde a religião é central na vida dos indivíduos (PEW CENTER, 2013).

De modo geral, a enquete evidenciava ampla aceitação da homossexualidade na América do Norte, União Europeia e grande parte da América Latina. Entretanto, a prática era igualmente rejeitada, de forma generalizada, em países islâmicos no Médio Oriente, África, Rússia e regiões da Ásia (*Idem*, 2013).

No continente africano, a rejeição da homossexualidade variava entre 61 a 90% da amostra da população entrevistada, sendo menos rejeitada na África do Sul e mais rejeitada em países como Quênia, Uganda, Gana, Senegal e Nigéria. O *survey* concluía que em diversas regiões de África, particularmente, os países com maioria da população islâmica, permanecem entre os menos dispostos aceitar a homossexualidade e cuja percentagem de rejeição chega próximo dos 100% (*Ibidem*, 2013).

Assim, na África Subsaariana, cerca de 98% das pessoas na Nigéria, 96% no Senegal, 96% no Gana, 96% no Uganda e 90% no Quênia afirmavam que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade. Inclusive na África do Sul, onde ao contrário da maioria dos países africanos as relações homossexuais são legais, a discriminação baseada na orientação sexual constitui crime e é considerada inconstitucional, cerca de 61% dos inquiridos, afirmavam que a homossexualidade não deveria ser aceita pela sociedade, enquanto que apenas, 32% declaravam que esta prática deveria ser aceite (PEW CENTER, 2013).

Já na maioria dos países pesquisados, o estudo não encontrou diferenças significativas entre os sexos, isto é, entre as respostas dos homens e das mulheres às perguntas feitas. Entretanto, nos países onde há grandes desigualdades de gênero e sexo, as mulheres eram mais propensas a aceitar a homossexualidade do que os homens. Por fim, em diversos países a visão sobre a homossexualidade variou segundo as faixas etárias: os mais jovens tinham maior propensão a aceitar a homossexualidade do que os mais velhos (*Idem*, 2013).

Acerca da intolerância com a homossexualidade, em uma obra retratando suas experiências com LGBTI's em viagens pelo continente africano, do Cabo ao Cairo, o pesquisador espanhol Marc Serena (2014) aponta que cerca de 60% dos países membros da ONU aboliram a legislação que penaliza os atos sexuais consentidos entre adultos do mesmo sexo, mas, os continentes asiáticos e africanos são aqueles onde persistem as leis mais repressivas (*Idem*, 2014). De acordo com este autor, durante as primeiras décadas do século XX, o Norte de África teria sido um “paraíso” para muitos europeus em busca da liberdade sexual.

Nesse período, havia matrimônios homossexuais seguindo o ritual islâmico, práticas essas posteriormente proibidas pelas autoridades coloniais europeias nesses países. Desta forma, na atualidade, metade da segunda década do século XXI, a homossexualidade continua proibida em

trinta e oito dos cinquenta e quatro países africanos, com o argumento de que se trata de uma perversão importada do Ocidente.

Na maioria das vezes, aqueles que defendem a criminalização das relações homossexuais em África, argumentam que a prática tem origens externas no continente, tendo sido introduzida pelo mundo Ocidental europeu e sua influência cultural (*Ibidem*, 2014). Assim, em diversos países africanos, têm-se noticiado situações de preconceito e discriminação, bem como perseguição, exclusão, violência e até morte de cidadãos por conta da orientação sexual. E, geralmente, os homossexuais são obrigados a refugiar-se em aldeias no interior dos estados, em países europeus ou da América do Norte.

Muitas vezes, distintos governos, estadistas, líderes tradicionais, políticos e religiosos africanos, assim como nas diásporas espalhadas pelo mundo, os adeptos da Afrocentricidade têm recusado qualquer perspectiva de relações afetivas que se afaste da heterossexualidade, afirmando que esta prática é fruto do colonialismo Ocidental e que nunca fez parte das tradições africanas.³

Na ótica de pesquisadores como Luca Bussotti e António Tembe (2014), os ideólogos afrocentristas têm veiculado a ideia de que a homossexualidade foi introduzida no continente pelos interesses ocidentais, uma vez que a natureza africana se centra na vida e na sua reprodução, tornando impossíveis as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo. Assim, recusam qualquer diálogo com movimentos LGBTI's africanos, adotando uma postura negativa com que estes movimentos costumam ser representados (BUSSOTTI; TEMBE, 2014).

Estes dois autores rechaçam a ideia de que em África a sexualidade sempre esteve orientada somente para fins reprodutivos, classificando esta perspectiva de “instrumental”, pois desvaloriza a dimensão afetiva e termina concordando com a perspectiva católica acerca da sexualidade. Assim, os argumentos dos afrocentristas terminam conciliando os ensinamentos bíblicos, as tradições cristãs, o tradicionalismo africano e a cruzada antiocidental no combate à homossexualidade.

Nessa perspectiva, o colonialismo não trouxe a homossexualidade à África, mas sim a sua criminalização jurídica, com o objetivo de controlar social e sexualmente os africanos, reconduzindo-os a costumes julgados, os mais apropriados à moral comumente aceite. Assim, o Afrocentrismo tem emergindo no continente africano fortemente influenciado por perspectivas que pretenderam ser universais – o cristianismo, o islamismo, o marxismo – e, que os indivíduos

³ De acordo com Ana Mazama (2009), a Afrocentricidade surgiu no início da década de 1980, com a publicação do livro *Afrocentricidade*, de Molefi K. Asante (1980), seguido por *Ideia afrocêntrica* (1987) e *Kemet, afrocentricidade e conhecimento* (1990). No cerne da ideia afrocêntrica está a afirmativa de que os africanos devem operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora, controlando seus destinos por meio de uma autodefinição positiva e assertiva. Na sua ótica, os critérios dessa autodefinição devem ser extraídos da própria cultura africana (MAZAMA, 2009).

que aderiram a tais perspectivas, estão em poucas condições de afirmar sua total e plena africanidade (*Idem*, 2014).

Portanto, ser homossexual, gay ou lésbica é um direito individual e algo pessoal entre as diversas formas de viver a sexualidade para milhares de africanos. Porém, o preconceito, o peso da cultura, da religião, assim como da opinião de líderes tradicionais e religiosos, somados à repressão governamental na vida dos indivíduos, ainda são bastante fortes em muitas sociedades africanas, impedindo que os cidadãos vivam sua sexualidade em sua plenitude, de forma livre e individual. Muitas vezes, tal dilema implica a discussão entre direitos individuais e coletivos ou comunitários.

As sociedades africanas e os direitos sexuais

Distintos autores, pesquisadores e intelectuais africanos têm chamado a atenção para o modo, *suis generis*, como a sexualidade é vivenciada em África, particularmente ligado à ideia de “cuidado do outro” e da “responsabilidade” que os sujeitos têm com o corpo e o sexo, bem como ressaltam o fato da sexualidade estar relacionada aos fins de reprodução dos indivíduos. De fato, é incontestável que a dimensão da procriação está bastante presente nas culturas e cosmologias africanas.

Via de regra, a maneira como a sexualidade é vivenciada em África – conforme o país, sociedade, grupo étnico ou religioso – apresenta-se distinta do modo como ela é experienciada na cultura Ocidental, Europa, EUA, ou no Brasil, sociedades nas quais os valores e códigos a ela atribuídos são diferentes. Essas seriam algumas das razões para a resistência à homossexualidade em África, tida como influência ocidental. Tais pesquisadores também ressaltam o fato das sociedades africanas serem extremamente comunitárias e repressivas, colocando em primeiro lugar os direitos coletivos e deveres do indivíduo perante a sua comunidade, e somente depois os direitos individuais ou pessoais.

Assim sendo, têm-se a impressão de que as nações africanas aproximar-se-iam, em muitos aspectos à “sociedade de solidariedade mecânica” descrita por Émile Durkheim (1999) caracterizada por sanções repressivas que atingem o indivíduo na sua fortuna e liberdade. Nessas sociedades, a “consciência coletiva” – o conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma sociedade forma um sistema determinado com vida própria – é independente das consciências particulares e das condições em que os indivíduos se encontram. Em outras palavras, os indivíduos passam, mas a sociedade e suas normas permanecem. Tal consciência tem a

função de fazer respeitar as crenças, as tradições e as práticas coletivas, defendendo-as contra todos os inimigos de dentro e de fora da sociedade (DURKHEIM, 1999).

Assim, nas sociedades mais simples, tidas como “primitivas”, a consciência coletiva estaria mais presente, sendo uma força moral e superior ao indivíduo. Assim, o grupo social constitui a autoridade moral que rege a vida dos indivíduos, e nesse tipo de sociedade a solidariedade social estaria vinculada ao direito repressivo, e a maioria das infrações seriam reprimidas com castigos físicos. Dessa forma, para diferentes infrações, as penas aplicadas seriam, quase sempre, as mesmas porque as infrações afetariam da mesma maneira a consciência moral dos indivíduos e, produzem a mesma consequência (*Idem*, 1999).

O direito penal, ao contrário, só edita sanções, mas nada diz das obrigações a que elas se referem. Ele não manda respeitar a vida alheia, mas condenar à morte o assassino. Ele não diz, em primeiro lugar, como se faz o direito civil, “eis o dever”, mas de imediato: “eis a pena”. Sem dúvida, se a ação é punida, é por ser contrária a uma regra obrigatória, mas essa regra não é expressamente formulada. Quando o direito consuetudinário passa ao estado de direito escrito e se codifica, é porque questões litigiosas reclamam uma solução mais definida; se o costume continuasse a funcionar silenciosamente, sem provocar discussão nem dificuldades, não haveria motivo para ele se transformar (DURKHEIM, 1999, p. 45).

Assim, tais sociedades sancionam e penalizam os indivíduos pelas suas condutas, a partir do direito consuetudinário, baseado nos costumes cujas normas nem sempre estão formuladas na forma de leis. Desta forma, muitos indivíduos têm sua vida privada e íntima invadidas e são punidos, sem conhecerem as suas falhas ou as razões da punição. Entretanto, como vimos acima, o próprio Durkheim prevê a necessidade de transformação e adequação das normas e costumes, isto é, uma “evolução” do direito consuetudinário para um direito civil escrito, por causa dos prejuízos causados aos indivíduos.

Relativamente à realidade vivenciada nas sociedades africanas, desde os seus primórdios as ciências sociais, particularmente, a Antropologia clássica, no seu “encontro colonial” e discurso sobre a alteridade e sobre “o outro”, classificou os diferentes grupos etnolinguísticos africanos como “tribais”, “culturas isoladas” e seus nativos como “primitivos” e “selvagens”, sem colocar em questão, as relações de poder que se estabelecia entre as sociedades ocidentais e o resto do mundo. Essa postura ajudou a criar o mito, a ideia segundo a qual, as culturas africanas são excepcionais, constituídas por instituições e práticas únicas, sendo qualitativamente diferentes do resto das sociedades, ocidentais.

Tal dimensão “excepcional” da cultura africana contrasta com cosmovisão Ocidental, mais centrada no indivíduo ou nos valores individuais, na qual, o corpo, a sexualidade e a vida íntima dizem respeito apenas ao indivíduo, em si. Sendo assim, nas sociedades africanas, os valores, os recursos e o corpo do indivíduo pertenceriam à comunidade, ou seja, a sexualidade esta-

ria conectada a um projeto comunitário, muito mais do que ao desejo individual. E, os sujeitos teriam mais deveres do que direitos, diante de suas comunidades.

Já no Ocidente, a sexualidade seria um vetor de individualização, cuja dimensão predominante é o prazer. Portanto, nas sociedades ocidentais, a sexualidade não engendraria um compromisso comunitário. Entretanto, a visão acima apresentada pode nos levar ao “excepcionalismo africano”, isto é, a crença de que as nações africanas são qualitativamente diferentes das outras no mundo, cujos fenômenos seriam difíceis de elucidar e não estando acessíveis aos olhos dos pesquisadores não africanos. Uma crítica contundente a esta perspectiva foi feita por filósofos africanos, no debate sobre a diversidade de conhecimentos de África, produzido por africanos.

Nesta linha de pensamento, Paulin Houtondji (2009) critica a presença de uma “etnofilosofia”, baseada no pressuposto da existência de uma total unanimidade nas sociedades africanas de pequena escala ou primitivas, demonstrando a existência de pluralismo tanto nas sociedades africanas tradicionais como modernas. Tal perspectiva advoga a existência de uma unanimidade das formas de pensar, sentir e crenças nas comunidades africanas, à qual, o autor designa de “ilusão unânime” (*Idem*, 2009).

Identificar filosofia africana com a bibliografia ou literatura filosófica africana permitiu ter noção das contradições e dos debates internos, das tensões intelectuais que dão vivacidade a esta filosofia e que fazem da cultura africana, no seu todo, uma cultura viva e não morta. A etnofilosofia baseava-se, entre outros pressupostos, na ideia de que, nas sociedades africanas de pequena escala ou sociedades primitivas, como são chamadas, vigorava uma total unanimidade, com toda a gente a concordar, por assim dizer, com toda a gente. Além disso, essa pretensa unanimidade era vista como uma virtude, e o desacordo como algo mau ou perigoso. A este duplo pressuposto dei o nome de ilusão unânime. Em contraposição a isto, chamei atenção para a virtude do pluralismo enquanto fator de progresso e para o fato de não só a África moderna como também a chamada África tradicional terem vivenciado o pluralismo ao longo dos tempos e em vários domínios. No que diz respeito à filosofia, este tipo de pluralismo pareceu-me ser algo muito valioso e frutífero (HOUNTODJI, 2002 *apud* HOUTONDJI, 2009, p. 125).

Este autor defende a existência de pluralismo em África, tanto nas sociedades tradicionais, como nas sociedades modernas. Neste mesmo texto, este filósofo chama atenção para as agendas de pesquisa em África, que muitas das vezes destinam-se e vão ao encontro das necessidades teóricas de parceiros ocidentais e a responder a perguntas por eles colocadas. Na sua ótica, os estudos africanos devem primeiro conhecer-se a si mesmo para transformar (HOUTONDJI, 2009).

Outra crítica que faço a essa perspectiva da unanimidade africana é a de que ela pode incorrer na heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, parafraseando Sergio Miskolci (2013). Tal perspectiva da heterossexualidade compulsória e heteronormatividade adota o padrão de ordem sexual do presente, na qual, todos os indivíduos são criados para serem heterossexuais ou para adotar o modelo da heterossexualidade em suas vidas, tornando impossível pensar a hete-

rossexualidade enquanto orientação sexual (*Idem*, 2013). O autor argumenta, as sociedades constroem tecnologias sociais que buscam enquadrar cada indivíduo em uma identidade, adequando seu corpo a um único gênero, visto como normal, correto ou ideal. Dessa forma, todos aqueles indivíduos que não seguem ou não se adequam a esse padrão heterossexual tornam-se alvo de preconceito, perseguição, violência e até assassinato. Por essas razões, muitas sociedades se revelam incapazes de lidar com as diferenças de gênero e sexuais (*Ibidem*, 2013).

Atualmente, a lógica do cerceamento do discurso de inexistência das minorias sexuais e da homossexualidade é predominante em África. Assim, pesquisadores e ativistas ocidentais têm avançado questões retóricas, quais sejam: se não há LGBTI's em África, por que proibir, criminalizar e penalizar algo que se afirma inexistir? Porque a homossexualidade tem sido tão invisível aos olhos de pesquisadores africanos? Ao proibir as relações homossexuais, estariam os estados africanos, *a priori*, se antecipando preventivamente à sua existência, como forma de profilaxia? Porque as relações entre HSH, independentemente como tais sujeitos se identifiquem, têm sido ignoradas nas campanhas de prevenção do Hiv/Aids?

A rigor, no continente africano, as vidas de LGBTI's são marcadas por insultos, humilhações, expulsões das famílias e do mercado de trabalho, agressões verbais, físicas e sexuais, assim como por ameaças de morte, chantagens e extorsões por parte de vizinhos, conhecidos ou de policiais. Normalmente, LGBTI's africanos vivem à margem das sociedades, alguns contraem infecções sexualmente transmissíveis por falta de informações, porque não sabem ler e escrever, ou ainda, devido à ausência de educação sexual nas escolas e nas famílias. Outros são condenados à duras penas de prisão ou a penas de morte por governos e regimes ditatoriais, autoritários e totalitários, sem saber qual crime cometeram. No cotidiano, LGBTI's são assediados pelas famílias, amigos, desconhecidos, bem como, nas escolas, igrejas, comunidades, meios de comunicação e instituições governos. Serena (2014), assim descreve a situação destes sujeitos no continente africano:

Ser gay, trans, bissexual o intersexual em África puede significar ir directo a la cárcel; pena de muerte, ser agredido sexualmente, verbalmente, ser humillado, ridiculizado, expulsado de la familia, amenazado, extorsionado; sufrir chantaje, exclusión y marginación social... Las personas que forman, a menudo sin ser conscientes, la comunidad LGBT son ahora mismo más débiles del continente más débil. Son tan vulnerables que nadie se atreve a darles su apoyo, muchas veces ni las ONG internacionales. En cambio, son asediadas diriamente por gobiernos, sociedade civil, Iglesia, familiares, amigos, conocidos, médios de comunicación... La beligerância es extrema em la escuela, em la calle y em salón de casa (SERENA, 2014, p. 12-13).

De fato, nas sociedades africanas, muitos pais acreditam que seus filhos são homossexuais porque foram abusados na infância, ou que tem algum transtorno mental. Outros creem que seus filhos são pecadores, perversos, ou foram alvos de feitiçaria e da ação de maus espíritos. Outros encaminham seus filhos a curandeiros, feiticeiros, médicos tradicionais, igrejas, pastores,

sheiks e outros terapeutas, onde são submetidos a rituais de purificação, de expulsão de maus espíritos e de cura da homossexualidade. Os mais “modernos” encaminham-nos a psicólogos e psiquiatras, que os submetem a medicações de todo o tipo.

No tocante às mulheres africanas, de longe, as relações afetivas entre lésbicas parecem ser mais toleradas do que a homossexualidade masculina, pois geralmente têm sido aplicadas penas mais leves às mulheres que a dos homens, normalmente, multas e prisão por períodos mais curtos. Entretanto, em algumas sociedades ocorrem violações sexuais “corretivas” infligidas às lésbicas, visando a conversão à heterossexualidade.

Grande parte das sociedades africanas são caracterizadas pela desigualdade sexual e de gênero, onde as mulheres circulam entre as famílias patriarcais. Muitas mulheres são impedidas de estudar e de trabalhar fora do lar, não têm direito à terra, à herança familiar, ao divórcio e não podem recusar uma proposta de casamento. Havendo grandes pressões para que as mulheres se casem cedo, num contexto onde as mulheres sem filhos têm ainda menos direitos do que aquelas com filhos.

Em diversos países, os casamentos prematuros, casamentos arranjados, uniões forçadas com homens mais velhos e o casamento após estupro, são ainda práticas socialmente aceitas, assim como a excisão genital feminina parcial ou total, deixando apenas um orifício para a saída da urina e do fluido menstrual, que retiram à mulher o direito ao prazer e satisfação sexual. Para além do trauma, tal prática pode provocar infecções, hemorragias, complicações durante o parto e, em alguns casos a morte. Para muitos homens em uma relação, ser trocado por uma mulher é considerado um insulto supremo e, para elas, pode significar a morte (SERENA, 2014).

De fato, poucas mulheres conseguem associar-se a uma comunidade ou frequentar espaços LGBTI's como o fazem os gays. Dessa forma, muitas mulheres lésbicas adotam como estratégia de sobrevivência, declarar que são bissexuais, casando-se com homens para agradar a família, ou, quando têm sorte, casam-se com um amigo gay. Outras, casam-se com homens polígamos, conscientes de que não terão que estar sempre disponíveis para o marido. Neste contexto, o continente africano apresenta distintas realidades que convergem para a negação da existência da homossexualidade e não aceitação da diversidade sexual, num cenário complexo onde LGBTI's não são aceites na maioria dos Estados e em seus direitos violados e são assassinados.

Considerações finais

Neste ensaio procurei compreender o contexto da emergência dos discursos contra a homossexualidade em África; como são percebidas as relações entre pessoas do mesmo sexo nas

diferentes nações e culturas, muitas vezes influenciadas pelas religiões, governos e autoridades religiosas e; por fim, as representações existentes na diáspora africana acerca da temática. Os países africanos vivenciam paradoxos no que diz respeito aos direitos humanos, neste caso, a sexualidade, orientação e identidade sexuais dos indivíduos. Por um lado, tais sociedades deparam-se com verdadeiros dilemas entre respeitar direitos individuais, quais sejam, liberdade, identidade e orientação sexual ou respeitar direitos coletivos, consuetudinários, nas quais as comunidades locais fazem suas próprias leis e costumes que se impõem à conduta individual. Por outro lado, preconceitos, desconhecimento e as tradições arraigadas nas sociedades e culturas africanas fazem com que as relações homossexuais, a igualdade de gênero e de direitos entre homens e mulheres sejam vistas como perigosas à autoridade e poder masculinos e patriarcal.

Já os debates públicos recentes sobre a temática, têm sido enviesados por discursos acirrados de políticos, governantes e autoridades religiosas que criminalizam a homossexualidade, homossexuais e seus ativistas, algumas vezes em busca de votos em manobras eleitorais e popularidade, particularmente em períodos de crises. O mesmo tem acontecido com a mídia, na qual jornais e revistas têm publicado matérias contra as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo e listas de “possíveis” homossexuais, em busca de maiores tiragens. No tocante ao “estado da arte”, pesquisadores africanos apontam o “excepcionalismo” de suas sociedades e argumentando que os autores fora de África têm analisado a sexualidade e a homossexualidade, com “lentes” ocidentais. Tais disputas impedem a realização de pesquisas e debates esclarecedores, invisibilizando-se gêneros, práticas e identidades sexuais africanas, sejam elas homossexuais ou heterossexuais. Ser gay ou lésbica é um direito individual e algo pessoal, entre as diversas formas de viver a sexualidade para milhões de africanos. A harmonia nas sociedades africanas só será possível com igualdade de gênero e de direitos.

REFERÊNCIAS:

BUSSOTTI, Luca. TEMBE, António. A Homossexualidade na Concepção Afrocentrista de Molefi Kete Asante: entre a libertação e opressão. **Revista Ártemis**, vol. XVII, nº 1, jan. /jun., 2014, pp.15-24.

COLE, William. **Sexo e amor na Bíblia**. Tradução de Aydano Arruda. São Paulo: IBRASA. 1967.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. “O advento do Islã e a ascensão do império muçulmano.” In: EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. (Eds.). **História geral da África, III: África do século VII ao XI**. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2. p. 39-68.

EVANS-PRITCHARD, E. Inversão sexual entre os Azande. Tradução de Felipe Fernandes, Verificação de Dennis Werner. **Revista Bagoas**, n. 7, p. 15-30. 2012.

GALLESIO, Lídia; BOSA, Domenico. **Os Mártires do Uganda**. 2ª ed. São Paulo: O Recado Editora, 1986.

GUEBOGUO, Charles. **La Question Homosexuelle em África: le cas du Cameroun**. Paris: L’Harmattan, 2006.

HOAD, Neville. **African Intimacies. Race, homosexuality, and globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

HOUTONDJI, Paulin. “Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos”. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: CES. Parte 1 – Da Colonialidade à Descolonialidade. 2009, p. 119-133.

KI-ZERBO, Joseph. “O Buganda”. In: _____. **História da África Negra**, vol. I. Edição rev. e atu. Viseu: Publicações Europa-América, 1972, p. 397-398.

LAMBDA (Associação Moçambicana de Defesa das Minorias Sexuais). **Estudo sobre Vulnerabilidade e Risco de Infecção pelo HIV entre Homens que fazem sexo com Homens na Cidade de Maputo**. Maputo: LAMBDA, 2010.

_____. **Atitudes perante a Homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nam-pula**. Maputo: Lambda, 2013.

MAZAMA, Ama. “A Afrocentricidade como um novo paradigma”. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Trad. de Elisa Nascimento. (Coleção Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira;4). São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 111-127.

MBEMBE, Achille. Lutas sexuais e novos estilos de vida. In: _____. **Sair da Grande Noite: ensaio sobre a África descolonizada**. (Coleção Releer África). Luanda: Edições Mulemba/Pedago. 2014, p. 172-177.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2ª ed. rev. e ampl., 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, Ouro Preto: UFOP. 2013.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. **Afro-Ásia**, Salvador, V. 33, p. 9-33, 2005.

MSIBI, Thabo. É teorização atual sobre a sexualidade do mesmo sexo relevante para o contexto africano? A necessidade de mais vozes africanas em teorizar o desejo pelo mesmo sexo na África. **Jornal Pambazuka News: Questões LGBT em África**. 2014, (69). Disponível em: <<http://www.pambazuka.org/pt/issue/current/>>. Acessado em: 16 mar. 2014.

MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will (Orgs.). **Boys-wives and female husbands. Studies in african homosexualities**. New York: Palgrave, 1998.

PEW RESEARCH CENTER (2013). The global divide on homosexuality. Greater acceptance in more secular affluent countries. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2013/06/04/the-global-divide-on-homosexuality/>>. Acesso em: 23 jun 2015.

SERENA, Marc. **¡Esto no es africano! De el Cairo a Ciudad del Cabo a través de los amores prohibidos**. Valencia: Editorial Xplora, 2014.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Gabriela de Sousa Costa

HISTÓRIA, IDENTIDADE E DIÁSPORA EM TERRA SONÂMBULA (1992), DE MIA COUTO

History, identity and diaspora in *Terra Sonâmbula* (1992), of Mia Couto

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar como as identidades dos personagens são construídas dentro da obra *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto na situação de diáspora, guerra e hibridismo cultural. As análises nos fazem compreender que o cenário apresentado na obra acarreta aos indivíduos constantes crises de identidade e necessidade de pertencimento. Entretanto, cada um deles vivencia essa crise identitária de forma distinta: seja através do uso da língua, como na forma de se relacionar com outras pessoas ou seja através das lembranças e saudade de uma terra imaginada.

Palavras-Chave: Terra Sonâmbula; Identidade; Diáspora; Hibridismo cultural; Mia Couto.

Abstract: This work has as objective to analyze how the identities of the characters are constructed within the work *Terra Sonâmbula*, of Mia Couto in the situation of diaspora, war and cultural hybridity. The analysis makes us understand that the scenario presented in the work entails constant individuals' crises of identity and need for belonging. However, each of them experiences this identity crisis in a different way: either through the use of the language, or in the way of relating to other people or through the memories and homesickness of an imagined land.

Key words: Terra Sonâmbula; Identity; Diaspora; Cultural hybridity; Mia Couto.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

HISTÓRIA, IDENTIDADE E DIÁSPORA EM TERRA SONÂMBULA (1992), DE MIA COUTO

Gabriela de Sousa Costa ¹

Introdução

Terra Sonâmbula, publicado em 1992, constitui o primeiro romance do escritor moçambicano Mia Couto. A história se desenrola em um cenário de devastação no pós-guerras de independência e civil que assolou o país durante anos- 1960 a 1993 - até o tratado de paz assinado no ano de lançamento do livro (M'BOKOLO, 2011).

Uma obra repleta de elementos do maravilhoso², escrita a partir de dois núcleos narrativos. O primeiro com o garoto Muindinga e o ancião Tuahir os quais tentam sobreviver em um cenário devastado pela guerra. O segundo núcleo é constituído pelas histórias de Kindzu lidas por Muindinga durante a caminhada com Tuahir.

A narrativa inicia com o garoto e o idoso andando por uma estrada deserta e destruída. Os dois encontram: um machimombo – ônibus – incendiado, repleto de corpos e objetos espalhados. Ao lado de um corpo, Muindinga encontra uma mala com vários cadernos e folhas escritas. Mesmo a contragosto de Tuahir, o garoto passa a ler as histórias de Kindzu e de sua jornada em busca de seu irmão desaparecido – Junho, mas chamado de Junhito, nome dado em homenagem ao mês de independência de Moçambique. A leitura desses escritos é ao mesmo tempo uma busca de Muindinga por novas memórias e por sua identidade esquecida, assim como uma forma de sobreviver em meio a fome e a solidão dos dois.

Os escritos de Kindzu recuperam uma memória de conflitos e de guerra. Sua jornada em busca de seu irmão traz para a cena narrativa outros sujeitos que ajudam a compreender o momento pelo qual passava o país e seus habitantes. Assim, esses personagens juntos costuram uma colcha de retalhos interligando suas experiências de vida, crenças e sonhos, estando todos de alguma forma conectados.

Há uma impossibilidade de analisar a obra estudada sem fazer emergir as discussões sobre a identidade na pós-modernidade (HALL, 2011), sobretudo na situação da diáspora

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Vale ressaltar a diferença entre fantástico e maravilhoso: 1) Fantástico: a hesitação, dúvida entre saber se algum fenômeno tem uma explicação natural ou sobrenatural; 2) Maravilhoso: a tomada de decisão pelo sobrenatural diante do fantástico (TODOROV, 1970).

(HALL, 2009 e BHABHA, 2003) e de hibridismo cultural (HALL, 2011). Desta maneira, na pesquisa e neste artigo, à medida que apresenta-se a narrativa, analisaremos como essas temáticas são construídas dentro da obra literária.

Breve histórico de Moçambique: da guerra de libertação a guerra civil

Para compreensão do cenário onde a narrativa se desenrola, se faz necessário compreender dois momentos históricos importantes para a história de Moçambique: a guerra de libertação e o período de guerra civil. Conforme a história colonial, Moçambique foi descoberto no século XV, mais precisamente em 1498, pelo navegador português Vasco da Gama, no percurso marítimo para a Índia.

A colonização portuguesa foi se desenrolando e em 1905, alguns anos após a Conferência de Berlim (1884-1885) que determinou a partilha e ocupação efetiva do continente africano pelas potências europeias, os portugueses conseguem vencer o último reduto de resistência moçambicana com a derrota de Ngungunhana, rei de Gaza, preso em 1905 pelas tropas portuguesas e deportado para Portugal, no processo denominado de “pacificação” pela colonização portuguesa.

Em 1962, embalados por várias conferências internacionais com destaque para a Conferência de Bandung - acontecida em 1955, pela independência das colônias francesas e britânicas em África, assim como por diversos movimentos nacionalistas africanos, e por pressões internacionais para que Portugal descolonizasse os territórios por ela ocupados em África, que os três principais movimentos nacionalistas moçambicanos – Udenamo, Unami e Manu – se unem formando a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).

Esgotadas todas as tentativas de negociação com o regime colonial português, o unificador da Frelimo - Eduardo Mondlane- decide que somente a luta armada era o único caminho para a libertação de Moçambique da ocupação colonial portuguesa. Assim, em 1964, a Frelimo inicia a luta armada de libertação da colonização portuguesa. Tal luta armada só foi possível graças aos apoios de outros países africanos já independentes com destaque para a Argélia, Tanzânia e Zâmbia que apoiaram o movimento independentista moçambicano fornecendo treinamento militar e albergando algumas bases militares (LANGA, 2016).

Com o apoio militar e político de outros países africanos a Guerra de Libertação moçambicana inicia em 1964 com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) contra as forças coloniais portuguesas até meados de 1974. Contudo, o país só é proclamado independente

em 1975, quando Portugal, cansada da guerra e diante da derrota militar iminente, concorda em conceder a independência.

Assim, em 25 de Junho de 1975, o primeiro presidente de Moçambique e líder da Frelimo - Samora Machel - declara Moçambique um país independente, o qual passa a ser governado pela Frelimo num regime de partido único, num contexto em que o Estado é uma extensão do partido.

No ano seguinte, Samora Machel faz um périplo pelo mundo Ocidental europeu e norte-americano, visitando países como Grã-Bretanha e EUA em busca de apoio e cooperação para o desenvolvimento do pequeno país africano recém-independente. Os países ocidentais europeus e norte-americanos que até pouco tempo apoiavam a colonização portuguesa recusam apoiar Moçambique.

O mundo ocidental europeu decreta sanções contra Moçambique e realiza diversos embargos econômicos na tentativa de isolar o governo da Frelimo, causando graves crises de abastecimento no país que vive na penúria com falta de produtos básicos, materiais de construção, papel, etc. Nesse mesmo ano, surgem contestações à política autoritária da Frelimo partido-estado.

Como alternativa, em 1977, a Frelimo radicaliza-se e Moçambique adota a via socialista como modelo de desenvolvimento e economia centralmente planificada pelo Estado, ancorado em acordos de cooperação com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas -URSS- e no internacionalismo cubano.

A Frelimo inicia estratégias de controle da vida social e política dos indivíduos, surgem os tribunais populares, os julgamentos públicos e morais e execução de alguns denominados de “traidores da pátria”, dentre os quais comerciantes que se recusavam a vender os produtos a preços fixados pelo Estado.

É precisamente no contexto da Guerra-Fria e disputas entre os dois blocos liderados pelos EUA e a URSS, que emerge a Resistência Nacional Moçambicana - Renamo, um movimento militar rebelde criado por antigas fileiras da própria Frelimo. A Renamo é criada fora de Moçambique, na Rodésia do Sul em 1976, com o apoio da minoria branca segregacionista que governava o país, liderada por Ian Smith. Cabe aqui esclarecer que, após a concessão da independência pelos britânicos, o regime branco liderado por Ian Smith declarou uma independência unilateral, governando o país com “mão-de-ferro” num regime de segregação racial.

Como eram contrários à independência dos movimentos nativos africanos, os regimes minoritários e segregacionistas que governavam a Rodésia do Sul e a África do Sul do *apartheid*

passam a apoiar política, econômica e militarmente a Renamo na sua luta armada de desestabilização de Moçambique contra a Frelimo, fornecendo logística militar: armas, fardamento, meios de comunicação, combustível, para os seus ataques armados contra infraestruturas econômicas, sociais, viaturas e pessoais.

Desta maneira, a Renamo inicia em 1976 uma guerrilha contra a Frelimo, realizando ataque às populações, destruindo infraestruturas sociais como hospitais, escolas, estradas e pontes, linhas de energia, barragens, desaguando em uma guerra-civil. Pessoas eram raptadas para serem incorporadas nas fileiras dos dois exércitos, vários estrangeiros são mortos, inúmeros massacres acontecem- mas sempre com acusações mutuas sobre a autoria, poços de água foram envenenados, estradas minadas, pontes, barragens, etc. Na obra estudada, por exemplo, pouco a pouco a guerra vai tomando conta de aldeias e assombrando a população:

Depois, os tiroteios foram chegando mais perto e o sangue foi enchendo nossos medos. A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios da nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos (COUTO, 2015, p.16).

Na década de 1980, o auge da guerra-civil, os moçambicanos vivem na penúria e Moçambique é declarado o “país mais pobre do mundo”, ao mesmo tempo que vive uma explosão do nacionalismo, com novas estruturas político-administrativas socialistas e uma democracia de base, como o “chefe de 10 casas”, chefe do quarteirão, círculo do posto, grupos dinamizadores, células do partido nos bairros, nas empresas públicas, hospitais, etc.,

Em 1984, numa tentativa de aliviar a situação precária do país, Samora Machel e Peter Botha líder do regime segregacionista do apartheid assinam um tratado de não-agressão, no qual a Frelimo compromete-se a deixar de apoiar a luta de libertação da África do Sul liderada pelo ANC – Congresso Nacional Africano- e o regime do apartheid se compromete a deixar de apoiar a Renamo. A Frelimo desativa as bases do ANC em Moçambique, o que é visto como traição, mas o regime do apartheid continuou apoiando a Renamo.

Logo, a guerra-civil em Moçambique continuou e foi se tornando mais insustentável a cada ano. Tal como com a guerra civil em Angola entre o Movimento Popular de Independência de Angola (MPLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA), a guerra em Moçambique entre a Frelimo e Renamo se prolongou por vários anos- mais precisamente por 16 anos. Como resultado desses anos de guerra-civil, a economia e as infraestruturas sociais ficaram destruídas, além dos próprios traumas da guerra fruto do terror, mortes, estupros, bombardeamentos, massacres, mutilações por armas de fogo e minas terrestres, etc. Por conta de inúmeras pressões, em 1990, a Frelimo abre-se ao multipartidarismo, mudando a Constituição e

acabando com o regime de partido-único, abrindo espaço para a criação de diversos partidos políticos. Assim, a República Popular de Moçambique, transforma-se em República de Moçambique (LANGA, 2016).

Todas essas mudanças visam acomodar as exigências da comunidade internacional e assegurar a entrada da Renamo na disputa política. É nesse cenário que são assinados os Acordos de Paz em 1992, onde a Frelimo e a Renamo comprometem-se em “calar as armas” e entrar na disputa política. Após dois anos de preparação, são realizadas as primeiras eleições gerais multipartidárias - em 1994 - para os cargos de Presidente da República e deputados da Assembleia da República em um regime presidencialista, em que o presidente da república é eleito por voto direto e, assim, seu partido elege uma lista de deputados para os representar no Parlamento. No final da guerra-civil, Moçambique contabilizou mais de um milhão de mortos, cerca de 1,5 milhões de deslocados e refugiados moçambicanos nos países vizinhos por causa da guerra (SERRA, 2013).

Terra Sonâmbula é uma representação (MAKOWIECKY, 2013)³ do hibridismo - “a fusão de diferentes tradições culturais e seus conflitos” (HALL, 2011, p. 91) - na sociedade moçambicana pós-independência. Compreender essa paisagem de guerra, de deslocamento, de fome e miséria é crucial para analisarmos a obra, pois muitos dos conflitos surgem dessa realidade, como a crise de identidade; o sentimento de não pertencimento à língua (portuguesa), à cultura, entre outros.

Identities na pós-modernidade

O debate sobre o termo *identidade* e seus desdobramentos mostra-se hoje como uma preocupação não apenas da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, mas ganha espaço cada vez mais em outras áreas do conhecimento. Falar de identidade é tão complexo quanto refletir sobre o conceito em si mesmo, afirma Hall (2011). Para Ferreira (2002) *apud* Silva (2008), é um conceito sem lugar, já que faz referência a algo que não é fixo e por isso está em constante transformação e construção.

Hall (2011) oferece uma contribuição relevante ao tema e a pesquisa que realizamos ao tratar da condição do sujeito pós-moderno, que antes era visto como “portador de uma identidade unificada e estável”, mas que, no entanto, “está se tonando fragmentado, descentrado”, já que agora passa a ser portador não de uma, mas de várias identidades. Segundo ele, a identidade na

³ Deve-se esclarecer que representação aqui não será pensada a partir de uma ideia mimética da realizada e muito menos no sentido platôniano de linguagem como representação de uma realidade, em que há uma correspondência direta entre linguagem e coisas do mundo, mas sim como uma construção ideológica, histórica, social e de um imaginário coletivo.

pós-modernidade é “uma celebração móvel”, sendo transformada, modificada continuamente face à maneira como somos representados ou interpretados nos sistemas culturais ao nosso redor. Assim, o sujeito pode assumir identidades distintas em momentos vários, não sendo essas identidades unificadas ou coerentes, mas instáveis, contínuas e contraditórias. O autor, então, define três concepções distintas de identidade: do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

O primeiro é visto como sendo uno, centrado, cujo núcleo do “eu” interior (identidade) nascia com ele e se desenvolvia ao longo de sua vida, no entanto permanecia essencialmente o mesmo até o fim de sua existência. O segundo se caracteriza por entender a identidade como um resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade. O centro do “eu” interior se (trans)forma a partir da relação com outros mundos culturais, com outras identidades. “A identidade, então, costura o sujeito à estrutura” (HALL, 2011, p.12). Isso porque, ela preenche o espaço entre o eu e o mundo ou o interior e o exterior.

O terceiro, como já foi apresentado anteriormente, é marcado por não ter uma identidade permanente e imutável. Logo, Hall nos expõe que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (*Ibid*, p.13). Contudo, essa identidade multifacetada é, segundo ele, intensificada na condição da diáspora. Isto porque há uma tensão entre o lugar de origem e o lugar de destino, em que o sujeito não consegue se reconhecer em nenhum dos lugares e vive sempre em um “não-lugar” (BHABHA, 2013).

Os personagens vivenciam a “celebração móvel” de suas identidades. Muindinga, por exemplo, vive em constante crise identitária como se pode ler no excerto abaixo:

O jovem passa a mão pelo caderno, como se palpasse as letras. Ainda agora **ele se admira: afinal, sabia ler? Que outras habilidades poderia fazer e que ainda desconhecia?**

— Tuahir, não se zanga se lhe chamar de tio...

— Que queres, diga lá?

— **Me conte sobre a minha vida. Quem eu era, antes do senhor me apanhar?**

— **Tio, tio, tio! Essa palavra só me desgosta...**

— Conte, lhe peço.

— Você nem tem estória nenhuma. Lhe apanhei no campo, ganhei pena de lhe ver aranhaçar, com pernas que já nem conheciam andamento...

— Mas o senhor me conhecia, sabia quem eu era?

— Nada. Você nunca me foi visto. Agora, acabou-se a conversa. Apague a fogueira (COUTO, 2015, p.33, grifos nossos).

Esta passagem corresponde a um dos momentos em que o personagem busca construir ou unificar sua identidade a partir da memória de uma terceira pessoa, no caso Tuahir. A sua amnésia dentro da narrativa pesa profundamente nessa busca. O fato de nomear o ancião de “tio”

é sua tentativa de identificação, de sentir-se próximo de alguém, já que por si só, isso não é possível.

Ao longo da narrativa, Muindinga vai descobrindo coisas que sabe fazer, como ler, escrever, lembra da escola e do barulho dos meninos brincando. Esses fragmentos de memória, a leitura dos cadernos de Kindzu e suas experiências com Tuahir vão pouco a pouco construindo a imagem de um garoto sonhador, amável, inteligente e carente. Contudo, não fica claro quem foi Muindinga antes de encontrar o ancião. Neste caso, o autor parece concentrar na personagem uma representação coletiva daqueles que viveram situações traumáticas em guerras das quais não conseguem se lembrar quem foram, mas apenas quem podem ser a partir da superação daquela situação. Os escritos de Kindzu dão para o garoto, mesmo que por “faz de conta”, uma identidade, daí seu apego com os cadernos:

Muidinga insiste depois de um silêncio. O velho já tinha regressado ao cantochão.

— Vou dizer. Estou a pensar eu sou Junhito.

— Quem é Junhito?

— Junhito, esse menino do escrito que eu li, aquele da capoeira.

— É pena não ser mesmo. Porque se fosse galinha, já eu lhe depenava para um bom caril (COUTO, 2015, p.38).

O mesmo podemos perceber na seguinte passagem:

O moço lhe pede que se junte a ele numa estranha brincadeira.

— Tio, vamos fazer um jogo. Vamos fazer de conta que eu sou Kindzu e o senhor é o meu pai!

— Seu pai?

— Sim, o velho Taímo.

Tuahir negou. O tal Taímo era um falecido. E com os falecidos nunca é bom brincar. Ainda por cima era um morto desconsolado (COUTO, 2015, p. 149).

Nota-se que a tentativa de se agarrar em alguma forma de identificação faz com que ele se imagine sendo outras pessoas, mas ao mesmo tempo, percebemos que seu tio não leva muito a sério essa sua busca, pois para ele é melhor esquecer tudo que passou e começar uma nova vida, um novo caminho:

O rapaz repete, sacudindo o falso-dito tio.

— Me lembrei, juro!

— Te lembraste o quê?

— Das vozes, da barulheira dos outros meninos.

— Escuta uma coisa de vez por todas: **nunca houve nenhuns outros meninos, nunca houve nada. Ouviste? Fui eu que te apanhei, baboso e ranhado, faz conta tinhas sido dado parto assim mesmo. Nascestes comigo.** Eu não sou teu tio: sou teu pai (COUTO, 2015, p. 36, grifos nossos).

Todavia, mesmo Tuahir passando uma postura de portador de uma identidade estável, no fundo ele também tinha a necessidade de se identificar com alguém e manter viva suas memórias:

No dia seguinte, já Muindinga despertava, fortalecido. Era uma criança a nascer, quase em estado de saúde. O velho se contenta: seus filhos já quase não deixavam memória. Sentia saudade de ser pai, era como se voltasse a ser jovem.
— Te vais chamar Muindinga, decidi. Era o nome que tinha sido dado a seu filho mais velho, ido e esvaído nas minas do Rand (COUTO, 2015, p. 52).

Esse momento na obra também é fundamental para Muindinga, pois o processo de construção de identidade se inicia no momento em que nascemos e um nome nos é dado. De fato, “não somos o nosso nome” (SILVA, 2008), porém é a partir dele que começamos nossa busca por nos afirmarmos na sociedade. Muindinga, até essa cena, não tinha nada além do desejo de suas memórias, era chamado de miúdo por Tuahir, e quando um nome lhe é dado, passa a querer saber outras coisas sobre ele, pois acredita que um nome não basta para compreender a si mesmo. A crise de identidade vivida na obra é intensificada pela condição pós-independência. Havendo um choque entre o novo – caracterizado pela língua escrita - e o tradicional – representado pela oralidade. Isto porque:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimento de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (HAMPATÉ BÂ, 1982, p.167).

A jornada de Muindinga e Tuahir se faz no entrelaçamento dessas duas condições do sujeito moçambicano: 1) Aquele que sabe ler e escrever na nova língua oficial – o português; 2) Aquele que não detém formalmente a língua oficial, mas guarda um grande conhecimento sobre as crenças e as histórias dos antepassados, servindo de conselheiro para os mais novos.

Desta maneira, os dois trocam suas diferentes vivências: o garoto lê os escritos para o ancião nos momentos de solidão; e o velho Tuahir vai, ao longo do caminho, falando das tradições moçambicanas sobre os mortos, as mulheres, as aldeias, entre outros temas.

Não há em Muindinga uma rejeição ao passado, muito pelo contrário, ele escuta atentamente as histórias de Tuahir com muito respeito. Essa sua admiração pela tradição torna-se mais evidente quando o personagem Siqueletos – ancião e último sobrevivente de uma aldeia - morre diante dos dois, ou nas palavras do autor “vira semente”:

Muidinga pousou os cadernos, pensageiro. A morte do velho Siqueleto o seguia, em estado de dúvida. Não era o puro falecimento do homem que lhe pesava [...] A gente vai chegando à morte como um rio desencorpa no mar: uma parte está nascendo e, simultânea, a outra já se assombra no sem-fim. Contudo, no falecimento de Siqueleto havia um espinho excrescente. **Com ele todas as aldeias morriam. Os antepassados ficavam órfãos da terra, os vivos deixavam de ter lugar para eternizar as tradições. Não era apenas um homem mas todo um mundo que desaparecia** (COUTO, 2015, p.82, grifos nossos).

Vemos que o garoto compreende a importância de Siqueletos para a história do seu povo. A morte do personagem representava também a morte das tradições, a morte dos ensinamentos via oralidade, dos antepassados, assim como também morria um pouco a língua local falada pelo ancião a qual era desconhecida pelo garoto, mas não por Tuahir.

Nação como comunidades imaginadas

Segundo Hall, “As culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (2011, p. 47). Isto porque:

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo como algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (SCRUTON, 1986, apud Hall, p. 48).

Assim, o autor fala da necessidade do sujeito de se definir a partir de uma identidade nacional, que soa a ele como algo de sua essência, ou seja, algo com que já nascemos. Daí a precisão de nos identificarmos como brasileiro, moçambicano, francês, árabe, marroquino, antilhano, etc. No entanto, Hall defende que as identidades nacionais não nascem conosco, elas são formadas e transformadas no interior da representação, ou seja, sabemos o que significa ser moçambicano ou português, por exemplo, devido o modo como esses são representados pela cultura nacional. O autor nos esclarece esse pensamento ao dizer que:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (HALL, 2011, p. 51).

Esses sentidos nascem das histórias, da literatura, das narrativas populares que são contadas sobre determinada nação, criando imagens que simbolizam ou representam a essência que “dá sentido” à nação. Desta forma, Benedict Anderson (2008) explica que a identidade

nacional é uma comunidade imaginada, e as diferenças entre as nações estão nas maneiras diferentes que foram imaginadas.

Apesar das diferenças de classes, gênero, raça e língua - no caso de Moçambique - que existam entre os membros de uma nação, a cultural nacional procura unificá-los, representando todos como parte de uma mesma “grande família nacional”, como nos coloca Hall (2011). Contudo, o referido autor nos esclarece que “em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2011, p. 62).

A tentativa de identificação com uma cultura nacional é perceptível em vários personagens dos escritos de Kindzu. A começar por ele mesmo, que desde pequeno mantinha amizade com um indiano chamado Surendra. Sua família o alertava dizendo que um *monhé* – forma pejorativa de chamar um indiano – não poderia se afeiçoar a um amigo preto, porém ele manteve essa ligação durante muitos anos.

Podemos perceber que a implicância da família de Kindzu com sua amizade se dá muito mais por um conflito identitário, do que por uma questão moral: “Surendra sabia que minha gente não perdoava aquela convivência. Mas ele não podia compreender a razão. Problema não era ele nem a raça dele. Problema era eu. Minha família receava que eu me afastasse de meu mundo original” (COUTO, 2015, p.23).

Esse conflito identitário recai sobre sua nacionalidade, pois quanto mais ele se aproximasse de seu amigo indiano, mas poderia “perder” sua ligação com suas origens moçambicanas. Essa posição mascara a concepção de que nossa identidade nacional é uma construção social e histórica. Logo, para os familiares de Kindzu o ato de nascer em algum lugar já era suficiente para que esse processo de identificação se concretizasse, assim não levavam em consideração as experiências do sujeito no mundo social. Kindzu e Surendra encontravam mecanismos que pudessem de alguma forma aproximar suas identidades – de início tão distantes:

— Vês, Kindzu? Do outro lado fica a minha terra.

E ele me passava um pensamento: nós, os da costa, éramos habitantes não de um continente mas de um oceano. **Eu e Surendra partilhávamos a mesma pátria: o Índico.** E era como se naquele imenso mar se desenrolassem os fios da história, romances antigos onde nossos sangues se haviam misturado. Eis a razão por que demorávamos na adoração do mar: estavam ali nossos comuns antepassados, flutuando sem fronteiras. Essa era a raiz daquela paixão de me encasear no estabelecimento de Surendra Valá.

— **Somos da igual raça, Kindzu: somos índicos!** (COUTO, 2015, p. 24, grifos nossos).

Apesar dessa tentativa, as identidades nacionais, como vimos anteriormente, precisam da representação de uma coletividade para se estabelecerem como tal. Desta maneira, essa

denominação “índico” utilizada pelos personagens só é possível no interior de suas experiências, mas não eram válidas para os outros membros da comunidade.

Como já dissemos, na situação da diáspora, as identidades tonam-se ainda mais conflituosas (HALL, 2003), pois o deslocamento ou a partida de sua terra de origem, traz o anseio do retorno e a construção idealizada de sua nação. Esse sentimento pode ser compreendido na narrativa, sobretudo, através da esposa de Surendra:

Sua mulher Assma não aguentara o peso do mundo. Todo o dia ela ficava na sombria traseira do balcão, cabeça encostada num rádio. Escutava era o quê? Ouvia ruídos, sem sintonia nenhuma. **Mas para ela, por trás daqueles barulhos, havia música da sua Índia, melodias de sarar saudades do Oriente.** Dos paus de incenso esvoavam fumos. Os olhos de Assma seguiam aqueles perfumes, dançando em tontas direcções. Ela adormecia embalada pelos ruídos (COUTO, 2015, p. 22, grifo nosso).

Hall (2003) nos esclarece que há uma dificuldade sentida pelas pessoas ao retornarem ao seu lugar de origem, pois aquela terra idealizada ou imaginada (ANDERSON, 2008) não está mais lá, se transformou, não é mais a mesma.

A condição da diáspora também faz emergir o sentimento de não pertencimento, isto é, de deslocamento diante daquele novo lugar. Podemos compreender essa situação através da passagem do livro em que ao ser ameaçado e ter a sua loja incendiada, Surendra decide ir embora da aldeia:

Eu não queria entender o lojeiro. Porque suas palavras matavam a miragem de um oceano que nos unira no passado. Afinal, Surendra estava sozinho, sem laço com vizinhas gentes, sem raiz na terra. Não tinha ninguém de quem despedir. Só eu. Ainda insisti, subitamente pequenito, entregando ideias que meu peito não autenticava. Que aquela terra também era a dele, que todos cabiam nela. Só no falar senti o sabor salgado da água dos olhos: eu chorava, o medo me afogava a voz.
— Que pátria, Kindzu? Eu não tenho lugar nenhum. Ter pátria é assim como você está fazer agora, saber que vale a pena chorar (COUTO, 2015, p.25).

A sensação de deslocamento é percebida por Hall (2003) não apenas como uma condição de quem fez uma longa viagem, mas pode ser vivida também por aqueles que estão – aparentemente - “em casa”. A condição de “não se sentir mais em casa” é vivida tanto por Kindzu como por Farida - uma mulher que ele encontra em um navio e promete que encontraria o filho dela - Gaspar. Isso porque mesmo os dois não tendo saído de seu país de origem, as mudanças decorrentes da colonização portuguesa em Moçambique reconstroem traços de suas identidades, sobretudo de suas identidades nacionais:

Entendia o que me unia aquela mulher: nós dois estávamos divididos entre dois mundos. A nossa memória se povoava de fantasmas de nossa aldeia. Esses fantasmas nos falavam

em nossas línguas indígenas. Mas nós já só sabíamos sonhar em português. E já não havia aldeias no desenhar de nosso futuro (COUTO, 2015, p. 90).

A disputa interna vivenciada por eles entre se identificarem com suas aldeias de origem ou com a nova nação “Moçambique” repleta de influências coloniais, configura-se em uma crise de identidade profunda, por isso Farida diz a Kindzu que “Pode acabar no país, Kindzu. Mas dentro de nós, dentro de nós essa guerra nunca mais vai terminar” (COUTO, 2015, p. 101).

Vale ressaltar que mesmo antes do início da guerra civil, Farida nunca conseguiu se sentir em casa em sua aldeia, pois algumas tradições e crenças locais a fizeram uma criança órfã e solitária, distante de todos os habitantes e até mesmo de seu filho. Sua mãe teve uma gestação de gêmeos, e logo após o nascimento, teve que escolher qual filha viveria e qual seria sacrificada para que a aldeia não fosse amaldiçoada. Contudo, mesmo após o feito – aparente- de sua mãe⁴ perante os aldeões, ela sempre seria vista como amaldiçoada, pois viveu a partir da morte de uma outra criança. Desta forma, qualquer adversidade da aldeia lhe era atribuída a causa.

Em uma dessas ocasiões, os habitantes acreditam que sua mãe não havia de fato matado a outra criança e por isso a seca assolava a localidade. Assim, a levam para um ritual de purificação da terra para que as chuvas voltem a cair, porém nunca mais retorna – acredito que é morta no ritual – para junto de sua filha Farida.

Após ser abusada por um português, Farida engravida e volta para sua aldeia, porém seguindo os conselhos de uma tia, doa o filho para uma missão de padres, pois a pele mais clara dele poderia trazer mais estigmatização para ela dentro da comunidade. A história de Farida na sua aldeia nos faz compreender o motivo de sua partida em busca de outros lugares, assim como também da “guerra dentro dela” a qual se referia para Kindzu, é uma guerra de identidade, uma guerra de necessidade de pertencimento, de identificação com uma coletividade.

Langa (2016) vai ao encontro de nossa perspectiva, ao compreender que os problemas identitários ligados à situação diaspórica, vai muito além da saudade e do sentimento de não pertencimento, pois acarretam para o corpo físico e mental o peso do deslocamento: depressão, estresse, adoecimento, problemas com álcool ou até mesmo problemas mentais como agressividade, surtos, etc. Nesse sentido, em *Terra Sonâbula* após migrar para outra localidade – Matimati- Surendra apresenta um comportamento bem diferente do habitual:

— Sente. Quero falar alguma coisa. Você é amigo de Surendra, já vi. Mas esse monhé não está bom da cabeça, o gajo não bate cem. É bom você se prevenir. E continuou: esse gajo anda com pensamentos aéreos, mais distraído que a lua. Parece está aqui enquanto nem (COUTO, 2015, p.109).

⁴ Aparente, pois ela não chega a matar a filha, mas faz com que seja levada para longe do local, contudo os outros membros da aldeia não sabem.

Essa mudança de postura, desagua em um surto pouco antes da chegada de Kindzu em Matimati e do reencontro com o amigo:

— Surendra!, chamei enquanto me levantava. Contudo, o indiano pareceu nem me ver. Estava diferente, os cabelos pretos caindo em desmazelo sobre a testa. Magrecera, o corpo lhe fugia dentro da roupa [...] Antoninho interrompeu o momento, falando atrapalhadamente:

— Camaradas patrões: nem imaginam o que ele fez!

Apontava Surendra como se este inexistisse. Assane se irritou e pediu que fosse dado o imediato relatório. Antoninho contou o que passara: **Surendra tinha saído para a praia, depois do almoço. Levou a esposa junto com ele. Depois, juntou uns paus e improvisou uma jangada [...]. Ao fim da tarde, já o indiano tinha completado sua improvisada obra. Deitou a jangada no mar, colocou nela Assma. Foi entrando, ondas adentro e, quando já não pousava o pé no fundo, longamente beijou a esposa na testa.** Depois, apontou a jangada numa escolhida direção e lhe deu um empurrão com força. Ficou acenando uma despedida:

— Vai, Assma! **Volta na sua terra!** (COUTO, 2015, p. 112, grifos nossos).

Logo após o relato, Kindzu se recorda de uma mulher que foi resgatada do mar depois de quase se afogar e estava na praia sendo abusada por alguns pescadores. Na altura, a mulher a qual ele tentou ajudar lhe pareceu familiar, contudo jamais imaginou que seria a esposa de seu antigo amigo. De imediato, ele alerta que sabe onde Assma estaria e chama a todos em direção à praia. Contudo, Surendra não retorna de seu momento de surto: fica parado inerte, deita-se no chão com o olhar perdido e tudo que responde é “Assma está quase a chegar na Índia” (p.113).

Há em Surendra a idealização de uma nação chamada Índia, e de que o retorno para lá resolveria os problemas os quais ele e sua esposa estavam passando. Assim, ele acreditava que o sentimento de deslocamento iria ser extinto ao pisar nas terras em que nasceu. Essa posição não leva em consideração o fato de que não apenas as identidades nacionais estão em constantes transformações, mas também a imagem que fazemos das nações. Logo, mesmo que Assma desembarcasse na Índia, aquele país de suas memórias não existiria mais, conseqüentemente, a sensação de não pertencimento iria acompanhá-la onde quer que fosse, pois trata-se de uma condição da modernidade, sobretudo, após a experiência da diáspora (HALL, 2009). É um “sentir-se estrangeiro” em seu próprio país.

Considerações finais

Hall (2011) esclarece que “A maioria das nações consiste de culturas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural” (p.60). A narrativa de Mia Couto nos apresenta um pouco o hibridismo

cultural de Moçambique a partir das diferenças de língua, de crenças e a convivência com inúmeros estrangeiros, com culturas e religiões diferentes.

As histórias dos personagens constroem para nós leitores a imagem de que as nações são construídas, sobretudo, de diferenças, e que as tentativas de apagamento do “outro” à medida que tentamos reafirmar um “eu”, resulta, muitas vezes, em conflitos sangrentos, isolamento e estigmatização daquele que é diferente, assim como vivenciou Farida, Surendra, Assma e Kindzu na obra estudada.

Essa situação é nomeada por Hall (2009) como estratégia política por ele de multiculturalismo conservador, que “insiste na assimilação da diferença às tradições e costumes da maioria” (p.51). Entretanto, em um país multicultural como Moçambique - o qual antes da Guerra de Independência possuía aproximadamente 40 grupos étnicos-linguísticos distintos, torna-se um desafio difícil e doloroso. Hall (2003) acredita que

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade ‘original’[...] ‘Multicultural’, entretanto, é, por definição, plural (HALL, 2003, p.50).

A imposição de uma língua – a portuguesa – sem levar em consideração todo o contexto multicultural dos habitantes, faz com que os sujeitos não se reconheçam nela e em seus desdobramentos, isto acontece, principalmente, com os mais velhos. O oposto acontece com os mais jovens, que ao nascerem numa sociedade pós-independência, têm um contato maior com a língua do colonizador e não aprendem e não se identificam com as línguas locais.

Essa situação linguística nos foi apresentado por Muindinga e Siqueletos já que o contato entre eles é feito por intermédio da tradução de Tuahir da língua local falada pelo ancião para a língua portuguesa.

A própria escrita de Mia Couto evidencia essa pluralidade linguística, pois o autor ao longo das narrativas traz para o vocabulário do português palavras comuns de línguas locais a exemplo de changana/ronga, exemplo: machimombo (ônibus), monhé (indiano), xipoco (fantasma, assombração), entre outras.

A busca de Muindinga e Tuahir por suas identidades mesmo diante de um cenário de fome, miséria e destruição nos mostra a necessidade dos indivíduos de se definirem em meio a coletividade, e que essa auto-identificação se torna uma forma de não apenas compreender seu interior, mas de entender o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de lima, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik, Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LANGA, Ercílio Neves Brandão. **Diáspora africana no Ceará no século XXI: ressignificações identitárias de estudantes imigrantes**. 2016. 563f. - Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2016.

MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.4, n. 57, p. 2-25, 2013.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: história e civilizações. Tomo II. (Do século XIX aos nossos dias)**. São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.

SERRA, Carlos. **Em Cima de uma Lâmina: um estudo sobre precariedade social em três cidades de Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.

SILVA, Tormaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda: 2008.

TADEU DA SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU DA TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. Tradução de Maria. Clara Correa Castello. 3ª edição. SP: Editora Perspectiva, 1970.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

Rutte Tavares Cardoso Andrade

CABO VERDE E SUA AGENDA EPISTEMOLÓGICA NA ENCRUZILHADA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: UMA REANALISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Cap Verd and its epistemological agenda at the crossroads of contemporary Africa: a historical reanalysis of the process of resistance

Resumo: No presente artigo, propomos fazer um exercício de suliamento sobre a historiografia de Cabo Verde e suas nuances, no contexto da África Contemporânea, face ao processo de ocidentalização. Abordaremos o processo de invasão das ilhas do arquipélago, como fatores essenciais para compreendermos as atuais condições e circunstâncias que historicamente marcaram o processo de resistência do povo cabo-verdiano, desde a sua configuração e formação no início do processo do povoamento das ilhas do arquipélago. Enquanto mulher *Preta de Campo*, numa busca incansável pela afirmação da nossa agência como um povo, neste exercício epistemológico teremos em devida conta as grandes crises em Cabo Verde, nos séculos XVI e XX, que dilaceraram mulheres, homens e crianças em todas as ilhas de Cabo Verde. Nesta discussão, propomos compreender as causas reais que estiveram na origem da alta taxa de mortalidade em todas as ilhas do arquipélago, principalmente nas ilhas de Santiago e Fogo, e as relações entre esses fatores com o processo de colonização e o sistema hegemônico vigente no país.

Palavras-chave: Cabo Verde; História; Resistência; Epistemologia Emancipatória

Abstract: In the present article, we propose to make a cross-examination exercise on the historiography of Cape Verde and its nuances, in the context of Contemporary Africa, in the face of the process of Westernization. We will approach the process of invasion of the islands of the archipelago, as essential factors to understand the current conditions and circumstances that have historically marked the resistance processor of the Cape Verdean people, since its configuration and formation at the beginning of the process of settlement of the islands of the archipelago. As a Black Woman, in an untiring search for our agency as a people, in this epistemological exercise we will take due account of the great crises in Cape Verde in the 16th and 20th centuries that have torn women, men and children in all the islands of Cape Verde. In this discussion, we propose to understand the real causes that led to the high mortality rate in all islands of the archipelago, especially in the islands of Santiago and Fogo, and the relations between these factors with the colonization process and the current hegemonic system in the country.

Key words: Cap Verd; History; Resistance; Emancipatory Epistemology.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

CABO VERDE E SUA AGENDA EPISTEMOLÓGICA NA ENCRUZILHADA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: UMA REANALISE HISTÓRICA DO PROCESSO DE RESISTÊNCIA

Rutte Tavares Cardoso Andrade¹

“Nós sabemos quem somos e o que devemos fazer se soubermos a nossa história. Um povo sem apreço pelo valor das experiências históricas está destinado a criar o caos.”

Molefi Kete Asante

Introdução

A nossa reflexão no presente artigo centra na análise sobre o processo histórico e social de Cabo Verde, na encruzilhada da África Contemporânea para compreender os fenômenos e eventos históricos que marcaram o processo de resistências do povo das ilhas, atravessados por sistema de dominação colonial e suas implicações no processo de desontologização e afirmação da identidade étnico racial. Neste diapasão intelectual, importa destacar a relevância da compreensão dos dados demográficos da cidade da Praia, capital de Cabo Verde, desde o século XVI a XXI e os efeitos do seu impacto nos fenômenos culturais, enquanto manta organizativa da vida dos povos africanos, no continente e na diáspora. Deste modo, a nossa análise encontra ressonância no paradigma analítico da afrocentricidade, como metodologia de interpretação e análise bibliográficas, na compreensão dos fenômenos e eventos sociais, culturais e históricos.

Para essa abordagem, teremos em devida conta as análises historiográficas de Silva (1990, 1991, 1999), Évora (2009) e Semedo (2011), entre outras importantes interpretações sobre a história do arquipélago. A última crise de fome que aconteceu em Cabo Verde, na década de 1960, teve o maior impacto no âmbito demográfico, como também em relação ao fenômeno de migração do campo para a cidade da Praia, capital do país, com todas as suas consequências.

Cabo Verde é um arquipélago formado por dez ilhas, localizadas na Costa Ocidental africana, situando-se a 445 km do Senegal, o país do continente africano mais próximo deste arquipélago. Segundo os registros historiográficos, as ilhas de Cabo Verde foram invadidas pelos navegadores portugueses entre 1460 e 1462 por navegadores genoveses, Diogo Gomes e Antônio da Nole, que estavam ao serviço da Coroa portuguesa. As ilhas estão distribuídas em dois

¹ Professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Colaboradora do Curso de Pós-Graduação em Pedagogia, na Universidade de Santiago em Cabo Verde.

grupos: barlavento, ao norte do arquipélago, constituído pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista; e o grupo Sotavento, mais ao sul do arquipélago, constituído pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava. Santiago a maior ilha do arquipélago de Cabo Verde, é a sede da cidade da Praia, capital político e econômico do país. Foi à primeira ilha invadida, também, onde foi iniciado todo o processo de povoamento e de exploração colonial do arquipélago de Cabo Verde.

De acordo com a história oficial, as ilhas de Cabo Verde não foram invadidas, pois estavam desertas e sem a presença humana, sendo que o povoamento foi iniciado logo após a sua invasão, por colonos portugueses predominantemente do sul do Algarve e escravos capturados nos chamados Rios da Guiné. O poeta Jorge Barbosa, um dos maiores literatos que o arquipélago produziu, soube muito bem ilustrar a situação de “abandono” em que foi achado o arquipélago de Cabo Verde, conforme podemos notar pelos versos a seguir:

Quando o descobridor chegou à primeira ilha nem homens nus / nem mulheres nuas /
espreitando / inocentes e medrosos / detrás da vegetação. / [...] / Havia somente / as aves
de rapinas / de garras afiadas / as aves marítimas / de voo largo / as aves canoras /
assobiando inéditas melodias. / E a vegetação cujas sementes vieram presas / nas asas
dos pássaros / ao serem arrastadas para cá / pelas fúrias dos temporais (BARBOSA,
1956).

A localização geoestratégica de Cabo Verde, na costa ocidental africana, e no atlântico médio, fez com que, desde muito cedo, e na epopeia da expansão marítima europeia, o arquipélago fosse utilizado como um dos mais importantes entrepostos do comércio de escravos entre a Europa, a África e as Américas. A cidade de Ribeira Grande de Santiago, a primeira capital de Cabo Verde, hoje tombada pela UNESCO como Patrimônio Histórico da Humanidade, foi a primeira erguida pelos colonizadores portugueses nos trópicos. Ela teve importância estratégica na geopolítica mundial, tendo sido uma referência no tratado de Tordesilhas e no Comércio Triangular entre a Europa, a África e as Américas, e da colonização da costa ocidental do continente africano.

Com a abolição do tráfico negreiro em 1876, o interesse comercial do arquipélago sofreu uma baixa sem precedentes para a metrópole colonizadora, que, conseqüentemente, passou a dar mais importância às outras províncias coloniais com maiores potenciais agrícolas e de mineração que Cabo Verde, iniciando-se, assim, o abandono e a decadência econômica do arquipélago, refletida na cidade de Ribeira Grande de Santiago. Ainda hoje, as ruínas dessa imponente cidade colonial ilustram as conseqüências da decadência por que passou acrescidas pela pirataria de corsários, muito frequente no período pré-abolição.

O povoamento das Ilhas foi realizado, inicialmente, como recurso do processo de doação de terras aos colonizadores europeus que se dedicaram ao cultivo e criação de animais, em 1462. A mão de obra destinada a essas tarefas era a escrava, proveniente majoritariamente da Guiné. As ilhas do arquipélago foram ocupadas a partir da presença de dois grupos de culturas diferentes, uma minoria de homens brancos vivendo em Cabo Verde, colonizadores portugueses, e os negros e negras escravizados (as) de diferentes etnias, providentes na sua maior parte do continente e regiões como as da Guiné-Bissau. Segundo as fontes históricas:

A documentação quinhentista não permite esclarecer cabalmente as origens étnicas dos escravos africanos. O que explica porque, sendo os escravos uma mercadoria, pouco importava aos agentes envolvidos no tráfico saber se ele era jalofo, balanta, mandinga, fula, manjaco ou qualquer outra etnia. A posição dos autores que estudaram a questão das origens é a de que o grosso dos escravos entrados nas ilhas provinha da Costa da Guiné, aproximadamente da margem que se estende a sul do rio Senegal até ao rio Orange, no limite norte da Serra Leoa. Era a região onde os moradores estavam autorizados a comerciar. As dificuldades surgem quando se tenta estabelecer a predominância deste ou daquele grupo étnico no povoamento inicial das ilhas. António Carreira, que estudou mais detidamente esta questão, escreveu que entraram “vinte e sete mil grupos étnicos e alguns subgrupos” (SANTOS; TORRAO; SOARES, 2007, p. 76-77).

Reportando-nos às fragilidades geográficas do arquipélago de Cabo Verde, importa citar dois poetas, que, entre muitos outros, souberam exprimir a angústia de dois fenômenos fundamentais na geografia cabo-verdiana, com impacto na configuração social do país. Jorge Barbosa deixou o seguinte registo acerca do arquipélago:

Destroço de que continente, / de que cataclismo, / de que mistério!... / Ilhas perdidas – no meio do mar, – esquecidas – num canto do mundo – que as ondas embalam, / maltratam, abraçam...” (BARBOSA, 1935, p. 23). Ovídio Martins, outro poeta cabo-verdiano, também expressou as fragilidades de Cabo Verde num dos seus poemas “A Seca”: “Árvores / sem carne / Terra / de fogo / Homens / bloqueados / (espantosamente bloqueados). / Irmãos / no cataclismo periódico / de falta de água / Já sem forças / para mandarem / calar o mar (MARTINS, 1962, p. 43).

Cabo Verde esteve sob o domínio colonial português desde a sua invasão, em 1460 até 05 de julho de 1975, data em que foi declarada a independência nacional, na sequência do reconhecimento pelas Nações Unidas sobre o direito dos povos à autodeterminação. É importante mencionar que os cinco séculos de ocupação portuguesa modificaram muito o povo cabo-verdiano. As manifestações culturais africanas foram subalternizadas em função dos interesses da metrópole. A língua e a religião cristãs foram introduzidas, e o modelo cultural produtivo servia aos interesses do colonizador (CARDOSO, 2005).

Para o historiador Pereira (2004), o problema do batismo e catequização de escravizados (as), esteve intimamente vinculado a outro, que é a sua ladinização, pois a preocupação dos

colonizadores era não só com a imposição da cultura europeia aos africanos, que se traduz no ensinamento dos dogmas da religião cristã, mas também com a língua e os princípios que regem os caucasianos. Nas palavras do historiador, “Se se quiser, a transformação do escravo em boçal nativo ‘inculto’ em ladino ‘culto’ (PEREIRA. 2005, p. 205). A hegemonia europeia fez com que a Europa impusesse a sua cultura e modelo civilizatório aos africanos, como uma estratégia importante de dominação. Neste sentido, a antropóloga afro-americana, Marimba Ani (1980), assegura que o segredo que os europeus descobriram desde muito cedo é que a cultura carrega regras para o pensamento. Deste modo, ao imporem as suas culturas aos outros a capacidade ficam limitada e profundamente comprometida, face qualquer possibilidade de ação estratégica emancipatória. Entendemos que o processo de descolonização, segundo o líder pan-africanista Amílcar Cabral, perpassa fundamentalmente pelo processo de *africanização* das mentes.

A estrutura social cabo-verdiana do período pós-independência é uma herança do processo de colonização e, por isso, apresenta ainda muitas semelhanças com o passado colonial. Assim, encontramos basicamente quatro grupos de estratificação social:

- a) os proprietários de terras que se mantiveram desde o período colonial, apesar da pré-anunciada reforma agrária após a independência;
- b) a burguesia local ligada às atividades comerciais, funcionários públicos e trabalhadores rurais, e par dessas classes, nesse período surgiram mais duas classes, nomeadamente;
- c) os comerciantes, ligada ao comércio informal;
- d) e outra já no período de liberalização econômica em 1990, formada por empresários ligados aos setores industrial e turístico (PEREIRA, 2005, p. _).

No que tange à população e fluxos migratórios, Cabo Verde tem tido ao longo de sua história uma população reduzida. As décadas de 1960 e 1970 constituíram um marco no início dos maiores fluxos migratórios do século, consequência das necessidades de mão de obra dos países ocidentais, o que permitiu baixas taxas de crescimento efetivo. Em termos espaciais, houve crescimentos diferenciados com a maior concentração da população em algumas ilhas em detrimento de outras. Entre elas, a Ilha de Santiago foi a que registrou um crescimento de 64%, São Vicente, 102%, e Sal, 130%, entre 1960 e 1980.

Em uma referência à assimetria da sua distribuição pelas principais ilhas de Cabo Verde, nas décadas de 1980 e 1990, constata-se que a ilha de Santiago, a maior ilha do arquipélago, concentrava mais da metade da população do país, com especial relevo para a cidade da Praia onde vivia cerca de 50% da população da ilha, constituindo, dessa forma, o concelho mais densamente povoado. Seguiu-se a ela a ilha de São Vicente, predominantemente urbana, também a de maior densidade populacional, concentrando a cidade do Mindelo mais de 90% da população da ilha, segundo os dados de CENSO de 2000, fornecidos pelo INE (Instituto

Nacional de Estatística), resultado em grande medida da sua atividade econômica e da aridez da ilha.

O país possui 22 concelhos, sendo o da Praia, o maior centro urbano do país. Um trabalho intitulado *Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde*, realizado pelo MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território) em parceria com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos (ONU-HABITAT) e o Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde (ONE-UN), em 2011, mostra uma tendência progressiva para a urbanização do país, sendo que 61,8% da população do país já vive nos centros urbanos, quando uma década atrás essa percentagem situava-se em 53,8%, o que significa um aumento de sete pontos percentuais.

O município da Praia apresenta uma taxa de urbanização de 96,6%, superior à da média nacional. A evolução da população urbana, entre 1990 e 2010, foi a seguinte: 55,2% e 62%, respectivamente, confirmando, assim, a referida tendência para a urbanização do país. Dados do censo de 2010 (INE, 2010) informam que a cidade da Praia concentra neste momento 65,3% do total da população de Cabo Verde, ou seja, 198.300 habitantes.

A centralidade político-administrativa da cidade da Praia e os investimentos na indústria e serviços na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (a segunda ilha mais povoada do arquipélago de Cabo Verde), ocorridos principalmente nos finais da década de 1970 (logo após a independência nacional em 1975) e durante toda a década de 1990, podem ser apontados como uma das causas explicativas de tal fato, e se inscrevem no que os economistas nomeiam por desenvolvimento tripolar, faltando acrescentar a ilha do Sal, com os serviços aeroportuários, que viu aumentar o peso relativo da então vila de Espargos, bem como o de Santa Maria (MAHOT, 2011).

A par do crescimento urbano, fenômenos como a violência urbana ganharam espaço e já fazem parte da agenda pública do país. Segundo o estudo anteriormente mencionado, esse fenômeno, que na última década tem crescido nos principais centros urbanos de Cabo Verde, pode ser associado ao contexto histórico do país, às secas cíclicas, à migração campo-cidade, problemas econômicos e desemprego, todos decorrentes do contexto sócio histórico.

Interface: Cabo-verdianidade, Identidade nacional e o processo de desontologização

Cabo Verde é um país africano, que conhece o seu processo histórico, social e cultural descrito pela historiografia ocidental, a partir da instalação da colônia portuguesa no arquipélago. Nota-se uma escassez bibliográfica que retrata a história das ilhas do arquipélago, antes da

chegada dos portugueses. O país ascende a sua autodeterminação política em 1975 e se afirma como nação independente à semelhança de outros países africanos, como por exemplo, Guiné-Bissau, cuja luta de libertação foi liderada por Amílcar Cabral sob a bandeira da unidade entre os dois povos.

Segundo a intelectual cabo-verdiana, Gabriel Fernandes (2006), ao equiparar com outros contextos sociais colonizados, como Guiné-Bissau e Angola, o caso de Cabo Verde foi o único em que houve uma crescente tendência à homogeneização através de um duplo movimento: a criouliização abrangente, pela qual os diferentes grupos étnicos-culturais convergem para um único referencial cultural, o crioulo; e o branqueamento socioeconômico e institucional, pelo qual o povo cabo-verdiano se apropria do imaginário e *modus vivendi* dos brancos, quebrando a barreira rracica ou fazendo-a perder seu significado e poder originário.

Para Fernandes, o processo histórico de configuração da nação cabo-verdiana, diferentemente das outras nações como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, entre outros, sem a influência dos nossos ancestrais escravizados e nem a significativa proeminência socioeconômica dos colonizadores portugueses, não possuiu uma polarização étnico-cultural digna de nota. A sociedade emergiu e desde muito cedo se estabilizou como entidade culturalmente autónoma em relação as suas referências de matrilinearidade.²

Neste sentido, importa deixar presente que o matriarcado foi concebido pelo intelectual senegalês Cheik Antah Diop como um princípio estruturante do sistema cultural africano, no continente e na diáspora. Para fundamentar a sua posição, Diop desenvolveu a “Teoria das duas origens” (1989) para explicar que o comportamento e desenvolvimento humano são influenciados pelas condições do meio ambiente e condições de vidas concretas de um povo situados em dois contextos, a saber: Berço Meridional (africano) e o Berço Setentrional (Norte). No Norte, as condições de vida nómada dos povos indo-arianos implicam a subvalorização da mulher, que por sua vez representa um obstáculo à condição de mobilidade. Diop (1989) assegura nas suas próprias palavras:

“o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estado territorial, em contraste com as sociedades-estado arianas, e emancipação da mulher na vida domestica, a xenofilia, o

² A tendência dominante das caracterizações ocidentais do mundo social tende a ser unilinear e universalista de modo que capture a teorização crítica sobre o resto do mundo. A epistemologia ocidental sobre gênero compromete a efetiva agência das mulheres africanas e o seu lugar na história da humanidade. Pois, os estereótipos foram estabelecidos como bases na construção de epistemologia sobre a mulher africana nos mais diversos contextos sociais e culturas. Neste sentido a concepção afrocentrada, sistematizada pela Professora afro-americana Clenora-Hudson-Weens, (1980), denominada Mulherismo Africana como ferramentas teóricas e um eixo na compreensão das dinâmicas que atravessam as experiências das mulheres africanas no continente e na diáspora. Trata-se de uma epistemologia afrocentrada que visa compreender a história das mulheres africanas a partir da matriz civilizatória africana, determinados pelos seus princípios estruturantes, partilhados pelos (as) africanos (as) no continente e na diáspora. A sua especificidade é o destaque do papel das mulheres africanas como agentes e protagonistas nas lutas para recuperar, reconstruir e criar uma integridade, cultural que defenda os antigos princípios Máaticos de reciprocidade, equilíbrio harmonia, justiça, liberdade, ordem, entre outros.

cosmopolitismo, um tipo de coletivismo social que proporciona tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material de direito para cada indivíduo, o que torna a miséria moral e material desconhecida até o presente; há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém sente sozinho e nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade de optimismo, o que elimina toda a noção de culpa ou pecado original em instituições metafísica” (DIOP, 1989, p.177).

O sistema matriarcado não significa a dominação feminina sobre o homem, e sim uma partilha de responsabilidades e poder. Este último pode ser partilhado entre homem e mulher tanto na política quanto na economia e religião. Historicamente, a tradição matrilinear estimula o desenvolvimento da mulher³ e sua contribuição positiva na sociedade. Pois, isso contraria a superexposição estigmatizante das mulheres africanas, no continente e na diáspora.

O processo de resistência do povo cabo-verdiano pela definição identitária encontra ressonância nas agendas dos *Caridosos*, que se propondo “fincar os pés na terra”, acabam por expressar seu “desespero de querer partir e ter que ficar”, falar do “perfil dum vapor que não me quis levar” e lamentar a ausência de uma “civilização que a distância do Atlântico dissolve-se antes de chegar” (MANUEL LOPERS/ ÉCRAN, 1936, p.56). Esses exemplos ‘marcam o processo de afirmação identitária da elite intelectual, antes da independência, e são fundamentais para entendermos o processo histórico, subjacente à formação da sociedade cabo-verdiana.

Nessa linha, é importante reportar que após a independência essa tendência de procurar vincular o país a outros territórios continua numa perspectiva mais sofisticada. Deste modo, conhecer a história da África, e resgatar a nossa consciência histórica, nesse processo de emancipação e independência total, se constitui numa agenda impostergável para o resgate da autoestima e estima-racial, como africanos, e, principalmente, para o processo de reontologização.

O Movimento Literário Claridade, nascido em 1930, reivindicava o direito a uma identidade cultural autônoma e ligada a cabo-verdianidade. A narrativa construída pelo movimento coloca Cabo Verde numa posição étnico-racial semelhante à ideologia lusotropicalista brasileira, sob a presunção de que a convivência entre os colonizadores portugueses, e os nossos ancestrais africanos, teria decorrido de forma pacífica e harmoniosa. O historiador cabo-verdiano, Correia e Silva (1996), afirmou em *Sociedades crioulas* que “as fraturas étnicas inicialmente coincidiam com as de classe, fazendo do negro, escravo, e do branco, escravocrata, daquele o ‘gentio’ e deste o civilizado” (CORREIA E SILVA, 1996, p. 49). Essa postura

³ Protagonismo e o lugar social e histórico das mulheres africanas- no continente e na diáspora- Entre estas destacamos as Kentakes, conhecidas como Candaces através dos registros romanos-As “Rainhas-Mães” ou Kentakes governaram a região africana de Kush (atual Etiópia). A mais conhecida a carregar o título foi a Kentake Amanirenas, líder da vitoriosa e humilhante batalha sobre os romanos que, sob regime de Júlio César, foram forçados a declarar a Pax Romana. Como afirma Diop (1963). “A perda de um olho na batalha apenas teve o efeito de aumentar sua bravura. Esta resistência heroica causou uma grande impressão em toda a antiguidade clássica, não por que a Rainha era negra, mas por que ela era uma mulher: o mundo indo-europeu ainda não estava acostumado com a ideia de uma mulher desempenhando um papel político e social.”

historicamente construída pelos intelectuais cabo-verdianos, ainda no período colonial, consiste, na reivindicação pelo reconhecimento, da parte da metrópole colonizadora, do seu performance civilizatório e administrativo, mostrando que essa elite estava tão preparada para assumir o comando do país como os dirigentes coloniais.

O intelectual martinicano Frantz Fanon faz uma leitura crítica da experiência colonial: A civilização branca, sob a forma da cultura europeia, impôs ao negro um desvio existencial (FANON, 2008). Com isso ele explica os processos de construção, da identidade negra diante da experiência de dominação e subjugação colonial. A identidade étnico-racial em Cabo Verde, fruto de complexos processos de exploração colonial e escravista, que condicionou dimensões económicas, culturais e sociais, ao mesmo tempo em que delineou a formatação de relações raciais em que às populações negras foram destinados lugares simbólicos creditados por ideologias que pregavam a aproximação com os valores eurocêtricos.

Secas cíclicas em Cabo verde entre os séculos XIX e XX e os seus impactos sociais e culturais

À data da independência, em 1975, Cabo Verde correspondia a mais pobre das colónias portuguesas, com 4033,37 Km² de terras vulcânicas e montanhosas, escavadas em vales esteiros e profundos, ilhas planas, áridas e despidas de qualquer manto arbóreo. Toda a costa litoral era dominada por terras secas, onde a pastagem pobre constituía a única atividade possível, quando o avanço das areias não ameaçava as últimas plantas que sobravam da ação devastadora de secas prolongadas. A agricultura de sequeiro à base de milho, algumas leguminosas e cucurbitáceas constituíam a principal ocupação da população rural. Mesmo assim, essa atividade era sazonal: três meses de chuva para a maioria da faina e o resto do ano dedicado ao ócio, ao pastoreio de algumas cabeças de gado e raros empregos de ocasiões (CARREIRA,1984).

As reduzidas parcelas de terras irrigadas estavam ocupadas com o cultivo de cana-de-açúcar, hortícolas e frutas. A única cultura de rendimentos era a banana, exportada para a ex metrópole portuguesa. A criação de gado, em molde tradicional, representava um complemento de agricultura, e a pesca reduzia-se à captura artesanal, insuficiente para sustentar as aldeias de pescadores pobres e analfabetos, à margem de qualquer perspectiva de modernização. Agravando esse cenário de pobreza, a seca iniciada na segunda metade dos anos 1960 coincidiu com um aumento exponencial da população, que teve de ser socorrida com trabalhos de emergência, sobretudo de construção de estradas. Desse modo, a cultura europeia será imposta, com o

objetivo de dominar e explorar até a exaustão os povos africanos. Nesse sentido, segundo Aimé Caseire, no “Discurso sobre o colonialismo” que o identifica com coisificação, afirma:

Entre o colonizador e o colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas. Nenhum contato humano, mas a relação de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote, e o homem indígena, em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: colonização=coisificação (CASEIRE. 1978, p.32).

A sociedade cabo-verdiana é profundamente marcada pela *maafa* (termo *ki-swahili* que significa tragédia, holocausto) da escravização e colonialismo, agregados aos problemas climáticos existentes no arquipélago devido à sua posição geográfica. Os africanos escravizados que povoaram as ilhas de Cabo Verde enfrentaram todos os tipos de opressão que se possa imaginar sobre a dominação dos colonizadores portugueses. Dentre os enfrentamentos e resistência das/os cabo-verdianas/os, destaque-se a fome provocada pelas secas cíclicas que assolavam as ilhas do arquipélago, acompanhadas de consequências como doenças e alta taxa de mortalidade, como aquelas que mais marcas deixou nos povos das ilhas do arquipélago, o racismo institucional, entre outros fenômenos decorrentes do contexto social e histórico marcado pelo sistema de dominação colonial.

Quando as chuvas rareiam em anos sucessivos, o povo cabo-verdiano enfrenta graves problemas de escassez de alimentos, junto com a falta de água até para as necessidades mais prementes como matar a sede. Desse modo, a resistência do povo cabo-verdiano sempre foi marcada pelos problemas de chuva e de falta de água, com todas as suas consequências para uma população que sobrevive da agricultura, e criação de gado e pesca. O povo preto crioulo tem um histórico marcado por dolorosas crises de bens e serviços das primeiras necessidades. Os séculos XVI e XVII são marcos trágicos para o povo cabo-verdiano que enfrentou períodos penosos de fome e mortandade causados pela seca, mas principalmente pelo abandono e falta de políticas públicas.

O fenômeno de seca e crise em Cabo Verde sempre esteve na agenda dos pesquisadores cabo-verdianos, como António Carreira (1983, 1984, 1985), Orlando Ribeiro (1960) e Ilídio do Amaral (1987). Nesta seção, temos como referências as reflexões de António Carreira. As crises por escassez de alimentos, resultantes de secas prolongadas, seguidas ou não de enorme mortandade, têm-se repetido com grande frequência em todo o arquipélago, possivelmente desde o início do povoamento das ilhas de Cabo Verde—por conta da sua posição geográfica, situado na linha saheliana. Os períodos de chuva marcados entre agosto e outubro são extremamente irregulares. Há períodos que chovem regularmente, contudo existem períodos em que a falta de

chuva tem impacto enorme na produção agrícola e, conseqüentemente, na criação de animais. Nas palavras do historiador Antônio Carreira:

Há anos em que as chuvas são escassas logo na primeira fase. Em outros chove regularmente; fazem-se as sementeiras na esperança de que as precipitações se repitam. No entanto, ou elas rareiam ou acaba por não cair mais nenhuma gota de água. Outras vezes ainda, as chuvas são diluvianas e, portanto, tão prejudiciais como a escassez” (CARREIRA, 2000, p. 55)

Questionamos o papel da colônia nessas crises e mortandade em Cabo Verde. Houve esforço por parte da colônia em não deixar morrer os nossos ancestrais negros escravizados, num país atravessado por escassez de recursos naturais, que correspondiam às expectativas dos colonizadores e que apenas serviam como entreposto para o sistema colonial escravagista? No panorama das ilhas sacrificadas, nos períodos de crise, a fome obriga aos nossos ancestrais a inventarem e reinventarem para encontrarem formas de resistir.

Nas grandes fomes do século XVII e XVIII, além dos abates dos animais domésticos – cabras, vacas, porcos, cavalos, burros, até cães e gatos –, quase até a extinção utilizaram-se pelas secas retiradas dos tambores de batuque e as casas e folhas de arbustos. Diante desses cenários, após abolição de escravidão, os historiadores mostram dados que confirmam a escravização de homens livres em Cabo Verde, que se venderam por um período de tempo relativo a uma década como estratégias de resistências à fome e secas cíclicas em Cabo Verde. Esse fenômeno teve impacto enorme no fenômeno de migração.

Em algumas ilhas foram atribuídos nomes às fomes. A de 1804-1806, que se estendeu até 1810, restritiva a Santo Antão, ficou conhecida como fome de toco porque as pessoas utilizavam tronco de bananeira como forma de sobrevivência. A fome de 1825-1826, que atingiu Santo Antão e São Nicolau, ficou conhecida como fome do Pai Domingos. Esse nome justifica-se pelo fato de ter aparecido um negro chamado Domingos que vendia alimentos para a sobrevivência das pessoas.

As crises em Cabo Verde foram, sem dúvida, devastadoras, porém acreditamos que os princípios estruturantes dos sistemas culturais africano, no continente e na diáspora, foram mecanismos estratégicos essenciais no processo de resistência do povo das ilhas. Dentre esses valores e princípios, inspirados no Nguzo Saba, os sete princípios da ética africana são aqueles que indubitavelmente tiveram papel incomensurável na resistência do nosso povo: a) centralidade na comunidade; b) respeito pela tradição; c) alto nível de espiritualidade e de preocupação ética; d) harmonia com a natureza; e) a sociabilidade do indivíduo; f) veneração aos ancestrais; g) unidade do ser (KARENGA. 1988, p.9).

No entanto, ao contrário da tese do historiador Carreira sobre os valores culturais transportados pelos nossos ancestrais africanos para as ilhas de Cabo Verde que, “É o seu extraordinário apego a terra, embora sabendo que, nela, a Natureza é mais drástica do que a mãe. Herdou essas características, do português europeu” (CARREIRA, 2000, p. 38). Para confirmar esta contradição, seguimos os postulados de nosso intelectual clássico africano, Cheik Anta Diop (1987), que, nos seus próprios termos, assegurou:

Em conclusão, o berço meridional, confinado ao continente africano em particular, é caracterizado pela família matriarcal, a criação do estado territorial, em contraste com as cidades-estados arianas, a emancipação da mulher na vida doméstica, a xenofilia, o cosmopolitismo, um tipo de coletivismo social que proporciona a tranquilidade com relação ao futuro, solidariedade material desconhecida até o presente: há pessoas vivendo na pobreza, mas ninguém se sente sozinho nem abandonado. No domínio moral, mostra um ideal de paz, de justiça, de bondade e optimismo, o que elimina toda da noção de culpa ou pecado original na religião ou em instituições metafísicas (DIOP, 1989, p. 177).

Esses traços culturais, de acordo com o intelectual senegalês, estão bem consolidados nos africanos. Apesar da diversidade entre estes, no continente e na diáspora, há uma unidade cultural entre nós e os modelos da civilização clássicas africanas, que podem ser encontrados nas civilizações do continente. É importante destacar que, durante os vários períodos da crise, não existe registro objetivo que informa com exatidão os números das vítimas de seca e fome em Cabo Verde. Para os pesquisadores cabo-verdianos, a inexistência destes dados se justifica pelas limitações dos meios para os registros dos dados, mas acreditamos que essas negligências se justificam pelo racismo estrutural existente em Cabo Verde. Nas palavras de Carreira (2000):

Durante as crises, determinava-se o regimento compulsório a Santiago das mulheres cristãs que sabiam ter panos, com objetivo de não desfalecer a indústria local de mão de obra, especializada, ou para evitar concorrências aos panos das ilhas. Por outro lado, estando essas mulheres cristianizadas, tentava-se impedir a “regressão” de costumes. O curioso é a recomendação expressa de serem recambiadas por grupos, em navios diferentes, e não de uma só (CARREIRA, 2000, p. 42).

Com a mortalidade provocada pela fome entre 1773-1777, a população regrediu aos números de 1582, segundo a “contagem” para 1775. Cerca de 90 anos depois, subiu pra 58.626 (1862). Foi um acréscimo temporário, na medida em que a fome de 1864-1866 ceifou 14.767 negros nas duas primeiras ilhas do arquipélago. Em todo o país, houve um número de 30.000. Estes dados são relevantes para entendermos a evolução demográfica na ilha de Santiago e Fogo, pois, no bairro de Jamaica prevalecem os números de moradores do interior das ilhas citadas. (SENA BARCELOS, 2004; ÉVORA, 2006). Outro elemento relevante que explica a evolução

demográfica em Cabo Verde, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi o fim do tráfico de escravizados e a imigração para São Tomé e América do Norte.

Cidade da Praia: deslocamento e as emergências de outros tempos

A cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde e sede do município com o mesmo nome, situa-se no litoral Sul da ilha de Santiago, a maior do arquipélago. Com o advento da independência em 1975, a cidade da Praia conheceu uma grande explosão demográfica, consequência de um forte movimento migratório das restantes ilhas do país e do êxodo rural, por conta das políticas restritivas dos convencionais países de imigração, aliadas à forte crise do setor agrícola provocada pelo baixo nível de pluviosidade que caracteriza o país.

A baixa taxa de crescimento da população anteriormente mencionada, e que tinha por base as necessidades de mão de obra dos países europeus, é agora invertida com políticas restritivas à imigração. Desde então, a cidade em questão constitui-se como o maior centro de atração populacional do país. De acordo com os dados do Censo da população de 2010 (INE, Instituto Nacional de Estatística), em 2000 a população da Praia era de 91.161 habitantes. Em 2005, esse número aumentou para 111.500 habitantes.

Em 2008, o número da população era de 124.661. Em 2000, a cidade da Praia albergou uma população de 131.602 habitantes. Esse número representa hoje mais de 45% da população total do arquipélago. Esse crescimento exponencial da população urbana não se fez acompanhar de medidas de política apropriadas e capazes de responder de forma eficaz os problemas daí advenientes, quais sejam: proliferação incontrolada e desorganizada de pequenos bairros, isolamento dos bairros na periferia da cidade e uma crescente demanda da população por solos para a construção de habitação e demais serviços de base.

Perante o cenário descrito, a cidade da Praia enfrenta no momento algumas questões preocupantes, ligadas principalmente à falta de saneamento e problemas de insalubridade resultantes da crescente urbanização não planejada e da pobreza, levando ao aumento de desigualdades sociais. Acrescente-se aos mencionados problemas o aumento de desemprego que afeta particularmente a camada mais jovem, a delinquência juvenil e criminalidade urbana em geral, a violência doméstica, aliados às dificuldades de acesso à água, energia e saneamento.

Segundo o estudo promovido em 2011 pelo MAHOT (Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território), pode-se constatar dois tipos de traços existentes na cidade da Praia. Cerca de 6 km² (44%) de solo urbano atual foram produzidos tendo por base planos urbanísticos. As ocupações que não foram previamente planejadas representam cerca de 8

km² (56%), dos quais 5km² pertencem aos bairros de crescimento informais mais recentes. Os dados do censo de 2010 apontam para a existência de 37.127 alojamentos, dos quais 30.036 são tipicamente urbanos e 1097 são do campo.

Outra característica que pode ser atribuída à cidade da Praia é a sua visível concentração de riqueza. O estudo do MHOT, em referência ao índice GINI (indicador de nível de desigualdade de rendimentos), aponta para uma concentração de cerca de 52% dos rendimentos do país na capital. Praia é a sede administrativa do país, sendo centro dos principais serviços do Estado, como as atividades ligadas à administração e governação (autárquica e nacional), a Universidade Pública de Cabo Verde e o Aeroporto Internacional Francisco Mendes, um dos maiores do país.

A sua população aumentou cerca de 33 mil pessoas na última década, representando um crescimento anual de cerca de 2,9%, muito acima da média nacional, que é de 1,3% ao ano. Aproximadamente 97% da população do concelho vivem na cidade, o que a tornou o município com maior taxa de urbanização nesta década. Ademais, a capital caracteriza-se ainda por ser atrativa não apenas para os fluxos migratórios nacionais, mas também internacionais, principalmente dos emigrantes africanos, que têm aumentado nos últimos anos. O referido crescimento populacional tem viabilizado um conjunto de atividades econômicas normalmente inviáveis em outros municípios pela inexistência de um número mínimo de pessoas. Esse fato atribui inteligibilidade ao processo de instalação de infraestruturas de apoio aos negócios primeiramente na Praia, e secundariamente noutros municípios.

Conclusão

Neste artigo analisamos o processo histórico e social de Cabo Verde, sob o olhar da contemporaneidade, situando o contexto histórico no qual se desenvolveu esse processo. Apoiando-nos nessa epistemologia africano-centrada, argumentamos que existe um conjunto específico de circunstâncias que condicionaram o processo de resistência do povo cabo-verdiano, perante *maafa* da escravização e o sistema de dominação colonial vigente nas ilhas do arquipélago cabo-verdiano. Apesar das opressões enfrentadas pelo povo das ilhas, a cultura cabo-verdiana, renovada cotidianamente nas estratégias de resistências foi fundamental neste processo de enfrentamento e emancipação. O protagonismo das mulheres e homens cabo-verdianos/as alicerçados nos princípios estruturantes do sistema cultural africano, no continente e na diáspora, bem estabilizadas nas práticas e manifestações culturais, expressa a necessidade e relevância do retorno ao passado, para buscarmos os valores civilizatórios africanos para a

emancipação total do povo cabo-verdiano, para escapar desta da subjetividade *ocidentalcentrica*, que ajuda a perpetuar a opressão de que somos vítimas.

Porém, através de estratégias de resistência forjadas em contextos de extremas desigualdades nas relações de poder, sobrevivem, ainda que sob o estigma da marginalidade não tenham se extinguido na totalidade. Para escaparmos desta visão do mundo que marginaliza os africanos, precisamos voltar às clássicas civilizações africanas. É fundamental neste contexto de exclusão cultural econômica e epistemológica, buscarmos nossas origens nos modelos civilizacionais do Egito e da Núbia, que definiam sua identidade cultural a partir de sua língua, história e cultura e não por oposição ou reação à visão construída pelo Ocidente.

Apesar da grande diversidade que caracteriza a cultura africana nos diversos contextos sociais, seja no continente ou na diáspora, essa pluralidade é tecida pelo princípio de unidade, conforme demonstrou Diop (1989). Neste exercício de suliamento conceber a África como centro não significa dizer que estamos discorrendo sobre o continente numa dimensão mítica, mas compreender que existe uma unidade cultural na diversidade africana, da mesma forma que o pensamento ocidental, por mais diverso que este seja, posto que possua-características comuns. A epistemologia africano-centrada propõe o retorno aos valores civilizatórios africanos, com a sua origem na civilização kemética, incluem a matriarcado, a *Umoja* (Unidade/União) irmandade, respeito à natureza, coletivismo, sacralidade, circularidade, restituição, *Ubuntu*, entre outros.

REFERÊNCIAS:

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In: SOW, Alpha et.al, **Introdução a Cultura Africana**. Lisboa: Edições 70, p.95-136.

ANI, Marimba. Yurugu: **Na Afrian-Centered Critique of European Cultura Thought and Behavoir**. Trenon: African World Press, 1994.

BERNAL, Martin. Black Atena: **The Afrosiatics Roots of Classical Civilization**. New Brunswick: Rutger University Press, Vol.1, 1987.

CABRAL, Amílcar. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. Unidade e Luta: A Arma da Teoria**, V. I. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

----- . **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral. Unidade e luta: A Prática Revolucionária**. V. II. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

----- . Cabral: no Cruzamento de Épocas. **Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amilcar Cabral**. Alfa-Comunicações. Praia, Setembro de 2005.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: aspectos sociais, secas e fomes do século XX**. Lisboa. Ulteiro, 1984.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origino of Civilization Mith or Reality!** Westport: Lawrence Hill, 1974.

_____. A origem dos antigos egípcios. In: GAMALMOKTHAR (Org.). **História Geral da África. A África Antiga**. v. II. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Civilization or barbarim: na authentic antropology**. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

_____. **The Cultural Unity of Black Africa: The domains of Patriarchy and of Matriarchy in Classical Antiquity**. London: Karnack House, 1989.

DOS ANJOS, José Carlos. **Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Praia: INIPC, 2002.

_____. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde, **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 25, n. 3, 2003. vol.25, n.3, p. 579-596.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo**. Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/IBNL, 2006.

_____. **A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial**. Florianópolis: Edufsc, 2002.

_____. **O lugar como não-lugar: expatriação, hibridização e aventuras cosmopolitas cabo-verdianas**. Estratégias, Lisboa, n. 20, 2004.

FURTADO, C.A. (Org.). **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade social em Cabo Verde: uma abordagem sistêmica e interdisciplinar**. Dakar: CODESRIA, 2008.

_____. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança: Santiago**. Praia: ICL, 1993.

FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora 1980.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.

FINCH III, Charles S. A Afrocentricidade e seus Críticos. In: Elisa L. Nascimento (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 37-69.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2014.

MARIANO, Gabriel. **Cultura cabo-verdiana: ensaios**. Lisboa: Veja, 1991.

NASCIMENTO, J. N. **O crescimento urbano e a estrutura funcional da cidade da Praia**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

SEMEDO, José Maria. Um arquipélago do Sahel. In: **Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde**. Descobertas das Ilhas de Cabo Verde. AHN PRAIA-SÉPIA PARIS, 1998.

TAVARES, C. **A política de solos na política urbana: a sua relevância para a cidade da Praia – Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Documentos:

Imprensa Nacional de Cabo Verde. Lei de Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico. Decreto Legislativo n°1/2006: **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**. Série I, n. 7. Praia, 2006. Separar os documentos das referências bibliográficas.

IMPrensa Nacional de Cabo Verde. Princípios e Normas de Utilização dos Solos, Decreto Legislativo n° 2/2007: **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Série I, n. 26-Suplemento, Praia, 2007.

INE. **Censo Geral da População e Habitação, 2000**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2001.

_____. **Relatório dos Resultados Preliminares do RGPH, 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, 2010.

_____. **Censo Geral da População e Habitação 2010**. Praia: Instituto Nacional de Estatística, 2011.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Paulo Gomes Vaz
Maria Gabriela Hita

CIRCUITO DE MERCADORIAS E IDENTIDADES AFRICANAS EM MOVIMENTO: REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ANGOLANAS E GUINEENSES NO COMERCIO RETALHISTA ÁFRICA- BRASIL- CHINA E SUDESTE ASIÁTICO

Circuit of merchandise and movement identities: social reproduction of angolan and guinean women in the retail trade Africa-Brazil-China and South-East Asia

Resumo: O presente estudo oferece uma perspectiva atual de um lado pouco falado no mundo do trabalho contemporâneo, ao assumir o desafio de estudar as chamadas “sacoleiras” angolanas e guineenses que se deslocam a São Paulo e para demais mercados internacionais tais como: Singapura, Guangzhou, Dubai, Tailândia para comprarem artigos de consumo a serem revendidos em seus países. Entendeu-se que esta modalidade de trabalho consiste num circuito inferior da economia urbana que se constitui como um dos modos antigos de ser da informalidade, e por conta disso não pode ser tratado como um fenômeno deslocado, a-histórico. Pelo contrário, se trata de uma realidade que tem sido alternativa de reprodução social de milhares de pessoas ao redor do mundo. Por isso está inserida na história, a partir de um processo de interação entre o trabalho formal e informal. A metodologia utilizada para coleta de dados no campo baseou-se no questionário aplicado às sacoleiras, buscando explorar as narrativas de suas experiências de comprar mercadorias nos mercados internacionais, para depois abastecerem os produtos comprados no guarnecimento de suas lojas e/ou fazer o negócio à *pronta-entrega*.

Palavras-Chave: Trabalho informal; Mulheres Africanas Sacoleiras; Globalização e Pequenos Circuitos da Economia.

Abstract: The present study offers a current perspective of a little talked about side in the world of contemporary work, as it takes on the challenge of studying the so-called Angolan and Guinean bagtraders that move to São Paulo and to other international markets such as Singapore, Dubai, Thailand to buy consumer goods to be resold in their countries. It was understood that this modality of work consists of a lower circuit of the urban economy that constitutes one of the old ways of being of informality, and because of this it can not be treated as a dislocated, a-historical phenomenon. On the contrary, it is a reality that has been an alternative social reproduction of thousands of people around the world. This is why it is inserted in history, starting from a process of interaction between formal and informal work. The methodology used for data collection in the field was based on the questionnaire about the bagtraders, seeking to explore the narratives of their experiences of buying merchandise in the international markets, later to supply the products bought in the furnishing of their stores and / or do the business to the prompt delivery.

Keywords: Informal work; African Women; Bagtraders; Globalization and Small Economy Circuits.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

CIRCUITO DE MERCADORIAS E IDENTIDADES AFRICANAS EM MOVIMENTO: REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ANGOLANAS E GUINEENSES NO COMERCIO RETALHISTA ÁFRICA- BRASIL- CHINA E SUDESTE ASIÁTICO

Paulo Gomes Vaz¹
Maria Gabriela Hita²

Neste artigo, resultado de pesquisa doutoral de Paulo Gomez Vaz (2018) sobre “sacoleiras” transnacionais africanas, e que assim foram denominadas por tratar-se de mulheres de nacionalidade africana que se locomovem numa rota comercial global que conecta a África ao Brasil e este à África novamente, visamos explorar algumas das características mais visíveis desta “*nova classe*” que atua em modalidade de trabalho informal na atual sociedade globalizada. Ao usar essa terminologia nativa (êmica), associada ao modo como tais mulheres são denominadas e reconhecidas por diversidade de atores com os que se cruzam, se intenciona associá-la também à ideia da emergência de um novo tipo de trabalho informal numa era de globalização atual. Sinônimos desse termo igualmente usados na pesquisa de Vaz (2018) foram os de “empreendedoras”, e o de “turistas compradoras” e “pequenas empresárias”.

Nesse estudo partiu-se da hipótese inicial da importante função exercida por este tipo de atividade para o capitalismo. Mesmo quando algumas dessas mulheres africanas podem ser caracterizadas como “pequenas empresárias”, “empreendedoras individuais”, e revendedoras em cadeias globais de produtos e mercadorias capitalistas, para as levar para regiões menos globalizadas como os seus países africanos. Por isso mesmo, se poderia erroneamente pensar serem representantes do capital. Mas, de fato elas não o representam. Pois na cadeia produtiva e de circulação de mercadorias mais ampla, conhecido como global *commodity chains* (GEREFFI, 1994, p. 2001), a posição por elas ocupada não é considerada um elemento característico da superestrutura de cadeia mercadorias. Por outro lado, e guardadas as devidas escalas e diferenças de lucros que possam por elas ser obtidos, o que esta pesquisa observou é que a maioria destas mulheres atuam como se fossem uma espécie de “*abelha operária*”. Com seu incansável trabalho e locomoção intermitente e constante entre diferentes regiões do mundo, cruzando fronteiras nacionais e deixando para trás seus lugares de origem e culturas, momentaneamente, na busca incessante

¹ É Cientista Social e Docente do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

² Docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

de abastecer suas lojas com novos e diferenciados produtos ou buscando atender demandas de suas clientelas do outro lado do Atlântico.

E ao lançarem mão de estratégias como as da *pronta-entrega* de produtos adquiridos no Brasil, ou em outros mercados mundiais aos que algumas delas também se dirigem, mostrando-os em seus próprios domicílios ou os de sua clientela mais fiel, por considerarem ser o modo mais eficiente de os fazer chegar nas mãos de seus destinatários e consumidores finais, este é também um modo de estarem prestando um serviço ao capital. Desse modo elas estendem o alcance do mercado capitalista e o tornam muito mais acessível aos outros mercados locais africanos, ou a pessoas que de outro modo teriam que pagar muito mais, ou não teriam acesso a muitos desses produtos (tratando-se de uma atividade que atende as necessidades tanto do capitalista quanto a dos consumidores de classe baixa). Por isso, elas (as sacoleiras) terminam também cumprindo essa outra importante função para o capitalismo: a de retroalimentar a economia capitalista, mesmo estando elas (as mulheres) envolvidas com as cosmovisões (visões do mundo) do trabalho que consiste em *modus operandi* das suas economias e na reprodução social local. Uma visão de mundo que não faz distinção de valor entre o trabalho informal e o formal, por se tratar de uma cosmovisão que não dá pesos diferentes sobre os seus sentidos - resultante de um legado da história contemporânea que nos ensina a idolatrar o trabalho intelectual, em detrimento daquele de caráter manual.

Ao buscar traçar principais características e manifestações deste fenômeno, observou-se tratar-se de mulheres muito heterogêneas em sua origem de classe e formação, aspectos raciais e idades. O que as une é o deslocamento de fronteiras para a compra de produtos que serão revendidos em seus países de origem.

Nesses diferentes deslocamentos e rotas transnacionais que elas vão percorrendo, e que as vai confirmando e constituindo como sacoleiras, ampliando horizontes e levando seus mundos consigo, muitas delas precisam conciliar aspectos por vezes conflitantes de suas biografias, a exemplo das tensões vividas por muitas entre suas vidas privadas e públicas, ou transnacionais. Suas experiências como sujeitos locais na África, e delas como estrangeiras e viajantes internacionais em outros países, constituem trânsitos que não são isentos de vários riscos e constrangimentos. Eles ficam vulneráveis a diversas situações, desde os tramites burocráticos em agências transportadoras de mercadorias; controle de excesso de bagagens nos serviços aduaneiros vistoriado nos aeroportos, dentre diversos aspectos. Tudo isso lhes exigem enfrentar e aprender as dicas e jeitos do se “virar” e se “safar” para fazer chegar as mercadorias ao seu destino final; algo das obscuras fronteiras nas quais entram a fiscalização de mercadorias legais e ilegais, ou ilícito, considerando as possibilidades em que elas, as “sacoleiras”, tendem a ser acionadas por amigos e

conhecidos que vivem nessas cidades de trânsito. Copiosamente são acionadas a transportar encomendas dos parentes, amigos e conhecidos para seus países de origens.

Ainda nesses lugares-cidades de compras, elas assumem os riscos de serem assaltadas durante as caminhadas (durante as compras) por serem lugares geralmente abarrotados de compradores que se espremem em micros espaços com demandantes vindos de diversos cantos do globo, contando ainda com a ação dos espertos “*batedores de carteira*” que atuam discretamente furtando os consumidores-turistas nesses lugares de grande aglomeração de pessoas, principalmente na avenida Largo da Concórdia.

Constrangimentos e obstáculos esses com os que precisam aprender a lidar, se mover e ajustar, nesse processo de atravessamento de fronteiras nacionais para o dos destinos almejados. Com o passar dos anos e prática, algumas ficam escoladas e tiram de letra, ou passam a levar consigo parentes ou ainda mulheres mais novas para as ajudar, e também introduzir no ramo do seu negócio, seja como ajudantes ou empregados aos que lhes pagam por vezes apenas a passagem e hospedagem, mas que em outros casos elas vão ensinando o ofício, compartilhando seu *know how* e rede de contatos, e as impulsando a seguirem seus próprios negócios depois.

Na pesquisa realizada partiu-se da concepção marxista de ser o trabalho uma categoria humana revestida de razão prática, e que envolve múltiplas dimensões de modos de trabalho e experiências. Todas as sociedades e épocas existem os “pores” teleológicos (propósitos e fins) para dirigir determinados comportamentos que cumprem a função social para a reprodução social de maneira qualitativamente distinta. Mas, em todas as sociedades existe uma cognitividade social e da objetividade social das formas de pensar o trabalho diante das causalidades evidentes para garantir a reprodução biológica e relações sociais dos indivíduos na sociedade (LUKÁCS, 2013). Essa passagem demonstra a grande contribuição da teoria lukacsiana sobre a categoria trabalho, que refuta as generalizações teleológicas do trabalho. A tese de Vaz (2013) possui concordância com György Lukács (2013), por terem ambos apontado a interdependência de categorias sociais (cultura, razão, linguagem) inerentes ao trabalho. Isto porque toda sociedade tem seus propósitos de dirigir a ação. Partindo desse pressuposto teórico, concluímos que o trabalho se constitui como categoria inerente ao homem, pelo fato de produzir incessantemente o novo. Porém, a cultura é que precede o trabalho, visto que as pessoas se orientam de acordo com suas culturas e suas experiências sociais. Uma realidade que joga por terra a interpretação essencialista do marxismo ortodoxo, que aponta o trabalho como categoria ontológica e central do ser social.

A tese de Vaz (2018) reconhece indubitavelmente a importância do trabalho e sua função em todas as sociedades, mas recusa hierarquizá-lo em escalas evolutivas tanto em relação às manifestações (do trabalho) quanto às outras categorias sociais. E por isso, parte para a perspec-

tiva mais plural que consiste na cosmovisão do ser social inerente as “condições humanas” da filosofia africana, conhecida como a prática do *Ubuntu*.³ Segundo Obenga (2004 apud Ramose 2011, p.16), *Ubuntu* é a categoria ontológica e epistemológica da filosofia africana, no sentido de que na concepção de filosofia de “*ubuntu do mundo*” é que “coisas não têm a fixidez e inflexibilidade que acreditamos que elas tenham. As coisas são mutáveis e em movimento na Terra, no céu, em baixo d’água, etc, Essa filosofia e a prática do *ubuntu* exprime uma visão praticada pelos povos da África, falantes do *Bantu*, relacionada a cosmovisão:

Ele compartilha o caráter de gerundivo⁴— isto é, a ideia de tornar-se, Ser (be-ing) e ser como manifestações do movimento como princípio do Ser- (be-ing)- com os verbos egípcios antigos, *wnn(unen)* “existir”, *d d (djed)* “ser estável”, “durável” e *hpr (kheper)* “tornar-se” (...). Como os antigos verbos egípcios referidos, a concepção filosófica *ubuntu do mundo* é que “Coisas não tem a fixidez e inflexibilidade que acreditamos que elas tenham. As coisas são mutáveis e em movimento na Terra, no céu, em baixo d’água, etc. (OBENGA, 2004 apud RAMOSE, 2011, p.17).

Nota-se que diferente da sociedade ocidental europeia capitalista, cujos aparatos burocráticos estão intrincados à economia de mercado, constituindo assim um elemento paradigmático e universal. Em outras sociedades, à exemplo da sociedade proveniente das sacoleiras, são as tradições vivas, a oralidade, os valores, os comportamentos e as regras dos grupos envolvidos que permeiam as relações entre a economia informal e a sociedade. Esta questão significa afirmar que na visão de mundo das sacoleiras a velha informalidade não se constitui necessariamente como alternativa ao desemprego. Pelo contrário, se configura como atividade central e cósmica, permeada pelas experiências transmitidas geracionalmente em forma de “*habitus*” de trabalho adquirido de pai para filho, a exemplo de artesão, carpinteiro, bideira, sacoleira, pequenos comerciantes autônomos – manifestações de trabalho anterior a economia do mercado. E as pessoas não os empreendem para subsistir “em tempos da crise”, mas para se reproduzir socioeconomicamente de acordo com suas necessidades existenciais, remetendo aquilo que Hannah Arendt, na sua obra “*A condição humana*” (2007), aponta como forma de vida que o homem impõe a si mesmo para sobreviver. Daí o trabalho se constitui como o resultado de um processo cultural, que para Hannah Arendt (2007) as condições variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem é parte. Isso significa que a economia e o trabalho informal são resultantes de uma cultura laboral, que responde a “condição humana”, de acordo com as demandas (necessidades cotidianas) da população que delas dependem. O que significa afirmar que a concepção do trabalho nessas sociedades africanas

³ Conhecido por nomes diferentes em diversos espaços do continente africano, o *ubuntu*, significa a humanidade.

⁴ Particípio do futuro passivo de gerundivo latino; exprime ação que está por se realizar ou que será realizada.

estudadas responde a outra cultura laboral, em se tratando de outro sistema social dotado de maior pluralidade com vistas a conceber a existência humana.

Não se comunga aqui com a ideia de que o trabalho informal, devido aos diferentes avanços da história e tecnologia, foi crescentemente perdendo seu significado e função nas estruturas econômicas mais modernas, mesmo que este seja um indicador de modelos arcaicos e do passado. O que este estudo de caso ilumina, ao contrário do anterior, é como o trabalho informal vem crescendo em importância e adotando novas formas e funções em diversos tecidos sociais nos quais as pessoas se orientam na produção social.

É oportuno ainda destacar dois aspectos centrais que todo este processo e fenômeno das sacoleiras transnacionais africanas está indiscutivelmente atrelado, e que são pilares de discussões de toda sociologia do trabalho. Esses dois elementos ajudam a enquadrar e compreender alguns dos deslocamentos interpretativos dos que se partiu este estudo e aos que finalmente se chegou. O primeiro elemento é sobre o papel e função exercida pela crescente flexibilização das condições laborais resultante de ajustamento estrutural (PAE) implementado pelo Banco mundial e pelo FMI em 1987, assentado na redução do número de servidores públicos, produzindo os efeitos mais significativos no campo do trabalho, além de aumentar a “nova informalidade”⁵ e as condições precárias do trabalho. E o segundo elemento refere-se a “velha informalidade”, no caso, aquelas manifestações de trabalho “arcaicas” e/ou “antigas”, acumuladas de pai ao filho (a), e que sempre esteve presente no meio urbano. Porém, com a industrialização e modernização, essas atividades são tidas como ultrapassadas e atípicas para os padrões do trabalho contemporâneo, mesmo sendo considerados por um número expressivo de grupos de pessoas, ou comunidades com atividades geracionais.

Todavia, não se trata de uma única causa e efeito que possa explicar ou ajudar a compreender o crescimento maciço de sacoleiras nos dois países estudados, porque muitos dos nossos dados de campo apontam que há circunstâncias em que as sacoleiras se inscrevem nessa atividade para complementar a renda, e outras priorizam a qualidade de vida, tais como: flexibilidade de tempos de trabalho, cuidado dos filhos e lazer etc.

-

[...] Comecei a fazer *nha bida* [pequeno comércio], pura necessidade mesmo e hoje ninguém paga as minhas contas. E também [agora] posso me organizar, as minhas viagens pra cá [Brasil] e até mesmo organizar as minhas folgas.

⁵ “Refere-se à redefinição da OIT (2002), que incorpora ao conceito de informalidade a dinâmica do capitalismo globalizado e as transformações da produção e dos mercados de trabalho (...) Incorpora as mudanças relativas à desregulação econômica, à flexibilização das relações de trabalho”. Cf. Lima (2013).

A inserção da Odete no comércio retalhista pode estar condicionada a vários fatores, desde a busca pela melhor qualidade de vida, programar as folgas, viagens, cuidado dos filhos etc. Porém, tudo isso pode ser resultante dos efeitos da nova informalidade causado pela flexibilização das relações de trabalho, e dos efeitos da reestruturação produtiva e do ajustamento estrutural mundial que afetou diversos países do globo desde os anos 90. Esta questão é uma variável fundamental na pesquisa em que Vaz (2018) discute e documenta mais amplamente. Mas não se podem compreender todas as motivações, causas e necessidades reais que levam a diferentes tipos de pessoas a fazerem escolhas similares ou diferentes, e para isso é também preciso, como proposto neste artigo, atentar para as diferentes culturas de trabalho e histórias destas sociedades e sujeitos analisados. No caso dos dois países por ele estudados, as práticas de comercialização, além de constituírem uma modalidade considerada “*tradicional*” na forma de reprodução social das mesmas, é também interpretado pela atual intelectualidade desses países, como um modo de resistência por meio de “*tradições vivas*” e de emancipação dessas populações contra as forças excludentes do capitalismo (BÂ, 2003, LOPES, 2008; CAMARÁ, 2010; VAZ, 2018). Por isso, de acordo com muitas destas posturas consideramos que novos caminhos precisarão ainda vir a ser trilhados e novas políticas públicas, especialmente no âmbito do mundo comercial, precisam ser promulgadas de modo que potencializem um maior desenvolvimento regional, e estimulem o desenvolvimento local mais harmônico e sustentável, por meio de novos modos de incentivos para empresas informais, conforme algumas das analisadas por Vaz (2018).

Dentro deste amplo e muito sinteticamente esboçado marco contextual, se pode concluir que longe de serem extintas as velhas modalidades de trabalho informal, tem sido vigorante na sociedade contemporânea. Nesse sentido, o que se constata é que *novíssimas* modalidades de trabalhos informais vêm emergindo, enquanto algumas das mais antigas também vem se transformando, passando a operar como uma alternativa importante de sobrevivência para um número cada vez mais significativo de indivíduos que dependem cada vez mais deste tipo de trabalho informal em sociedades cada vez mais globalizadas.

Mas, quem são estas mulheres afinal de contas? O que lhes é peculiar? Como vivem e o que representam para o capitalismo e suas próprias vidas na África? Quais as diferentes experiências como sacoleiras (trabalhadoras informais), vindas da Angola e Guiné-Bissau e que foram estudadas por Vaz (2013; 2018)? Elas são mulheres que se deslocam para cidades de São Paulo, Dubai, Hong Kong, Tailândia ou Singapura, e estes são os principais mercados aonde algumas delas mencionaram se dirigir, com o fim de comprarem uma ampla diversidade de produtos de consumo rápido. Entre os principais produtos adquiridos, especialmente as que vem mais para o

Brasil estão os diferentes tipos de produtos têxteis, cabelos naturais, perfumes, cosméticos, roupas íntimas (lingeries), sapatos e sandálias havaianas, eletroeletrônicos, entre muitos outros.

Das que vem ao Brasil, estima-se que diariamente dezenas de mulheres angolanas e guineenses tem adensado o intenso comércio do Brás⁶, onde os (as) compradores (as) com propósitos diversos, salientam esse mercado. Outro dado interessante foi observar que essa circulação de “sacoleiras africanas” varia diretamente de acordo com o das oscilações cambiais do dólar (moeda estrangeira), corroborando, em determinadas conjunturas, para o maior aquecimento desse grande mercado de rua e compras em diversas lojas da região, situada principalmente no entorno no largo da concórdia. Paralelamente a isto, observa-se uma clara diminuição das demandas por parte das sacoleiras, quando há valorização da moeda real resultante das oscilações cambiais. Isto obriga as sacoleiras a direcionarem suas estratégias para outros mercados periféricos que tradicionalmente ofertam produtos à preço de baixo custo, considerados como mercados que não são tradicionais do capitalismo central, apontado por David Harvey (1992) como espaços do capitalismo periférico (Dubai, China, Singapura, ou Índia). Estes são tidos como mercados com preços baixos, que permitem ao comprador turista um retorno financeiro.

Observa-se que há um mecanismo da lógica nessa relação de causa e efeito entre as sacoleiras e os mercados por elas escolhidos, que faz com que, quando sobe a moeda real (brasileira) e cai o dólar (norte-americano), elas preferem ir para outras regiões do mundo que apresentam preços baixos dos produtos que estruturalmente respondem as necessidades das economias “periféricas” e/ou com populações de baixo poder aquisitivo. Dito de outra maneira, são esses os mercados que além permitir maior acesso da população à mercadoria, flexibilizam a distribuição destas, por apresentarem alto nível de tolerância. Constituindo assim espaços característicos de circuitos inferiores, como característica de mercados populares.

O comércio do Brás e os demais mercados populares, à exemplo de 25 de Março, se constituíram nesta pesquisa como espaços característicos de circuitos inferiores de economia capitalista, e não obstante são considerados os maiores destinos de turistas compradores que procuram artigos baratos e outros serviços informais. Alguns serviços expostos no largo da Concórdia (Brás), por exemplo, reacendem discussões sobre migração e trabalho na urbe paulista: a respeito da informalidade, ambulantes africanos e a fiscalização policial. Esses são outros agentes do co-

⁶ Bairro do Brás conta com diversas ruas de comércio popular para compras com preços mais econômicos na cidade de São Paulo. É conhecido pela conglomeração de uma vasta diversidade cultural. Situado na zona leste de São Paulo, a região cresceu e se desenvolveu com a chegada dos imigrantes italianos, e mais tarde com os imigrantes nordestinos. Atualmente é tido como um dos principais centros comerciais populares, “um cenário a céu aberto”. Na década de 1990 ampliou-se a sua heterogeneidade cultural, incluindo comunidades africanas que compõem uma das partes dos agentes sociais (sacoleiras, guias e trabalhadores manuais) do bairro, permeado por traços de solidariedade e de preconceito, de receptividade e de segmentação do espaço produtivo, de estabilidade e de exclusão.

mércio que têm visão de mundo diferente sobre (in)formalidade, e que escolhem a capital paulista como lugar do destino fixo. Mas, a tese de Vaz se incumbiu de estudar aqueles estrangeiros que chegam hoje e amanhã partem para seus países de origem, cujo aparato estatal e/ou policial é mais tolerante sobre informalidade.

Os dados obtidos nessa pesquisa de campo permitem compreender o *know how* desse mercado, não só a partir de relatos de sujeitos da pesquisa, mas também através de observação que permitiu concluir que o trabalho informal se constitui como elemento central deste tipo de economia, que vem ganhando ressignificâncias em decorrência de surgimento de novas estruturas.

A atividade informal realizada por sacoleiras africanas é uma modalidade nova de trabalho informal e comercial, até então invisível e pouco reconhecida pela literatura, especialmente nos países africanos. É um tipo de atividade fortemente arraigada ao passado e as tradições milenares de atividades comerciais das culturas africanas. E por sua dupla inserção, com um pé no passado e outro na modernidade a consideramos ser esse fenômeno anfíbio, e estar simultaneamente arraigado tanto a esse passado cultural africano, que o re-atualiza de modo diferente, como ao de um fenômeno de fato novo e emergente, resultante do atual momento histórico, por sua característica tão peculiar de comércio sendo exercido trans-nacionalmente. Também é um fenômeno novo, dado o tipo de relações que estabelece e pelo modo como se engaja e atua no sistema de circulação de mercadorias do capitalismo moderno e muito mais globalizado, essencialmente também pela rede de mercados distintos que passa a conectar os circuitos informais no que estas atrizes sociais estão inseridas.

A atividade comercial das sacoleiras que atravessam fronteiras internacionais, combina, por isso, velhas e novas experiências de trabalho e subsistência. Acreditamos que elas também têm exercido uma função de estimular o surgimento de novos modos de força de trabalho, tais como: guias turísticos de jovens africanos que as orientam nestes países e mercados, trabalhadores manuais, trabalhadores africanos que atuam no ensacamento e embalagem de produtos têxteis e de confecções, comprados por sacoleiras que serão transportadas para o mercado africano via agência transportadora. Tudo isso numa época em que o ato de se trabalhar formalmente tem sido reduzido tão drasticamente em todo o mundo,⁷ e na África de modo muito mais contundente por diversos motivos, dentre os quais as instabilidades de ordem política, democrática e conflitos políticos militares. Estes aspectos podem ter influenciado no aumento do desemprego (tanto no

⁷ A crise no sistema financeiro mundial de 2007-2008, iniciada nos EUA, precipitada pela falência do tradicional banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, que gerou efeitos coletáveis da globalização. Disponível no: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_econ%C3%B4mica_de_2007%E2%80%932008, acesso em: 05 de fev 2019.

público quanto no privado), e no processo de deslocamento forçado de jovens para os centros urbanos, influenciando nestes tipos de atividades que vem crescendo sem precedentes na estrutura econômica desses países que já encareciam de empregos formais, tanto no que concerne à força de trabalho fabril, quanto no campo e ambientes mais rurais, criando cada vez mais um maior afunilamento no “setor informal”. Por tudo isso, entendemos atividades informais como as das sacoleiras como uma manifestação do tipo de trabalho que emerge na “modernidade”, e que nos lança pistas importantes para seguir pensando em seu processo de desenvolvimento (quanto no segmento das sacoleiras, e em diversos outros serviços informais). Nada tem a ver com a ideia de atraso, precariedade e/ou subdesenvolvimento.

Elementos paradoxais importantes deste processo de transformações pelas quais passa o mundo do trabalho têm sido, como mencionado, o da maior flexibilização das formas do trabalho. Exemplo importante disso é o caso aqui analisado das sacoleiras, que se mobilizam e se conectam a diferentes regiões do mundo. Elas se dirigem desde a África, para outras cidades industriais e comerciais cuja circulação de capital é maior, como as já mencionadas de São Paulo (no Brasil), Dubai (em Emirados Árabes), Pequim (na China), e Singapura (Cingapura), comumente conhecidos por serem cidades com maior poder atrativo de produtos vendidos no atacado e varejo. Além do mais, nessas grandes cidades industriais e comerciais encontram-se múltiplos serviços com diversidade muito ampla de tratamentos estéticos, produtos os quais estas africanas têm mostrado especial interesse em adquirir, influenciadas que ficam ao assistirem telenovelas do Brasil ou outros programas da televisão, cinema e revistas internacionais de moda ocidental.

Informações importantes sobre como elas são positivamente percebidas e esperadas no Brasil podem ser percebidas na oferta feita por gerentes de acomodações hoteleiras em que muitas delas costumam se alojar nos seus trânsitos para efetuar compras. É comum as sacoleiras africanas merecerem atenção exclusiva e redobrada, pela quantidade dos produtos e valores comprados e por serem boas pagadoras [...] “conhecidas por sua honestidade, nunca deixam nada por pagar. Ao contrário, logo que chegam a São Paulo, deixam as diárias de hospedagem completamente quitadas, para não caírem na tentação de gastar mais”, afirma Teresinho Junior - gerente e supervisor do Hotel Vitória, no Bairro do Brás (segundo a versão do gerente do hotel que provavelmente reproduz o discurso fornecido pelas próprias hóspedes sacoleiras ou muambeiras africanas) (VAZ, 2013, p.202).

O juízo moralmente positivo é confirmado pelo supervisor (Fausto) da loja Paraná, um dos estabelecimentos mais procurados pelas compradoras. Ele mal esconde a satisfação com os lucros que elas lhe trazem: “mesmo em tempo de crise, como a de 2008, as africanas continuavam a comprar chinelos na minha loja”. Ele nota que elas chegam muito influenciadas pelas no-

velas brasileiras. “Os chinelos que elas pedem evocavam temas dessas novelas (como era o caso de *Caminho das Índias*, nome de uma novela televisiva muito popular à época), mas procuram também os logotipos das seleções de futebol”. Afirma Teresino Junior - gerente e supervisor do Hotel Vitória, no Bairro Brás - São Paulo (VAZ, 2018, p. 131).

Reconhecidas como boas pagadoras e *empoderadas*, as “sacoleiras” africanas atraem os olhares dos legistas e gerentes dos hotéis nos arredores do comércio de Brás, mas não necessariamente pelas suas características fisiológicas, ou vestimentas, mas pelas quantidades e qualidades dos produtos demandados, sendo que na maioria das vezes elas compram apenas os lançamentos, e raramente peças repetidas, por isso é notório durante a observação de campo, o atendimento exclusivo de um número maior de vendedores no entorno de uma só sacoleira.

Conforme abordado, esta perspectiva da internacionalização deste tipo de circuito comercial, mobilizado pelo envolvimento na economia das atividades e roteiros destas sacoleiras, é que pode ser melhor visibilizado como um tipo de atividade do mundo da informalidade. Esta tem passado a dispor de novos significados e existência maior, se a compreendermos mediante uma ampliação dos processos socioculturais, e essencialmente nos tempos da globalização e das economias das trocas simbólicas, que faz com que alguns artigos fabricados em certos países ganhem maior notoriedade e projeção através das forças mediatizadas que legitimam os grupos dominantes. (BOURDIEU, 1974, p.137).

Pelo simples fato delas estarem dispostas a atravessarem novas fronteiras, e entrar em contato com outros valores, costumes e modos de vida diferentes de outros países, mesmo sem o almejar, outros conjuntos de trocas culturais e manifestações civilizatórias passam a ocorrer. Também há os elementos para os que se precisa igualmente estar atentos, que marcam não apenas as subjetividades das sujeitas em estudo, como do tipo de relações e impactos que vão deixando no seu trilhar, nos novos países de destino. Elas carregam consigo os seus próprios modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar, os quais passam a ser contrastados e comparados por elas e os que com elas interagem, aos modos de outras culturas dentro deste ampliado e cada vez mais complexo processo de globalização (IANNI, 1996, p.140).

Nessa direção, o estudo de Vaz também ilustra como, apesar de distantes de seus países, elas os trazem consigo e continuam vendo o mundo desde sua ótica cultural dos países de origem, e como também por seus contínuos trânsitos, entram em contato com valores distintos, estimulando com sua presença e compras em grande escala, outras trocas de mercadorias, promovendo maior sincretismo cultural entre pessoas destes diferentes países pelos que elas transitam, participando e fortalecendo comunidades étnicas de africanos em São Paulo, onde elas são vistas consumindo os mais variados tipos de quitutes e alimentos aos que já estão habituadas, prepara-

dos por africanos residentes nesses países, e que são vendidos e oferecidos em mercados como o do Brás - o preferido para a maior parte de suas compras e onde maior parte da pesquisa fez sua observação participante.

Dado que nem todas as sacoleiras e respectivas clientelas na África tem demasiadas poses e capital de giro inicial, muitas delas declararam encontrar em mercados como o do Brás uma ampla variedade de produtos para todo tipo de gostos e a preços, considerados pela maioria delas de valores razoavelmente baixos quando comparados diretamente aos de outras lojas locais em seus países onde os irão revender. Estas mulheres tendem a ser muitas vezes confundidas ou associadas ao seu papel ou registro migratório, nos seus passaportes, como “turistas”, ou por serem consideradas “consumidoras e compradoras vorazes” de mercadorias produzidas ou vendidas nestas cidades. Por isso Vaz (2018), ao analisar como foi sendo configurado esse cenário do comércio internacional manifestado nas experiências destas sacoleiras africanas, foi percebendo como este exemplo só veio a confirmar a afirmação feita por Zygmunt Bauman (1999), de que a sociedade contemporânea (moderna ou pós-moderna), tem hoje pouca necessidade da força de trabalho industrial, e que por conta disso desloca boa parte dos seus membros a desempenharem cada vez mais outro tipo de papel: o de consumidores (especialmente em atividades de setor terciário). Este é claramente o caso aqui destas “turistas compradoras”, que ao virem na procura de artigos que lhes foram demandados pelas suas clientelas, não se caracterizam primeiramente como consumidoras, e só depois como vendedoras dessas mercadorias, as quais são colocadas em um segundo momento a circular de novo, sendo ofertadas aos consumidores finais das vendedoras.

Nestes diversos processo de negociações comerciais, de suas muitas compras e vendas de produtos, é que podemos pensar que estão eximidas (excluídas) de operar exclusivamente como consumidoras finais. Por isso, a sua posição em relação ao fabricante dos produtos adquiridos é a de estimulá-los em muitos dos casos a criarem novos produtos preparados especialmente para este tipo de compradora, a partir das mercadorias que elas mais procuram e demandaram em vindas anteriores. Por um lado, e numa certa aposta de que elas irão consumir outras vezes e voltarão a colocar em circulação novos produtos, ao retornarem aos seus lugares de origem, espalhando-as por sua vez, em outros contextos onde atuam, mas lá como vendedoras e não mais consumidoras vorazes. Daí que atividades comerciais como essas executadas pelas sacoleiras, assumam a função de exercer um papel importante no rol da divisão sócio-internacional do trabalho, e na era da globalização atual, mesmo quando ainda continuem sendo consideradas por muitos como um substrato de economias subterrâneas.

O principal destino das sacoleiras originárias dos dois países africanos estudados na tese de Vaz (2018), como dito, se dividiu em quatro principais pontos do globo: Brasil, Emirados Árabes, China e Singapura. Uma primeira questão que foi erguida frente a esse dado foi a de buscar explorar e compreender melhor quais as razões dessa segmentação, e de buscar encontrar algumas pistas para entender esses resultados, empírica e teoricamente. Outra pergunta feita diz respeito ao que faz com que uma parte destas mulheres escolha vir ao Brasil, e outra prefira ir para os Emirados Árabes ou China? Mas, outras questões mais específicas, que guiaram este estudo foram: É possível dizer que as sacoleiras com maior poder aquisitivo se dirigem para os Emirados Árabes e China, e as menos aquinhoadas são as que optam por vir mais para o Brasil? Qual é a posição dentro da estrutura social de classe ocupada pelas sacoleiras desta pesquisa? É sua condição social e de classe que afeta a escolha de rotas de suas viagens e viabiliza, ou não, a diversificação de percursos entre algumas delas? Quais produtos elas compram no Brasil e quais os buscam em outros países? A respeito dos consumidores: quem são a clientela destas mulheres em seus países de origem? E porque preferem produtos importados aos nacionais? Será que existem produtos similares em seus países de origem? E no que refere ao mercado internacional de mercadorias, surgiu a questão: Qual é a posição hierárquica na pirâmide social que as sacoleiras ocupam na divisão-sócio-internacional do trabalho global que elas realizam?

Como é que as mercadorias compradas por sacoleiras africanas são redistribuídas na economia da informalidade, no lugar de compra dos produtos no mercado brasileiro, e como chega ao seu destino final nos países de origem dessas sacoleiras na África? E o que é que finalmente diferenciaria a “sacoleira” africana de outros tipos de trabalhadores informais locais, a exemplo de quitandeiras (ou quituteiras), ou as *bideras* (revendedoras) de peixe, na África? E que motivos levam as revendedoras de mercadorias adquiridas a preterirem mercados africanos ao de determinados mercados internacionais, tais como São Paulo, Dubai, Pequim, Hong Kong, e não Argentina ou México?

Essas foram apenas algumas das questões mais gerais da investigação e que contribuíram para aguçar o modo de seguir este fenômeno e guiar a reflexão nesta pesquisa. Sem pretender responder todas neste único artigo, e já que isso foi abordado em maior detalhe na pesquisa doutoral aqui sendo descrita, de que apenas alguns dos resultados mais relevantes serão trazidos, o que privilegiaremos neste artigo é a de trazer com mais profundidade a posição social na divisão sócio internacional do trabalho (e de trabalho socialmente combinado), que inclui a atividade realizada por essas trabalhadoras a partir das atividades que elas realizam em todo processo de trabalho.

Para responder a maior parte dessas perguntas, a pesquisa partiu de metodologia qualitativa e de teor etnográfico, e da coleta de entrevistas semiestruturadas realizadas, entre os anos de 2015 e 2018, para 15 (quinze) sacoleiras, 7 (sete) oriundas de Angola e 8 (oito) de Guiné-Bissau. Também foram entrevistados 3 (três) agentes de hotéis localizados respectivamente nas ruas mais próximas, onde essas sacoleiras costumam se hospedar, perto do mercado do Brás e por onde faziam maior parte de suas compras. Com idades variando entre 25 e 45 anos, o perfil das mulheres desta pesquisa tem sido composto por metade de mulheres guineenses e outra de angolanas, e cuja escolha foi efetuada através de um critério aleatório no acionamento dos primeiros contatos com a intenção de entrevistá-las pelo tipo de atividade informal por elas desempenhadas, sem estabelecer previamente nenhuma exclusão a partir de suas características físicas, étnicas ou de “classe social” como critério de seleção desses sujeitos, a não ser apenas o do gênero feminino. Todas as entrevistadas aceitaram participar da pesquisa de forma devidamente informada e consentida, antes de passarem a responder a guia de entrevista. Suas identidades foram resguardadas por questões éticas, e também porque muitas delas explicitaram temer que a exposição de suas identidades pudesse vir a prejudicá-las nas suas futuras rotinas de viagens, junto a setores aduaneiros ou hotéis onde se hospedam, ou até mesmo junto às suas negociações com fornecedores. Por tudo isso, foram usados pseudônimos, a fim de preservar suas identidades.

No que se sabe é que, embora se trata de um setor social representado por uma maioria de pessoas pouco aquinhoadas, não há relação de causa e efeito entre ser sacoleira e a classe social ou grupo étnico da pessoa, pois se trata de uma modalidade de trabalho representado por diversos povos nos países de origem destas comerciantes. Neste caso, não há a mínima possibilidade de delimitar os sujeitos da pesquisa às questões étnicas locais. Nesse sentido, se trata de uma relação de coexistência entre tradição, ter suporte financeiro para começar o próprio negócio e o *modus operandi* desse mercado. Existem sacoleiras muito ou pouco escolarizadas. De igual modo, quando observada a classe social, observa-se que existem sacoleiras com maior poder aquisitivo e outras com menos posses, mas isso não altera a ordem dos fatores. Igualmente no que concerne a viagem transatlântica, todas são tidas como sinônimo de prestígio social, decorrente do reconhecimento de um trabalho digno associado ao ofício. O que significa dizer que não há uma relação direta entre ser sacoleira e a classe social a que ela pertence ou o seu nível acadêmico. Portanto, os dados do campo obtido através das entrevistas, bem como das pesquisas voltadas para a observação no campo, são os que permitiram apontar para essa complexidade, e as motivações que levam alguém a trabalhar como sacoleira. Por isso não se pode sistematizar o perfil exato dessas trabalhadoras, embora se trata de uma parcela esmagadora de pessoas que não atuavam em “emprego formal”.

Por ser uma pesquisa qualitativa, foram aplicados questionários para um reduzido número de membros que compõem esse universo de mulheres, escolhidas aleatoriamente. Esse número de 15 mulheres e 3 agentes hoteleiros entrevistadas/os foi um volume considerado suficiente e razoável para realizar este estudo de caso. Os dados obtidos nas entrevistas começaram a apresentar sinais de saturação, devidamente identificados quando aumentaram as repetições de informações em suas falas, e de relatos com trajetórias similares, assim como pelo tipo de informações em torno dos produtos comprados que chegavam, o tipo das escolhas e/ou preferências de cidades para as compras, etc. Estas eram as questões que interessavam a essa pesquisa. Também se lançou mão de uma diversidade de técnicas para o registro de observações de teor mais etnográfico, como a fotografia, caderno de campo com anotações de modos de registro de partes mais relevantes das observações realizadas, tanto no mercado do Brás, no Brasil, como em outros mercados e lojas da África.

A maior parte das entrevistas ocorreram nos pontos nodais do comércio do Bairro do Brás, enquanto outras foram realizadas nos pontos de distribuições dessas mercadorias na Guiné-Bissau, objetivando buscar observar e acompanhar também parte do circuito e modo como eram despachadas alguns destes produtos. Cabe ainda destacar, entretanto, que Paulo Gomes Vaz vinha acompanhando de perto o cotidiano desse universo de negócios desde vários anos antes, e que sua atenção e contatos com este tipo de trabalhadoras iniciou-se ainda no ano de 2003. Algumas entrevistas exploratórias foram previamente realizadas com uma parte delas, pouco antes de 2013, para um estudo anterior (VAZ, 2013). Entretanto, se as 18 entrevistas realizadas foram a principal base de dados para refletir sobre o objeto de estudo, cabe destacar que outras foram importantes quando coletadas, fortalecendo o olhar construído, incluso a partir de resultados de pesquisa anteriores, feitas por Paulo Gomes Vaz na Unicamp, sobre trabalhadores braçais em 2011.⁸ E sobre este tipo de trabalhador braçal, cabe ainda mencionar que boa parte da análise realizada nessa tese partiu também de todo o conhecimento de Paulo como um *insider*, parafraseando Norbert Elias.

Paulo é oriundo do continente africano, natural da Guiné Bissau, como muitas destas mulheres, que tem também possuem a cor de pele escura como a delas. Sua experiência como trabalhador braçal em uma das agências transportadoras que envia produtos destas sacoleiras para a África lhe permitiu conhecer algumas delas e ter outra perspectiva mais “desde perto e dentro” (MAGNANI, 2002, p.18). Esta condição lhe deu maiores vantagens do teria se fosse apenas um pesquisador do tema. A maior familiaridade alcançada com o fenômeno, em grande medida, foi

⁸ *O trabalho Manual Africano nos Labirintos da Globalização: O caso dos Africanos em São Paulo.* (2011).

também resultado do autor da pesquisa ter trabalhado como trabalhador manual nessa região do comércio, por quase 6 meses numa agência transportadora de cargas *import export trading* (nome fictício), com a qual continuou se relacionando depois, em outros termos, em anos subsequentes. Sem ter objetivado realizar propriamente uma etnografia, ou no sentido mais amplo e tradicional do termo, sobre todo este processo e as sacoleiras africanas, o que sua pesquisa permite é ampliar a compreensão e elucidar melhor o modo como algumas dessas mercadorias chegam ao seu destino final. Parte importante desse trajeto, assim como algumas de suas principais implicações e efeitos, buscando também testemunhar em alguns dos casos, como dito, foi o de entender como se distribuem algumas dessas mercadorias aos consumidores finais.

Durante a referida pesquisa de campo, em Bissau, foram visitadas as lojas de algumas das sacoleiras conhecidas, e outras novas que as conheceu apenas ao chegar em Guiné Bissau⁹, mas que também fazem compras no Brás, completando e dando uma outra perspectiva e experiências do fenómeno. Neste novo contexto se buscou observar, sobretudo, a estrutura da disposição das mercadorias em suas lojas, para alguns dos casos, e em outros deles acompanhar a distribuição final das mercadorias e algumas de suas rotinas de trabalhos na capital guineense. Observou-se que em determinadas situações as mercadorias são comercializadas em forma de “*pronta-entrega*” para os amigos e funcionários públicos de sua rede de contatos (considerados por elas como os melhores ou “bons pagadores”), mas em outras ocasiões são as clientelas que se deslocam para as residências destas sacoleiras para escolherem algumas das mercadorias por elas trazidas.

Outro aspecto importante a destacar é que em diversas situações houve resistências por parte das entrevistadas, e que em alguns momentos demonstraram sinais de receio e desconfiança, além de certo desconforto em concederem entrevistas. Mesmo quando o pesquisador era visto, em outros momentos, como pessoa relativamente mais próxima ao dos seus universos culturais e nacionais, dada a própria origem dele como guineense, e possivelmente também pelas semelhanças biológicas e físicas, língua, “dialetos” e etnia compartilhadas, que são mais próximas às de algumas delas. Temos a língua crioula como principal ferramenta de comunicação. É uma língua compartilhada por diversos grupos étnicos da Guiné Bissau. Assim como as pessoas do grupo Geba (a mesma de um dos autores deste artigo), muitas turistas compradoras (sacoleiras) de diversas etnias que chegam à capital paulista se comunicam nessa língua, compartilhando suas experiências cotidianas. Ou seja, assim como Paulo Vaz, pertencente ao grupo étnico *Geba*¹⁰,

⁹ Durante a pesquisa de campo realizado em Bissau (capital da Guiné-Bissau).

¹⁰ Um grupo étnico cujo Buré Bas é o ancestral comum e seus membros são conhecidos como *crists de Djiba*. Oriundo de um mosaico étnico guineense, com descendência predominantemente da etnia Beafada que povoou a cidade de Geba, antes da chegada e o início da colonização portuguesa. Durante o processo de colonização, a população em sua grande maioria se converteu ao catolicismo, tendo a língua crioula como sua

bem como para os demais grupos étnicos, a língua crioula é o maior instrumento de comunicação no país e na diáspora guineense. Moema Augel (2007, p. 76) afirma que “apesar da pequena extensão do território, ali vivem dezenas de grupos e subgrupos étnicos muito heterogêneos, com suas culturas próprias”. Pois o estudo não se atentou em levantar o dado sobre ser sacoleira e a etnia das entrevistadas. Todavia, nas conversas informais, observa-se que o universo das sacoleiras é representado em número expressivo de indivíduos que compõe quase todas as etnias da Guiné Bissau e de Angola.

Outro elemento que talvez tenha, em alguns momentos, atrapalhado o contato, é que por se tratar de um segmento de comércio informal, que ora envolve fronteiras obscuras entre o legal e o ilegal, formal e informal, ou evasão de impostos, dentre outros aspectos. Além disso, também por esta especificidade deste tipo de atividade, suas desconfianças e estranhamentos podem ter sido mais acionados e dificultado, em alguns dos casos, ir além de informar o que não fosse informações mais públicas, e o que escapasse do seu sentimento e espaços de segurança a serem resguardados.

Para avançar na construção de dados qualitativos e reflexões sobre eles, foi preciso estabelecer diferentes tipos de estratégias e modos de aproximação e contato, como por exemplo, em algumas situações as ajudar carregando seus pertences quando precisavam, e transitar com elas pelo mercado em parte de suas compras, chegando a conduzir algumas delas para lojas de compra de cartão de telefone internacional (*Africard*), para que a mesma pudesse ligar para os seus familiares e coletar informações frescas sobre sua filha recém-nascida. Para além de muitas outras situações compartilhadas como essas, o ponto que permitiu e facilitou maior aproximação e empatia, como dito, foi o fato do pesquisador ser identificado como uma pessoa comum e “nativa” ao desse grupo de mulheres, e da mesma nacionalidade da metade delas.

Portanto, alguém em quem elas podiam confiar mais, posto que não era uma pessoa totalmente estranha. Já que além de ter trabalhado na agência transportadora de cargas, vários anos antes, ao fazer questão de manter esse contato ativo com muitos dos membros que continuaram conectados a essa agência transportadora, inclusive seu gerente nesse empreendimento comercial e mesmo nas redondezas desse comércio, não era estranho o pesquisador ser visto na companhia do proprietário da agência, com alguns dos seus administradores ou com trabalhadores manuais. Porque afinal, além de ter ficado fascinado pelo modo de operar do comércio popular e pelos preços de baixo custo ofertado, à semelhança de muitos outros consumidores que frequentavam o local, também o pesquisador era visto como consumidor e como um trabalhador, conterrâneo,

língua falada (mistura entre línguas locais e portuguesa, sendo que a parcela significativa dos termos é de origem das línguas beafada e mandinga.

colega e amigo. Considerando também que o Brás era um dos lugares prediletos de ócio e distração deste pesquisador, ao que ia com frequência durante seus anos de estudos na cidade e novas visitas com muitos de seus amigos e colegas universitários e não universitários. Para todos seus conhecidos, de forma unânime, o Brás não era apenas o lugar do comércio, mas também um espaço ideal de lazer e convívio com outras culturas, pois estar nesse ambiente era como uma espécie de “*válvula de escape*”, mesmo se tratando da vida nervosa da grande metrópole paulista. Portanto, havia uma atmosfera favorável que colocava e fazia ao pesquisador voltar sempre aquele cenário apropriado por diversos enclaves étnicos: o dos africanos, peruanos, chineses, coreanos e a dos nordestinos (brasileiros) considerados como os de maior expressão nesse mercado.

Por tudo isso, a relação do pesquisador com o seu objeto de estudo lhe permitiu participar e comunicar melhor com “suas sacoleiras” em todas as circunstâncias, tanto como conterrâneo africano, como trabalhador do ramo, quanto como pesquisador. Estas diferentes posições ocupadas por Gomes Vaz exigiram-lhe estabelecer diferentes tipos de estranhamentos e aproximações, aquelas que lhe impunha a ciência, e que ingenuamente acreditava ser lhe exigido pela sua busca de seguir certo rigor mais acadêmico. Ou seja, era ter que necessariamente “distanciar-se mais criticamente” do seu objeto de estudo, deixando transparecer a sua função de interlocução com os sujeitos de pesquisa. E enquanto investigador, Gomes Vaz vivenciou a contradição e conflito dessa dupla situação vivida por ele nesse universo: o de por um lado o lugar do sujeito engajado (estabelecido) que aspirava aquele clima do trabalho, tido por parte das sacoleiras como um sujeito próximo (*insider*), porém, ao mesmo tempo, tomado por outra parte delas como um elemento também de fora (*outsider*), um intruso que assumiu jogar o papel do pesquisador, ao querer entrevistá-las, porque reconhecia não conhecer tanto essa realidade e vida delas, e portanto, um intruso, uma pessoa passível de gerar e despertar em algumas delas desconfianças.

Assim, após ter trazido e sintetizado rapidamente os principais passos e etapas realizadas nesta pesquisa, desejamos agora buscar responder especialmente a seguinte pergunta: Estariam as sacoleiras atuando à serviço do capital?

No capítulo quinto da tese de Paulo Vaz é onde se recuperou a análise e compreensão deste estudo de caso numa discussão mais ampla sobre os impactos que uma “globalização popular” exerce, bem como suas influências na produção e circulação de mercadorias produzidas no sistema capitalista contemporâneo a partir de uma perspectiva de baixo para cima, e uma que opera nos circuitos inferiores da economia e diversos enclaves étnicos. E concluiu-se que existem duas faces e tipos de globalizações distintas, o de baixo (o dos circuitos inferiores da globalização), e a de cima, sendo que o de baixo é aquele mais explorado por pessoas com menores recursos financeiros na busca de consumo de bens não duráveis, que cria outros circuitos e trajetos

diferentes aos de uma globalização de cima, e sem o qual muitas dessas mercadorias não estariam disponíveis e poderiam chegar para camadas mais vulneráveis de qualquer sociedade. Nesse sentido, o papel importante desempenhado pelas sacoleiras como as analisadas nesta pesquisa é o de propiciar e ajudar a acelerar fluxos de venda e consumo de mercadorias, tanto nacionais quanto globais, interligando países e continentes diferentes, flexibilizando maior circulação de mercadorias e a venda delas em outros mercados mais distantes, estando também por isso, ao serviço do capital.

Esses aportes teóricos aplicados nessa tese nos possibilitam compreender que existem os subterrâneos da globalização, apontadas respectivamente por esses autores como globalização baixo custo (MATHEWS et al, 2012.a), globalização popular (LINS RIBEIRO, 2009) e circuitos inferiores da economia (SANTOS, 2008). E essa parte “popular da economia” tem o seu *modus operandi* dentro dessa totalidade. Pois os seus agentes e suas demandas não estão deslocados um do outro, porque suas forças de trabalho são interdependentes, e também as mercadorias por elas transportadas se constituem como partes integrantes da globalização econômica. Dito de outra maneira, esses autores acima citados conceituaram a maneira como é construído social e economicamente o movimento contemporâneo da globalização redesenhada em dinâmicas geográficas específicas da economia mundial, mobilizada por populações muito concretas e específicas com condições econômicas reduzidas, e cujo objetivo é o de comprar artigos em certas regiões do globo onde o custo de produção e força de trabalho são mais baratas e, por conseguinte, os artigos ofertados nesse mercado são também considerados de baixo custo, quando comparados àqueles circuitos maiores da economia. Esse movimento ao redor do globo por esse mercado reflete a centralidade do sudoeste asiático na economia da globalização de “baixo custo”. Muitas sacoleiras direcionam suas viagens para mercados e shopping centers que têm centros de informática onde se pode comprar artigos a baixo custo, e que também encontram réplicas (imitação). Em muitas das circunstâncias o turista comprador pode equivocadamente comprar um artigo de baixo custo, acreditando que seja original, quando na realidade é uma réplica.

Durante essas viagens, as sacoleiras procuram se hospedar nos hotéis próximos à área de comércio popular, de modo a facilitar o ir-e-vir e/ou locomoção dos artigos comprados. Em Singapura os *hoteis Ibis, Hotel 81; Hotel YMCA; Bencoolen; New Chagi e Hotel Suoreme* são os pontos nodais que lhes permitem se hospedar e ter acesso mais prático a lojas de eletroeletrônicos no *Sim Lim Square_small* em Singapura. Segundo a sacoleira Nzinga, “na sexta avenida há um restaurante brasileiro muito frequentado também por outros estrangeiros falantes de língua portuguesa” (muitas africanas vão também à esse restaurante a procura de tradutores, e é nessa redondeza também que perambulam os demais estrangeiros em “divisão social de traba-

lho”). Uma realidade que está longe de ser a “*sociedade de esquina*” analisado por William Foote Whyte (2005), sobre a fictícia cidade de Cornerville (North End), tomada por complexo jogos de interesses compartilhados entre os gângsters em atividades ilegais, “honestas” e outras atividades moralmente condenáveis. O caso das sacoleiras africanas, tanto em São Paulo, em Singapura, como em Guangzhou se dá numa intrincada relação social construída em espécie de “*sociabilidade mobilizável*” (reciprocidades e comprometimentos).

Nesse conjunto complexo de temas, problemas e dilemas que afetam o mundo globalizado de hoje, como foi mais detalhada e amplamente aprofundado na pesquisa de Vaz (2018), o exemplo das sacoleiras reacende a polêmica sobre qual o “jeito de ser do comércio africano” e a informalidade, superando até as fronteiras entre os circuitos superiores da economia aos circuitos inferiores desta mesma, ou se preferir, a dos chamados “*superguetos*” no seu interior, cujo único propósito é o de espalhar as mercadorias para os diversos públicos nos seus países de origens, tanto os clientes mais, como os menos “aquinhoados”. Como se observa no relato da guineense Odete, que contou a participação da irmã para iniciar o seu negócio (VAZ, 2018, p.173):

Sou separada, e vivo com os meus três filhos, dois meninos rapazes e uma menina, mas o pai deles é um pai presente, sempre participa da vida dos filhos. Mas, então comecei a fazer *bida* (comércio) com a minha irmã, mas sempre no carnaval naquele espaço do Verbenha de Bairro de Ajuda, conhece? Então todos os anos vendíamos bebidas e comidas. Mas em 2010 comecei a levar a coisa mais a sério, fui pra Senegal comprar roupas para artigos e vendia aqui. Depois juntei a minha parte do dinheiro com a parte da minha irmã e fui para o Brás, em São Paulo, e como não tinha muito dinheiro, fui pra comprar coisas específicas como cabelos, havaianas e roupas íntimas femininas, que vende rápido. Antes eu saía de porta em porta na vizinhança para avisar sobre os modelos de roupas que eu estou a vender, mas desde que as pessoas agora começaram a usar muito *facebook* e *Whatsapp* comecei a atualizar as novidades e as pessoas compartilham nas suas páginas. Eles mesmos me ligam para pedir coisas. Hoje todo mundo está conectado na internet. Hoje não preciso ter um ponto fixo para vender minhas coisas, e também eu informo os tamanhos dos vestidos, a numeração de chinelos e tudo. Tenho até clientes que não compram roupas nas lojas do centro da cidade, e só compram as minhas coisas. Aqui em Bissau o número de usuários de internet ainda é bem pouco, comparado com outros países, mas mesmo assim eu consigo vender. E ainda consigo fazer o meu curso de informática.¹¹

A contribuição de parentes para dar o seu primeiro passo no negócio é uma realidade muito comum na história de vida de sacoleiras de diferentes nacionalidades. Algumas iniciam com um “empurrão” que lhes permitem dar um salto maior nas compras possibilitando-lhes maior retorno financeiro, como é o caso da Angolana Nzinga (VAZ, 2018, p.117):

(...) sou comerciante em Luanda, tenho minha loja que fica ao lado da minha casa, e que funciona há uma década, eu já sei dos países e sítios que me proporcionaram boas peças de roupa, um bom preço de cabelo, chinelos, lingerie etc. Vou a *Dubai, Istambul, Cingapura, Hong Kong e São Paulo*. São nessas cidades que eu prefiro comprar as minhas coisas. A Singapura e Hong Kong têm muitos acessórios, eletroeletrônicos, roupas, em Dubai tem eletroeletrônicos,

¹¹ (Odete, guineense, 47 anos. Entrevista realizada em Bissau em 16/01/2018).

acessórios e carros muito baratos porque os produtos não têm impostos, ainda tem os passeios e restaurantes de luxos, mas que não são nada baratos, mas pra quem quer curtir a vida vale pelo menos um dia de princesa (...). **O meu lugar não é na cozinha, é onde eu quiser. Posso trabalhar em qualquer lugar basta eu querer.**¹²

É nessa engrenagem e estratégias de comprar nos diversos perfis de lojas que respondem às expectativas das suas clientelas que as mulheres “encurtam” as distâncias fazendo suas viagens transatlânticas como se fossem daqui para ali, numa demonstração incrível da aceleração do tempo que as novas tecnologias do transporte permitiram, banalizando uma prática antes carregada de solenidade e perigo.

Daí também é importante destacar que, se muitos dos estudos sobre a informalidade no âmbito laboral a tem concebido na maioria das vezes como alternativas importantes ao desemprego, o que por momentos também se aplicou ao caso de algumas das entrevistadas neste estudo, é preciso também considerar, por outro lado, que muitas das pessoas podem ter suas preferências e fazerem suas próprias escolhas, e que nem todas as alternativas de informalidade são explicadas ou reduzidas apenas ao aspecto do desemprego. No caso das entrevistadas nesta pesquisa, diversos foram os relatos que mostram que a busca pela qualidade e equilíbrio da vida pessoal é também um critério relevante, fortemente levado em conta por elas ao optarem em não querer aderir ao assalariamento, entendido por algumas como uma forma de “alienação do trabalho”.

Ficou evidenciado em vários momentos da pesquisa, que as situações em que muitas sacoleiras preferem se estabelecer nos segmentos informais são aqueles que elas escolhem por serem os mais rentáveis, do que, por exemplo, as outras atividades para as quais estariam melhor qualificadas e que eram as que poderiam *a priori* ser exercidas por algumas delas no setor formal. Como afirma Mariana, ao narrar a história do avô, a quem se inspirou para seguir no setor de comércio. Para a mesma “ (...) ele sempre teve a sua vida tranquila. Até bem melhor que muitos trabalhadores da função pública. Acho que isso ele passou para nós”. Assevera Mariana (VAZ, 2018, p.172):

Eu estudei na escola particular, mas eu sempre gostei de trabalhar com comércio e fazer as coisas que eu gosto. Gosto de ter a minha liberdade, o meu avô tinha duas lojas, uma pequena aqui mesmo, perto da minha casa e a outra na feira de praça (...), eu não consigo trabalhar com outra coisa senão com o comércio. Hoje tenho o meu carro, já comprei o meu terreno para construir a minha casa própria.¹³

A situação da comerciante Mariana se enquadra como a daquele tipo de sujeito que ganha a vida fazendo o que lhe dá prazer. Por isso que antes de seguir pensando se a melhor solu-

¹² (Sra. Nzinga, comerciante angolana, 39 anos, entrevista realizada em 04/11/2016).

¹³ (Mariana, guineense, entrevista realizada em Bissau, 15/01/2018).

ção para elas seria reinseri-las no mercado formal e deixar para trás o setor de informalidade que atuam, é preciso saber de antemão: o que querem e buscavam mesmo estas sacoleiras africanas? Será que todas elas realmente prefeririam fazer esse tipo de transição, de poderem decidir por isto? Na visão de muitas das nossas entrevistadas, empreender de forma autônoma neste novo ramo de atividades (novo para umas, mas não para todas, já que algumas só faziam colocar em prática o que parecia ser um ofício familiar e milenar), foi claro perceber em algumas de suas narrativas o quanto de maior liberdade e equilíbrio emocional lhes proporcionava a algumas delas para lidarem e melhor integrarem várias outras demandas de suas vidas pessoais (e obterem uma maior qualidade de vida). E, em muitos dos casos, boa parte da família se beneficia e depende destas atividades, visto que que elas são uma das mais importantes investidoras e empreendedoras, mas em outros casos, pode ser resultado de todo um negócio e empreendimento familiar. Isto nos leva a pensar que o trabalho assalariado (formal, na relação estabelecida entre patrão e empregado), é o que poderia em muitos dos casos, ser o que mais carrega fardos de frustração e alienação, que somados ao da escassez de tempo livre, poderiam levantar novas perguntas e hipóteses a analisar. Contudo, é igualmente inegável e incontáveis o número de casos de sujeitos que estão na informalidade por simples falta de alternativas melhores, conforme foi analisado ao longo da pesquisa em contextos sociopolíticos dos dois países estudados. Esses são fatores estruturais que não podem ser de modo algum desconsiderados. E tendem a ser parcelas significativas dos casos daqueles que se encaixam e se reconhecem como vítimas do processo de reajustamento estrutural.

Visto que em muitas sociedades em desenvolvimento, uma parcela considerável de pessoas depende das atividades antigas para sobreviver e/ou ascender socialmente, levando em conta que nem todas as sacoleiras sejam oriundas da mesma classe social. Algumas mais “privilegiadas” e outras nem tanto, ou menos, todas elas podem e devem ser identificadas como uma “nova classe de trabalhadoras” cujo ofício se constitui como uma modalidade digna de reconhecimento, resiliência e passível de criar em torno dela maiores estratégias de *empoderamento* (de mulheres que as praticam e das comunidades que delas se beneficiam). Não obstante, o termo “sacoleira” socialmente desaparece quando elas regressam ao lugar de partida, seja em Angola ou na Guiné-Bissau, onde muitas delas são donas de lojas, ou microempresárias, já não mais identificadas ou reconhecidas como “sacoleiras”. Por tudo isso, o observado neste estudo se refere a uma espécie de *proto*¹⁴-empreendedoras autônomas, que se constituem como um fenômeno que vem ganhando maior notoriedade através de práticas antigas (velhas) do trabalho em novas estruturas do mercado nos tempos da globalização, mobilizada por pessoas de diversas nacionalidades com

¹⁴ Exprime a ideia de primeiro, anterior.

propósitos centralmente socioeconômicos. Nesta direção, o que as turistas compradoras africanas, denominadas de “sacoleiras”, estão apresentando é a peculiaridade da persistência e revitalização dessa prática antiga de trabalho que permanece até os dias atuais e adota agora novos contornos.

E, a partir da realidade desses dois países africanos estudados, concluímos que as experiências de trabalho empreendida pelas sacoleiras se constitui a partir de uma lógica de informalidade histórica, que se perpetua há milhares de anos e é compartilhada entre muitas sociedades africanas. A este respeito, analisando os resquícios das atividades tradicionais, por exemplo, como é o caso dos chamados *lumos*, na África ocidental, fica mais evidente que a questão de informalidade no imaginário social das sacoleiras e dos consumidores finais não é falta de profissionalismo ou desorganização, trata-se em verdade muito mais de uma manifestação cultural concebida e compartilhada pelos membros dessa totalidade como um novo “tradicional organizado”. Por isso, quando se fala de (in)formalidade, é importante saber, afinal, qual tipo de informalidade se trata e desde onde o estejamos fazendo. Porque a classificação depende dos locais e das sociedades nas quais os diferentes eventos e casos analisados ocorrem, e de acordo com seus níveis de tolerâncias ou não.

Considerações Finais.

A pergunta central desta pesquisa refletiu sobre a hipótese da qual partimos, de que embora o trabalho das sacoleiras representa uma forma de acumulação do capital, ao adentrarem nessa rota transnacional de compra e venda de produtos, não pode ser este fenômeno explicado apenas por sua função à acumulação do capital. E elas fazem isso “sem significar novos custos” para o capital (industrial), compondo o substrato participativo, que é também invisibilizado daquele núcleo (normativo e paradigmático) da pirâmide global denominada de cadeia global de *commodities* (GCC) – um processo usado pelas empresas para reunir recursos, transformá-los em bens e, finalmente, distribuí-los aos consumidores. E ainda quando seja inegável elas exercem também essa função, ao operarem também como conectoras e parte importante das veias do próprio processo de “recirculação” de mercadorias em novos mercados, no que refere a esta esfera mais voltada à comercialização dos produtos e mercadorias que foram anteriormente criados no âmbito da produção. Assim elas estão retroalimentando por isso a acumulação final do capitalismo, sua função não se reduz a esse aspecto passivo desta atividade, mas tem também um criativo e cultural.

Pois, quando o nosso foco de análise privilegia refletir sobre este estudo de caso desde a perspectiva e as subjetividades das mesmas sacoleiras, novos campos interpretativos e significados se abrem, e precisam também ser melhor levados em conta. Nota-se que a função que lhes incumbe não parece estar reservada apenas ou fundamentalmente voltada a elas para permitir a realimentação da circulação do capital. Pelo contrário, para muitos as sacoleiras imprimem neste tipo de atividade uma atualização e renovação de velhas tradições culturais e modos de ser do trabalho no continente africano, que denotam essa velha tradição que ainda hoje é tão vívida nos diferentes mercados africanos e no tipo de trocas realizadas no comércio retalhista, expressado na economia contemporânea como estratégias de sobrevivência destas mulheres e comunidades africanas, e que agora passam a se inserir e competir pela sua presença e participação na expansão dos mercados internacionais de produção de mercadorias capitalistas. Nesse processo, elas (sacoleiras), impulsionam diversos agentes econômicos, desde os circuitos superiores aos inferiores da economia urbana, possibilitando os demais setores a exercerem múltiplas novas tarefas e a se inserir numa rede de relações bem mais complexas e dinâmicas.

Mas, o que lhes tornam singulares, comparado aos outros grupos de sacoleiras, de certas regiões do nordeste brasileiro, por exemplo, como aquelas que vão ao Paraná, ou das demais revendedoras vindas do Paraguai para o Brasil, é o de suas características particulares étnico-históricas e culturais, o seu possivelmente maior *know how* milenar no mundo comercial e a maior extensão e investimentos que exige participar de circuitos de compra-venda como os que elas escolhem. Pois, enquanto algumas sacoleiras brasileiras atuam na rota regional entre Paraguai-Brasil, as *bidera*¹⁵ e/ou *quitandeiras* se limitam aos espaços nacionais, enquanto as sacoleiras (sujeitos deste nosso estudo) se configuraram neste âmbito de atividades como as de um novo tipo e espécie de “sacoleiras globais”, porque exploram diversos continentes, destacadamente o mercado brasileiro (continente sul-americano), e o sudoeste asiático para abastecer o nicho de mercado em terras africanas.

Assim, ao observar e analisar o caso das sacoleiras africanas como uma modalidade nova e particular de trabalho informal, examinado simultaneamente desde uma perspectiva de análise mais macro sociológica – pela posição ocupada na estrutura de classes por esta atividade num mercado mundial de circulação e produção de mercadorias comandado pelo capitalismo globalizado atual – como desde uma perspectiva micro sociológica e antropológica – que visou buscar compreender quem são e como operam, quais seus principais significados e efeitos, e como podem ver-se e serem vistas estas sacoleiras em diferentes momentos de seus trajetos pelo

mundo, e em diferentes contextos que elas transitam (países africanos, Brasil, outros mercados, ou o mercado mundial), esta pesquisa buscou demonstrar que mesmo quando em contextos africanos e de seus países de origem elas passam a ser elementos de classes médias, mais altas e beneficiadas, pelo empreendedorismo de suas atividades que, por outro lado, isso não as exime de processos de precarização, aumento de desemprego e outras pressões criadas pelo capitalismo contemporâneo, e que também, por isso, ao realizarem seus trabalhos, estão também exercendo importantes serviços para o capital, e igualmente expostas, em muitos dos casos, à *superexploração da força de trabalho*¹⁶.

E que apesar de não contarem com as devidas atenções dos seus Estados-Nação, no que refere à falta de garantia ou leis que lhes ofereçam proteção social, obrigando-as a exercer esta atividade em situações bastante precarizadas, elas por suas iniciativas próprias de resiliências foram capazes de traçar as mais diversas estratégias e tipos de agências, construindo redes importantes de relações que amplificam e viabilizam a reprodução social das suas vidas e comunidades de origem. Caberá aos Estados tanto Angolano como Guineense implementarem mecanismos de isenção tributária, desburocratizando inclusive para emissão de alvará de comércio, regulamentando de modo a não causar prejuízo aos pequenos comerciantes, e essencialmente a de mobilizar os bancos de investimento para permitir empréstimos e conseqüentemente permitindo-lhes o mínimo de capital de giro para sustentar seus pequenos empreendimentos.

Concluiu-se, por tudo aqui trazido, e percurso mais amplo da pesquisa realizada, e respondendo ao novo chamado deste campo de estudos da informalidade ao do “reencantamento” da manifestação de um modo de trabalho tão peculiar e predominante no contexto dos dois países africanos analisados, que elas não se submetem puramente às ordens do mercado e portanto, não podem ser tratadas como simples marionetes do capitalismo, sem capacidade de agência e de trazer novos significados e conexões para o fenómeno. Para estar abertos as estas novas interpretações do estudo de caso, é preciso atentar-se para outros aspectos e dinâmicas que também operam concomitantemente, como algumas das que se tentou aqui identificar e refletir.

O que ficou claramente evidenciado nesse cenário econômico em que atuam e se movem as sacoleiras que fizeram parte da pesquisa de Gomes Vaz, é que embora o vigor do capitalismo se faz presente em muitas sociedades, o que não foi diferente nos países de origem de onde cada uma das sacoleiras provieram, esse sistema não consegue apagar em absoluto o modo como o fenómeno se desenvolve localmente, e é por isso que trazer os elementos próprios e significa-

¹⁵ Pessoa que labuta com a vida para garantir o sustento no comércio informal e/ou ambulante de hortaliças, peixes, legumes, frutas etc. Portanto, não há diferença entre essas duas categorias de trabalhadores. O que em angola se denomina de “quitandeira” na Guine- Bissau é chamado de *Bidera*.

dos que o comércio de ruas e atividades comerciais tem ao longo da história no contexto africano é tão importante, além de ser um modo de criar novas conexões que permitem compreender muito melhor esse fenômeno social, identificando algumas de suas particularidades e singularidades.

E nada disto teria sido possível sem se lançar mão de metodologia e técnicas de teor mais etnográfico que foram em grande medida a partir das quais se logrou realizar certos trajetos e chegar ao tipo de dados e conclusões que fizeram parte desta pesquisa. Tampouco teria sido possível o fazer dessa pesquisa se não tivesse ela partido do estudo de caso e do que lhe é mais singular e específico, o qual foi se revelando quando se teve acesso à perspectiva e lugar de fala destas mulheres, iluminando desde suas narrativas, e diversas experiências e pontos de vista, as de vidas de pessoas de carne e osso, às que se buscou dar-lhes voz, e des-invisibilizar no processo produtivo desta cadeia de circulação de mercadorias e nos seus distintos trajetos pelas diferentes sociedades nas que elas se movem. E estudo de caso que foi sendo melhor iluminado com o apoio da revisão da literatura feita. Ele permite-nos visibilizar mais vividamente desde as vidas e percepções destas sacoleiras, como compreender de modo muito mais ampliado alguns dos debates pelos que passam estudos sobre informalidade e sociologia do trabalho.

A atividade de muitas destas microempresárias reconhecidas como “sacoleiras”, por sua vez carrega traços de informalidade tradicional que proporciona uma reprodução social significativa dessas comunidades, construindo mais possibilidades concretas na vida da população e criando maior dinamismo na economia local e até internacional. Assim sendo, e de modo a intentar propor alternativas que visem organizar e melhorar a atuação desses agentes em sociedades africanas, acreditamos que em algum momento será necessário que os respectivos Estados-Nações de onde elas partem reflitam mais sobre este enclave laboral e que possam vir a ser criadas novas leis de proteção e garantias com mecanismos mais efetivos que busquem alinhar mais as regulamentações das atividades informais como o tem sido feito de modo muito mais sistemático com atividades laborais do setor formal, porque aí teoricamente poderiam ser construídas e criadas as condições de oferecer mais benefícios a amplas parcelas de países africanos.

De modo mais destacado, julgamos que novas políticas de incentivos ao microcrédito, e umas que visem a redução de taxas fiscais e flexibilização das formas de pagamentos precisam ser pensadas, além de criar melhores mecanismos para reduzir o modo burocratizado de operar estes sistemas financeiros, principalmente aqueles que originam os principais gargalos na hora e momentos de obtenção de primeiros financiamentos para iniciarem seus negócios. Mas para tudo isso, é óbvio que novas políticas públicas terão de ser implementadas e pensadas de modo a que

¹⁶ A Combinação da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa por meio da intensificação na exploração da mão-de-obra cf. Ruy Mauro Marini na sua obra: *Dialética da Dependência* (2000).

os benefícios superem os custos do trabalho informal, como forma de não criar mais entraves e frustrações para diferentes tipos de atores envolvidos.

E para finalizar, desejamos fechar com o tema tratado sobre a feminização e empoderamento das sacoleiras que foi observado em muitas das narrativas e histórias de vidas das entrevistadas neste estudo, ao passar a se dedicarem a este tipo de trabalho. A partir das narrativas das sacoleiras do estudo, notabilizou-se que muitas delas revelaram importantes elementos que a literatura especializada em estudos de gênero e trabalho analisam em torno do tema de como a feminização do trabalho e empoderamento de mulheres africanas vem se dando ao passarem a transitar, circular e aprender a mover-se, ou como diria Vera Telles (2010) a se “virarem” em novos contextos e espaços socioculturais muito mais globalizados e urbanizados que os de seus países de origem. Neste sentido, a pesquisa atentou para a necessidade de nomear e reconhecer uma categoria de trabalhadores característicos das economias “em desenvolvimento” que contribuem significativamente para as economias essencialmente dos seus países. Também foi observado que é comum que muitas destas comerciantes tendam, na maioria das vezes, a ser invisibilizadas pelas estatísticas e desprovidas de benefícios sociais como outros tipos de trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AUGEL, M. P. **O desafio do Escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BÂ, Amadou Hampâté. **“Amkoullel, o menino fula”**. São Paulo: Pallas Athena: Casa das Áfricas, 2003.

WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: MICELI, Sergio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CAMARÁ, Samba Tenem, Lumo – **Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lumo de Mafanco**, (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos. *ISCTE-IUL, Lisboa.2010*.

GEREFFI, Gary. Global commodity chains (Introduction). In: GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity chains and global capitalism**. Westport / London: Praeger, 1994.

LIMA, Jacob Carlos. In IVO, Anete, B. L. (coord.). **Dicionário temático Desenvolvimento e Questão Social: 81 problemáticas contemporâneas**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 330- 336.

LOPES, Carlos M. **Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais. Estudo de casos no mercado Roque Santeiro** (Luanda). Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, ISCTE-IUL, Lisboa. 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do Ser Social II** - Prefácio. Tradução de Ivo Tonet, Nélio Schneider, Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MATHEWS, Gordon; YANG, Yang; RIBEIRO, Gustavo, and VEGA, Alba (eds). **Globalization from below. The World's Other Economy**. London/ New York: Routledge, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos, [S.l.: s.n.]. Volume IV – outubro/2011. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo4/RAMOSE_MB.pdf . Acesso em 05 de Jan 2019

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países sub-desenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 4).

VAZ, Paulo Gomes. **As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Deolindo Nunes de Barros

UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS

A historic of South-South relations in the context of global relations

Resumo: O presente artigo tem como finalidade implementar uma análise histórica das relações Sul-Sul no âmbito das relações globais, apresentando uma breve retrospectiva histórica e teórico-conceitual no contexto das aproximações Sul-Sul, bem como “o estado da arte” dos países sulistas. Essa análise vai desde os finais dos anos 1940, momento inicial da Cooperação Sul-Sul, até a atualidade, de certa forma destacando o reforço das parcerias Sul-Sul na primeira década do século XXI, o que muito se deve à atuação de algumas potências emergentes na arena política internacional, nomeadamente o Brasil, bem como a constituição de novos pólos de poder e fóruns de diálogos, como por exemplo o Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Países do Sul Global; Parceria Horizontal; IBAS

Abstract: The present article aims to bring a historical analysis of South-South relations in the context of global relations, setting a brief historical and theoretical-conceptual retrospective in the context of South-South rapprochement as well as "the state of art" of southern countries. This analysis starts from the end of the 1940s, the initial moment of South-South Cooperation, up to now, somehow highlighting the strengthening of South-South partnerships in the first decade of the 21st century, which has to do with the performance of some emerging powers in the international political arena, namely Brazil, as well as the creation of new poles of power and forums for dialogues such as the IBSA Dialogue Forum (India, Brazil and South Africa).

Keywords: South-South Cooperation; The Global South Countries; Horizontal Partnership; IBSA

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

UM HISTÓRICO DAS RELAÇÕES SUL-SUL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES GLOBAIS

Deolindo Nunes de Barros¹

A estrada do progresso está coberta pelos destroços das nações; há em toda parte resto das hecatombes das raças inferiores, e das vítimas que não encontraram o caminho correto para a perfeição maior. Entretanto, esses povos mortos são, em realidade, as pedras sobre as quais a humanidade subiu à vida mais intelectual e profundamente emocional de hoje.

- KARL PEARSON

Podemos dizer que a cooperação Sul-Sul não é algo tão recente. Os seus primeiros esboços podem ser delineados desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, praticamente com a Conferência de Bandung (1955)² que pode servir de marco ou pelo menos um dos acontecimentos que marcou essa relação político-econômica e cultural entre os países do antigo Terceiro Mundo, no intuito de procurar solução para os seus problemas. A cooperação entre os denominados PMDs (Países Menos Desenvolvidos) tem início com o MNA (Movimento dos Não-Alinhados)³ e engloba a atividade do Grupo dos 77⁴ na UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – sigla inglesa)⁵, a NOEI (Nova Ordem Econômica Internacional)⁶ e o surgimento da OPEP (Organização dos Países Exportadores do Petróleo)⁷.

¹Doutor em ciência política pela Unicamp, professor adjunto da UNILAB, Campus dos Malês.

²Teve lugar na Indonésia, de 18 a 24 de abril de 1955, onde se reuniram os líderes de vinte e nove Estados asiáticos e africanos – Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia (atual Mianmar), Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), China (República Popular), Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã (República Democrática – Norte), Vietnã (República do Sul) e Iêmen, totalizando uma população de 1,350 bilhões de habitantes. Motivar a cooperação econômica e cultural afro-asiática era o propósito, como modo de se opor ao que era visto como colonialismo ou neocolonialismo dos Estados Unidos da América, da União Soviética, ou de outra nação imperialista.

³ O MNA foi fundado em 1961 em Belgrado - capital da Sérvia (ex-república iugoslava). Esse encontro que decorreu de 01 a 06 de setembro desse mesmo ano, contando com as delegações de 25 países, em grande medida foi iniciativa da Índia sob a liderança do seu Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru (1947-1964), o primeiro a desempenhar essa função, juntamente com seus homólogos de Indonésia e Egito, bem como o presidente iugoslavo Tito. Como membro fundador mais importante desse encontro, a Índia teve desde o início uma função de protagonista e líder no Movimento dos Não-Alinhados. A participação da Índia nesta organização realçou um aspecto importante da política exterior deste país que persiste até hoje, mesmo que o MNA tenha se mostrado ser mais poderoso no plano simbólico e retórico, do que historicamente significativo. Durante a Guerra Fria, o compromisso de Nehru com a independência e a auto-suficiência colocou o país distante dos EUA, mesmo que o vínculo com a ex-URSS, ainda que mais próxima, jamais chegou a atingir acordos expressivos. Importante salientar que a última conferência dos Não-Alinhados (XVI Cúpula) teve lugar em Teerã – Irã, de 26 a 31 de agosto de 2012.

⁴ Esse movimento foi criado em 1964 e procura, dentro dos processos das Nações Unidas, oferecer uma plataforma que viabilize a articulação das necessidades dos países em desenvolvimento.

⁵ CNUCED (sigla portuguesa), também criada em 1964, em Genebra (Suíça), a fim de responder às reivindicações dos países subdesenvolvidos que contestavam as negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT (sigla em inglês), que não contemplavam os produtos de suas exportações – os produtos primários. Depois do GATT (1947) veio a OMC (1995). Hugon (2009) refere ainda ao CNUCED como tribuna dos Estados pobres que visa reverter os efeitos perversos da liberalização associando o comércio internacional ao desenvolvimento.

⁶ A NOEI foi imposta por uma série de propostas elaboradas e expressas pela Assembleia Geral nos documentos “Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial”, Resolução 3.201, de 1º de maio de 1974, “Plano de Ação para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial”, Resolução 3.202, da mesma data, e “Carta de Direitos e Deveres dos Estados”, Resolução 3.281, de 12 de dezembro de 1974. O fito era reduzir a desigualdade de poder nas relações econômicas entre países industrializados e em desenvolvimento.

⁷ A OPEP foi criada em 14 de setembro de 1960, e tem a sua sede em Viena (Áustria). Hoje a organização dispõe de 14 membros: Angola, Argélia, Gabão, Guiné-Equatorial, Líbia e Nigéria (África); Equador e Venezuela (América do Sul); Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar (Oriente Médio). Ressalte-se que com a descoberta do Pré-sal brasileiro, no futuro o país pode fazer parte da OPEP.

O eixo Norte-Sul, o do desenvolvimento econômico-social, começou a esboçar-se em meados da década de 1950, no contexto das independências das colônias européias na Ásia e na África e da reflexão sobre a questão desenvolvimento/subdesenvolvimento, levada a efeito principalmente por intelectuais latino-americanos. Para tanto, concorreram decisivamente a criação da Cepal (1948), a Conferência Afro-Asiática de Bandung (1955) e a Crise de Suez (1956). Esses acontecimentos foram de grande importância, na medida em que exprimiram a idéia de lideranças políticas e intelectuais da América Latina, Ásia e África de que a independência política por si só não era condição suficiente para garantir o bem-estar de seus povos; tornara-se evidente a necessidade de criação de mecanismos internacionais que favorecessem o desenvolvimento econômico e social dos povos desses três países (GONÇALVES, 2008, p. 09-10).

De fato, a discussão em torno da questão desenvolvimento/subdesenvolvimento e caminhos de desenvolvimento da África, América Latina e Ásia já é de longa data e teve alguns mecanismos de luta e mobilização constituídos. Porém, como demonstra o autor supracitado, uma autonomia apenas política dos países africanos, asiáticos e latino-americanos não trouxe (ao menos até agora) substancial progresso econômico, ganhos, facilidades e poderes sociais aos seus cidadãos:

A consolidação do eixo Norte-Sul como fator de estruturação do sistema internacional deu-se com a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados (Conferência de Belgrado, setembro de 1961) e com a instalação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD (Genebra, junho de 1964). A luta pelo desenvolvimento atingiu seu auge no início da década de 1970, por ocasião da multiplicação do preço do petróleo – por decisão dos países árabes da Opep (Kuwait, outubro de 1973) – e da Declaração da Assembléia Geral da ONU (1º de maio de 1974), lançando a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional – Noei (GONÇALVES, 2008, p. 09-10).

Como pontuam Lima e Hirst (2009, p. 11-12),

Tradicionalmente a cooperação Sul-Sul – cujas instâncias mais importantes do passado foram o Movimento Não-Alinhado e o Grupo dos 77 – apresentou algumas características distintivas. Em primeiro lugar, uma forte componente idealista, uma vez que suas principais bandeiras tinham por base introduzir mudanças na economia política internacional que gerassem maior equidade nos regimes internacionais, além de questionar a vigência de uma ordem econômica liberal por considerar injusto o tratamento de desiguais como iguais. Um segundo elemento distintivo era a heterogeneidade econômica e política do Sul, o que criava um problema de coordenação da ação coletiva, bem como a necessidade de se evitarem questões políticas que pudessem dividir aquele conjunto de países cujos denominadores comuns eram a localização geográfica no hemisfério Sul e a subordinação econômica a que estavam submetidos (LIMA e HIRST, 2009, p. 11-12).

Os argumentos das autoras expõem claramente os grandes empecilhos ao avanço econômico e político dos países sulistas: excesso de idealismo (da parte do Sul), lidar com desiguais como se fossem iguais (conduta ocidental), economia e política diversas nos países do Sul global (heterogeneidade). Esse ponto de heterogeneidade do Sul vai aparecer de certa forma mais adiante nos meus argumentos, onde levanto a questão de os países do Fórum de Diálogo IBAS não

disporem de elementos básicos de uma nação/fatores elementares de uma nação. O segundo ponto (tratar desiguais como iguais) indubitavelmente penaliza bastante os países sulistas, e é realizado propositalmente, visto que nesse direcionamento político do Norte há um “projeto colonial”. Dito de outra forma, as receitas do BM e do FMI, o Consenso de Washington etc. aplicados indistintamente aos países do Sul, é naturalmente um meio de fragilizar ainda mais as já débeis instituições do Sul global. Sem instituições fortes, o desenvolvimento econômico e político fica postergado.

Desde que ganharam a sua autonomia, entre 1945 e 1965, um número superior a cinquenta países da África, da Ásia e das Caraíbas começou um trabalhoso, porém peremptório movimento para se emanciparem da sua dependência no que se refere à agricultura de subsistência e à exportação de um reduzido número de *cash crops*⁸ ou de minérios, e tencionando estabelecer bases econômicas mais equitativas. Em certas nações mais antigas do Sul aconteceram igualmente profundas transformações socioeconômicas. Muitas delas englobando algumas nações mais populosas – como a China - mudaram drasticamente a base das suas economias. Progresso nas áreas de ciência, tecnologia e indústria igualmente foram registrados em muitos países em vias de desenvolvimento, particularmente na América Latina e na Ásia; um número cada vez maior de produtos industriais originários de alguns países do Sul concorreu atualmente nos mercados mundiais com os das potências industriais predominantes (COMISSÃO SUL, 1990, p. 35).

Como segue explanando a Comissão Sul (1990, p. 40),

A meados dos anos 50, porém, a distribuição do poder político e econômico global, pesadamente concentrada num pequeno número de países desenvolvidos, começou a ser considerada por muitos países do Sul como sendo injusta e perigosa para a estabilidade mundial. Uma vez mais, a experiência das lutas de libertação dos povos da África e da Ásia geraram esperanças de que através de uma atuação colectiva apropriada tal sistema poderia ser ajustado aos interesses do Sul. A Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, constituiu, simultaneamente, uma expressão da confiança crescente do Sul na sua força colectiva e uma afirmação da sua determinação de influenciar as relações globais numa direcção verdadeiramente internacionalista. A Conferência lançou as sementes do Movimento dos Não-Alinhados, cuja primeira reunião teve lugar em 1961 e que cresceu com a adesão da maioria dos países do Sul, incluindo muitos da América Latina. As preocupações maiores do Movimento centraram-se na luta contra o colonialismo e o imperialismo, na protecção da soberania e dos direitos dos estados pequenos e subdesenvolvidos, bem como no seu desenvolvimento em liberdade⁹.

Os países do Norte conseguiram minimamente constituir e consolidar uma ação coletiva, enquanto que os países do Sul não conseguiram ainda formar uma verdadeira ação coletiva, uma atuação conjunta coesa e sólida. As explicações para isso podem estar na elevada heterogeneidade dos países do Sul global e no simples fato de que é a própria estruturação econômico-política

⁸ Artigos agrícolas – cereais, cana de açúcar, cacau, café, chá, frutos tropicais etc. -, produzidos em monocultura de grande escala e destinados predominante ou exclusivamente à exportação [N. T.].

⁹ Comissão Sul, 1990, p. 40.

do Norte que provoca a desestruturação do Sul. Nada mais típico no sistema de produção capitalista, em que as duas extremidades nunca seguem no mesmo ritmo. O compasso de uma é diretamente proporcional ao descompasso de outra.

De acordo com Boaventura (2006, s/p):

A modernidade ocidental foi simultaneamente um processo europeu, dotado de mecanismos poderosos, como a liberdade, igualdade, secularização, inovação científica, direito internacional e progresso; e um processo extra-europeu, dotado de mecanismos não menos poderosos, como o colonialismo, racismo, genocídio, escravatura, destruição cultural, impunidade, não-ética da guerra. Um não existira sem o outro. Por terem sido concedidas aos descendentes dos colonos europeus e não aos povos originários ou aos para aqui trazidos pela escravatura (com exceção do Haiti), as independências latino-americanas legitimaram o novo poder por via dos mecanismos do processo europeu para poderem continuar a exercê-lo por via dos mecanismos do processo extra europeu. Assim se naturalizou um sistema de poder, até hoje em vigor, que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade.

No momento em que as instituições multilaterais (designadamente a ONU) e as grandes corporações internacionais (empresas multinacionais), todas elas dirigidas e manipuladas pelo Norte (pela metrópole), deixarem de estar a serviço do velho e “verdadeiro” Ocidente (EUA, UE e Japão)¹⁰ e não interferirem nos assuntos internos do Sul (basicamente territórios coloniais), uma ação coletiva deste(s) será mais viável.

O objectivo da Conferência de Bretton Woods, de 1944, foi estabelecer um sistema financeiro e monetário internacional. As instituições aí criadas – o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – visavam, assim, promover taxas de câmbio estáveis, fomentar o crescimento do comércio mundial e facilitar os movimentos internacionais de capital. Mas os seus principais participantes – os países industrializados – eram movidos pelo desejo de remediarem o que consideravam as desastrosas insuficiências do seu sistema de relações económicas externas anterior à guerra. As mais importantes de tais insuficiências seriam as políticas de comércio suplicante e de câmbios com os vizinhos, que envolviam protecção e desvalorizações concorrenciais, e disposições inadequadas visando a liquidez financeira.¹¹

Constatou-se um quase inevitável alheamento no que diz respeito aos interesses dos países do Sul. A maioria deles encontrava-se na condição de colónias, e deste modo não podiam ter representação em Bretton Woods. A autonomia iminente e propínqua da Índia foi reconhecida; porém, como os outros países do Terceiro Mundo que eram autónomos desde há muito tempo, a Índia apenas muito superficialmente tomou partido nas discussões. Deste modo, o Terceiro Mundo foi grandemente esquecido e os seus interesses se constituíram num tema de muito pouca relevância. A sua situação submissa não foi eliminada pelas estruturas de deliberação e decisão

¹⁰ A respeito de “*o que é o Ocidente?*”, história dos valores e instituições da civilização ocidental, a transformação do “Ocidente” ao longo da história, uma interpretação contemporânea do “Ocidente”, para saber do que estamos falando quando nos referimos ao Ocidente, ver: Nemo (2005) e Droit (2009).

¹¹ COMISSÃO SUL, 1990, p. 37.

pontuadas para as duas novas instituições; os sistemas de voto propiciam aos maiores contribuintes (os principais países centrais) o controle evidente das mesmas.¹²

Hodiernamente estamos assistindo a uma contestação por parte dos países emergentes, como é o caso dos países membros do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), no que concerne à estrutura organizativa, econômica e política destas instituições de Bretton Woods. Com a crise financeira iniciada na segunda metade de 2008, o Brasil e seus congêneres deixaram patente a situação falimentar do FMI e do BM como agentes reguladores da finança global, e a necessidade de uma reforma imediata destes órgãos. Isto é, a situação e o futuro do FMI e do BM viraram um dos motes fundamentais dos encontros atuais dos líderes mundiais na medida em que para a esmagadora maioria dos países do Sul o propósito destas instituições não vai (se é que alguma vez foi) ao encontro dos seus anseios de mudança, nem no sentido das exigências dos novos tempos.

Afinal, tais instituições surgiram no cenário final da Segunda Grande Guerra, da condição colonial e/ou ex-colonial de grande parte dos países do Sul¹³, atravessaram todo o período da Guerra Fria até a queda do Muro de Berlim e do fim da União Soviética. Também assistiram ao surgimento do regionalismo e da formação de blocos econômicos, da integração regional, da aplicação da doutrina neoliberal e dos princípios do Estado-mínimo, e suas conseqüências quase sempre nefastas, sobretudo para os países do Sul, até o período atual do surgimento de novos “gigantes”, “tigres” e “emergentes”. De fato, as instituições financeiras internacionais enfatizam muito mais a questão econômica (entenda-se aqui o lucro/lucro máximo), e a seu favor, relegando para o segundo plano os assuntos concernentes à educação e cultura, saúde, segurança, questão social (leia-se aqui a distribuição de renda, a redução da desigualdade social, a seguridade social e civil, o transporte confortável, a aposentadoria saudável etc.), o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, o que interessariam e favoreciam grandemente os países do Sul global.

Wallerstein reconhece três setores distintos no âmbito da heterogênea economia-mundo moderna, que ele chama de centro, periferia, e semiperiferia. O centro abrange as economias mais prósperas e mais desenvolvidas do ponto de vista tecnológico – as economias que se beneficiam desproporcionalmente da maneira de funcionamento do sistema. As economias do centro são as agências dominantes no âmbito do sistema mundial, moldando padrões de investimento e fluxo comercial. No presente estágio de desenvolvimento, o centro da economia-mundo capitalista inclui os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e, mais recentemente, o Japão. As economias periféricas são aquelas sujeitas a relações comerciais de exploração e outros desequilíbrios, por meio dos quais são produzidas as formas características de “subdesenvolvimento”. Assim como André Frank, Wallerstein descreve o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como processos interdependentes no âmbito de um complexo sistema econômico. As relações econômicas internacionais são caracterizadas pelas trocas desiguais. As economias periféricas incluem

¹² COMISSÃO SUL, 1990, p.38.

¹³ Vejamos o caso do continente africano. Até 1945, esta região do planeta apresentava apenas quatro países independentes (politicamente): a Etiópia (desde a antiguidade ou nunca foi colonizada), a Libéria (1847 – única ex-colônia norte-americana no continente africano), a África do Sul (1910) e o Egito (1922). Ademais, as colônias e ex-colônias abarcavam aproximadamente 85% da superfície do globo em vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

a maior parte da África, Ásia e América Latina. As economias de Estados semiperiféricos compartilham algumas características tanto do centro como da periferia. Podem ser antigas economias centrais agora em declínio e estagnação, ou economias outrora periféricas que atingiram certo grau de crescimento. As economias semi-periféricas incluem o Leste Europeu, a China e o Brasil. Uma economia-mundo é um sistema dinâmico, que abarca economias particulares sujeitas à ascensão e queda ou uma mudança de um setor para outro. Os padrões de aliança e alinhamento geopolítico, bem como as lutas dos movimentos sociais, refletem a sorte inconstante de economias particulares no interior do sistema mundial (SCOTT, 2009, p. 233-4).

Cabe aqui acentuar o argumento de Boaventura, quando ele aponta o *cosmopolitismo* como um dos quatro processos da intensificação de interações globais¹⁴, em que segundo o autor,

As formas predominantes de dominação não retiram dos Estados-nação, regiões, classes ou grupos sociais subordinados a oportunidade de se organizarem transnacionalmente na defesa de interesses percebidos como comuns, e de usarem em seu benefício as possibilidades de interação transnacional criadas pelo sistema mundial. As atividades cosmopolitas incluem, entre outras, diálogos e organizações Sul-Sul, organizações mundiais de trabalhadores (a Federação Mundial de Sindicatos e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres), filantropia transnacional Norte-Sul, redes internacionais de assistência jurídica alternativa, organizações transnacionais de direitos humanos, redes mundiais de movimentos feministas, organizações não-governamentais (ONGs) transnacionais de militância anti-capitalista, redes de movimentos e associações ecológicas e de desenvolvimento alternativo, movimentos literários, artísticos e científicos na periferia dos sistema mundial em busca de valores culturais alternativos, não imperialistas, empenhados em estudos sob perspectivas pós-coloniais ou subalternas etc. (BOAVENTURA, 2001, p. 13-14).

Apesar disso, nas duas primeiras décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, aquilo que se mostraria ser um ciclo de desenvolvimento da produção e do comércio globais sem precedentes teve apoio fundamental do sistema de Bretton Woods. No âmbito da Guerra Fria que teve lugar logo no término da Segunda Guerra Mundial, este crescimento derivou do elevado nível de intercâmbio estabelecido pelos países desenvolvidos do Ocidente. Para os países desenvolvidos, os anos 50 e 60 foram seus “Anos dourados”; com pleno emprego e inflação praticamente inexistente, estes países tiveram assim um dos mais fortalecidos e consolidados surtos de crescimento da história daquele momento.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi estabelecida em 1964. O seu objectivo declarado residia em promover o desenvolvimento e o comércio, favorecer a cooperação econômica entre os países em vias de desenvolvimento e ajudar a corrigir a desigualdade das relações econômicas Norte-Sul. A formação do Grupo dos 77 – actualmente o instrumento de negociação dos países em vias de desenvolvimento em muitas das questões econômicas – constitui o reconhecimento, por parte do Sul, do imperativo de uma solidariedade mais organizada.¹⁵

De modo a torná-lo viável a um rápido desenvolvimento no Sul, a criação da UNCTAD (sigla inglesa) refletiu a consciência da necessidade de reformas estruturais no sistema do comércio global. Entretanto, logo os países do Sul global se deram conta de que somente mudanças su-

¹⁴ Os outros três processos são os *localismos globalizados*, os *globalismos localizados* e o *patrimônio comum da humanidade*.

periciais nos acordos de comércio que praticamente não prejudicariam o enquadramento básico do sistema, eram tudo o que os países centrais poderiam admitir.

Igualmente no decorrer dos anos 50 e 60, um número significativo de países em vias de desenvolvimento começou acordos no sentido de cooperação regional e sub-regional no interior do Sul. Alguns deles apresentavam característica basicamente política, mas outros tinham finalidades econômicas diretas. A América Latina foi pioneira na instituição de associações sub-regionais e regionais vocacionadas a liberalizar e difundir o comércio entre os seus membros e tencionando promover o desempenho industrial para ter benefícios de economias de escala. Esta política logo foi implementada por movimentos similares na África, na Ásia Ocidental e no Sueste Asiático (COMISSÃO SUL, 1990, p. 41).

Breve retrospectiva histórica e teórico-conceitual das afinidades sul-sul

*Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:
aprender que existe o Sul;
aprender a ir para o Sul;
aprender a partir do Sul e com o Sul
(SANTOS, 1995, p. 508)*

Na esteira de discussões e de tratamento de aportes teórico-conceituais, podemos assinalar ainda mais autores e estudiosos considerados imprescindíveis para o nosso estudo, que podem datar aproximadamente dos primórdios da cooperação Sul-Sul (Conferência de Bandung), até aqueles que tratam do assunto hodiernamente.¹⁶ Também convém ressaltar as informações e dados provenientes dos órgãos/ministérios dos Governos e seus responsáveis, institutos, fundações, organismos internacionais, bem como outros meios de informação e veiculação de conhecimentos. Entre eles d'Adesky (1980, 1985), Martinière (1980), Moura (1982), Ogwu (1985), d'Almada (1985), Duarte (1985), Calcagnotto (1985), Lechini (1985, 2006, 2007), Santos (1988), Guimarães (1996, 2005), Miyamoto (1995, 2000, 2002), Souto Maior (2003), Cruz (2004), Lima (1982, 2005, 2008), Hirst (2006, 2007), Dupas (2006), Villares (2006), Almeida (2006), Shelton (2006), Nieto (2006), Barros (2007), Saraiva (2007), Sousa (2007, 2008), Gratius (2007, 2008), Tharoor (2007), Aguirre (2007), Vaz (2008), Sahni (2008), Kornegay (2008), MRE, OMC, BM, FMI, ONU, CIA Factbook, FUNAG, FRIDE, Política Exterior, IEEI etc.

Com isso podemos mostrar as análises implementadas no sentido de captar e compreender a situação política mundial de então, e as primeiras orientações dessa política logo nos seus primórdios. Como ressalta d'Adesky,

¹⁵ COMISSÃO SUL, 1990, p. 40.

... O peso dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais e os sucessivos fracassos do diálogo Norte-Sul suscitaram no Terceiro Mundo a tomada de consciência de uma mudança estrutural, a partir da redistribuição dos papéis no contexto mundial e da crescente importância das relações Sul-Sul, como principal forma de diminuir a dependência em relação aos países desenvolvidos. Sob esse aspecto, pensamos que a cooperação entre países em desenvolvimento é mais do que um imperativo de ordem econômica: vem a ser para o Terceiro Mundo uma exigência vital no plano das relações internacionais (D'ADESKY, 1980, p. 5).

Martinière (1980, p. 43) assinala que uma das novas características da política internacional parece se projetar, há alguns anos, por meio do desenvolvimento das relações entre a América Latina e a África. Obviamente o fenômeno continua marginal ao nível, emergente, das relações Sul-Sul. O novo diálogo que se instituiu entre os vinte países da América Latina e as cinquenta nações africanas é, contudo, capaz de abrir novos horizontes.

Convém salientar também que uma série de pesquisas, de grau diverso e pontos de vista diferentes, foram implementadas no que diz respeito a essas mudanças. Certa escola de pensamento vê o projeto Sul-Sul como “um conceito romântico/fantástico” esboçado pelos “despossuídos” do sistema internacional para se contrapor à aptidão dos ricos industrializados do Norte, com o intuito de fazer uma inserção maior de suas economias. Mais construtiva e próxima aos anseios dos países em desenvolvimento do Sul talvez seja a abordagem que enfatiza a autoconfiança. “O argumento não levado em conta nessa concepção é que os PMDs (Países Menos Desenvolvidos) podem começar a atingir um genuíno desenvolvimento somente quando reduzirem ao mínimo suas relações de dependência com o Norte e seguirem o caminho coletivo de autoconfiança nacional e inter-regional” (OGWU, 1985, p. 9).

Portanto, o neocolonialismo e a subjugação foram considerados novos males que colocariam em perigo a libertação política e econômica de nações débeis. Esses males e as lutas contra eles, num primeiro instante no âmbito local e regional, conseqüentemente se alargaram para os países da África, Ásia, América Latina e alguns, particularmente débeis, da Europa do Leste, como o caso da antiga Iugoslávia (atuais Estados de Croácia; Bósnia e Herzegovina; Eslovênia; Macedônia; Montenegro; Sérvia; Kosovo – emancipação ainda não certificada pela Sérvia), juntos, num esforço coletivo de luta contra o inimigo comum e ascensão de seus próprios interesses.

A proximidade Brasil-África ilustra, mesmo no momento atual, o que futuramente poderia ser a cooperação Sul-Sul, se esta for vista como um processo almejando a geração de uma estrutura de diversos laços, dispondo ao serviço de países em vias de desenvolvimento o *knowhow* de outros países na mesma situação. E a verificação entre o Brasil e a África de condições climáticas similares, de problemas análogos, o uso de critérios semelhantes e de técnicas adaptáveis,

¹⁶ Para uma análise do conceito, história e marcos interpretativos da cooperação Sul-Sul, consultar Leite (2012).

possibilitam esta aproximação. Cremos, principalmente, que o nível de desenvolvimento atingido pelo Brasil em determinados campos econômicos e tecnológicos assegura a factibilidade de se levar a termo um intercâmbio recíproco e vasto, suscetível de ser vantajoso para ambas as partes (d'ADESKY, 1980, p. 11).

O Brasil quer variar seus acordos com a Europa e o Japão, afastando-se um pouco dos EUA, sobretudo após 1974, momento em que “*o pragmatismo responsável*” do Presidente Geisel começa a vigorar. Mais que a rivalidade Leste-Oeste (confronto ideológico e militar, naturalmente visando a garantia da segurança), o Brasil dá maior atenção à separação Norte-Sul (opressão socioeconômica dos países centrais em relação aos do Sul, periféricos e semiperiféricos, e o engajamento destes para a sua emancipação e o seu desenvolvimento).

Continuando nesta esteira de análise, podemos mostrar que embora alguns dos componentes da política externa brasileira atual possam ser percebidos entre 1967-1974, o pragmatismo assumiu contornos mais reais no Governo Geisel (1974-78), quando se enunciou mais claramente o seu conteúdo. Na verdade, análises apuradas dos governos anteriores (Costa e Silva e Médici) mostram a ruptura da política de interdependência do governo Castelo Branco, que significou na prática um alinhamento quase automático à política norte-americana. Certamente a política exterior do governo Costa e Silva teria se caracterizado por um “terceiro-mundismo” difuso, enquanto no governo Médici as atitudes inovadoras pareciam vincular-se a um projeto de Brasil – Potência (LIMA; MOURA, 1982, p. 349).

Para (LIMA e MOURA, 1982, p. 351), é apenas a partir da compreensão: a) das transformações na ordem mundial e b) da tentativa de fortalecer a nível interno uma ordem política e econômica de um tipo específico, que se pode explicar a natureza da política externa brasileira em curso, geralmente designada de pragmatismo (ao qual se aduzem por vezes os objetivos “responsável” e “ecumênico”).

Para que se consiga a verdadeira finalidade da cooperação Sul-Sul é necessário que o Norte se torne convicto de que esta forma de cooperação, baseada na nova estruturação da ordem econômica internacional, só pode proporcionar vantagens para todos, equilibrando a economia tanto do Norte quanto do Sul.

É nos domínios de cooperação ou de integração econômica regional ou sub-regional que a cooperação econômica Sul-Sul se tem manifestado com maior êxito.

Como argumenta Ogwu (1985),

Para criar pontes no Sul, uma atmosfera apropriada deveria ser desenvolvida como pré-requisito. Um melhor reconhecimento de cada um, através de contatos múltiplos, intercâmbio cultural, desenfaturação temporária sobre assuntos ligados à economia e comér-

cio, aumentaria os projetos para um relacionamento mutuamente construtivo (OGWU, 1985, p. 18).

Como uma força geopolítica de confiança, sua aceitação e eficiência dependerão do alargamento a que corresponderem suas interações para as concretas realidades dos meios socioeconômicos de cada país em específico. Em suma, dependerá do nível de transparência na formulação de estratégias e da natureza das relações entre os Estados-membros a viabilidade da parceria estratégica Sul-Sul.

As defasagens de níveis de progresso dos países podem ser ultrapassadas se a cooperação regional se traduzir na implementação de políticas conjuntas, defendendo interesses que vão ao encontro da necessidade de uma emancipação coletiva. A única via que favorece a desvinculação gradual das economias do Sul da dependência dos países industrializados é a autonomia econômica coletiva.

Como assinala d'Almeida (1985, p. 24), uma estratégia atraente é proposta repetidamente: 'solidariedade política entre os países da periferia; possibilidade de negociar com os países industrializados numa outra base; aumento de trocas comerciais, de todo tipo, entre países em vias de desenvolvimento; aplicação dos excedentes – petrolíferos, sobretudo -, nos países sulistas'.

Cabe frisar aqui que esta estratégia proposta pelo autor é viável neste ciclo de novo regionalismo (pós-Guerra Fria), na medida em que ao invés do que acontecia na fase do velho regionalismo, em que às pequenas potências cabia unicamente cooperar com as grandes potências (notadamente EUA, seus congêneres e URSS), neste momento as pequenas potências podem levar a efeito as suas próprias cooperações e formação de blocos. Na verdade, se a economia (baixa política) e a segurança (alta política) eram os motes fundamentais do velho regionalismo, isso não só favorecia sábia e unicamente as grandes potências, refletindo o paradigma realista que orientava ou ainda orienta de certa forma a política internacional das grandes potências, como gerava grandes empecilhos ao desenvolvimento das pequenas potências. Com a entrada na pauta de cooperação de novas prioridades para além de tão-somente a economia e a segurança, mas igualmente o social, a cultura/educação, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, os direitos humanos, multipolaridade política etc., essa etapa do novo regionalismo parece ser mais favorável ao desenvolvimento, sustentabilidade e prosperidade dos países do Sul.

Naturalmente que os países centrais priorizavam e priorizam a economia e a segurança nas suas relações com os países do Sul global, na medida em que isso lhes traz mais vantagens. Basta ver que a maioria dos americanos é pró-globalização, isto é, boa parte acredita que a mundialização é boa para a América. A ênfase à questão da segurança é igualmente rentável para eles, visto que instigam e até mesmo coagem os países do Sul a comprar os seus armamentos, o

que sustenta e auferir elevados lucros às suas indústrias bélicas¹⁷. Sendo assim, são os países da periferia global que sofrem com a assimetria do sistema internacional agravada pelo fenômeno da globalização.

Portanto, pode-se dizer que essa cooperação horizontal não deverá jamais ser um mero domínio de mercados ou justificativas para geração de espaços de influência da parte dos países industrializados em prejuízo daqueles menos desenvolvidos: antes, deverá possibilitar recíproca ampliação, para dentro da moderna noção de desenvolvimento, objetivando, todavia, os fins últimos que se encontram na origem do ordenamento de uma Nova Ordem Internacional.

O grande desafio para a África do Sul, Brasil e Índia é como levar a efeito a opção de voz, sem perder efetividade, e procurar *trade offs* melhores nas questões de seus interesses, sem levar ao enfraquecimento ou mesmo a destruição dos regimes de comércio e de segurança coletiva (LIMA, 2005, p. 44).

A regra básica ou o princípio elementar da diplomacia é aproveitar as boas oportunidades e afastar as nefastas. Como processo complexo que é a cooperação Sul-Sul, na medida em que nem sempre é fácil superar as barreiras impostas pelos países do Norte, então o Sul tem de aproveitar toda e qualquer oportunidade possível. Sem dúvida trata-se igualmente de um processo moroso que exige continuidade e vontade política de diferentes governos, isto é, uma política de Estado de modo que nenhum governo deixe de levá-la a efeito. Nesse caso acreditamos no papel do Brasil que manteve a sua política para a África contínua, apesar do arrefecimento constatado do final da década de 1980 até mais ou menos o ano 2000. Esperamos que o mesmo aconteça com essa cooperação.

Acreditamos que os países do Sul têm de realmente se aliar. Não podemos esquecer que vivemos um ciclo pós-nacional e neocolonial. Sozinhos dificilmente resolveremos os nossos problemas internos e regionais. Não bastam apenas emoções, tem de haver pensamentos e projetos e, sobretudo, a sua materialização e concretização. Como argumenta o exímio sociólogo polonês, *Zygmunt Bauman*, a despeito de a emoção ser útil para destruir, revela ser incapaz de construir algo. A emoção é “*líquida*”. Com a mesma intensidade que entra em ebulição, igualmente

¹⁷ A título de lembrança, alguns anos atrás EUA negociaram com Arábia Saudita a venda de um grande volume de armas (aproximadamente US\$90 bi), sob a alegação de que Irã esteja produzindo arsenais nucleares e que os países da península arábica precisam se armar, isto é, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã também receberam propostas dos ianques nessa direção. Justificando o combate ao narcotráfico e crime organizado, especialistas entendem que Estados Unidos dispõem atualmente (como sempre fizeram) de um projeto “disfarçado” de militarização da América Latina. Aqui podemos apontar o caso de Honduras após a queda de Manuel Zelaya (junho 2009), onde esse discurso tornou-se muito forte. Resultado disso é que a violência disparou naquele pequeno país da América Central, com uma média de 20 assassinatos por dia em 2012 (dados da UNAH – Universidade Nacional Autónoma de Honduras); segundo, a UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, por seu acrônimo em inglês), o país registrou no mesmo ciclo 86 assassinatos para cada 100 mil habitantes, muito acima da média mundial de 8,8 homicídios. Portanto, o caso hondurenho é aproximadamente 10 vezes a média mundial. A taxa é superior a 10 assassinatos por cada 100 mil habitantes, o que faz com que a OMS declare se tratar de um caso “epidêmico”. Não devemos esquecer também da situação extremamente crítica e adversa em que se encontra México, sem indicar outros mais.

corre o perigo de esfriar-se logo em seguida. A emoção é inconstante e imprópria para representar algo lógico e não efêmero.

Perspectivas históricas e “o estado da arte” dos países sulistas

Até hoje, a fundamentação ontológica tem considerado o Centro como ponto de chegada e de partida. O ‘Ser’ tem sido, na verdade, o Centro. O ‘Pensamento’ tem sido um Pensamento Central. No Centro se encontraram ambos. Fora do Centro, encontra-se o ente, o contingente e o subdesenvolvido; aquilo que só passou a ser reconhecido através do Centro.

Na sua globalidade, a metafísica impôs uma fundamentação filosófica que passa pelo Centro. A teoria do conhecimento, em todas as suas formas, impôs e continua a impor um Centro Esclarecido. A ética, por sua vez, impõe um Centro através do qual os valores se fazem valer.
(AGUSTÍN T. de la RIEGA apud ARDÍLES et al., 1973, p. 216)

Os países do Sul são muito distintos em termos de dimensão territorial, disponibilidade de recursos naturais, formas de suas economias, bem como o grau de desenvolvimento tecnológico, social e econômico. Igualmente são diferentes no que concerne às suas culturas, aos seus sistemas políticos e ideológicos. Ultimamente, a variedade tecnológica e econômica do Sul ficou mais evidente, levando a que o Sul de antes seja mais homogêneo do que o Sul de agora.

A despeito disso, nota-se uma unidade fundamental nesta diversidade. As diversidades dos povos do Sul são superadas pelo que apresentam em comum, o que lhes proporciona uma identidade conjunta e um motivo para batalharem em comunhão, prosseguindo assim as finalidades comuns. Oportunidades de cooperação que podem ser úteis para todos eles são também proporcionados pela sua variedade econômica.

A primeira relação que unifica os países e os povos do Sul é a sua vontade de se emanciparem da miséria e do subdesenvolvimento e de garantirem uma vida melhor para os seus cidadãos. Este desejo comum se traduz no alicerce da sua solidariedade, demonstrada em organizações como o Grupo dos 77 (do qual todos os países do Sul são membros, com exceção da China) e o Movimento dos Não-Alinhados, com um relevante e crescente número de membros oriundos de todos os continentes do Sul.¹⁸

Os processos de tomada de decisões que governam os fluxos internacionais de comércio, capital e tecnologia são controlados pelos principais países desenvolvidos do Norte e pelas instituições internacionais que eles mesmos dominam. Os países do Sul estão colocados desfavoravelmente no sistema econômico mundial; são individualmente impotentes para influenciar os referidos processos e instituições e, conseqüentemente, o contexto econômico global que vitalmente afecta o seu desenvolvimento. Por esta razão, fizeram um apelo colectivo defendendo a reforma do sistema económico internacional, por forma a torná-lo mais equitativo e respeitador das necessidades da vasta maioria da humanidade – as populações do Sul. A luta por um sistema internacional mais justo con-

¹⁸ COMISSÃO SUL, 1990, p. 13-14.

solidou a sua coesão e fortaleceu o seu empenhamento em prosseguir uma ação unificada (Op., cit., p. 14).

Indubitavelmente o Sul vem se fortalecendo cada vez mais, especialmente após a derradeira crise financeira. As instituições financeiras internacionais dominadas pelo Norte foram duramente criticadas, ao mesmo tempo em que instituições financeiras específicas do Sul e novas moedas reservas internacionais foram propostas.¹⁹ Apesar de uma integração regional plena entre os países e regiões do Sul global ser mais morosa e problemática que nos países capitalistas avançados, entretanto, ultimamente observa-se uma tendência regionalista mais forte entre eles. Casos a ser ressaltados são as potências médias e líderes regionais de diferentes regiões do Sul, por exemplo: Brics, Ibas etc., que vêm tendo um papel fundamental no reordenamento do sistema internacional.

Cabe dizer que estudos já apontam as posições que vão assumir muitos desses países num futuro bem próximo, em que o Brasil garanta seu espaço entre as dez maiores (ou até mesmo as cinco maiores) economias globais. O PIB chinês que ocupa atualmente a terceira posição, até 2030 vai ultrapassar a economia norte-americana e passa a ser a primeira economia global. O criador do termo Brics (Jim O'Neill) já demonstrou num de seus estudos que o PIB dos Brics²⁰ vai ultrapassar o PIB do G7 até 2032, apesar de que o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e a sua FIB (Felicidade Interna Bruta)²¹ continuem sendo menores. Mesmo assim podemos dizer que é um grande ganho, mostra que o jogo político internacional vem sofrendo relativas mudanças no sentido positivo.

Uma Nova Ordem Econômica Internacional aceite por todos como uma finalidade, bem como a diminuição da disparidade Norte-Sul se constituem na esperança havida no decorrer dos anos 1970. Contudo, tal disparidade cresceu na maioria dos países do Sul. Em termos de condições básicas da vida humana, mais díspar está se tornando o mundo.

Desenvolvimentos socioeconômicos relevantes foram registrados em diversos países em vias de desenvolvimento logo nos trinta anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. Realmente, durante as décadas de 1960/70, melhores índices de desempenho da economia foram globalmente

¹⁹ O governo brasileiro voltou a insistir no G-20 ministerial de Paris, pela introdução do real na cesta de moedas do FMI. O fito do ministro da Fazenda (Guido Mantega) é de que a divisa, tal como o yuan chinês, venha a se juntar às moedas que servem de marco para Direitos Especiais de Saque (SDRs), junto com o dólar, o euro, a libra esterlina e o iene. A revisão dos SDRs traduz-se num dos aspectos da reforma do sistema monetário internacional tratada no G-20. A ideia é que novas moedas se juntem às quatro que constituem a presente cesta, de modo a reduzir a influência do dólar como moeda reserva internacional. O argumento do Brasil é que nos mercados como o de derivativos, o real já é mais negociado que o iene e a libra, o que mostra o prestígio da divisa. *“Uma saída é valorizar os SDRs, ao qual teríamos de dar um novo dinamismo, com maior conversibilidade, maior volume e um banco emissor”*, diz Mantega. *“O FMI teria de se transformar em um banco global emissor de SDRs, que estariam presentes nas transações internacionais”* (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

²⁰ A África do Sul passa a ser o quinto membro do grupo. O grupo político instituído em 2005 por Brasil, Rússia, Índia e China, a partir do acrônimo inventado pelo banco Goldman Sachs quatro anos antes, adquiriu um novo membro permanente: a África do Sul. O pacto para inclusão da maior economia da África foi formalizado ontem, em Paris. *“A África do Sul passou a se incorporar aos Brics. Agora somos cinco”*, declarou o ministro brasileiro da Fazenda, Guido Mantega. *“A África do Sul é um país importante da África. Portanto, o grupo está sendo reforçado e terá mais representatividade”* (O Estado de S. Paulo, 19 fev. 2011).

constatados nos países em vias de desenvolvimento do que nos países desenvolvidos (e igualmente melhores do que os países desenvolvidos nos seus primeiros ciclos de desenvolvimento).

Mas é na década de 70 do século XX que realmente podemos constatar o estabelecimento da Cooperação Sul-Sul (CSS), seus propósitos, suas perspectivas, seus desafios etc. Como destaca Lechini (2006, p. 313),

Na década de setenta os países do Sul adotaram a ideia da cooperação Sul-Sul para reforçar sua capacidade de negociação com o Norte, através de esforços cooperativos com o propósito de resolver questões relacionadas com o comércio, o desenvolvimento e a nova ordem económica internacional. O êxito conseguido nas negociações realizadas durante o choque petrolífero de 1973 serviu como modelo de negociação produtiva. Não obstante, o projeto geral da cooperação fracassou por causa de sua natureza geral e sua ampla esfera de ação: a falácia do argumento era sua premissa básica de que todos os países subdesenvolvidos tinham mais coisas em comum das que possuíam de fato e que todas as soluções podiam ser aplicadas uniformemente com o mesmo êxito. A meio dos anos 70 ocorreu uma viragem no sentido de uma continuada perturbação da economia mundial. A consequência de tal perturbação acabou por ser a recessão mundial de 1980-83. A partir daí, os países industrializados beneficiaram de um período de recuperação e de crescimento ininterrupto, embora a um ritmo mais lento do que em anteriores fases de recuperação no pós-guerra, mas em muitas zonas do mundo em vias de desenvolvimento subsiste uma crise económica aguda.²²

No que se refere à década de 1980 e a sua relação e/ou efeito sobre a Cooperação Sul-Sul, pode-se constatar que ela não foi nada vantajosa para tal Cooperação, visto que foi uma década de muito pouco desempenho em termos tanto económico, político e social para os países do Sul devido a muitas turbulências já registradas na década anterior, sobretudo na área económica como vimos.²³

Ora, nos anos de 1980 as condições mundiais eram difíceis, e quarenta países negociaram os programas de ajuste apenas na África! O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente devido à redução dos preços. Mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem-sucedidos, como o da Argélia, entraram em colapso (VISENTINI, 2013, p. 143).

Na década de 80, um conjunto muito vasto de países em vias de desenvolvimento se viu prejudicado por duros contratemplos e intempéries no seu progresso económico e nos seus padrões de vida; os países que tinham uma grande sobrecarga de dívida externa foram muito mais sacrificados. Recessão, instabilidade, dúvidas constantes e crises financeiras contínuas minaram o mundo em vias de desenvolvimento (embora com algumas importantes ressalvas, designadamente no continente asiático) durante os anos 80.²⁴

²¹ A Felicidade Interna Bruta entende-se aqui o acesso à cultura, ao lazer, ao transporte confortável, à segurança protetora, à aposentadoria saudável etc., enfim, a uma vida digna a ser vivida por todos os cidadãos.

²² COMISSÃO SUL, 1990, p. 14-15.

²³ Por estes e outros motivos, muitos entendem que a década de 1980 foi uma década perdida.

²⁴ COMISSÃO SUL, 1990, p. 15.

Nos anos 1980, e especialmente após o fim da Guerra Fria, o sistema internacional baseado na lógica da bipolaridade desintegrou-se dando lugar a uma nova ordem mundial. Essa mudança trouxe em seu início uma série de incertezas quanto ao modo como esse sistema reencontraria seu equilíbrio e quais seriam as novas regras que regulamentariam as relações entre os Estados. Alguns aspectos ficaram claros desde o início: com o fim da bipolaridade, as organizações internacionais ganharam maior importância, assim como as iniciativas de cooperação entre os países (entre elas os processos de integração regional); os Estados Unidos tornaram-se o principal ator do sistema internacional – embora no final dos anos 1980 ainda não fosse possível avaliar a extensão do seu papel hegemônico – e as relações entre os Estados seriam influenciadas pelo fenômeno da globalização (MARIANO, 2007, p. 123).

O Sul não é independente economicamente visto que continua fortemente vinculado às economias dos países do Norte. Tal dependência econômica deriva da herança do passado colonial preservado pelo fato de a economia do Norte ser mais forte e, igualmente, pela própria política desenvolvimentista traçada pelo Sul em muitos casos.

Entre as importantes mudanças políticas que começaram a materializar-se no fim dos anos 80 encontram-se os progressos registrados na superação da clivagem política e militar entre o Leste e o Ocidente. As superpotências e as suas alianças militares manifestaram o seu empenho numa visão de mundo em que as suas nações possam viver em Paz. Abriam um diálogo com vista a uma conciliação política; isto arrefeceu as paixões conflituosas e levou os seus governos a movimentar-se com vista ao desarmamento.²⁵

Hodiernamente diríamos que a redução dos conflitos armados e das despesas militares no Sul, bem como o seu desenvolvimento socioeconômico podem ser registrados, uma vez fortalecida a Cooperação Sul-Sul (se fortalecida, se o Sul global relegar a guerra – que quase sempre não é dele - ao segundo plano e fazer negócios/comércio como o Norte capitalista liberal), e uma mais efetiva política de integração regional - atenuadas as dependências em relação aos países centrais, o que conseqüentemente acelera o processo de multilateralização do mundo.

Para Aguirre e Stetter (2008, p. 1),

As potências emergentes e a cooperação Sul-Sul estão começando a mudar os cimentos do sistema internacional e a desafiar a estrutura de poder tradicional nas organizações multilaterais. O recenté estabelecido fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA) é parte dessa tendência para o estabelecimento de uma nova ordem mundial. Desde a sua criação em 2003 como um fórum de diálogo informal, IBSA tem aumentado consideravelmente de categoria política – de uma iniciativa ministerial a uma presidencial – e tem começado a celebrar cimeiras anuais. Ademais, durante seus cinco anos de existência tem produzido uma série de resultados concretos – os três países têm firmado seis acordos trilaterais, criaram um fundo de desenvolvimento IBSA que arrecada cerca de 3 milhões de dólares ao ano e formaram 14 grupos de trabalhos diferentes que têm o objetivo de aumentar a cooperação em muitos setores.

²⁵ COMISSÃO SUL, 1990, p. 16.

Como assinala Saraiva (2007, p. 42), países como o Brasil assumem um comportamento internacional de múltiplas faces que procuram, simultaneamente, favorecer-se das possibilidades do sistema internacional, remodelá-lo na função de liderança visando beneficiar os países do Sul e atuar no âmbito regional com uma perspectiva de hegemonia.

Aliás, como pontua Miyamoto (2000, pp. 4-5),

...Uma das características da política externa brasileira, em todos os momentos, inclusive no regime militar, foi a presença constante em foros congregando países sob as mais diferentes óticas, das culturais às políticas, das econômicas às militares. Em 1964, por exemplo, o Brasil participou ativamente da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Da mesma forma marcou forte presença na Força Interamericana de Paz que interferiu na República Dominicana em 1965; liderou a criação do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em julho de 1978 por mais sete países da região; propôs a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul em 1986 envolvendo latino-americanos e africanos; sediou a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-Eco Rio) em 1992 e a I Conferência Ibero-americana em 1999, além do Mercosul em 1991.

Por isso é que, numa das suas formas de cooperação Sul-Sul, a iniciativa brasileira procura a adoção de uma atitude de líder no arranjo da ação coletiva, juntamente com outros países também *system-affecting*.

Portanto, as propostas e as possibilidades da cooperação Sul-Sul entre os países periféricos visam à procura, por exemplo, de mercados para as suas economias e espaços de atuação política, bem como meios de poderem ser ouvidos e respeitados nos foros e organismos de decisões mundiais. O caso emblemático do momento seria a questão das barreiras comerciais e dos subsídios agrícolas concedidos pelos países mais industrializados aos seus produtores agrícolas (diga-se de passagem, a resolução dos impasses da Rodada de Doha), o que dificulta a exportação dos países do Sul, fundamentalmente detentores de produtos primários.²⁶

Numa das suas últimas visitas ao continente africano o presidente Lula esteve juntamente com os líderes sul-africano (Mbeki) e indiano (Singh), numa cúpula na cidade sul-africana de Pretória para procurar meios de atenuar a dependência comercial da África, América Latina e Ásia em relação às economias ricas do Hemisfério Norte. Segundo disse Lula na abertura da cúpula, “*essa negociação internacional de Doha não pode ser pura e simplesmente a agenda de um pequeno número de países desenvolvidos*”.²⁷ De volta ao Brasil, o presidente disse crer que os países estão quase chegando a um acordo a respeito das negociações da Rodada de Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC): “*Não podemos, enquanto países em desenvolvimen-*

²⁶ Para isso podemos lembrar que de 10 a 14 de setembro de 2003, o Ministro Amorim chefiou a delegação do Brasil à V Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio), em Cancún, México. Na Conferência o Brasil lidera a formação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que defende o fim dos subsídios agrícolas e das barreiras ao comércio agrícola (MRE, 2007).

²⁷ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/10/17/298182975.asp>. Acesso em 22/10/2007.

*to, abrir mão do nosso crescimento interno, do crescimento na nossa indústria e não ganhar nada com a agricultura”.*²⁸

Com a eleição do embaixador brasileiro Roberto Azevêdo (maio de 2013 e investidura no cargo prevista para 1º de setembro) ao posto máximo (diretor-geral) da OMC²⁹, especialistas consideram que isso demonstra o reconhecimento do esforço e coalizão dos países do Sul global. Mais espaços conquistados e papel crescente dos países emergentes na gestão da ordem internacional, possibilidades mais reais de destravar a Rodada Doha³⁰ e, conseqüentemente, a chegada a um consenso e resolução das questões em torno dos subsídios agrícolas e barreiras comerciais, sem contar a devolução de pertinência à entidade, na era de crise e redução do comércio global, o que pode abrir novas oportunidades para o desenvolvimento dos países do Sul. Para a Presidente brasileira, o desejo é dirigir a organização rumo a um mundo mais justo. De acordo com Kevin Gallagher, da Universidade de Boston, especialista em globalização e desenvolvimento, “*ao mesmo tempo simbólico e por razões táticas, é uma grande opção*”. Numa entrevista à Agence France-Presse, Azevêdo sublinhou que

O sistema comercial multilateral” foi “enfraquecido por uma completa paralisia de negociações”. “Trata-se de tornar o sistema compatível com o mundo de hoje, a única maneira disto acontecer é encorajar o comércio e a liberalização de trocas considerados como componentes essenciais das políticas de desenvolvimento.”³¹

Azevêdo assinala que a visão adotada para a direção-geral da OMC, que viabiliza a comunicação e a harmonia em volta da revivificação do sistema multilateral de comércio, foi sabidamente captada pelos membros na fase de campanha. A estratégia foi centrada nos africanos, atualmente maioria na OMC – 42 de seus 159 membros, caribenhos e países emergentes, destacadamente os outros membros BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul). Ele segue destacando que a base de apoios à sua candidatura foi bastante abrangente e horizontal, contando com todos os tipos de países. Em Brasília, a proeza é entendida como novo ciclo na afirmação internacional do Brasil, que em 2011 colocou José Graziano na direção da FAO – órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. A obtenção de uma vaga permanente no Conselho de Segurança

²⁸ Cfr. Documento eletrônico: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/10/22/315351017.asp>. Acessado em 22/10/2007.

²⁹ Sucessora do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade – sigla inglesa), 1947-1994, a OMC nasceu em 1995 pelo acordo de Marrakech (Marrocos), após oito anos de árduo trabalho naquilo que ficou conhecido como Rodada Uruguai (1986-1994). “Rodada” é o nome que se dá aos encontros da organização que podem demandar anos de negociações na medida em que o diálogo baseia-se na regra do consenso. Basta lembrar que de 2001 até hoje a Rodada Doha não foi finalizada, e as questões concernentes à agricultura e serviços continuam e acirrar os debates no seio dessa entidade. A OMC é a única organização internacional responsável pela regulamentação do comércio e resolução de contendas comerciais entre os países. Em 2013 ela dispunha de 159 países-membros, mas outros países são candidatos. O seu sexto diretor vai ser o brasileiro Roberto Azevêdo, substituindo o francês Pascal Lamy (2005-2013). O italiano Renato Ruggiero (1995-1999), o neozelandês Mike Moore (1999-2002) e o tailandês Supachai Panitchpakdi (2002-2005) foram os antigos diretores.

³⁰ De 1995 até o presente, tudo o que a OMC conseguiu fazer foi lançar a Rodada Doha em 2001, o que acabaria com as barreiras protecionistas herdadas da Rodada Uruguai (Folha de S. Paulo, 08/05/2013).

³¹ Cfr.: <http://www.tv5.org/cms/chaine-francophone/info/Les-dossiers-de-la-redaction/Economie-Monde-2013/p-25240-OMC-un-directeur-bresilien-pour-un-monde-plus-juste-htm>. Acesso em 09/05/2013.

da ONU continua sendo a mais importante finalidade não atingida pela política externa brasileira.³²

Wallerstein sugere uma explicação para a desigualdade internacional (econômica, social e política) com base na teoria de Marx, formulando o conceito de troca desigual. Nesse sentido, o comércio em condições desiguais é o mecanismo de transferência de renda dos países pobres para os ricos, bem como a forma de preservar a divisão internacional do trabalho que reproduz a desigualdade (NOGUEIRA, 2005, p. 127).

Tendo em vista este argumento de Wallerstein, a cooperação Sul-Sul entre os países do Sul global seria a melhor via para contornar a permuta desigual entre os países do Sul e do Norte, a alienação de recursos da periferia em direção ao centro, estabelecer outra divisão internacional do trabalho, e assim obter outra gestão da ordem global, com mais igualdade internacional no plano político, econômico, comercial, industrial, financeiro, social, cultural/educacional etc. Fortalecer os blocos comerciais regionais nas suas respectivas áreas geográficas, fomentar as relações multilaterais em detrimento de tradicionais relações bilaterais com os países industrializados (quase sempre herdadas da terrível estrutura do passado) constituem políticas mais consideráveis e fundamentais para os países semiperiféricos e periféricos.

Para Lima (2005, p. 43),

Em certa medida, o G-20 que se forma na reunião de Cancun, no México, em 2003, representa um renascimento da coalizão terceiro-mundista agora, porém, em torno dos interesses agrícolas dos países em desenvolvimento e na explicitação da hipocrisia da posição negociadora dos países desenvolvidos. Para o Brasil, a criação do G-20, retomando a coordenação com a Índia, é uma oportunidade de mais uma vez desempenhar o papel de “intermediário indispensável” entre os “fracos” e os “fortes”.

Mas não é somente a questão dos subsídios agrícolas que envolve o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). Como ressalta Lima (2005, p. 40), a iniciativa IBSA tem na questão da reforma do Conselho um de seus pontos programáticos.

Em 17 de outubro de 2007 IBSA celebrou sua segunda cimeira em Pretória, África do Sul. Para além da presença de chefes de Estados e membros de seus respectivos governos, as diversas reuniões de empresários, parlamentares e acadêmicos demonstraram o crescente interesse da sociedade civil no projeto IBSA. Os resultados concretos incluíram a criação de um fórum de mulheres, para aumentar a igualdade de gênero no bloco IBSA; a petição de uma reforma das Nações Unidas (ONU), incluído o Conselho de Segurança; a eliminação das distorções do mercado; e o compromisso para um acordo tri-lateral de livre comércio (AGUIRRE; STETTER, 2008, p. 1).

Como argumenta Tharoor,

³² Folha de São Paulo, 08/05/2013.

A participação de Índia no fórum de diálogo IBSA demonstrasuaestratégiamaissimpla de fortalecimento de relaçõesbilaterais (outrilaterais) com Estados proeminentes e organizaçõesregionais. Esta política de unir-se a várias redes de cooperação – que àsvezes se superpõem até se contradizem entre si (como no caso da crescentealiança de Índiacom EUA, e aomesmo tempo a sua recusa de um mundo “unipolar” alinhadocomRússia e China) – se baseianumaconcepçãomaisampla da natureza da política internacional. Num mundo “multipolar”, Índiadeveestendersua rede o maisamplamentepossível para salvaguardar e projetarseus interesese internacionais. Aomesmo tempo, Índia permanece leal ao sistema internacional, do qual, em termos pessoais (tanto burocráticos como de manutenção da paz), é jáuma grande parte. Sob a proteçãoe estável de organizações seguras como a ONU ou a Organização Mundial do Comércio (OMC), é onde a política exterior da diplomacia intensiva da Índiatemsuasmaiorespossibilidades de êxito. Não obstante, Índia pode desiludir-se com as instituiçõesinternacionais se estas fracassamem sua tentativa de converter-se em equitativas e mais representativas. Questões tais como os subsídiosianques e europeus e a reforma da ONU serão chaves para decidir a atitude de Índia na atualarquiteturainternacional (THAROOR, 2007, p. 9).

Com isso podemos entender a procura de saídas e novas alternativas para as economias e instabilidades político-sociais dos países do Sul, como o intuito da criação de um Mundo multipolar. De se dizer que o caminho para um futuro promissor da solidariedade Sul-Sul se encontra na procura de eliminação dos obstáculos político-econômicos rumo a um potencial relacionamento horizontal.

Contudo, não devemos esquecer alguns limites dessa cooperação, como saber até que ponto essa cooperação de fato multipolariza o mundo, reordenando o sistema internacional vigente e proporcionando espaços de atuação aos países do Sul.³³ A estrutura (economia) muda mais rápido que a superestrutura (política), o que a rigor já evidencia que as mudanças na esfera do sistema político internacional constituem algo mais duradouro. Conferindo o que acabamos de dizer, pode-se frisar Benjamin (1994, p. 165), em que o autor argumenta que *“tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nas condições de produção precisariam mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura”*.

Contudo, como assinala Grudz (2004, p. 2) *apud* Lechini (2006, p. 336),

Atualmente espera-se que as discussões entre os membros do IBSA continuem por duas vias principais: cooperação mútua em saúde, defesa e comércio, por um lado, e colaboração para reforçar a influência do Sul em torno de seus interesses econômicos e de segurança na OMC e ONU, por outro.

Os três governos apontam a um objetivo muitogeral, como a promoção do diálogo, a cooperação Sul-Sul e a busca de posiçõescomunsemassuntos de importância internacional. Deste modo, planejam promover o comércio e oportunidades de investimentos entre as três regiões das quais são membros; o desenvolvimento social e a erradicação da pobreza; o intercâmbio trilateral de informação sobre as melhores práticas internacionais, tecnológicas e habilidades, assim como complementar as áreas nas quais cada um tem fortalezas competitivas para transformá-las em sinergias coletivas. Finalmente, estão de acordo em promover a cooperação numa ampla gama de questões, tais como agricultura, mudança climática, cultura, defesa, educação, energia, saúde, sociedade de informação,

³³ A respeito dos riscos e possibilidades dessa cooperação, ver Lima (2005).

ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio e investimentos, turismo e transporte.³⁴

Como bem pontua Gratius (2008a, p. 01),

A iniciativa de cooperação Sul-Sul IBSA reflete que as coordenadas do sistema internacional estão mudando em favor das potências emergentes, neste caso, democráticas. Embora os avanços reais do eixo IBSA sejam modestos, o fato de que reúnem cada ano os líderes destes países, demonstra o valor político da aliança. IBSA igualmente assinala que está surgindo um novo tipo de cooperação à margem das tradicionais potências e fóruns. Esta tendência podia conduzir, no pior dos casos, a um novo enfrentamento Norte-Sul ou, no melhor dos cenários, a um novo multilateralismo mais equitativo que o que rege o sistema internacional criado há mais de 50 anos atrás.

A crise financeira internacional, a subida dos preços dos alimentos e a cooperação trilateral foram temas destacados da Cimeira de Nova Délhi entre os protagonistas regionais Brasil, Índia e África do Sul. Entre outros, os três mandatários concordaram em criar um mecanismo de coordenação entre os Ministros de Finanças e Presidentes de Banco Central. Os já existentes 16 grupos de trabalho e reuniões paralelas da sociedade civil demonstram que IBSA não é uma fantasia, mas sim uma iniciativa em vias de consolidação. Não obstante tratar-se de países muito diferentes, os une o interesse por mudar as estruturas do sistema internacional. As declarações que emanaram do Fórum IBSA desde sua criação em 2003 indicam que Brasil, Índia e África do Sul não apenas pedem voz, mas também voto nas principais organizações internacionais, incluindo o Conselho de Segurança, o G-8 e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Id., Ibid.).

Com estas iniciativas levadas a efeito pelo grupo IBSA, bem como a atual conjuntura político-econômica mundial (a crise financeira mundial – 2008 - que se alastrou à esfera planetária a partir dos EUA), podemos assegurar que estas potências médias estão perante um momento favorável às propostas, medidas e políticas que possam reordenar a ordem mundial, um novo jogo do poder, em que as necessidades e preocupações tanto do Norte como do Sul devem ser colocadas na pauta da discussão. Indubitavelmente que com a atual crise financeira ficou patente que a lógica do Estado-mínimo é falha e que a doutrina do liberalismo econômico apresenta sinais evidentes de falência sob os seus mais diversos aspectos³⁵, uma vez que o mesmo tornou-se inoperante até mesmo para os países centrais, caracterizados historicamente por uma razoável estabilidade política, algo de elevada importância para um louvável desenvolvimento econômico e vice-versa. Sendo assim, os países do Sul frequentemente conhecidos por altas descontinuidades e instabilidades políticas ao longo de suas histórias, a doutrina econômica até agora reinante - já largamente criticada -, não traria nem teria respostas para as suas aspirações.

Como argumenta Vaz (2008, p. 6),

³⁴Lechini, Gladys. IBSA: una opción de cooperación Sur-Sur. En publicación: *Del Sur hacia el Norte: Economía política del orden económico internacional emergente*. Giron, Alicia; Correa, Eugenia. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, octubre 2007.

³⁵ Para o neoliberalismo a intervenção do Estado na economia deve ser limitada e restrita, delegando tal tarefa ao mercado. Sendo assim, não seria uma derrota para os defensores desta doutrina esta crise em que os operadores e, inclusive, líderes do mercado financeiro convocam o Estado no sentido de aplicar medidas que salvem a economia? Cabe aqui ressaltar Fukuyama (*teórico do fim da história e do último homem*), que na sua recente entrevista à Revista Veja (15.04.2009), deixou explícito que precisamos urgentemente de maior controle sobre o sistema financeiro, o que se encontra totalmente desregulamentado. O autor igualmente pontua que o Estado mínimo não funcionou. Doravante assistiremos a uma presença bem maior do Estado na economia. Isto é, será uma economia mais de Estado e menos de mercado.

De fato, o IBSA não é simplesmente uma iniciativa trilateral. O que também oferece um espaço no qual os três países podem expressar suas preocupações e coordenar seus esforços em relação com assuntos globais e outorgar uma dimensão política que vai além do trilateralismo e gera a possibilidade de que o organismo se converta em um centro real de tomada de decisões; em outras palavras, um ator que desempenha um importante papel na cena internacional.

Por conseguinte, caberia distinguir entre duas dimensões de IBSA: por um lado, sua agenda de cooperação mútua, que responde aos problemas, interesses e necessidades domésticas; e por outro, sua influência na cena internacional e suas ações em relação às questões mais diretamente relacionadas com os interesses e as preocupações comuns dos três países. Em teoria (de acordo com as declarações de seus líderes políticos), o IBSA tem tanto a vontade como o potencial para converter-se num ponto de referência internacional (Id., Ibid.).

Se levarmos em devida atenção toda iniciativa implementada e encontros realizados pelo IBAS, bem como a capacidade material dos seus membros, seria razoável admitir a conversão do mesmo numa referência internacional. A cooperação se traduz num processo de continuidade política, o que vai requerer dos diferentes e sucessores governos dos respectivos países a elevação dessa iniciativa trilateral ao seu mais alto nível, de modo que a mesma possa surtir os efeitos esperados. A cooperação com outros fóruns de diálogos e/ou blocos econômico-políticos (por exemplo, MERCOSUL, UA, SACU, ASEAN, UE etc.) pode ser vista, numa certa perspectiva, como uma via rumo ao fortalecimento e consolidação do IBAS.

Em 01 de junho de 2009 entrou em vigor o Acordo de Preferências Tarifárias Fixas (APTF) Mercosul-Índia. Este foi primeiro passo para a criação de uma futura área de livre-comércio entre o Mercosul e a Índia. Este acordo de comércio preferencial abrange 450 itens de cada parte signatária. O texto-base contém regras sobre comércio de bens, *antidumping* e medidas compensatórias, barreiras técnicas ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias (...) (PEREIRA, 2010: 163).

Praticamente à mesma época em que foram assinados os termos do acordo entre o Mercosul e a Índia, o bloco latino-americano negociou um acordo de reduções tarifárias com a África do Sul, que, junto com Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, formam a SACU. Assinado em dezembro de 2000, o acordo-marco entre a África do Sul e o Mercosul evoluiu para, posteriormente, envolver a SACU, em outubro de 2003. Este acordo-quadro foi celebrado com objetivo de fortalecer as relações existentes, promover o incremento do intercâmbio comercial e estabelecer as condições para a pretendida área de livre-comércio (Idem, Ibidem).

As argumentações de Pereira evidenciam mais ainda o que havíamos assinalado sobre a cooperação entre os diversos blocos do Sul global. Tais acordos comerciais, a despeito de eventuais complexidades, devem ser explorados pelos seus países atores, visto que são países munidos de imensas e diferentes capacidades materiais, políticas e dialógicas.

Como argumentam Keohane; Nye (1989) *apud* Mariano (2007, p. 125),

Os Estados, em vez de desaparecer, adquirem uma nova lógica de operação, onde seu poder é limitado frente à expansão das forças transnacionais que reduzem a capacidade dos governos de controlarem os contatos entre as sociedades, e que impulsionam essas relações transfronteiriças. Nessa perspectiva, os problemas políticos nem sempre podem ser resolvidos adequadamente e nem satisfatoriamente, sem a cooperação com outras nações e agentes não estatais.

...O avanço da integração regional implica um maior relacionamento dos grupos organizados de países envolvidos, que buscam se articular no plano transnacional como forma de fortalecer sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos. Essas articulações, contudo, podem gerar novos objetivos ou até mesmo novas identidades. De qualquer forma, influenciam os interesses dos grupos domésticos e alteram a formulação de preferências políticas. Portanto, tornam-se elementos importantes no processo decisório dos países (Idem, p. 164).

Considerações Finais

A revolução será a panaceia dos males de qualquer sociedade e atuará como símbolo poderoso e como estímulo na vitória sobre a opressão e sobre a escassez de recursos.
NORBERTO BOBBIO

Nesta parte do trabalho visamos fundamentalmente fazer um histórico da Cooperação Sul-Sul, ou seja, o que foi essa Cooperação e o que ela está sendo atualmente. Esse histórico abrange todas as regiões usualmente classificadas e/ou enquadradas no Sul global, mas não exaustivamente todas as confederações de nações sulistas já constituídas. Como chegamos a constatar, esta Cooperação iniciou-se num período específico e peculiar da história das relações internacionais (período da Guerra Fria, dos confrontos Leste/Oeste - socialismo contra liberalismo -, militar e estratégico), enfim, num período em que o mundo era bipolarizado pelas duas potências: uma bi-continental (Rússia) e outra biocênica (EUA).

Foi então a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945) que realmente surgiram os primeiros esforços da Cooperação Sul-Sul. Aliás, a política de formação de blocos econômico-políticos de integração regional igualmente teve se não a sua origem, pelo menos o seu processo de formação propriamente dito depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da Cooperação Sul-Sul (CSS), como vimos, foi a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) (1948) e a Conferência de Bandung (1955), que de fato começaram a impulsionar esta Cooperação. Outras tentativas existiram antes, mas eram muito frágeis, localizadas e esparsas. Há de frisar que a expressão Cooperação Sul-Sul foi cunhada apenas na década de 1970.

Sendo assim, após esta Conferência, e no ciclo que estende até o final da Guerra Fria, houve na verdade certo impulso na política de integração regional, no sentido não só de fomentar a cooperação econômica e aliança militar, como também procurar a melhoria das condições sociais, culturais, ambientais, de circulação, de seguridade e o bem-estar das sociedades de uma maneira geral.

Como qualquer outra Cooperação e/ou questão das relações internacionais, a Cooperação Sul-Sul igualmente deparou com os seus empecilhos e contratempos. Primeiramente, na década de 1960 muitos países (particularmente do continente africano) encontravam-se ainda sob o domínio colonial, e por isso as dificuldades evidentes de poderem efetivamente lutar pela sua independência econômica. Subsidiariamente, a década de 1970, a despeito de apresentar um desempenho melhor para os países do Sul global, também teve os seus sobressaltos (crises do petróleo – 1973, 1979 etc.).

Em terceiro lugar, os anos 1980 que ficaram marcados como a década perdida, foi realmente um tempo de crescimento nulo para os países do Sul na medida em que estes se viram perante uma diminuição drástica das suas taxas de crescimento econômico e, deste modo, se endividando e aumentando as suas instabilidades econômicas, políticas e sociais sem precedentes.

Em quarto lugar, a década de 90 ficou conhecida pela aplicação da doutrina neoliberal, novas tensões e desagregações de países (um mundo não mais seguro que antes) e aceleração do processo globalizacional (maior prioridade ao capital e mercadorias, relegando para o segundo plano o emprego formal, bem-estar social, seguridade social, segurança protetora das pessoas, aparecimento de mais insegurança civil, isto é, criminalidade, violência urbana e no campo, delinquência, roubos, agressões, genocídios, etnocídios, epistemicídios etc.). Em boa medida, tais políticas não foram promissoras para os países do Sul global. Por último, a primeira década do século XXI que acabamos de vivenciar, foi uma década de muitos acertos implementados pelos países do Sul no sentido de corrigir os erros do passado, viabilizar o seu processo de desenvolvimento, bem como estabelecer outro paradigma da política internacional.

É nisto que podemos enfatizar o papel do IBAS. Como Cooperação na esfera econômica, política e estratégica fomentada por três potências intermediárias, *system-affecting states*, grandes mercados emergentes (Índia, Brasil e África do Sul), estes procuram políticas que possam viabilizar nova gestão da ordem mundial, multilateralizar o mundo, de modo que o Sul possa ter mais voz nas esferas de negociações internacionais e obter assim um progresso concreto.

Pela representatividade nas suas respectivas regiões (liderança praticamente natural), pela porcentagem que seus territórios dispõem no plano global, pelo seu peso econômico conjunto, pela sua população (mercado consumidor, mão-de-obra jovem e, naturalmente, com capacidade empreendedora), pelas suas políticas ativistas, engajadas e proativas (concertação política, coordenação de diversos setores e um Fundo para o desenvolvimento), o IBAS demonstra sua verdadeira e real intenção de propor e gerar mudanças na esfera política internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIRRE, Mariano y STETTER, Ernst. Introducción; In: GRATIUS, Susanne (Editora). **IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?** Madrid, FRIDE, 2008b, p. 1-2.

D'ADESKY, Jacques. Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 4, p. 5-19, 1980.

GONÇALVES, Williams, 1953-. **Relações Internacionais**. 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GRATIUS, Susanne. **India, Brasil y Sudáfrica: lecciones de la Cumbre de Nueva Delhi**. Madrid: FRIDE, opinión, octubre de 2008a.

LECHINI, Gladys. ¿La cooperación Sur-Sur es aún posible? El caso de las estrategias de Brasil y los impulsos de Argentina hacia los Estados de África y la nueva Sudáfrica. In: **Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico: lecciones desde África, Ásia y América Latina**/ compilado por Atilio A. Boron y Gladys Lechini – 1ª ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Monica (Orgs). **Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

_____; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo – uma análise da política externa brasileira. **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº. 3, p. 349-363, 1982.

_____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 48 (1): 24-59, 2005.

MARIANO, Karina Pasquariello. Globalização, integração e o Estado. **Lua Nova**. São Paulo, 71: 123-168, 2007.

MARTINIÈRE, Guy. O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, p. 43-62, 1980.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica do Brasil: algumas considerações. **Primeira Versão**. IFCH/UNICAMP, nº 102, fevereiro/2002.

_____. O Brasil e as negociações multilaterais. **Primeira Versão**. IFCH/UNICAMP, n. 93, outubro/2000.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OGWU, U. Joy. Cooperação Sul-Sul: problemas, possibilidades e perspectivas de uma relação emergente. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, nº. 11, p. 9-19, 1985.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A dimensão econômico-comercial: IBAS, a construção de uma agenda comum de cooperação Sul-Sul. In: Visentini, Paulo G. Fagundes. **G3 – Fórum de diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 151-174.

SANTOS, Boaventura de Sousa de. As dores do pós-colonialismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21/08/2006.

_____. Para uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 1, p. 7-34, janeiro/junho, 2001.

SCOTT, John (organizador). **50 grandes sociólogos contemporâneos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 50 (2): 42-59, 2007.

THAROOR, Kanishk. **India: Entre “ser y convertirse”**. Madrid: FRIDE Comentario, abril de 2007.

VAZ, Alcides Costa. ¿Es IBSA un actor internacional? In: GRATIUS, Susanne (Editora). **IBSA: ¿un actor internacional y un socio para la Unión Europea?** Madrid: FRIDE, 2008b, p. 5-7.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | Nº. 02 | Ano 2018

Paulo Alves Junior

BRASIL E ÁFRICA: OUTROS HORIZONTES – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE, O CASO DE ANGOLA

Brazil and Africa: other horizons – the independent foreign policy and the case of Angola

Resumo: Com a instalação da Política Externa Independente durante o governo de Jânio Quadros, foi discutido qual deveria ser a posição do Brasil com relação ao processo de descolonização dos países africanos. O intelectual carioca José Honório Rodrigues defende aproximação com os países africanos, em detrimento do Estado Salazarista, nesse sentido sinaliza a histórica aproximação com Angola para defender seus argumentos, escorados ideologicamente no nacionalismo-liberal.

Palavras chave: Política Externa; Nacionalismo; Angola.

Abstract: With the establishment of independent foreign policy during the government of Janio Quadros, it was discussed what would be the position of Brazil in relation of the process of decolonization in the African countries. The carioca intellectual José Honório Rodrigues, defends the approach with the African countries, to the detriment of the Salazarist State, in this sense signals the historical approach with Angola to defend its arguments, ideologically escaped in liberal nationalism.

Keyword: Foreign Policy; Nationalism; Angola

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano

ivaldomarciano@gmail.com

BRASIL E ÁFRICA: OUTROS HORIZONTES – A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE, O CASO DE ANGOLA

Paulo Alves Júnior¹

Com a destituição do governo da presidente Dilma Rousseff², a política externa brasileira que vinha sendo levada a pedra de toque no diálogo com os países que compunham o denominado SUL-SUL, sofre inflexão para uma política externa de característica SUL-NORTE.³ Tal mudança rompe, não só com uma prática recorrente nos governos petistas, mas também com o histórico de alinhamento que versa sobre a possibilidade de criação de uma política externa independente para o país. Nesse item, José Honório Rodrigues⁴, com sua militância intelectual arguta, ao longo da década de 1960 mostrava a histórica aproximação entre o Brasil e os países africanos. Essa ruptura, que aborta a possibilidade de uma política externa austera, voltada para os legítimos interesses nacionais, não é ação pontual, trata-se de estratégia recorrente, exemplo foi a ruptura da Política Externa Independente (PEI), instituída pelo governo Jânio da Silva Quadros⁵, quando da ascensão da junta militar que depôs o presidente João Goulart na noite do dia 31 de março. A política externa independente que vinha sendo adotada fora substituída por práticas alinhadas aos Estados Unidos que, ao entendimento da chancelaria militar, propiciaria ao Brasil maior destaque econômico internacional.

Esse artigo pretende recuperar a defesa que o historiador carioca José Honório Rodrigues fez da PEI, principalmente no que diz respeito a aproximação do Brasil com os países africanos. Para o autor em questão existem laços históricos e fundamentais que nos unem àquele continente, e que necessitam ser mantidos e respeitados. Esse entendimento levou a verve honoriana ao posicionamento de defesa da emancipação política e no posicionamento firme e de crítica que o Estado brasileiro deveria assumir com relação aos países colonizadores, principalmente Portugal.

¹ Professor de História Contemporânea da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira (UNILAB / Campus Malês),

² A presidente Dilma Rousseff foi destituída do cargo no dia 31 de agosto de 2016.

³ “Em relação à África, o governo Dilma Rousseff deu uma significativa ênfase à cooperação na área de Defesa. Enquanto no governo Lula apenas cerca de 1% dos projetos de cooperação estabelecido foram nesta área, no governo Dilma esta proporção saltou de 16%” (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

⁴ O intelectual carioca José Honório Rodrigues foi nosso tema de pesquisa quando da obtenção de título de doutor em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP (Campus Araraquara/SP). Formado em direito pela antiga Universidade do Brasil, na década de 1930 vai para os Estados Unidos e tem contato com cadeiras de História na Universidade. Para maiores detalhes da produção intelectual honoriana, e sua produção no que diz respeito a defesa da Política Externa Independente dos anos 1960, as obras seminais a respeito são “Brasil e África: outros horizontes” (1961) e “Interesse nacional e política externa” (1966). (ALVES JÚNIOR, 2010).

⁵ Jânio da Silva Quadros (1917-1992), foi eleito presidente da República no pleito de 1960 e governou o Brasil entre 31/01/1961 a 25/08/1961, quando evocando “forças ocultas” renunciou ao cargo.

José Honório Rodrigues nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1916. No início da década de 1930 entra para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Completa sua formação em Direito no ano de 1937. Assistiu de perto as repercussões do movimento de 1935, o que o apartou do marxismo e não o fez ter nenhuma simpatia pelo integralismo. Outro fator determinante no ano de 37 foi o prêmio da Academia Brasileira de Letras (ABL), pela pesquisa “Civilização holandesa no Brasil” – em parceria com Joaquim Ribeiro – o livro sai editado dois anos depois. Durante os anos de 1943 e 1944 recebe uma bolsa da Fundação Rockfeller, e ali trava contato com, segundo sua avaliação, sua real aptidão a pesquisa histórica. De volta ao Brasil, elaborou os Índices anotados das Revistas do Instituto Histórico Geográfico do Ceará e outros sobre método e pesquisa histórica, destacando-se o seminal “Teoria da História do Brasil” (1978).

A política externa aparece como tema no conjunto da sua obra a partir dos anos 1950⁶, quando próximo aos intelectuais que embasaram teoricamente o nacional-desenvolvimentismo daquela década.⁷ Cabe lembrar que durante a curta gestão de Jânio Quadros (sete meses incompletos entre janeiro e agosto de 1961), as relações internacionais do Brasil sofreram uma alteração importante com a formulação da Política Externa Independente – que adotaremos a partir de agora como PEI. Esta não representava uma inovação completa, pois como afirma Vizentini:

Na medida em que estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Juscelino Kubitschek, e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. No entanto, a Política Externa Independente era explicada num conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional e abria perspectivas mundiais, ultrapassava as vacilações anteriores e dava à política externa um perfil e um lugar de destaque na vida nacional (VIZENTINI, 1995, p. 177).

Dessa forma podemos tomar a PEI como uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros, cujas necessidades e anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes. Sobre esta questão, Vizentini explica que:

A orientação diplomática da Política externa independente respondia à atitude dos Estados Unidos com relação à América Latina até a Revolução Cubana, percebida como um “descaso” caracterizado pela ausência de investimentos públicos norte-americanos para a área de infraestrutura e de bens de capital. O “descaso” transformava-se em forte pressão política e econômica quando as nações latino-americanas tomavam qualquer atitude visando modificar, ainda que parcialmente, as relações de dependência, para lograr o desenvolvimento nacional (...) Igualmente importante foi a adaptação da

⁶ O posicionamento de José Honório Rodrigues é fruto direto da sua participação junto a outros como Antonio Calado, Alceu Amoroso Lima, Hermano Alves etc. Na revista criada por Ênio da Silveira, editor de grande importância nos anos de 1950 e 60, da Revista de Política Externa Independente, sendo o historiador carioca editor de alguns números (MELLO; RODRIGUES, 1994, p.172).

⁷ Intelectuais que estavam inseridos institucionalmente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), tais como Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe, Roland Corvisier, Guerreiro Ramos, San Tiago Dantas etc. (TOLEDO, 1977, p.73).

política exterior brasileira às transformações do sistema internacional em fins dos anos 50 e início dos anos 60, tais como: a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, a descolonização da África (que ao tornar-se independente pedia vantagens tarifárias); a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da União Soviética à condição de potência mundial; o surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados, decorrentes da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial e a Revolução Cubana (VIZENTINI, 2008, p. 28).

Com o golpe civil militar de 1964, a práxis de José Honório Rodrigues⁸ tornou-se permeada pela discussão acerca da política externa brasileira. Esse engajamento segue os pressupostos do seu entendimento do desenvolvimentismo, que ele definia como nacionalismo liberal. Esse cenário levou a Ênio da Silveira – importante editor brasileiro –, responsável pela “Revista Civilização Brasileira” a organizar a Revista de Política Externa Independente⁹, convidando para compor o corpo editorial figuras de destaque no campo progressista identificados com o nacionalismo e o não alinhamento aos EUA.

Os temas centrais da Revista de PEI visavam identificar qual deveria ser a política externa adotada pelo Estado brasileiro, a fim de procurar superar à histórica dependência do capital norte-americano, no sentido de alcançar a tão propalada autonomia internacional. A proposta, ao entendimento de Honório, apontava para a necessária aproximação com os países africanos e com aqueles que compunham o bloco socialista.

Esse tema aparece em duas obras: “Interesse nacional e política externa” (1966) e “África e Brasil: outro horizonte” (1961). Em ambos o autor discute o papel histórico do Brasil no que diz respeito as relações com os países do continente africano.

A análise honoriana que aqui recorremos buscava, contra o regime civil militar, um enfrentamento austero e contundente. Logo na apresentação de “Interesse nacional e política externa independente”, o autor posiciona-se contrário ao espírito conservador e preso às tradições mais arcaicas que imperavam naquela ocasião. Colocar os legítimos interesses da maioria da população à frente de qualquer interesse dos representantes do “Brasil arcaico” é a meta que deve ser defendida pelos que desejam, de fato, lutar “por um futuro melhor” (RODRIGUES, 1961, p.3). A defesa que faz da atuação dos intelectuais, devido à condição de subserviência identificada em setores da elite, é a de esclarecer o povo sobre o sentido e a significação da política externa para o desenvolvimento nacional. A preocupação com a situação, em que o povo

⁸ Nossa análise da obra de José Honório Rodrigues, tem como pressuposto que se trata de um intelectual que tomava a sua produção vinculada diretamente com os rumos da sociedade civil. Seu engajamento remete, diretamente, a tudo aquilo que estava permeado na história do Brasil. O próprio José Honório remetia a Benedetto Croce (2007) e sua assertiva a respeito: “...história é sempre história contemporânea”, pois são os vivos que fazem a história e não os mortos.

⁹ A respeito da Revista de Política Externa Independente: “Embora ela tenha atraído fortemente a atenção de políticos, pesquisadores e diplomatas brasileiros engajados numa postura progressista e não alinhada com os Estados Unidos, ela teve vida muito breve: três densos números entre maio de 1965 e janeiro de 1966” (ALMEIDA, 1998, p.45).

pode ser lançado por um governo que o oprime e o impede de externar suas opiniões é outro aspecto decisivo.

Na tentativa de teorizar como o país tornara-se dinâmico e autônomo, analisa as necessidades em manter relações comerciais com o continente africano, tendo em vista a adoção de uma política a favor da ruptura de dominação impingida pelos países europeus, principalmente a exercida por Portugal. Destaca-se que o sistema de exploração colonial, ao término da segunda guerra mundial, é questionável também pelas instituições liberais¹⁰ que surgem naquele cenário. Esse novo horizonte o levou a expor o quanto a sua posição nacionalista-liberal identificava-se com a política externa independente. Com o fim dos regimes totalitários, não existia mais espaço para a continuidade da dominação portuguesa no continente africano. A situação da região clamava pela adoção de ações que estivessem minimamente comprometidas com todas as discussões a respeito da descolonização e emancipação política do continente africano, o que tem impacto sobre a postura adotada pelo Brasil de afastar-se da política oligárquica de Portugal a partir de 1961.

Com a implementação da PEI, o Brasil passava a dar importância decisiva à relação com o continente africano e com os países de colonização portuguesa. O governo Jânio Quadros colocara em prática suas promessas de campanha no que diz respeito à política exterior, o que levou à abertura de várias frentes¹¹ simultaneamente, não obstante o curto período de sua gestão. Como resultado concreto determinou que se fizesse um reexame da política brasileira para a África. Na ONU o Brasil prometia adotar linha própria de apoio ao anticolonialismo e afastamento da delegação portuguesa nesse aspecto.

Nesse sentido, o governo assumia a posição de romper com o tradicionalismo que imperava na política externa, já que sua organização era pautada por interesses de setores específicos da sociedade, que em sua grande maioria estavam atados aos Estados Unidos pela necessidade comercial. A mudança de foco apontava um caminho inovador, pois representava o enfrentamento dessa peculiaridade tão típica de nossa elite. No entanto, a dificuldade em posicionar-se, principalmente devido aos rumos que os movimentos anticoloniais tomaram na África (no caso específico de Angola e Moçambique), levaram a um impasse: aceitar ou não tais levantes revolucionários socialistas, principalmente com a crescente aproximação da União Soviética do continente africano.¹² Nessa conjuntura, era necessário que o posicionamento do

¹⁰ É o caso da Organização das Nações Unidas – ONU. Criada em 24/10/1945 adota discurso contrário a manutenção das colônias europeias no continente africano (HOBBSBAMW, 1995).

¹¹ Entre essas a forte oposição por setores conservadores, principalmente aqueles que identificavam como uma traição à Portugal a aproximação com os países de colonização portuguesa na África.

¹² A respeito do cenário histórico político, afirma Hobsbawm: “Durante várias décadas, a URSS adotou uma visão essencialmente pragmática de sua relação com os movimentos revolucionários, radicais e de libertação do Terceiro Mundo, pois nem pretendia e nem esperava aumentar a região sob governo comunista além da extensão da ocupação soviética no Ocidente, ou da intervenção chinesa no Oriente. Isso não mudou nem

Brasil fosse muito bem pensado e organizado para que não levantasse nenhum tipo de insatisfação interna e externa. Exemplo dessa situação pode ser observado na questão de Angola.

Em Angola, com uma forte ação dos movimentos de libertação capitaneados por Agostinho Neto¹³, o processo de emancipação iniciado em 1961 foi concretizado em 1974 com a Revolução dos Cravos.¹⁴ Segundo Carlos Serrano:

Com a ação do Movimento Popular de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Libertação Total de Angola (UNITA). Tanto a FNLA e UNITA defendiam programas pró-ocidentais, mantendo certo enraizamento étnico. Diante da crescente mobilização dos africanos, as forças de ocupação simplesmente não foi páreo para os movimentos de libertação. Motivados ideologicamente, bem treinados, utilizando armamento adequado e excelentes conhecedores da geografia local, em poucos anos lograram libertar vastos territórios e gerar insegurança permanente nas autoridades locais. Como resultado, no início dos anos de 1970, após de uma década de lutas contra a guerrilha africana, a população e a economia de Portugal davam crescentes sinais de esgotamento, fazendo crescer a oposição ao regime (SERRANO, 2007, p. 262).

Essa manifestação de caráter revolucionário colocou a necessidade de discussão da ONU, em que o Brasil teve que posicionar-se, o que ficou a cargo do Ministro de Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco.¹⁵ A postura assumida indicava os históricos laços culturais que nos aproximavam de Portugal e o anticolonialismo. Manifestou-se ainda o desejo por uma solução rápida, que compatibilizasse os interesses de ambos os lados – portugueses e angolanos – e que preservasse, o quanto possível, os elementos culturais e humanos que caracterizavam a presença portuguesa na África. Ainda houve por parte da diplomacia brasileira a indicação de que aguardávamos a aceitação do princípio de autodeterminação por parte de Portugal, exortando-o a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação no país independente almejado por suas lideranças. A representação brasileira reiterava os termos da amizade portuguesa e, ao mesmo tempo, apoiava Angola na busca da autodeterminação.

A posição de San Tiago Dantas¹⁶ a respeito da empreitada em questão, expunha uma visão moderada e conciliadora. A meta deveria ser de que o Brasil buscasse vislumbrar a

no período de Kruschew (1956-1964), quando várias revoluções autóctones, em que os comunistas não tomaram parte, chegaram ao poder com energia própria, notadamente em Cuba (1959) e Argélia (1962). A descolonização africana também levou ao poder líderes que não pediam nada melhor que o título de anti-imperialistas, socialistas e amigos da União Soviética, sobretudo quando esta levava ajuda técnica e outras não maculadas pelo velho colonialismo. Moscou simpatizava com os novos regimes e ajudou-os, embora logo abandonando o excesso de otimismo sobre os novos estados africanos. No ex-Congo Belga, deu apoio armado ao lado lumumbista contra os clientes ou títeres dos Estados Unidos e dos belgas, na guerra civil que se seguiu à precipitada concessão de independência à vasta colônia (HOBBSAWM, 1995, p. 423).

¹³ Antonio Agostinho Neto (1922 – 1979), foi a principal liderança do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), e também o primeiro presidente do país. Faleceu em Moscou em decorrência de um câncer no fígado.

¹⁴ José Paulo Netto, afirma que: “Um dos resultados relevantes com a derrubada do fascismo português em 25 de abril de 1974 e a deposição de Marcelo Caetano foi o coroamento do processo de descolonização cujo mérito maior cabe aos movimentos de libertação articulados pelos povos submetidos ao jugo colonial.” (NETTO, 1986, p. 71).

¹⁵ Afonso Arinos de Melo Franco foi o primeiro embaixador do Brasil a visitar o continente africano. Sobre este diplomata, ver: LATTMAN-WELTMAN, 2005.

¹⁶ Ministro das Relações Exteriores durante o período parlamentarista do governo de João Goulart, foi um dos principais teóricos da Política Externa Independente.

determinação dos povos, mesmo que em contexto revolucionário e de total instabilidade. A forte amizade com Portugal impedia uma análise mais crítica da situação, afirmava o chanceler que:

Cumprir notar que o caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola no quadro cultural e político do Ocidente (DANTAS, 2006, p.13).

O que estava em jogo era a tentativa de San Tiago Dantas em protelar a questão. Apesar da ênfase que a Política Externa Independente emprestava ao anticolonialismo, a tradicional amizade com Portugal inibia a chancelaria brasileira na tomada de uma posição mais contundente na questão angolana. Embora a política externa brasileira não tivesse apresentado solução de continuidade após a renúncia de Jânio Quadros, no referente a África, San Tiago Dantas não teria ido além da retórica, embora a reação conservadora vislumbrasse algo mais. A política externa independente teria registrado hesitações e recuos nas relações com Portugal.

O posicionamento do Brasil nessa questão levou José Honório Rodrigues a uma grande decepção. Pois, no seu entendimento, o país adotou medidas que levaram a um retrocesso histórico:

Uma das questões mais graves, discutidas com exaltação na imprensa, era o caso de Angola e a atitude que o Brasil tomaria nas Nações Unidas. Desde as primeiras declarações anticolonialistas do Presidente e do Ministro do Exterior, esperava-se a hora em que elas seriam postas à prova. A oportunidade surgiria quando o Itamaraty tivesse de formular as instruções que orientariam nossa Declaração na Nações Unidas. Mas quando chegou a hora da decisão, começaram as flutuações. Havia um Tratado – o da Comunidade, que determinava, como vimos, a consulta sobre os problemas internacionais de manifesto interesse comum. No caso, de manifesto interesse lusitano, e que comprometia nossas relações com os países do continente africano. (...) Em 30 de março de 1961, depois de uma conferência com o Embaixador Manoel Rocheta, o Itamaraty distribuiu nota oficial declarando que, em relação ao caso de Angola, o presidente entendia que *a orientação do nosso país decorre, de um lado, da firme posição anticolonialista do Governo, e, de outro, dos compromissos internacionais e dos vínculos de natureza especialíssima que unem Brasil e Portugal* (grifo nosso); e que, conseqüentemente, haviam sido expedidas instruções à nossa delegação nas Nações Unidas, no sentido de se abster da votação sobre a matéria (RODRIGUES, 1966, p. 380).

Além disso, afirmava que a marcha ré se materializava antes mesma da chegada de Afonso Arinos a Lisboa “para consultar o governo português”. A viagem a Portugal representou uma das maiores fraquezas e contradições políticas de Jânio Quadros. De volta, “depois de fazer grandes elogios a Salazar” (RODRIGUES, 1966, p. 381), o chanceler declarava que o Brasil se reservava o direito de acompanhar a decisão sobre a situação africana com liberdade, condenava o colonialismo, reafirmava a unidade de ação dos dois governos em outros assuntos que

interessassem à sociedade, e apoiava a autodeterminação dos povos capazes de almejar à independência. Não havia maior imbróglio, já que se insinuava que opinar sobre Angola era intervir nos negócios internos de Portugal e supunha-se que Angola não fosse capaz de aspirar a independência. O recuo estava feito, e apesar das declarações do Ministro que só o Brasil decidiria a respeito de seu posicionamento, a verdade é que houve uma constrangedora abstenção do país na votação da resolução que criava uma comissão para examinar o caso de Angola. Ficava dessa forma evidente a posição hesitante do Brasil em fato de enorme relevância.

Essa ação vexatória se explica, em partes, com os rumos do país com o golpe civil militar de 1964. Quando assume o cargo o Gal Castelo Branco, juntamente com o recém empossado ministro das Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha, propuseram o desmantelamento dos princípios que regiam a PEI, tais como o nacionalismo, a base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil face à divisão bipolar do mundo, e a hegemonia norte-americano sobre a América Latina, além da destruição imediata do embaixador do Brasil nos Estados Unidos e a nomeação de Juracy Magalhães.

A modificação instituída pelo regime ditatorial visava a imprimir novos padrões de conduta no cenário internacional. Para colocar em prática tal intento, a manifestação inicial tinha o objetivo de desarticular a PEI, pois segundo os mentores desse “desmonte”, não havia uma “utilidade descritiva” para a política externa, face ao contexto bipolar mundialmente desencadeado pela Guerra Fria. Outro aspecto a ser combatido pelos representantes do “generalismo presidencial” (RODRIGUES, 1982, p. 159), seria o nacionalismo, pois sua faceta era amplamente prejudicial ao desenvolvimento econômico no Brasil, já que afugentava o capital estrangeiro. Havia uma oposição a estatização, que obstruía os interesses da burguesia ligada ao capital estrangeiro e o desenvolvimento da livre empresa, e à ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e com o Ocidente.

Para um intelectual que procurava agir em causas de cunho político, José Honório Rodrigues considerava que o Brasil havia sofrido uma derrota na possibilidade de tornar-se mais autônomo e atuante, em uma questão que poderia expor o posicionamento do país no cenário internacional. A situação naquele contexto permitia a possível ação pró-independência angolana. O nacionalismo-liberal sofria uma baixa pelo caráter nitidamente ideológico assumida pelo Estado brasileiro. Não abrimos condições para uma ação claramente favorável a liberdade e valorização de interesses amplos da sociedade brasileira, que pleiteava uma maior liberdade na política internacional. A medida adotada nesse episódio colocava em xeque inclusive os argumentos da PEI, naquilo que seus artífices argumentavam como um projeto coerente,

articulado e sistemático, visando a transformar a atuação internacional do Brasil (VIZENTINI, 2008, p. 30).

O papel brasileiro diante da “questão de Angola” tomava rumos que cada vez mais constrangiam o país. Para nos determos nas argumentações de José Honório diante do fato, cabe lembrar que para ele o posicionamento de certas instituições denota o quanto a sociedade brasileira (entendida aqui como setores específicos e aliado a grupos importantes no que diz respeito à influência junto ao poder político) se posiciona a favor da Política Externa Independente. O entreguismo, a que o historiador carioca definia como “política caiada dos militares”, foi duramente criticada, pois no caso das colônias portuguesas na África, não havia sentido de o Brasil manter vínculos com o salazarismo e deixar de cumprir seu papel de civilização identificada com os países africanos. Afastar-se de Angola por causa “da boa relação com Portugal”, para a verve honoriana, representava uma ação anacrônica e totalmente distante das premissas de um Estado austero e politicamente independente. Para ilustrar sua posição, comenta a visita do embaixador brasileiro a Angola:

Se tratava de um homem comprometido, cujas opiniões sobre a conjuntura portuguesa são suspeitas, refletindo fielmente os pontos de vistas oficiais do próprio governo luso. Era, assim, mais um serviço que se prestava à ditadura portuguesa e ao colonialismo lusitano e o Embaixador, ao visitar a “Província”, não viram o drama ensanguentado, mas voltou satisfeito, pois notara os muitos indícios de progresso, representados por estradas excelente e grandes cidades, além de sua bela capital. Apreciou, também, realizações importantes, tanto públicas como particulares de interesse. “Estou em minha pátria. Esta é a mesma alma, este é o mesmo sangue”, acrescentando, para ilustração de historiadores, que o “Brasil, que nós fizemos com portugueses idos de Angola como de todos os quadrantes de Portugal, é ainda hoje, a nação que se honra e orgulha dos princípios de liberdade, autêntica liberdade e igualdade que os portugueses lá souberam implantar”. O estranho e parcial representante brasileiro enviado a Angola apresentou um relatório ao Itamaraty, conservado até hoje em seus arquivos fechado ao conhecimento público pela política do sigilo – uma herança colonial portuguesa (RODRIGUES, 1966, p. 383).

A PEI acabou constituindo um reflexo limpo de toda história que procurava conciliar-se com o povo e atender às mais legítimas aspirações nacionais. Dominada por uma oligarquia que antes dela se servia e dirigida por uma elite alienada em sua formação, a política externa teve, como toda nossa história, as horas de criação autônoma e livre, além de dirigentes que souberam defender com firmeza os interesses do país. Os instantes de sucesso não são somente raros, porém restritos a iniciativas pontuais de aproximação e diálogo com os setores subalternos. Para José Honório, as condições postas pela elite dirigente do país concretizam um projeto anti-povo e pouco disposto a melhorar a situação dos setores subalternos. O questionamento imediato que se coloca é de como a política externa poderia ser decisiva na melhoria das condições de vida dos setores excluídos da população brasileira. A explicação honoriana versa a respeito de um povo, que se encontra escamoteado em suas mais imediatas necessidades, uma massa que sofre com o

líder dissimulado. O autor de “Brasil e África – um outro horizonte”, explica como a libertação do povo e a atendimento de suas reivindicações depende de um país autônomo no cenário mundial, o autor argumenta que:

Os males da nossa história advêm da oligarquia, das minorias dominadoras que querem evitar a opção pelo progresso, a libertação do povo e da nação de todas as servidões. Ela quer impedir o fim de seus privilégios e o começo imediato da História como nossa realidade e vivem no mundo europeu, ao euro-americanos sob padrões alienígenas; jamais reconhecem. (...) Porque suspiram pela Europa – e amam todos os poderes maiores – aspiram as nossas minorias a manter o status quo, evitando a reforma e a sua urgência. (...) Incapazes de distinguir com clareza os interesses nacionais permanentes, buscando nas fórmulas jurídicas as soluções imediatas e transitórias, persistem em coexistir, no temor e no erro, com o povo. Nossa história, de evolução muito lenta até recentemente, se compõe de pequenos sucessos, fruto mais da paciência, da persistência, do otimismo, do estoicismo do povo, que do jeito ou habilidades da minoria dominante. Ela encontra no compromisso político um jeito de ludibriar o povo, que do jeito ou habilidades da minoria dominante. Esta encontra no compromisso político um meio de ludibriar o povo e desviar o processo histórico do caminho do progresso e da justiça social (RODRIGUES, 1961, p.193).

A PEI propunha uma política de afastamento dos norte-americanos, a aproximação com os países socialistas, exemplificado com os laços com a China, além de seu posicionamento de diálogo e aproximação com o continente africano. Com o golpe civil militar voltávamos na condição de alinhamento automático, sem qualquer poder de barganha, tal postura era inaceitável. O ministro das relações exteriores do Gal. Castelo Branco, expõe a seguinte opinião a respeito da PEI:

Alguns analistas consideram que a política externa independente era influenciada por ideologias que não levaram em conta o interesse do país. Ou seja: foi danosa aos interesses do Brasil. O que o senhor acha? – *Até certo ponto é certo. Acho que não podemos fazer as coisas irresponsavelmente: temos governo de direita fazendo uma política externa de esquerda, de maneira que fica confuso. O ministro do Exterior tem que tomar cuidado. E essa política contínua até hoje a não dar resultados. Estamos com um problema financeiro de tal magnitude que imagino possível a queda da situação num impasse que pode levar a uma guerra civil. O risco é mais interno que externo (grifo nosso).* (CUNHA, 2003, p.231).

O nacionalismo liberal mais uma vez sofre um golpe, não acelerar o processo de mudança, essa entendida para identificar e respaldar a melhor política externa que contemple os interesses da população, pois a procura de autonomia no cenário mundial é drasticamente abortada pelo golpe aplicado pelos setores conservadores tanto civil como militar. A possibilidade de criação dos mecanismos institucionais que poderiam tomar o Brasil um agente de respeito no contexto das relações internacionais, perde espaço para o histórico processo de “alinhamento com os norte-americanos” o que impossibilita qualquer relação que não seguisse os desígnios de Washington. Além do mais, o campo que favorece a *práxis* honoriana, as discussões

a respeito de política externa, nem sua meticulosa análise do processo político e a tentativa de chamar a atenção com textos contundentes, foram capazes de ampliar o efeito da PEI.

Entender a organização política no Brasil, entre outros atributos, exige do pesquisador um entendimento que as ações das lideranças do Estado não conseguem, num movimento histórico de longa duração, romper com os “resquícios de uma sociedade colonial” (RODRIGUES, 1965, p.12). Esse aspecto caracteriza, ao nosso entendimento, o caráter conciliador representado por uma sociedade que sempre “se vê atada ao passado”. Na tradição honoriana os momentos que abriram espaço para uma melhora dinâmica da sociedade brasileira, estavam relacionados a projetos reformistas. Tal reformismo, em sua gradual mudança na sociedade, visava contar com lideranças que modificariam a forma de controle político do Estado.¹⁷

O desenvolvimento da sociedade necessitaria de um projeto que estivesse de acordo com os princípios do liberalismo, ou seja, que a democracia correspondesse ao elo básico entre a Nação e o Estado, consolidando benefícios que deveriam ser “socialmente aplicáveis”. Nesse caso, a defesa da conciliação brasileira remete à tentativa de viabilizar uma prática política que se assemelha ao “americanismo”, no sentido de vislumbrar que este mantenha seu caráter conciliador pelo alto, e vise a modernização do Estado e a criação de instituições, mesmo que liberais, legítimas e democráticas. Na condução desse processo, ainda que controlado pela elite, um conciliador que, identificado com o povo, atenderia os interesses dos setores subalternos, o que foi colocado em prática só reforça o distanciamento dos princípios liberais mais integradores.

Em “Conciliação e reforma política no Brasil”, José Honório, explica:

As alternativas na composição dominante da liderança cruenta correspondem também aos períodos de história cruenta e incruenta, estimulados ou abatidos pelas condições econômicas ou sociais. No processo histórico não só se alternam as lideranças, quer as governamentais, quer as oposicionistas, quer as oficiais, quer as populares, conciliáveis ou inconciliáveis, como surgem os líderes ambivalentes que, como Caramuru, José Bonifácio, Getúlio Vargas, variam de acordo com as condições reais e objetivas. Mas o principal obstáculo à real conciliação do Povo com a liderança, da coexistência pacífica e normal com o Povo com o Poder, foi sempre a desvinculação da liderança com a realidade nacional e o dissídio entre o Poder e a Sociedade. Ambos começaram cedo (RODRIGUES, 1965, p. 101).

Quando Marx, em suas famosas teses contra Feuerbach, expõe a característica da *práxis*, no sentido de um entendimento da realidade e a procura de elementos que a tornem factível socialmente, a sua realização deve ser pela via revolucionária, com Honório temos a tentativa de criar uma possibilidade “reformada” que atenda ao povo. Durante o governo militar houve a

¹⁷ Para Luiz Werneck Vianna: “Tal Estado está posto, diante de uma sociedade civil em posição de radical autonomia, embora inexistia a intenção de fazer da política um recurso de alavancagem ou de favorecimento da modernização econômica, como atesta a má sorte dos empreendimentos de notáveis homens de negócios, como o Barão de Mauá, e dos intelectuais de adesão americana que buscavam fazer da empresa econômica um lugar de transformação do mundo” (VIANNA, 2004, p. 45).

necessidade de intervenção, a consciência social prática para tal era o nacionalismo, esse interpretado através de lentes de um liberalismo democrático que deveria encontrar lideranças que colocassem em ação um projeto reformista. No campo das relações exteriores, o processo teve início, a Política Externa Independente sinalizava nesse sentido, o desfecho foi trágico.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Paulo Roberto. Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil. **Revista brasileira de Política Internacional**. Número especial comemorativo aos 40 anos da revista, p. 42-65, 1998.

ALVES JÚNIOR, Paulo. **Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNESP, Araraquara, 2010.

CUNHA, Vasco Leita da. **Diplomacia em alto mar (depoimento CPDOC)**. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão/Editora FGV, 2003.

CROCE, Benedetto. **Materialismo histórico e economia marxista**. São Paulo: Centauro, 2007

DANTAS, San Tiago. “Política externa independente”. In: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-RIO/Contraponto, 2006

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **A política doméstica: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MELLO, José Octávio de; RODRIGUES, Leda Boechat. **Um historiador na trincheira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1994.

NETTO, J. P. **Portugal – do fascismo à revolução**, Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1986.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebel. Política africana no Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Revista conjuntura austral**. V.6, nº 29, p. 33 - 47, 2015.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África: outro horizonte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961.

RODRIGUES, J. H. **Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

RODRIGUES, J. H. **Interesse nacional e política externa**, RJ: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1978, 3ª edição.

SERRANO, Carlos. **Memória D' África**. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**, São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN, 2004, 3ª edição.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008, 3ª edição.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a política externa independente (1951-1964)**. Petrópolis/RJ: VOZES, 1995.



ISSN: 2595-5713

Vol. 01 | N°. 02 | Ano 2018

José Francisco dos Santos
UFOB

“MAMA ÁFRICA”? LIGAÇÕES BRASIL E ANGOLA

“Mama Africa”? Brazil and Angola links

Resumo: O texto discorre sobre a relação entre o movimento social negro no Brasil, a exemplo do MNU, que surgia na década de 1970 e lideranças dos movimentos emancipacionistas, em especial os países africanos outrora colônias portuguesas e recentemente emancipadas. O caso mais emblemático foi o angolano, que se tornou livre em 11 de novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a reconhecê-lo como estado livre e soberano. A conjuntura mundial, marcada pelo cenário da Guerra Fria, tinha como atores o Estado brasileiro, que vivia uma ditadura Civil-militar, ligada aos EUA, e o Estado angolano, dirigido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, ligado a URSS e Cuba. Nesse cenário, o movimento social negro brasileiro, fortemente influenciado por ideias marxistas, vai ter como inspiração e valorização de países africanos como Angola, na busca da “Mama África”.

Palavras Chaves – Movimento Social Negro; Angola; Brasil; África; Ditadura Civil-Militar

Abstract: The text discusses the relationship between the black social movement in Brazil, like the MNU, which emerged in the 1970s and the leaders of the emancipationist movements, especially the African countries that were once Portuguese colonies and recently emancipated. The most emblematic case was the Angolan, which became free on November 11, 1975. Brazil was the first country to recognize it as a free and sovereign state. The world scenario, marked by the Cold War scenario, had as actors the Brazilian State, which lived a Civil-Military dictatorship, linked to the US, and the Angolan State, led by the MPLA, linked to the USSR and Cuba. In this scenario, the Brazilian black social movement, strongly influenced by Marxist ideas, will have as inspiration and appreciation of African countries like Angola, in the search for "Mama Africa".

Keywords - Black Social Movement; Angola; Brazil; Africa; Civil-Military Dictatorship

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

“MAMA ÁFRICA”? LIGAÇÕES BRASIL E ANGOLA ¹

José Francisco dos Santos ²

Introdução

A sociedade brasileira, até então desconhecadora da realidade da situação do continente africano, tomou não só consciência com referência a luta de independência dos países africanos e seus líderes, mas também passou a considerar a influência deste processo na organização de parte dos seus movimentos organizados, a exemplo dos movimentos sociais negros brasileiros. Nas palavras de Domingues (2007, p.116), os movimentos sociais negros se “africanizaram”. No livro *História do Movimento Negro no Brasil*, publicado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira (2007), Hélio Silva Junior, destacado militante deste movimento, assim discorre:

Podemos identificar três matrizes de pensamento no discurso na geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade linguística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E, por fim, o movimento pela *negritude*, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas ideias a respeito do que seriam o ocidentalismo e o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser, por meio de várias linguagens (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 69).

Florentina da Silva Souza, em seu livro *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU* (2006), fez as seguintes considerações sobre esse assunto:

[...] Os textos, pronunciamentos e as lutas de africanos e afro-americanos funcionaram como instrumento de motivação para a organização de lutas contra o racismo e para a sedimentação de um discurso identitário afro-brasileiro. O Jornal do MNU, principalmente, entrevistou nomes importantes na história africana como Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano de

¹ O presente artigo se baseia em parte de da minha tese de doutorado: Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria (2015), e que foi apresentado de maneira reduzida como comunicação no ST 07 - História da África contemporânea e suas representações no Brasil, no VI Congresso Sergipano de História & VI Encontro Estadual de História, com o tema "30 anos da Constituição Federal Brasileira: História, Direitos e Diversidades" com o título LIGAÇÕES BRASIL E ANGOLA REAPROXIMAÇÕES DAS DUAS MARGENS DO “RIO CHAMADO ATLÂNTICO” E SUAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS.

² Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Professor de História das Áfricas e História e Cultura Afro-brasileira da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB-Brasil). e-mail: jose.francisco.puc@gmail.com

1988, Francisco Romão de Oliveira e Silva, primeiro embaixador da República Popular de Angola no Brasil, e comentou aspectos similares e divergentes existentes entre a cultura afro-brasileira e a afro-caribenha, como a criar um intertexto. O texto do autor africano, ou da diáspora ajustado às especificidades da história dos afro-descendentes no Brasil, contribui, em diferença e similaridade, para a composição da produção textual brasileira, e essa produção, nos mesmos moldes, será parte constituinte também de uma produção textual transnacional que Gilroy denomina *black Atlantic* (SOUZA, 2006, p. 40.).

Ao contrário do que podemos inferir, os movimentos sociais negros brasileiros até então, tinham pouco contato com o continente africano. Entre os motivos, para falta do estabelecimento de relações, consideramos que está a falta de liberdade por conta da Ditadura Civil-Militar brasileira, que impedia até mesmo movimentos negros de se manifestarem sobre o racismo e preconceitos vividos na sociedade brasileira. Podemos acrescentar também o próprio perfil da comunidade negra brasileira, oriunda das camadas mais pobres da sociedade e, portanto, o contato com o continente africano era prejudicado pela falta de recursos humanos e financeiros. Esse fato começa a se alterar com o início do processo de reabertura democrática, iniciado em fins dos anos 1970.

A respeito dessa questão, apresentamos o trecho do livro *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987)* (2010), do pesquisador e militante negro Ivair dos Santos:

O movimento negro é, pois filho da explosão educacional pelo Estado como solução para “crise de vagas no ensino superior”, considerada geralmente ponto crítico das relações sociedade-governo desde 1960. Com efeito, os jovens que fundam, nos 70, entidades negras de luta contra o racismo são, quase sempre, dessa geração universitária. Dentre os vários grupos, destacamos o Grupo Negro da PUC de São Paulo³ [...] (SANTOS, 2010, p. 38).

Mas, ainda na década de 1970, há o ressurgimento de organizações negras, como o Movimento Negro Unificado – MNU, além de outros grupos que terão uma parcela significativa de seus componentes fazendo curso superior e, por isso, entrando em contato com uma literatura ligada aos principais teóricos sobre temas alusivos as questões ditas raciais e/ou ligadas ao continente africano. Isso fez com que tivessem mais conhecimento sobre a África e dessa maneira provocasse um “resgate” de um complexo enunciado de questões discursivas

³ Ainda sobre a formação de organizações dos movimentos sociais negros, Ivair Santos expõe, citando o depoimento de Antônio Carlos Arruda, que foi o principal articulador: “Eu entrei na PUC em 1977. Em 1978 criamos o Grupo Negro da PUC na CACUPRO. Eu me lembro que uma das discussões era de que ‘se entrava negro na universidade e saia branco’. Eu via todo mundo preocupado com isso. Aí passam 73, 74, 75 e o movimento negro fala isto, discute isto. Em 1977 eu entro na PUC-SP e logo após o ‘pacote de abril’, o movimento estudantil começou a pegar fogo. Mas eu estava preocupado com a questão do negro, não tinha negro na minha classe. Nós éramos poucos e alguns eram meus conhecidos. Então eu fiz uma carta para os negros da PUC, convidando todo mundo para uma reunião no Centro Vinte e Dois de Agosto. Fiquei de plantão lá. A carta dizia que nós, negros, precisaríamos nos reunir, estarmos juntos, para discutir esta coisa de entrarmos negros na universidade e sairmos brancos” Embora de forma reduzida, os grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade no movimento estudantil acabaram se relacionando também com o movimento negro (ALVES, 2010, p. 38-39).

envolvendo política, mito e identidade que alguns estudiosos nomeiam por "Mama África". O que vai além do mero conhecimento, ultrapassa para uma ação concreta nas atitudes desses militantes, Maués faz à seguinte consideração:

Trata-se da adesão a uma estética da negritude-vestuário, penteados, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da "cultura africana", tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (M. A. Motta Maués, "Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial", *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21 Rio de Janeiro, 1991, p.127 apud DOMINGUES, 2007, p.116).

Ainda sobre as posturas que os militantes negros começaram a tomar, no processo que aqui denominamos por africanização, observamos o depoimento do militante Antônio Carlos Arruda para Ivair Alves dos Santos:

Quando entrei na Cacupro, quando ajudei a organizá-la, era o período de volta à África: usamos roupas afro, tranças, éramos contra alisar o cabelo. Eu estava com 21 anos. Nesse período tentávamos fazer outras coisas, como montar exposições. Era tudo muito ligado à África à redescoberta da África. Estávamos muito próximo dos movimentos revolucionários de Angola e Moçambique. Não podia aparecer um africano que nós carregávamos o sujeito para falar alguma coisa (SANTOS, 2010, p. 41).

Além da atenção que os movimentos sociais negros começavam a ter, em relação ao que ocorria no continente africano, é importante observar o fato de suas lideranças serem de inspiração marxistas, a exemplo de Luiz Silva, que foi também entrevistado por Alberti e Pereira (2007), quando ambos estavam em pesquisas sobre este movimento social. Em suas memórias, observa-se a forte influência do marxismo nos movimentos sociais negros no Brasil. A esse respeito cumpre observar que:

[...] Embora de forma reduzida, os grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade no movimento estudantil acabaram se relacionando também com o movimento negro. Na clandestinidade, a tendência trotskista Liga Operária – que mais tarde se uniria à facção Bolchevique Trotskista formando a Convergência Socialista, desenvolveu uma ação iniciativa junto aos movimentos estudantis no Rio de Janeiro, São Paulo, São Carlos e também junto ao movimento negro (SANTOS, 2010, p. 39).

Não obstante, segundo Ivair Santos:

Essa iniciativa partiu de um dos fundadores da **Liga Operária** -que se tornaria, mais tarde, **Convergência Socialista** - Júlio César Tavares, do Rio de Janeiro, que participou das primeiras reuniões do surgimento do movimento negro, na década de 70. Segundo

suas palavras: “*Achava que os negros se organizavam muito nos guetos e independentemente de qualquer outra estrutura. Pensava, naquela época, que devia ser diferente. Deveria ser integrado a um processo revolucionário. Muitos me chamavam de vanguardista, que não era por aí. A minha crítica era de que não se percebia a vinculação da questão específica com a questão geral. Reconhecia que não existia realmente uma teoria a respeito, e que tínhamos que produzir essa teoria, mas não isolando-a da questão mais geral. Na minha concepção, não deveria existir um movimento negro isolado do movimento social mais amplo, do partido. Num primeiro momento, essa vanguarda deveria estar dentro de um partido revolucionário articulado às demais (sindicais, políticas...) que ali discutiríamos a questão mais geral*” (Monteiro, 1991, p. 109-110) Esse envolvimento acabou levando à criação do Núcleo Negro Socialista, que desempenhou importante papel na organização do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial. (SANTOS, 2010, p.39-40)

Os militantes dos movimentos ligados ao que aqui nomeio por “questão negra de esquerda”, leram os textos como do líder guineense Amílcar Cabral, bem como o livro *Condenados da Terra*, de Frantz Fanon. Esses intelectuais, africanos na maioria, a exemplo de Cabral, tinha suas bases no materialismo histórico marxista. A respeito, especificamente, dos países africanos de língua portuguesa, Silva registra:

E essas revoluções africanas, sobretudo a revolução dos países de língua portuguesa – Moçambique, Angola, Guiné Bissau -, foram muito importantes para gente. Toda informação que vinha de lá: poemas de Agostinho Neto, informações de Moçambique, a poesia moçambicana revolucionária. Tudo isso também teve muita influência nesse momento, fazia parte de um conjunto de informações importantes. Mas chegava com muita dificuldade. A gente sabe que as traduções, no Brasil, passaram por um crivo, por uma peneira ideológica muito séria. (ALBERTI; PERREIRA, 2007, p.77).

Embora se observe a peneira ideológica, apontada por Silva, a inspiração das lideranças africanas para os movimentos sociais negros foi significativa. Djenal Nobre Cruz, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, em Sergipe, em entrevista a Alberti e Pereira (2005), ao ser perguntado sobre o médico e poeta Agostinho Neto, discorreu,

Angola tinha sido liberta em 1974 (*sic*), mais ou menos, e eu tinha um livro de Agostinho Neto chamado Poemas de Angola, que eu li e me impressionei com os poemas, achei fantásticos os poemas. Então, a partir daí eu disse: “Eu tenho que fazer uma opção de luta.” Já tinha uma opção política, mas tinha que ter uma opção de luta, tinha que focar. A partir daí eu comecei a descobrir essa questão racial. Pergunta – Como o senhor chegou a esse livro do Agostinho Neto? A gente já tinha uma discussão política e tinha uma opção solidária à Angola, à libertação. (...) E esse livro de Agostinho Neto circulava no meio para debater os poemas, para recitar os poemas, e eu comecei a ficar interessado sobre isso. E adorei isso. Comecei a me descobrir como negro nessa trajetória política. Aí eu disse: “Tenho que fazer uma opção. Ficar com a minha opção política, mas focar a minha luta dentro do movimento negro de Sergipe.” (...) No momento que se discutia a questão da Anistia, aquele projeto de Anistia da ditadura, havia uma efervescência cultural muito forte e rolava muita coisa de fora. As guerras africanas estavam na moda, todo mundo sabendo o que estava acontecendo, a libertação dos países africanos. E tinha uma livraria, que era a livraria do Bosco Rolemberg, do PC do B. Ele era uma figura do partido

que foi preso na época da ditadura. Voltou e botou essa livraria. Todo sábado ele tocava violão e dizia assim: "Todo sábado à tarde a batidinha de bebida eu dou, vocês vêm aqui, lêem um livro, debatem e vão embora." Ele fazia com o maior prazer isso. (ALBERTI; PERREIRA, 2005, p.9-10)

O militante negro Ivair Augusto Alves dos Santos fortalece os argumentos sobre os autores africanos, e aborda a questão da diplomacia brasileira:

A diplomacia brasileira realizou um esforço muito intenso no estreitamento de relações econômicas com o continente africano, especialmente os países de colonização portuguesa, na década de 1970. O Brasil, num gesto ousado do Ministério das Relações Exteriores, foi um dos primeiros a reconhecer a independência de Angola, dando a uma estreita atenção aos novos países independentes da África Meridional. Nos fóruns internacionais, o Brasil condenou o *apartheid* na África do Sul, numa posição ambígua, ao conviver com a situação de discriminação racial, embora a imagem divulgada fosse a de democracia racial no Brasil. Paralelamente, todas as entidades do movimento negro se identificam com as transformações ocorridas na África e enfatizam a necessidade de buscar raízes da comunidade negra.

Era comum nos encontros culturais a representação de poetas angolanos, como Agostinho Neto e Antônio Jacinto. A poesia "Monamgambe", de Antônio Jacinto, que retratava a dura vida de um camponês angolano, era transplantada para a dura realidade de ser negro no Brasil. O envolvimento com os angolanos sempre foi rico e, após a independência em 1975, o intercâmbio intensificou-se. Receber a visita de um africano era sinônimo de festa, e tudo quanto se publicava sobre a luta de independência era devorado. O interessante é que os discursos políticos, em particular de Agostinho Neto não tiveram o mesmo impacto ou repercussão que seus poemas. Por outro lado, os escritos políticos de Amílcar Cabral, da Guiné Bissau, foram muito lidos e utilizados pela militância (SANTOS, 2010, p. 40).

Os pontos levantados por Ivair Alves dos Santos vão ao encontro das questões por mim defendidas neste artigo, pois sua análise a respeito da postura da diplomacia brasileira evidencia esse estreitamento, em especial com os países africanos de língua portuguesa. Seus protagonistas (Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Antônio Jacinto), como vemos com Alves dos Santos, servem de inspiração para o movimento social negro brasileiro, que ganha novo vigor na década de 1970. Alves dos Santos, além de discorrer a respeito do *apartheid*, na África do Sul, justamente a respeito da dubiedade do posicionamento brasileiro, também o fez em relação ao GTPLUN (Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros).⁴

⁴ Alberti e Pereira, sobre a questão racial, mostram a seguinte questão: O racismo no Brasil guarda especificidades em relação a outros países, como a África do Sul e os Estados Unidos, por exemplo. Isso faz com que o movimento negro no Brasil também seja específico, embora tenha recebido influências das lutas pela libertação nos países africanos e pelos direitos civis nos EUA. O grande desafio do movimento negro brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, foi enfrentar o "mito da democracia racial", que ganhou força principalmente após a publicação do clássico *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933. Segundo esse mito, as relações de raça no Brasil seriam harmoniosas e a miscigenação seria a contribuição brasileira à civilização do planeta. Seguindo essa linha de pensamento, como não haveria preconceito de raça no Brasil, o atraso social do negro dever-se-ia exclusivamente à escravidão (e não ao racismo). Completa esse argumento o fato de as Constituições brasileiras elaboradas a partir da abolição da escravidão nunca terem diferenciado os cidadãos por raça ou cor, ao contrário do que acontecia nos EUA e na África do Sul. Como lutar contra o racismo se o racismo "não existia"? – esse era um dos principais problemas que se apresentavam aos militantes do movimento negro na década de 1970 (ALBERTI; PERREIRA, 2005, p. 1-2).

Este grupo, ligado a ARENA, concentrava negros militantes com posições políticas consideradas de direita. Alves dos Santos faz a seguinte consideração sobre a atuação desse grupo junto as embaixadas africanas:

O GTPLUN, por outro lado, tinha como uma das suas atividades o relacionamento com as embaixadas africanas, além de uma preocupação em divulgar os estudos sobre África no período pré-colonial. A literatura negra dessa época foi abundante em citações sobre o continente africano, como o livro de contos *Carro do êxito*, de Osvaldo de Camargo (SANTOS, 2010, p. 41).

Henrique Cunha Júnior, umas das grandes referências da militância negra no Brasil, em entrevista que nos concedeu no dia 10/07/2012, falou sobre grupos ligados ao movimento negro que estabeleceram contatos com o continente africano, a exemplo do GTPLUN.⁵ Entre as diversas atuações desse grupo, Cunha Júnior, diz que ao entrar no curso de Engenharia, na USP de São Carlos, foi convidado para participar de um baile denominado “burro negro”. Segundo ele, acabou não indo, pois considerava o grupo de direita, e que não condizia com sua postura política, mais inclinada para esquerda. Contudo, chegou a ter ligações com esta organização, e em seus diálogos havia a discussão de enviar pessoas ligadas ao grupo para ajudar na reconstrução de Angola.

O próprio pesquisador Ivair Alves dos Santos, que foi entrevistado para o livro *A História do Movimento Negro no Brasil* (2007), relatou que havia conseguido um emprego na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência (Fundec). Segundo ele, a fundação preparava material didático para o ensino de química, quando houve por parte da UNESCO um convite à instituição para trabalhar em Angola, mas a maioria dos funcionários rejeitou, no entanto, Ivair Santos aceitou, até por conta de sua militância, e no ano de 1979 foi para aquele país. Seu relato é extenso, todavia destacamos algumas partes que são, a nosso ver, necessárias para reflexão:

Era casado, com filho, vivi todo o drama que você possa imaginar: família que nunca havia viajado para fora, um país estranho, em guerra... Mas para mim era aquele negócio de “Volta à África”. Fui para lá com cara e a coragem. Fui ficando, ficando, e acabei ficando quase quatro anos. Trabalhava com ensino de ciência no Ministério da Educação. Lá em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, fui a 12 pelos

⁵ Henrique Cunha Jr. nasceu em São Paulo, no bairro do Bixiga, em 1952. Passou a infância no tradicional bairro do Ipiranga, tendo estudado no Colégio Estadual Brasília Machado. Formou-se em Engenharia Elétrica na USP e em Sociologia na UNESP de Araraquara. Mestre em História, cursou doutorado em Engenharia Elétrica na França. É Livre-docente pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, tendo também lecionado na USP. Filho do conhecido militante da causa negra Henrique Cunha, foi criado na militância dos movimentos negros. Dirigiu grupos de teatro amador na década de 1970 e foi membro do Grupo Congada, de São Carlos-SP. Participou da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, tendo sido seu primeiro presidente. Ficcionista bissexto, publicou poemas, um volume de escritos políticos e dois livros de contos, tendo também composto a peça de teatro *Negros que Riem*, encenada em São Paulo nos anos 1980. Nesse período, escreveu o romance *Sabá Buni*, até hoje inédito pois, segundo consta, os originais foram extraviados. Entre 1978 e 1981, participou dos primeiros números da série Cadernos negros. Extraído do site <http://www.letras.ufmg.br/literafr0/data1/autores/73/dados.pdf>. Acesso em 20/08/2014.

menos. Fui o brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas: caí numa emboscada, fiquei preso num lugar lá... Eu me metia em tudo, pela vontade de conhecer, vontade de sacar. Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá comecei a mandar sistematicamente jornais, revista e livros para o Brasil inteiro. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil. Fazia isso com o meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da UNESCO durante todo esse período. E mandei tudo o que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê Aiyê, que nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos todos. Tudo o que as pessoas ouviam falar de África, eu comecei a desconstruir mandando aquilo: "África não é isso. África é isso..." Mandei centenas de livros de Pepetela. Você já imaginou: "Tem um cara lá em Angola, militante, mandando jornais, revistas..." Essa era minha válvula de escape (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 77-78).

Os relatos expostos demonstram a influência que a África teve nos movimentos sociais negros brasileiros do final da década de 1970 a 1980. Registramos que o país que possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo somente para a Nigéria, passa neste contexto, a buscar por suas raízes africanas. Essa discussão retrata a busca de uma identidade "africana" pelos brasileiros negros, ditos descendentes de africanos, que como evidenciado pelos historiadores sobre a colonização portuguesa no Brasil, demonstra o projeto de assimilação que teve como objetivo a destruição dos hábitos culturais dos grupos, fazendo com que perdessem suas línguas maternas e práticas religiosas, além da separação de seus patrícios étnicos.

O luso-angolano Filipe Zau⁶, reitor da Universidade Independente de Angola-UNIA, militante da Educação, veio, na década de 1980, estudar pedagogia no Brasil no Centro Universitário de Brasília-UNICEUB. Em entrevista que nos concedeu em Angola, em 08/07/2014, ele comentou que no Brasil era abordado a todo o momento e perguntado de como era a capoeira e o candomblé em Angola, além de que o chamavam de irmão. Isso para ele era muito estranho, pois em Angola não havia ainda a capoeira. Nos dias atuais há a capoeira, que foi levada por brasileiros para este país. Em relação às chamadas religiões afro-brasileiras, o entrevistado declarou que estas não significavam nada para ele, ao mesmo tempo em que não entendia os motivos de ser chamado por "irmão" por pessoas que não conhecia, pois, a despeito de muitos povos existentes na África centro ocidental terem a linhagem como referência familiar, nem todos de um determinado povo são tidos como parentes ou amigos. As questões relacionadas com a cor da pele, neste país, não possuem os mesmos sentidos que os existentes no Brasil.

Filipe Zau, no prefácio do livro *Angola* (SANTOS, 2018) faz as seguintes considerações:

⁶ Sobre Filipe Zau registramos ainda: Músico, compositor, poeta e investigador, bacharel em Ciência da Educação (1971) [...] e em Portugal pelo Instituto Superior Especializados em Administração Escolar (1994), mestre em Relações Interculturais (1999) e doutorado em Ciências da

Eu já havia conhecido o Brasil, quando, ao abrigo de um convénio, fiz um curso de graduação numa instituição privada de ensino superior em Brasília, na década de 80. Naquela altura, não havia ainda muitos estudantes africanos em terras de Vera Cruz. O Ghana era o único país africano que tinha ali representação diplomática. Todavia, antes de eu ter seguido para o Distrito Federal, já ouvia dizer que o melhor Carnaval do mundo era no Brasil, conhecia a música de alguns artistas brasileiros, tinha lido Jorge Amado, assistia às novelas brasileiras, conhecia os jogadores da selecção brasileira de futebol e, sobretudo, estava bem informado quanto à condição de vida dos negros brasileiros (SANTOS, 2018, p.13).

Em relação aos seus colegas brasileiros sobre o que sabiam de Angola, Zau escreveu:

Quando comecei a conviver com os meus companheiros de faculdade, verifiquei que quase todos desconheciam Angola e que a grande maioria tinha apenas os EUA como país de referência. África surgia no “safari ideológico” de muitos deles, como um lugar onde os negros só lutavam capoeira e iam ao candomblé. Percebi o porquê desse imaginário distorcido, quando, à época, verifiquei que a única informação que lhes chegava sobre África, era a dos filmes do Tarzan. Sempre que me questionavam como era a capoeira e o candomblé em Angola, dizia-lhes que aquelas manifestações culturais não existiam no meu país. Então, questionavam-me novamente com muita estranheza: - «*Mas como assim se a capoeira e o candomblé vieram da África?*» (SANTOS, 2018, p.13).

Neste aspecto, são de suma importância as discussões desenvolvidas pelo jamaicano Stuart Hall, que problematiza a questão diaspórica, especialmente a materialização deste fenómeno em regiões caribenhas. Ao refletir sobre a diáspora, Hall a relaciona de forma íntima à cultura, chegando a problematizar da seguinte maneira:

Que luz, então, a experiência da diáspora lança sobre questões da identidade cultural no Caribe? Já que esta é uma questão conceitual e epistemológica, além de empírica, o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que “a identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos “pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (HALL, 2006, p. 28).

Ressaltamos a necessidade de discutir o *pós-colonial*, na formação de sua população de várias etnias, regiões diversas e culturas distintas, e de como a questão étnica é utilizada pelas forças políticas. Portanto, para pensar Angola em sua complexidade, o desafio é grande. Stuart Hall aborda o assunto sobre o pós-colonial e faz a indagação:

Quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído de seus limites? Onde se encontra a fronteira invisível que separa seus “outros” (o colonialismo, o neocolonialismo, o Terceiro Mundo, o imperialismo) e em cujos limites ele se define incessantemente, sem superá-los em definitivo? (HALL, 2006, p. 95).

As reflexões feitas por Hall vão ao encontro das indagações sobre Angola pós-independência, pois o país passou por todos os períodos históricos que discutimos. Lançada a pergunta: será possível superar o colonialismo em definitivo? Não obstante, é importante pensar que dentro dessa conjuntura o Brasil contribuiu para a reconstrução de Angola, no entanto, poderíamos pensar em uma nova colonização? Para essa questão registramos como Hall, pautado em alguns autores, classifica o termo pós-colonização,

[...] Segundo Shohat, o pós-colonial é politicamente ambivalente porque obscurece as distinções nítidas entre colonizadores e colonizados até aqui associados aos paradigmas do "colonialismo", do "neocolonialismo" e do "terceiro mundismo" que ele pretende suplantare. Dissolve a política de resistência, uma vez que "não propõe uma dominação clara, nem tampouco demanda uma clara oposição". Como os outros "pós" com os quais se alinha, o pós-colonial funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante. Essa visão é compartilhada por Anne McClintock, outra dentre as primeiras estudiosas deste campo que critica o conceito por sua linearidade e sua "suspensão arrebatada da história" (McClintock, 1992). Para ambas, o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado (HALL, 2006, p. 96).

Angola é um país recém-independente, onde as reflexões discorridas por Hall são pertinentes. Quando usamos o termo "pós-colonial" corremos o risco de encobrir os desafios para construção da nova nação. Pois, ao contrário disso, podemos dar a falsa ideia de superação dos problemas que têm como raiz justamente a colonização, como modo de pensar, agir e conviver. Em outras palavras, a libertação formal de uma relação colonial não faz com que o país seja de fato livre, pois a liberdade e o caráter nacional serão construídos dentro de um processo repleto de nuances e contradições.

Neste diálogo entre Brasil e Angola, além do termo "pós-colonial", discutido por Hall, outra questão relevante, inclusive, usado muito na atualidade, é o multicultural. Sobre este conceito o autor discute as diferenças entre os significados existentes entre multicultural e multiculturalismo:

Pode ser útil fazer aqui uma distinção entre o "multicultural" e o "multiculturalismo". Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias

multiculturais. “Multicultural”, entretanto, é por definição, plural. Existem muitos tipos de sociedade multicultural, como por exemplo, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Malásia, o Sri Lanka, a Nova Zelândia, a Indonésia, a África do Sul e a Nigéria. Estes são, de forma bastante distinta, “multiculturais”. Entretanto, todos possuem uma característica em comum. São, por definição, culturalmente heterogêneos. Eles se distinguem neste sentido do Estado Nação “moderno”, constitucional liberal, do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individuais liberais (GOLDBERG, 1994 apud HALL, 2006, p. 50).

Quando pensamos em Brasil e Angola, os pressupostos para uma sociedade multicultural estão também colocados, principalmente quando se olha para formação de suas populações que são justamente heterogêneas. Não só cultural, mas também etnicamente.

Lembremos que os três movimentos pró-independência de Angola, a FNLA – Frente de Libertação de Angola (bakongo), UNITA – União Nacional para Libertação de Angola (ovimbundo) e MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola, ligado à população urbana e mestiça, de perfil ocidental, demonstravam o quanto a questão do conflito étnico expõe o problema da formação identitária. Hall discorre a respeito:

As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1996). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”. Deve haver algo “exterior” a uma identidade (Laclau e Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse “exterior” é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua “presença” (HALL, 1996b). “Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta”. Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus “outros”. “Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por uma falta constitutiva” (LACLAU, 1996). O problema é que este argumento parece constituir um alibi para o retorno sub-reptício do velho liberalismo universal. Contudo, como observa Laclau: “A expansão imperialista européia teve que ser apresentada em termos de uma função civilizadora, modernizadora universal, etc. As resistências a outras culturas foram... apresentadas não como lutas entre culturas e identidades particulares, mas como parte de uma luta abrangente e que faz época entre o universalismo e os particularismos”. (Laclau, 1996). Em suma, o particularismo ocidental foi reescrito como um universalismo global (HALL, 2006, p. 81-82).

No trecho acima discutido por Hall, a reflexão sobre a identidade está relacionada à questões “exteriores”, nas quais a exclusão e o não pertencimento leva a construção de uma identificação numa relação de poder de inclusão a um grupo. No caso de Angola fica clara essa identificação, pois por conta da não inclusão no processo de construção da nação, das particularidades que cada grupo achava corretas, levou a desentendimentos que culminaram em uma Guerra Civil. A disputa em Angola entre os movimentos (MPLA, UNITA e FNLA) ocasionou um novo processo diaspórico, com a migração de vários angolanos que fugiram do país em guerra. Além disso, esta fuga também ocorreu ao longo da colonização portuguesa, entre

os séculos XVI ao XIX, em que angolanos vieram para o Brasil como força de trabalho escravo. Em meados da década de 1970 até os dias atuais, esta migração ocorreu para fugir das perseguições políticas, ou tentar a vida em lugar longe dos conflitos promovidos pela Guerra.⁷

Hall discutiu a questão do global e local nesse processo diaspórico advindo da colonização,

[...] a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação, portanto recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e no “estrangeiro”. “Global” neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo específico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denominado “diaspóricas” (Gilroy,1993) complementam e ao mesmo tempo des-locam as noções e moldam um ao outro. Como Mani e Frankenberg afirmam, o “colonialismo”, como o “pós-colonial”, diz respeito às formas distintas de “encenar os encontros” entre as sociedade colonizadoras e seus “outros” – “embora nem sempre da mesma forma ou mesmo grau” (MANI; FRANKENBERG, 1993, p. 301, apud HALL, 2006, p. 103).

É, portanto, dentro desse processo que se procura o resgate de uma identidade que fora negada. Chegamos nesse processo a pensar quem seria mais africano: um negro em Chicago com roupas típicas de grupos étnicos da África subsaariana, ou um grupo de nigerianos de terno e gravata? ⁸ Essa indagação é pertinente, justamente ao se refletir sobre os movimentos sociais negros brasileiros, como Ivair Santos, que vai para Angola no intuito de retomar as raízes e ao chegar ao continente depara-se com uma realidade totalmente adversa da que havia idealizado. Em outro trecho de sua entrevista, tal questão fica mais evidente:

[...] Mas você entra num prédio, não tem luz, roubaram a lâmpada, aquela sujeira e tal, você vai falar em negritude ali? Então comecei a me confrontar com as lideranças aqui: “África não é essa poesia que você está falando, é muito mais duro”. [...] A experiência em Angola fazia com que eu visse quem estava no Brasil como ingênuo, achando que aquilo era essencial. E não era. Não conheci a África rica, então comecei a ser, digamos assim, muito crítico e intolerante com certos discursos em relação à África. Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. Mãe África, essas coisas me deixaram aborrecido (ALBERTI; PEREIRA, 2007, p. 79).

As reflexões trazidas por Ivair Augusto Alves dos Santos, para além dos problemas de infraestrutura que Angola sofria e sofre, termina com a frase “Mãe África, essas coisas me deixaram aborrecido”. O discurso sobre a identidade entre dois povos, Brasil e Angola, não consegue contemplar as pluralidades existentes. O que vemos ao longo do texto, na realidade são

⁷ Fenômeno atual de emigração pode ser evidenciado na Copa do Mundo disputado no Brasil, a exemplos de ganeses que pediram visto de turista e ao chegar no Brasil acabaram pedido asilo político. Segundo o jornal Gazeta do Povo: [...] Há, no Brasil, 1.132 ganeses. Pelas regras do visto, eles têm 90 dias para permanecer no país. Mas a Polícia Federal (PF) já sabe que ao menos 500 deles pediram refúgio.[...] <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675>. Acesso em 23/09/2014.

vários povos. Dentro dessa discussão, são pertinentes as considerações da filósofa Marilena Chauí, em seu livro *Mito Fundador*, sobre a diferença entre povo e nação:

De fato, a palavra “nação” vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação, que significa o parto de animais, o parto de uma ninhada. Por significar o “parto de uma ninhada”, a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar. Quando, no final da Antiguidade e início da Idade Média, a Igreja Romana fixou seu vocabulário latino, passou a usar o plural *nationes* (nações) para se referir aos pagãos e distingui-los do *populus Dei*, o “povo de Deus”. Assim, enquanto a palavra “povo” se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra “nação” significava apenas um grupo de descendência comum e era usado não só para referir-se aos pagãos, em contraposição aos cristãos, mas também para referir-se aos estrangeiros (era assim que, em Portugal, os judeus eram chamados de “homens da nação”) e a grupos de indivíduos que não possuíam um estatuto civil e político (foi assim que os colonizadores se referiram aos índios falando em “nações indígenas”, isto é, àqueles que eram descritos por eles como “sem fé, sem rei e sem lei”). Povo, portanto, era um conceito jurídico-político, enquanto nação era um conceito biológico (CHAUÍ, 2000, p 07).

Ao refletir sobre os movimentos sociais negros brasileiros, ou melhor, parte desse movimento que procurava sua identidade nos países africanos, em específico (no nosso caso), Angola, registramos que o uso de conceitos como “povo” ou “nação” para esse país é algo muito mais complexo. Temos tanto nações, como povos, resultantes de processos da formação como Estado, ainda a procura uma identidade própria. Da mesma maneira, os movimentos sociais negros brasileiros, que ao estudar a História africana e afro-brasileira, procura justamente valorizar as identidades dos povos e nações africanas, de modo para ter como parâmetros para quem aí sabe ver a “verdadeira mãe África”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Almicar Araujo. **História do Movimento Negro no Brasil: depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

⁸ Essa indagação foi feita pelo professor Adam Lee, em disciplina ministrada para o Programa de Pós-graduação em História na PUC-SP, no ano de 2008.

COSTA E SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. **Os filhos da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANTOS, Ivair Augusto dos. **A História do Movimento Negro no Brasil**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2007.

SANTOS, José Francisco dos. **Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria**. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUCSP, São Paulo, 2015.

SANTOS, José Francisco. **Angola: Política Externa Brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo**. Salvador: Sagga Editora, 2018.

ZAU, Filipe. **Do Acto Educativo a Exercício da Cidadania**. Luanda: Mayamba, 2012.